

# revista BBM

Biblioteca Brasileira  
Guita e José Mindlin  
da Universidade de São Paulo

ISSN 2595-5802  
N. 02 JANEIRO • JUNHO 2020

## DOSSIÊ BIBLIOFILIA – CIRCUITOS E MEMÓRIAS

*Descaminhos do Coleccionismo*  
*Em Busca de Bibliófilos Esquecidos*  
*O Amável Senhor dos Livros*  
*Bibliofilia e Sua Recíproca*

## RAROS E RARÍSSIMOS

**RUMOS ATUAIS E FUTURO  
DA CONSERVAÇÃO NO BRASIL**  
HOMENAGEM À GUITA MINDLIN

## ESTUDOS BBM

## MEMÓRIA

## PUBLICAÇÕES BBM







UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Vahan Agopyan

Vice-Reitor Antonio Carlos Hernandez



PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Pró-Reitora Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado

Pró-Reitora Adjunta Margarida Maria Krohling Kunsch

## Biblioteca *Brasiliانا* <sup>Guita e José</sup> Mindlin

Diretor Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron

Vice-Diretor Alexandre Macchione Saes

### REVISTA BBM

---

#### EDITOR

Plinio Martins Filho

#### CONSELHO EDITORIAL

Agenor Briquet de Lemos UnB

Alberto da Costa e Silva ABL - ACADEMIA  
BRASILEIRA DE LETRAS

Ana Luisa Martins *pesquisadora*

Antônio Carlos Secchin ABL - ACADEMIA  
BRASILEIRA DE LETRAS

Carlos Augusto Calil ECA - USP

Celso Lafer ABL - ACADEMIA  
BRASILEIRA DE LETRAS

Duília F. de Mello UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DE WASHINGTON - EUA

Ésio Macedo Ribeiro *bibliófilo*

Fernando Peres UFBA

Geraldo Holanda Cavalcante ABL - ACADEMIA  
BRASILEIRA DE LETRAS

Ilda Mendes dos Santos UNIVERSITÉ SORBONNE  
NOUVELLE - FR

Jacó Guinsburg *editor (in memorian)*

Jacques Marcovitch USP

Marisa Lajolo UNICAMP

Marisa Midori Deaecto ECA - USP

Neil Safier JOHN CARTER BROWN LIBRARY

Tiago C. P. dos Reis Miranda UNIVERSIDADE  
DE ÉVORA - PT

---

A REVISTA BBM pretende divulgar o rico acervo da **Biblioteca Brasiliانا Guita e José Mindlin**, bem como os trabalhos de pesquisa realizados em seu interior. Trata-se de um projeto que pretende difundir o conhecimento produzido acerca da história e cultura do Brasil.

As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores. Todo material incluído nesta revista tem a autorização dos autores ou de seus representantes legais. Qualquer parte dos artigos da revista pode ser reproduzida desde que citados autor e fonte.

Rua da Biblioteca, 21 Cidade Universitária São Paulo, SP CEP 05508-065

bbm.usp.br/publicacoes EMAIL bbm@usp.br TEL 11 2648-0310 • 11 3091-1154

*revista*  
**BBM**

Biblioteca Brasileira  
Guita e José Mindlin  
da Universidade de São Paulo

ISSN 2595-5802  
N. 02 JANEIRO • JUNHO 2020

publicações  
**BBM**

**B**

**I**

**L**

**B**

**I**

**I**

**L**

**A:**

**C**

**S**

**O**

**T**

**M**

**M**

**E**

O

F

I

C

R

I

I

A arte de colecionar livros já apresenta, na simplicidade de seu significado etimológico, o seu pressuposto fundamental. Do grego βιβλίον (transliteração para o latim, *biblion*) – livro – e φιλία (transliteração para o latim, *philia*) – amor –, o “amor aos livros” anuncia a jornada da bibliofilia como uma trajetória de afetos.

O entusiasmo e o respeito ao livro são combustíveis para aqueles que dedicam tempo e esforços na aquisição de obras singulares. Intrínseco à jornada do colecionador, o afeto pode ser entendido como a primeira etapa do processo de produção da memória – esta que dá sentido e direção à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP) e à qual dedicamos este segundo volume da *Revista BBM*.

Aberta ao público desde 2013, a Biblioteca Brasileira abriga um expressivo conjunto de livros, manuscritos, periódicos e cartas reunidos ao longo de mais de oitenta anos pelo bibliófilo José Mindlin e sua esposa Guita. O acervo abre diversos caminhos de reflexão sobre a vida nacional e o seu passado colonial, possibilitando novos olhares sobre o Brasil a partir das mais diversas produções intelectuais e estéticas. O papel da Biblioteca expande-se: ao invés de ser apenas abrigo dos livros, assume o compromisso de conservar e divulgar o rico conhecimento aqui reunido. Preserva a memória nacional e possibilita que suas vias de acesso nunca se restrinjam ou esgotem.

A

A *Revista BBM* surge nesse empenho de ampliar as potencialidades do acervo para o grande público, dando visibilidade a pesquisas produzidas a partir das diferentes obras da coleção. A primeira edição, publicada em 2018, foi inaugurada com um dossiê sobre viajantes, possibilitando entrever o Brasil a partir dos olhos curiosos da corte portuguesa que acabara de se estabelecer por aqui. Momento significativo para se compreenderem as transformações do país, o que antes era visto como um inferno ou um paraíso tropical oculto e inacessível, gradativamente desperta como um espaço dinâmico e rico em particularidades.

Neste segundo número, fizemos da memória um tema, expandindo o compromisso da Biblioteca em seções que abarcam os caminhos e descaminhos da bibliofilia, os rumos atuais e futuros da conservação no Brasil, a raridade de algumas obras do acervo e uma saudosa homenagem a Cristina Antunes, extraordinária leitora e guardiã dos livros que nos deixou no ano passado. Na tarefa de colocar uma lupa sobre os relevantes trabalhos produzidos no interior da BBM, seria quase inconcebível não nos debruçarmos sobre as questões que envolvem a bibliofilia e a conservação, dois pilares da Biblioteca.

O Dossiê desta edição é consequência do evento BIBLIOFILIA: CIRCUITOS E MEMÓRIAS, realizado em 2018 no espaço da BBM. Tal seminário visava ampliar o debate relativo a questões inerentes aos campos da memória e da preservação do patrimônio cultural, artístico e científico do Brasil. Para tanto, contou com grandes nomes da área, de modo a produzir uma rica discussão acerca do tema do colecionismo, e das ações e atores históricos que buscam resgatar, preservar e transmitir o patrimônio cultural correspondente ao livro.

O conteúdo de algumas das comunicações do evento está transcrito nesta edição da revista, com o objetivo de ampliar o acesso ao debate e estimular diferentes reflexões sobre o tema. Como exemplo do quanto a bibliofilia sustenta novas descobertas está o texto de Briquet de Lemos “Em Busca de Bibliófilos Esquecidos”. Nele, o autor explora a troca de cartas entre Rubens Borba de Moraes com o livreiro português António Tavares de Carvalho entre 1961 e 1985, que revelam nomes de bibliófilos sobre os quais ainda não se conseguiram dados biográficos mais completos, como é o caso de Jerônimo Ferreira das Neves, Jacques Renout e William Gropp. Tal correspondência documenta transações comerciais e a forma como o entendimento entre os dois propiciou ao bibliófilo brasileiro o enriquecimento de sua biblioteca.

Em “Descaminhos do Colecionismo”, Ubiratan Machado narra algumas das pequenas façanhas que circunscrevem a aquisição de seus livros. Na condição de aprendiz de bibliófilo, elenca questões históricas

e atuais relevantes para se pensar a bibliofilia. Outra história digna de aventura é a de Ézio Macedo Ribeiro, que faz um relato pessoal da conquista, após algumas tentativas frustradas, de um dos raríssimos exemplares em primeira edição de *A Cinza das Horas* (1917), de Manuel Bandeira, um dos autores com as primeiras edições mais difíceis de serem encontradas e colecionadas.

A figura de José Mindlin é resgatada por Elisa Nazarian no afetuoso relato “O Amável Senhor dos Livros”, em que narra sua entrada no universo dos livros a partir de sua relação com o bibliófilo – os dois trabalharam na biblioteca durante anos, o que resultou em uma relação profunda de amizade. A memória de Mindlin, assim como a de outros grandes bibliófilos como Rubens Borba de Moraes e Mário de Andrade, ganha destaque no texto “Bibliofilia e sua Recíproca”, de Carlos Augusto Calil, no qual este investiga as condições do relacionamento entre o livro e o seu dono, demonstrando que o bibliófilo, ao exercer o seu amor pelo livro e pela leitura, os compartilha com a sociedade.

Partindo da bibliofilia para a área da conservação, dedicamos uma seção inteira ao evento em homenagem a Guita Mindlin – RUMOS ATUAIS E FUTURO DA CONSERVAÇÃO NO BRASIL, também realizado no espaço da Biblioteca. A seção abrange relatos significativos sobre o sistema municipal de bibliotecas de São Paulo, desde a sua implantação, processo abordado por Carlos Augusto Calil, até um relato pessoal de Rizio Bruno Sant’Ana sobre a trajetória de mais de trinta anos como bibliotecário da rede pública na Biblioteca Mário de Andrade.

Os artigos de Jayme Spinelli e Briquet de Lemos sobre experiências no campo da preservação, salvaguarda e procedimentos de conservação de bens culturais possibilitam uma apreensão mais técnica dos procedimentos e das minuciosas etapas que envolvem as áreas em questão. A regulamentação, nos dias de hoje, da profissão de conservador-restaurador é brevemente atualizada por Valéria Gauz. A autora apresenta aspectos que envolvem o ensino da disciplina Preservação em cursos de Biblioteconomia no Estado de São Paulo, além de trazer informações sobre a presença de assuntos que envolvem a conservação de acervos no suporte papel em periódicos científicos dos campos de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Em RAROS E RARÍSSIMOS, Marcelo Lachat aborda a importância do manuscrito seiscentista *Saudades de Lídia e Armindo* para a historiografia das letras luso-brasileiras do século XVII. O artigo de João Marcos Cardoso investiga as representações da presença de cinquenta nativos brasileiros na entrada de Henrique II em Rouen, França, no ano 1550. Já Silveli Toledo analisa, em sua colaboração, fontes manuscritas e impressas como herança da influência portuguesa do Brasil.

Em ESTUDOS BBM, Ana Paula Gomes do Nascimento examina a edição de 1873 do poema *Prosopopeia* (1601), de autoria de Bento Teixeira, como o ponto de partida de reflexões sobre diferentes momentos da “política literária” brasileira nos termos de Antônio Soares Amora.

PUBLICAÇÕES BBM aborda a apresentação da quinta edição de *O Bibliófilo Aprendiz*, escrita por Claudio Giordano, além da resenha do livro *Bibliotecas de Maria Bonomi* por Gustavo Piqueira.

Por último, MEMÓRIA, traz a referida homenagem de Débora Dias a Cristina Antunes, com ênfase na profunda ligação desta com os livros, dos quais se considerava guardiã após mais de trinta anos de cuidado ao lado de José Mindlin.

Acreditamos que o empenho desta edição, bem como o da *Revista BBM* como um todo, consiste em ampliar o alcance do conhecimento gerado a partir do acervo, de modo a tornar a BBM uma biblioteca viva, um dos maiores objetivos de José Mindlin nos anos de colecionismo. Nesse sentido, reúne pesquisas de diferentes áreas como um exercício de reflexão e, acima de tudo, como um convite ao público para que conheça e se envolva com os estudos produzidos dentro da universidade. ●

*Os Editores*



# S

## DOSSIÊ: BIBLIOFILIA – CIRCUITOS E MEMÓRIAS

- 14 *Apresentação*  
Marina Massimi
- 19 *Descaminhos do Coleccionismo*  
Ubiratan Machado
- 35 *Em Busca de Bibliófilos Esquecidos*  
Briquet de Lemos
- 57 *O Amável Senhor dos Livros*  
Elisa Nazarian
- 65 *Bibliofilia e Sua Recíproca*  
Carlos Augusto Calil

# U

## RAROS E RARÍSSIMOS

- 72 *O Manuscrito Seiscentista das Saudades de Lídia e Armido Atribuídas a Bernardo Vieira Ravasco*  
Marcelo Lachat
- 82 *A Conquista de A Cinza das Horas de Manuel Bandeira*  
Esio Macedo Ribeiro

## RUMOS ATUAIS E FUTURO DA CONSERVAÇÃO NO BRASIL HOMENAGEM À GUITA MINDLIN

- 88 *O Bibliotecário na Conservação de Livros Raros*  
Rizio Bruno Sant'Ana
- 108 *Patrimônio Cultural:*  
Preservação, Salvaguarda e Conservação de Bens Culturais  
Jayme Spinelli
- 120 *Conservar ou Desconservar:*  
“Bicho tem em qualquer lugar, até na minha casa”  
Briquet de Lemos
- 152 *A Presença da Disciplina*  
Preservação em Cursos de Biblioteconomia e Arquivologia  
Valeria Gauz
- 166 *A Implantação do Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo e a Renovação da Biblioteca Mário de Andrade*  
Carlos Augusto Calil
- 184 *A Cultura em Processo de Mudanças Extremas*  
José Teixeira Coelho Neto

# Á

## ESTUDOS BBM

- 196 *Festa e Trabalho:*  
A Encenação Tupinambá na Entrada em Rouen de Henrique II em 1550  
João Marcos Cardoso
- 216 *Práticas Colecionistas e Políticas Culturais:*  
Reflexões Sobre Alguns Documentos Religiosos Salvaguardados na BBM  
Silveli Toledo
- 236 *A Primeira Edição Brasileira do “Primeiro Poeta Brasileiro”:*  
A Publicação de 1873 da *Prosopopeia*, Algumas Rotas de Leitura  
e Novos Caminhos da Crítica ao Poema  
Ana Paula Gomes do Nascimento

## MEMÓRIA

- 256 *Cristina Antunes:*  
Extraordinária Leitora e Guardiã dos Livros  
Debora Dias

## PUBLICAÇÕES BBM

- 272 *Bibliotecas de Maria Bonomi*  
Gustavo Piqueira
- 276 *Simplicidade Alegre de um Bibliófilo*  
Claudio Giordano
- 281 *Resumos e Referências*
- 308 *Normas para Apresentação de Artigos*

M

R

I

O

celum ⁊ terram. Terra autem erit ma-  
 nis ⁊ uacua ⁊ tenebre erant sup faciem a-  
 brissi ⁊ sp̄s dñi ferelatur sup aquas. Dixitq;  
 deus. fiat lux. Et facta est lux. Et uidit deus lu-  
 cem qd̄ er̄ bona ⁊ dixit sic lucem ac teneb̄s.  
 Appellauitq; lucem diem ⁊ tenebras noctem  
 factumq; est uesp̄e ⁊ mane dies unus. Dixit  
 quoq; deus. fiat firmamentum in medio  
 aquarū ⁊ diuidat aquas ab aquis. Et fecit de-  
 firmamentum dñusq; aquas que er̄t  
 sup firmamentū ab h̄is que erant sub fir-  
 mamento. Et factum est ita. Uocauitq; firma-  
 mentum deus celum. Et factum est uesp̄e ⁊ ma-  
 ne dies sextus. Dixit uero deus. Congregentur  
 aque que sub celo sunt in locum unum:  
 ⁊ appareat arida. factumq; est ita. Et uocauit de-  
 aridam terram: congregationesq; aquarū  
 appellauit maria. Et uidit deus qd̄ er̄ bonū  
 ⁊ ait. Germinet terra herbam uirentem ⁊  
 facientem semen ⁊ lignum pomifere faci-  
 ens fructū iuxta genus suum. cui semeni  
 semetip̄o sit sup terram. Et factum est ita. Et p-  
 tulit ita herbam uirentem ⁊ afferentē semē  
 iuxta genus suum. lignumq; faciens frue-  
 tū ⁊ h̄is unum qd̄q; seminem secundū speciē  
 suam. Et uidit deus qd̄ er̄ bonum ⁊ factum est ue-  
 sp̄e ⁊ mane dies tertius. Dixit autē deus. fiat  
 luminaria in firmamento celi ut diuidat  
 diem ac noctem ⁊ sint in signa ⁊ tempora ⁊  
 dies ⁊ annos ut luceant in firmamento celi ⁊  
 illuminent terram. Et factum est ita. fecitq; de-  
 us duo magna luminaria: lunare mai⁹ ut pee-  
 esset dies ⁊ lunare min⁹ ut p̄cer̄ nocti. Et  
 stellas. Et posuit eas in firmamento celi ut lu-  
 cerent sup terram ⁊ p̄cer̄ dies ac nocti. ut di-  
 uiderent lucem ac tenebras. Et uidit deus qd̄  
 er̄ bonum ⁊ factum est uesp̄e ⁊ mane dies quartus.  
 Dixit ⁊ deus. Producant aque reptile aīe uiuentē  
 ⁊ uolatile sup terram. sub firmamento celi  
 Creauitq; deus cete quinq; ⁊ sem̄ animam

**N**  
**U**  
**M**  
**O**  
**D**  
**I**  
**O**  
**R**  
**B**  
**A**  
**C**  
**I**  
**T**  
**D**  
**S**



# DOSSIÈ



# BIBLIOTHECA CIRCUITARIA E MEMORIA

# FILIA TOS ÓRIAS

**O** Dossiê é fruto do evento com análogo título ocorrido de 12 a 13 de novembro de 2018, expressão de uma parceria entre o grupo de pesquisa Tempo, Memória e Pertencimento do Instituto de Estudos Avançados da USP; a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin e o Projeto “Bibliofilia: Circuitos e Memórias” do NELE (Núcleo de Estudos do Livro e da Edição/USP), coordenado pelos professores Plínio Martins Filho e Marisa Midori Deaecto. O evento, realizado no espaço da referida Biblioteca, contou com as comunicações de Ana Luiza Martins; Agenor Briquet de Lemos; Ana Maria Camargo; Elisa Nazarian; Cássio Ramiro Mohallem; Oto Dias Becker Reifschneider; Ubiratan Machado; Antônio Carlos Secchin; Augusto Calil. E com a mediação dos Professores Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (Diretor da BBM). Vários dos participantes acima listados são autores dos textos que aqui propomos e cujo conteúdo o objeto de suas comunicações no evento.

O objetivo comum dos organizadores do evento era o de abordar a temática da bibliofilia no âmbito da intenção mais ampla de propor, valorizar e debater ações e atores inerentes aos campos da memória e da preservação do patrimônio cultural, artístico e científico do Brasil, com foco no fato desse patrimônio ser expressivo de sujeitos atuantes ao longo da história do país.

Os livros constituem-se como parte importante do patrimônio cultural do Brasil e o tema do colecionismo se refere justamente a ações e atores históricos que buscam resgatar, preservar e transmitir esse patrimônio.

O livro como espelho para o conhecimento de si mesmo, e a leitura como a garimpagem de tudo o que pode alimentar a vida pessoal e social. Motivos importantes que acomunam a comunidade dos *biblio-filos*: amigos/amantes dos livros. E que são expressos de modo claro nestas palavras de José Mindlin: “Em relação aos livros [...] sinto-me mais como um depositário do que um proprietário, usufruindo, é verdade, o prazer que eles proporcionam, mas visando preservar uma herança do passado, e conservar o que se faz de bom agora, com o propósito de transmitir tudo isso para o futuro. [...] Num mundo em que o livro e deixasse de existir, eu não gostaria de viver”. ●

*Marina Massimi*



For in

Only



# DESCAMINHOS DO COLECIONISMO

---

*Ubiratan Machado*

Antes de falar um pouco de meus livros, das pequenas aventuras para adquiri-los e de minha condição de aprendiz de bibliófilo, gostaria de abordar alguns aspectos relacionados à bibliofilia – uns históricos e outros atuais – sendo que estes incomodam todos os amigos do livro.

Ao ser convidado para participar deste seminário, a primeira coisa que pensei foi no futuro do livro e, em consequência, da bibliofilia neste mundo pós-moderno, cada vez mais massificado e automatizado, em plena agonia do humanismo – se é que ele já não morreu e se esqueceram de me avisar –, onde a internet é o lar virtual de todos nós, excelente fonte de consulta, uma conquista admirável da humanidade, mas estranha à arte de pensar, mundo no qual as pessoas estão perdendo o gosto pelo sutil prazer de conversar e no qual a cada dia parece – parece – diminuir o prestígio e a influência do livro.

Essas são indicações sumárias do presente, base de especulação dos estudiosos do futuro, que preveem uma sociedade sem livros físicos para breve – se bem que este em breve está se alongando muito, pois o assunto vem sendo enfatizado, pelo menos, desde a década de 1980. E se voltarmos mais no tempo, desde os anos 1860 (Machado de Assis

previa a morte do livro, absorvido pelo jornal; uma teoria da época do filósofo francês Éugene Pelletan). Os curiosos de futurologia sabem que a sondagem do futuro, apoiada em dados da realidade atual, pode ser correta em pequenos detalhes, mas sempre falha quando se trata de uma visão abrangente da sociedade. Nos deslumbrados anos 1950 e nas décadas seguintes, surgiram muitos exercícios de futurologia, elaborados por profetas intuitivos, isto é, supostamente dotados de dons paranormais (característica do grande Júlio Verne), e de profetas tecnocratas, que esboçavam o porvir apoiados em tendências da realidade social e econômica da época, da tecnologia disponível e no que essa tecnologia anunciava como conquistas futuras. Um desses profetas, misto de economista e tecnocrata, tornou-se famoso em todo o mundo com suas previsões “rigorosamente científicas”. Chamava-se Hermmman Kahn, era norte-americano e, com toda a sua parafernália de dados e conhecimentos tecnológicos e científicos, acertou menos que um profeta de roça. Como seus colegas de ofício, previu algumas coisas óbvias; mal comparando, como o sujeito que prevê que a gata prenha vai ter uma ninhada de gatinhos. Coisas de somenos. Mas ninguém previu a eclosão da informática – apesar dos computadores já existirem – e a revolução que ela provocou na sociedade, só comparável à grande renovação espiritual e cultural do Renascimento, com o surgimento da imprensa.

A crise do livro, a meu ver, se assemelha à morte anunciada do teatro, quando do surgimento do rádio e depois da televisão. Houve uma crise teatral, mas logo a estabilidade voltou, adaptada a uma nova realidade social. O mesmo ocorre com o livro impresso e o *ebook*, que cresceu muito e agora se estabilizou, enquanto o seu concorrente permanece, vencendo, com galhardia, este primeiro *round*.

A questão, me parece, deve ser colocada da seguinte forma: vai diminuir o público do livro impresso? Inevitável. É um fenômeno que já ocorre, inclusive por pressões e características da vida moderna; a pressa excessiva; a disponibilidade cada vez menor de tempo; os meios de comunicação imediata, como o celular e outras ferramentas mais modernas de comunicação; e outras características dessa nossa civilização do espetáculo, como a definiu Vargas Llosa, na qual as pessoas têm pavor da vida interior e se empenham na busca desesperada da fama a todo custo (os famosos quinze minutos de fama). Ora, livro e leitura são o oposto do espetáculo, e se há espetáculo ele se desenrola no interior de cada um, na sua cachola.

Assim, na certeza de que os profetas tecnocratas erram sempre, podemos nos tranquilizar, mandar eles passearem no bosque e comemorar a vitalidade do livro físico e da bibliofilia, uma atividade quase tão antiga quanto a palavra escrita, que em sua longa trajetória, despertou



.....  
*Na juventude, Machado de Assis admitia a morte do livro, absorvido pelo jornal.*

muitos equívocos, despeitos, zombaria, mas também louvores e declarações de amor, contando até com a proteção dos céus.

Pois, como toda atividade nobre, os bibliófilos têm um padroeiro – aliás, padroeira – dadivosa e elevada na hierarquia celeste. Chama-se Santa Wilborada. No ano de 925, a Abadia de Saint Gall estava ameaçada pelos invasores bárbaros que, como era seu costume, ameaçavam queimar tudo. Seria o fim da riquíssima biblioteca, formada por milhares de volumes. Contam as crônicas da época que Wilborada, uma espécie de bibliotecária da casa, enterrou os livros após uma visão. Os bárbaros foram repelidos, mas o mosteiro ardeu como o pavio de uma vela. O corpo da monja, mutilado e desfigurado, foi abandonado em uma pequena elevação, onde mais tarde encontraram os livros intactos. Outra versão, menos romântica, diz que os livros foram transferidos para um mosteiro próximo e que Wilborada morreu com um machado cravado na cabeça, sendo por isso representada pela Igreja com um livro na mão direita e um machado na esquerda. Seja como for, pelo seu heroísmo ela ascendeu à santidade. Como padroeira dos bibliófilos, possivelmente protege-os dos amigos do alheio, do olho gordo dos colegas e, sobretudo, dos chatos que insistem em pedir livros emprestados.

Longe dos céus, no plano material, se fosse preciso escolher um patrono dos bibliófilos, o eleito não poderia ser outro senão o velho Anatole France. Ninguém amou os livros com tanta ternura e nem os exaltou com tanta dignidade e bom humor quanto ele, na vida e em sua obra. Livros e bibliotecas estão sempre presentes em seus romances e contos, por vezes de forma insólita, como aquela biblioteca de *A Revolta dos Anjos*, que mantinha relações mágicas com o além. E, curiosamente, entre os muitos autores que abordaram o tema da bibliofilia em prosa de ficção, ele foi o único – pelo menos até onde vai meu limitado conhecimento – no qual o impulso humanitário supera a paixão do colecionador. O romance *O Crime de Silvestre Bonnard* conta a história de um bibliófilo a quem nada mais interessava no mundo a não ser os livros – a sua “cidade dos livros”, como ele a chamava – que resolve vender sua biblioteca para beneficiar o futuro de uma órfã. Mas, à noite, ele acorda, “furta” e esconde um dos livros, “o tesouro com que havia sonhado toda a noite”. Foi esse o crime inocente de Silvestre Bonnard.

A tradição literária sempre mostrou o contrário: o apaixonado pelo livro como uma espécie de sultão em seu serralho, na comparação pitoresca de Eduardo Friero, capaz de todas as extravagâncias para guardar seu tesouro ou desfrutar do famigerado exemplar único. É o tema daquele conto da mocidade de Flaubert, intitulado *Bibliomania*. Após penetrar numa casa em chamas e se apossar de uma Bíblia –



*Santa Wilborada,  
padroeira dos bibliófilos.*

*Anatole France, grande escritor e  
amante refinado dos livros, pode ser  
considerado patrono dos bibliófilos.*



primeiro livro impresso na Espanha –, o livreiro Giacomo é preso, sob acusação injusta de atear o incêndio para se apossar daquele exemplar único, e condenado à morte. Seu advogado de defesa desmente essa versão, apresentando outro exemplar do livro. Então, Giacomo, num impulso delirante, avança para ele, se apossa da Bíblia e a rasga, a fim de continuar sendo o dono do exemplar único, mesmo que isso lhe custasse a vida.

Essa atitude alucinada de alguns maníacos acabou sendo atribuída a todos os bibliófilos, em paralelo à tradição várias vezes milenar do livro como fonte de enriquecimento espiritual e, por osmose, de aprimoramento social. Creio que a mais antiga declaração de amor ao livro é do faraó egípcio Ramsés II – lá se vão mais de três mil anos –, talvez o primeiro bibliófilo do mundo, que escreveu à porta de entrada de sua biblioteca, em Tebas, “Remédio dos males da alma”. O acesso a esse remédio foi interrompido no período medieval com a destruição das bibliotecas pagãs pelos cristãos, a ignorância brutal e generalizada dos senhores feudais e o confinamento dos livros em mosteiros. Só no Renascimento, com a difusão do papel e o vento de inteligência e libertação que soprou no espírito do homem ocidental, os livros começam a circular no mundo laico. Ainda assim, até o século XVIII as bibliotecas particulares são escassas, com número limitado de exemplares e, em geral, propriedade de reis, nobres e pessoas da corte.

No século XIX, quando o acesso ao livro se democratizou, surgiram as grandes bibliotecas privadas e, desde logo, reapareceram com ímpeto os colecionadores seletos e compulsivos, em geral gente de posses, pois o preço do livro ainda era elevado, mas também pessoas de recursos modestos, mas astutas na arte de garimpar livros. O povo desconhecia estes e só via a atividade dos ricos. Dessa forma, o termo bibliófilo ganhou um sentido enganoso, que persiste ao longo do tempo, significando um nababo, vivendo numa mansão onde fios de ouro pendem do teto, a biblioteca cheia de incunábulo, edições de vinte, cinquenta, cem exemplares, ilustradas por Picasso, Dalí, Picabia, autógrafos de Voltaire, Freud, Machado de Assis, Maquiavel e, se der sopa, até de Pôncio Pilatos, encadernações feitas na caverna de Ali Babá, vá lá os exageros.

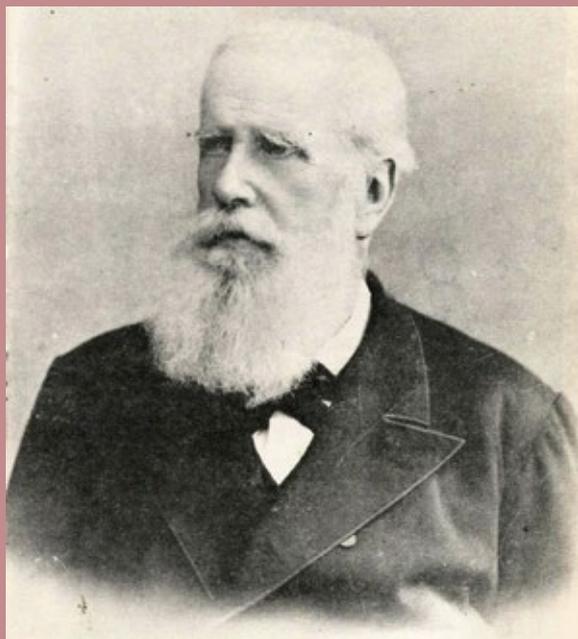
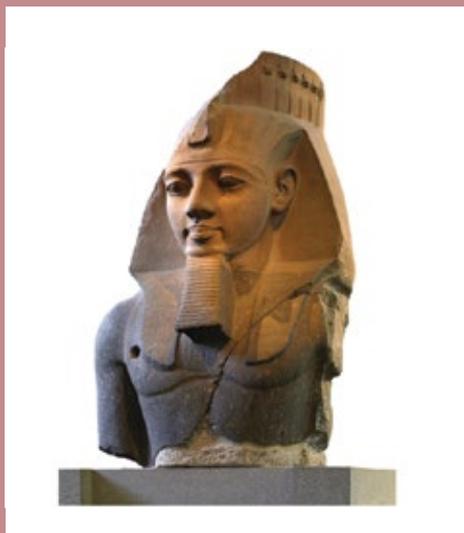
Muitos bibliófilos milionários incorporaram essas ideias e não reconhecem o direito de concorrentes menos aquinhoados financeiramente possuírem bibliotecas tão boas ou melhores do que as suas. É o que aconteceu com este que vos fala. Ao saber que eu possuía um determinado livro, bastante raro, um senhor milionário, que todos aqui conhecem mas cujo nome não vou declinar, teve um acesso de despeito, bradando que a posse de tal preciosidade deveria ser reservada às pessoas etc., não preciso concluir.

Pois bem, apesar desse senhor, a maioria dos bibliófilos são pessoas com algum poder aquisitivo, membros da classe média, mas que muitas vezes se privam de coisas essenciais ao cotidiano para adquirir uma peça rara. O mesmo ocorre com os seus concorrentes diretos, os bibliômanos. Em verdade, anseios e objetivos de ambos são bem semelhantes e as diferenças bastante sutis. Em geral, aponta-se como qualidades distintas do bibliófilo a sensibilidade, a inteligência e o bom gosto, mas o mesmo se aplica a muitos bibliômanos, como tenho constatado. Ambos têm o mesmo amor inquietante pelo livro, a compulsão em possuí-los, resultando na formação de conjuntos preciosos pela qualidade, pela quantidade ou por ambas. O que os distingue, a meu ver, é o uso que ambos fazem dos livros e a filosofia que orienta as suas coleções.

Os bibliófilos em geral formam a sua coleção obedecendo a um critério, centralizado em determinado assunto, o que não impede a diversificação de temas. Afinal, as áreas de conhecimentos estão muito próximas e por vezes intrincadas umas nas outras. Quem estuda literatura, se quiser ler em profundidade, tem de recorrer frequentemente não apenas a dicionários, mas também a manuais de história, geografia, sociologia etc. Além do mais, não é nenhum pecado o interesse por múltiplos assuntos. Além do mais, por que o apaixonado por história ou literatura, não pode ter também se interessar por astronomia? Ou mecânica? O fundamental é que os livros do bibliófilo se destinam ao estudo e ao prazer da leitura. O que não os impede, como pessoas de bom gosto, de se deliciarem com uma edição rara, um livro bem ilustrado, uma encadernação primorosa, uma dedicatória autografada. O requinte é inevitável no prazer bibliográfico, mas começa a degenerar quando passa a primeiro plano, sobrepondo-se à finalidade de estudo e prazer intelectual.

Já os bibliômanos juntam livros muitas vezes sem critério, apenas pelo prazer de posse, a raridade dos exemplares, a beleza das encadernações etc. O que, também, não é regra inflexível. Alguns se iniciam em tema de seu interesse, têm discernimento, mas são indiferentes ao conteúdo dos livros. Formam uma coleção capaz de disparar o coração de um bibliófilo, mas não se interessam em lê-los. Quando muito, consentem em exibí-los. Como aquele Cardeal da Cunha, de Portugal, dono de uma biblioteca de onze mil volumes que a malícia da época chamava de as onze mil virgens. Essa atitude não era novidade. Existia desde a Roma dos Césares despertando a revolta dos literatos pobres. Luciano de Samósata, autor do *Diálogo dos Mortos*, – de olho nas coleções de bibliófilos que não o admitiam em suas casas – comparava-os ao “cão que, deitado na estrebaria e não podendo comer a cevada, não permite que o cavalo a coma”. Em suma, de acordo com um estudioso

*Ramsés II, autor da mais antiga  
declaração de amor ao livro.*



*Dom Pedro II dizia amar os livros  
com os cinco sentidos.*

francês os bibliófilos possuem livros e os bibliômanos são possuídos pelos livros. Mas, tudo somado e batido em liquidificador, acho que todo bibliófilo tem o seu tanto de bibliômano. E, com vossa licença, vice-versa, o contrário.

Seja como for, ao longo dos séculos, quando se trata de chacotas aos colecionadores de livros, bibliófilos e bibliômanos costumam ser iguados. Anatole France, ele mesmo um refinadíssimo bibliófilo, misturou-os na mesma salada. “Tem-se troçado dos bibliófilos” – observa – “e talvez, afinal de contas, eles se prestem à zombaria: é o caso de todos os namorados... Julga-se confundi-los dizendo que eles não leem os seus livros”. Mas um deles respondeu sem embaraço: “E vocês, será que comem na sua velha faiança?”, isto é, em suas porcelanas raras.

O egoísmo é uma acusação dirigida não apenas ao bibliófilo, mas a toda a categoria dos colecionadores. Essa alegação condenatória em geral parte daqueles que desejariam que os bens do mundo fossem comuns a todos, excetuados os seus bens privados, obviamente. Desde já podemos descartar tal acusação, lembrando que boa parte da memória humana e de sua riqueza cultural subsiste primeiro em coleções privadas, só mais tarde incorporadas – quando tal acontece – ao patrimônio público, museus e bibliotecas.

Entre zombarias e admirações, elogios e provocações, os bibliófilos vivem ameaçados por uma outra espécie de amante do livro, amante indigno, quase sempre sujeitos astuciosos, agradáveis e bons de lábia, os bibliopiratas, dispostos às atitudes mais ousadas para se apossar de um livro.

Numa categoria semelhante estão aqueles sujeitos capazes de se corromper para obter um exemplar desejado. A propósito, e em tom de blague, Jules Janin lembra o diálogo entre Pierre Séguier, chanceler de Luís XIII e dono de uma bela biblioteca, e este rei de França. Um dia, os dois conversavam tranquilamente quando o rei perguntou se ele, Séguier, seria capaz de vender a justiça e qual seria o seu preço.

– Oh sire, por nenhum preço... Mas, por um belo livro, não garanto...

Contam as línguas viperinas que até um homem escrupuloso como D. Pedro II, teria furtado um livro da biblioteca do Colégio de Caraça, em Minas Gerais, quando de sua visita àquela instituição. Tratar-se-ia da *Crônica*, de Eusébio Panfílio, bispo de Cesareia, editada em Veneza, em 1483. A história foi desmentida, talvez tenha sido uma simples calúnia de algum inimigo do monarca, sabendo a sua paixão livresca. O imperador dizia amar os livros com os cinco sentidos. Uma afirmação metafórica que não pode ser interpretada ao pé da letra. Amar os livros com a visão, o tato e o olfato, vá lá. São apreciações quase sensuais. A audição, gozar o ruído das folhas viradas de um livro, já é mais difícil.

Mas, como incluir o paladar nesse amor? Será que o imperador lambia os livros ou comia as folhas, como se fossem uma alface apetitosa?

Com dois, três ou quatro sentidos em alerta, agrada-me mais, ver a bibliofilia – a autêntica, a do colecionador sensível e inteligente que compra os livros para serem lidos, estudados e consultados – como foi definida por José Mindlin: uma loucura mansa. Ressaltando que loucura aqui se aproxima muito mais do sentido erasmiano do termo – a loucura como oposta à mediocridade dos excessos de sensatez – do que do desequilíbrio que leva o cidadão ao hospício. Se todos somos loucos, como ironizava Erasmo, a exceção seria o sujeito incapaz de despropósitos, ou seja, a súpula da mediocridade. Por provocar a loucura é que, paradoxalmente, o contato dos livros é salutar. E a loucura mansa costuma levar ao que o mundo mais precisa: tolerância, simplicidade de espírito, respeito pelo semelhante.

Aproveitando a deixa da loucura mansa, gostaria de lembrar o lento processo de inoculação em mim desse veneno delicioso e minha perversão precoce como eterno aprendiz de bibliófilo, minhas aventuras bibliográficas e meu percurso como colecionador de livros. Em mais de sessenta anos de paixão constante reuni um acervo, e o digo sem falsa modéstia, de grande riqueza no que se refere sobretudo à literatura brasileira, à caricatura, e uma respeitável parte de literatura francesa.

Mas, minha livraria – e agrada-me empregar este velho termo para designar biblioteca –, minha livraria, não se restringe a estes temas, ela se caracteriza pela variedade temática e, aproveitando outra afirmativa de José Mindlin, pela indisciplina. Aliás, em matéria de bibliofilia, indisciplina equivale a sabedoria e até mesmo a disciplina. A subversão da semântica. O termo impondo-se por seu sentido oposto. A disciplina em seu sentido lato sufoca. Na minha caótica livraria a literatura convive com álbuns de caricatura, manuais de história e de erotismo, como cães, gatos e girafas vivendo no mesmo ambiente. Uma arca de Noé.

O início de tudo, porém, teve muito de loucura, mas nada de mansidão. Pode ser melhor comparado a um turbilhão. O impacto da leitura de livros, no garoto de doze para treze anos, até então leitor de histórias em quadrinhos, provocou um descalabro em sua mente. Meu pai havia deixado uma coleção de Humberto de Campos e o ilustre maranhense foi o primeiro Virgílio a conduzir o modesto Dante adolescente pelos infernos, purgatórios e paraísos da literatura. Essa leitura deu um nó na cabeça do menino, que sofreu uma amarga crise de pessimismo, incapaz de separar o fascínio proporcionado por aqueles textos do veneno sutil que deles escorria. O próprio Humberto reconhecia suas maldades. Em um trecho de seu *Diário Secreto* dizia que se tornara tão cruel

que até quando elogiava alguém, o elogiado não sabia se lhe agradecia ou lhe dava um soco na cara. Essa predisposição à crítica impiedosa e até a difamação pura e simples se intensificou com a elefantíase, com a deformação de pés e mãos. O que serviu para essa deliciosa maldade: “Por que me incham os pés se, ao contrário de muitos de meus colegas, não escrevo com as patas?”

Ainda bem que o veneno destilado por esse sujeito sofrido, amargurado, que encucou o menino, logo encontrou o contraveneno, exatamente nos livros – *similia similibus curantur*, o semelhante cura o semelhante –, ao contato com outras personalidades e sensibilidades, revelando-lhe a diversidade dos caracteres humanos e, aos poucos, ensinando-lhe como deixar de ser um joguete de opiniões e impressões alheias. Em suma, despertando-lhe um incipiente senso crítico diante dos livros, do ser humano e da vida, aguçado com a descoberta de outro terrível demolidor, o iluminado Voltaire, que lhe deu um novo nó na cabeça, mas no sentido de ensinar a pensar, de lucidez e libertação. Aprendi a lição, sem lhe herdar o sarcasmo. Ainda bem.

Quando devorei toda a coleção de Humberto de Campos e comprei meu primeiro livro, foi movido exclusivamente pela paixão da leitura, a descoberta daquele mundo alucinante, que como toda alucinação, nos atordoia, mas também nos liberta da rotina e, no caso específico do livro, nos projeta no reino mágico de todas as possibilidades, sem fronteiras, desde a ascensão ao infinito à luz puríssima das estrelas, até as escabrosas revelações da maldade humana.

A partir daí tornei-me um leitor implacável, lembrando aquele personagem de Machado de Assis, que “lia de manhã, de tarde e de noite, ao almoço e ao jantar, antes de dormir, depois do banho, lia andando, lia parado, lia em casa e na chácara, lia antes de ler e depois de ler”. Não cheguei a tanto, mas, por certo, li com a mesma volúpia. Em verdade, eu não lia apenas, mas mergulhava dentro dos livros, convivia com os personagens e com tal exaltação que parecia que eles estavam ali no quarto, com suas paixões e desenganos, amores e rancores, ideais e frustrações. Terminada a leitura, ao me levantar da velha cadeira de balanço, tinha a sensação de esbarrar em vagas formas humanas e de sentir olhares misteriosos me espreitando.

Recentemente, descobri que a grande escritora chilena, Isabel Allende, viveu experiência semelhante em sua adolescência. Nesse livro extraordinário que se chama *Paula*, ela conta que, incitada pelo tio, se convencera “de que na escuridão os personagens abandonam as páginas e percorrem a casa”, “vagando pelos cômodos, revivendo as suas aventuras e paixões: piratas, cortesãs, bandidos, bruxas e donzelas”, o que a assustava.

Com os seus personagens saltando ou não de suas páginas, os livros começaram a se acumular nas improvisadas estantes. Nessa época em que comecei a frequentar livrarias, década de 1950, a oferta de livros era imensa e os preços bastante acessíveis. Nos balcões e prateleiras encontravam-se com facilidade edições do século XIX e XVIII, livros autografados, edições de grandes clássicos franceses, Voltaire, Chateaubriand, Victor Hugo. A fartura bibliográfica era uma tradição do Rio de Janeiro, que o digam os colecionadores paulistas que saíam daqui em caravana para comprar livros no Rio. As bibliotecas particulares eram enormes. A partir do processo de verticalização das residências, elas começaram a minguar. Com a escassez de espaço, moradores de casas imensas se mudavam para apartamentos e, muitos deles, se desfaziam de toda ou parte da biblioteca, por carência de espaço. O livreiro Carlos Ribeiro, já na década de 1970, comprava mais de quinhentos livros por dia.

Só mais tarde, com o amadurecimento do leitor no comércio de livros, as leituras, a conversa com colecionadores mais experientes, a formação de uma biblioteca especializada em literatura brasileira, agucei a sensibilidade para outras seduções do livro, a apresentação gráfica, o valor das ilustrações, a raridade das edições, o encanto de uma dedicatória e de um autógrafo, a harmonia de uma encadernação. É como começam todos os amores e todas as tentações. O aprendiz de bibliófilo passava a ter consciência do que sempre sentira de forma vaga, sem analisá-la. Pois em matéria de bibliofilia ninguém queima etapas. Bibliofilia é manifestação amadurecida do impulso pela leitura e do amor aos livros. Parodiando Machado de Assis – que dizia que o ladrão já nasce feito, a ocasião apenas o revela –, pode-se afirmar que o bibliófilo já nasce feito, as circunstâncias o revelam. E tais circunstâncias, em geral, só se impõem após um razoável amadurecimento. Ou, pelo menos, assim aconteceu comigo.

O primeiro fato digno de memória na aquisição de livros – quando o interesse pelo livro raro e bem editado começava a se impor – se deu aos dezoito, dezenove anos, na Livraria do Povo, de Antonio Severo Santana, o livreiro mais simpático da cidade. Risonho, malicioso, comentava os fatos com muita graça e uma pontinha de maldade, seguidos por uma risada estrepitosa. Generoso como poucos. Era a primeira vez que eu entrava naquela loja diminuta, na qual não cabiam mais de três pessoas enxutas. Se o freguês fosse gordo, o local comportava apenas duas. Fiquei estatelado. A loja estava repleta de preciosidades, primeiras edições de poetas românticos, simbolistas, parnasianos, modernistas, romances que eu nunca mais veria, revistas do século XIX, exemplares autografados, o diabo a quatro. Apesar de eu ser um desconhecido, o livreiro



Na década de 1970, o livreiro carioca  
Carlos Ribeiro comprava quinhentos  
livros por dia.

José e Guita Mindlin em sua residência.  
José Mindlin definiu o amor pelos livros  
como loucura mansa.



conversou comigo como se fôssemos velhos amigos. Fiquei sabendo que aquele material pertencia à biblioteca de Múcio Leão, recentemente falecido. Com gula de bibliófilo aprendiz, separei uma meia dúzia de livros. Como eram muito caros, me restringi a dois, um romance naturalista, não lembro qual, e um volume encadernado do *Jornal das Famílias*, de 1862, num estado miraculoso de conservação.

Pedi ao Santana que guardasse os livros por alguns dias. Para minha surpresa, ele os embrulhou – naquela época ainda não se usava saco plástico –, amarrou e colocou nas mãos do rapaz, que via pela primeira vez, dizendo com um sorriso nos lábios: “Leva, paga quando puder”. Como esquecer um gesto deste?

Nem sempre era assim. Muitas livrarias estavam em mãos de analfabetos, incapazes de gentileza, mas também de avaliar o valor real de um livro. Acontecia, então, um fenômeno curioso. Ou cobravam um preço excessivo por livros que julgavam raros e que, muitas vezes, nada valiam, ou vendiam obras realmente raras por preço irrisório. Digo isso por experiência própria. Num sebo bastante modesto, descobri, no fundo da loja, numa prateleira junto ao chão, na seção de “Pássaros”, assunto que nunca me interessou, mas à qual fui guiado pela intuição, a coleção completa, 52 números, do raríssimo jornalzinho *O Beija-Flor*, editado por Joaquim Norberto, entre 1849 e 1852. Quase dei um pulo de alegria, e aquele beija-flor, vendido a preço de canário da terra, foi piar na minha biblioteca.

Por vezes, o amante de livros parece receber um presente dos céus, talvez de Santa Wilborada. Em certa ocasião, a Livraria Brasileira havia comprado uma grande biblioteca no interior do Estado. Muitos livros estavam em condição lastimável, mas havia preciosidades bem conservadas. Comprei uns cinco ou seis volumes. Chegando em casa, como minha mãe estava com visita, ao contrário de meus hábitos, deixei os livros embrulhados. Alguns dias depois, ao abri-los tive a surpresa maravilhosa: dentro de um deles encontrei um original de Di Cavalcanti. Um desenho a nanquim no verso do convite de sua última exposição em Paris.

Na faixa dos quarenta anos – já com um acervo respeitável de livros raros, autógrafos etc. –, deixei a revista onde exercia a função de redator e passei a trabalhar para uma empresa multinacional e, durante seis ou sete anos, viajei por todo o Brasil. Claro que, cumpridas as obrigações profissionais, era inevitável a excursão aos sebos da cidade. Descobri muita pepita em livrarias modestas do Pará, do Maranhão, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul. Aqui em São Paulo, eu vinha com alguma frequência desde os anos 1960. Comprei muita obra valiosa na Livraria Gazeau, na Praça da Sé, com seu fabuloso

subterrâneo cheirando a mofo e repleto de raridades. Raras vezes paguei preço extorsivo por um livro. Raras, pois fui vencido algumas vezes. Mas, nunca me arrependi de comprar. Arrependimento só de não comprar. Como a primeira edição de *Galinha Cega*, de João Alphonsus, que encontrei numa feira do livro e esnobei. Quando me afastei, vi a imbecilidade que estava cometendo. Voltei à barraca, mas o livro já tinha sido vendido. Muitos anos depois, tentei cercar essa galinha, num leilão, mas ela fugiu para outras mãos. Ou como aquele livro de Manuel Bandeira com a deliciosa dedicatória a Luís da Câmara Cascudo: “Ao Luiz, com um cascudo do Manuel”.

Hoje, no crepúsculo da vida, inclino-me a admitir que o livro, além de ser o melhor amigo do homem, tem também vida própria. Os antigos comparavam-no a seres vivos, dotados de sensibilidade, caprichosos e originais. Concordo e acredito que eles, na ausência de seus donos, conversam entre si e até abandonam seu lugar na estante, cansados da posição vertical, para descansar, se deitando no chão e possivelmente até passeando pela casa. Talvez isso explique como certos livros desaparecem de nossas vistas, localizados mais tarde nos lugares mais improváveis, para onde nunca os levaríamos. Por vezes, tenho mesmo a impressão, ao sair de casa, de ouvir um confuso rumor de vozes tímidas, e ao abrir a porta de supetão me parece ver alguns livros pulando para seus lugares na estante. Pode ser ilusão, fantasia ou o agravamento daquela loucura mansa a que o Mindlin se referia, a qual, afinal de contas, vale todas as canseiras da vida. ●

---

#### **SOBRE O AUTOR**

Ubiratan Machado nasceu no Rio de Janeiro, em 1941. Jornalista, tradutor, tem mais de vinte livros publicados de ensaios, biografias e história, entre os quais *Os Intelectuais e o Espiritismo*, *A Vida Literária no Brasil Durante o Romantismo*, *A Etiqueta de Livros no Brasil*, *Dicionário de Machado de Assis* e *História das Livrarias Cariocas*. Em 2006, recebeu a medalha João Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras, por serviços prestados à cultura brasileira, e em 2014 foi contemplado com o Prêmio Senador José Ermirio de Moraes, patrocinado pela Votorantim e escolhido pela Academia Brasileira de Letras como melhor livro do ano anterior.



# EM BUSCA DE BIBLIÓFILOS ESQUECIDOS<sup>1</sup>

*Antonio Agenor Briquet de Lemos*

Falarei de lembranças minhas e de lembranças alheias intermediadas por esta memória que anda meio trôpega. Por exemplo, não consigo lembrar o ano em que, com espanto e alegria, recebi um telefonema de Lisboa (2007? 2008?). Do outro lado da linha, alguém pedia que confirmasse meu nome. Em seguida, disse-me que fora livreiro de Rubens Borba de Moraes, em Lisboa, e se chamava António Tavares de Carvalho. Explicou (ou estarei inventando?) que conseguira meu número de telefone no *site* da nossa editora, ou em algum livro que havíamos

1. Versão modificada e ampliada de comunicação intitulada “Memória dos Livros e dos Homens: Rubens Borba de Moraes”, lida no encontro “Bibliofilia: Circuitos e Memórias”, na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, de 12 a 13 de novembro de 2018, em São Paulo. Agradeço a Ana Renata Tartaglia (Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras), Ana Virgínia Pinheiro (Biblioteca Nacional), Beatrice Gropp (Atibaia, SP), Cássio Ramiro Mohallem Cotrim (São Paulo, SP), Maria Antônia Lopes (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Maria João Neto (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Marize Malta (Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Mary Komatsu Shinkado (Biblioteca do Museu Nacional de Belas-Artes), Richard C. Ramer (New York), Rosani Godoy (Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas-Artes da Universidade do Rio de Janeiro), Renata Nazareth de M. B. Torres e José Antônio Araújo Alves (Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha), e Sonia Gomes Pereira (Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro) pelas informações, documentos e sugestões que contribuíram para esta tentativa de tornar menos vago o conhecimento sobre António Tavares de Carvalho, Jacques Renout, Jerônimo Ferreira das Neves e William Gropp.

publicado. Até então tínhamos editado de Rubens Borba de Moraes *O Bibliófilo Aprendiz* (1998) e *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial* (2006), bem como *O Mestre dos Livros: Rubens Borba de Moraes*, de Suelena Pinto Bandeira (2007). Recordo que foi uma conversa longa, durante a qual não parecia dar grande importância ao custo de uma ligação telefônica internacional.

Falei da amizade com o professor Rubens, de como o conheci na Universidade de Brasília, quando ali cheguei em 1968. Falei-lhe do trabalho como editor e respondi as perguntas que me fazia, entrecortadas de comentários saudosos e elogios ilimitados ao amigo comum: um *gentleman*, um cliente como poucos (“jamais pechinchava”) e um grande bibliógrafo. Falou-me das cartas trocadas com Rubens, e que o professor Ivan Teixeira, seu amigo, disse-lhe que trataria de publicá-las no Brasil, mas fazia tempo que não tinha notícias dele. Prometi-lhe que tentaria localizar o professor Ivan, o que acabei conseguindo, e ele confirmou que as cartas seriam editadas. Transmiti a informação a António Tavares, por *e-mail*, do qual não tirei cópia, na tola ilusão de que não seria apagado da memória do computador. Lembro ainda que, poucos meses depois (ou teriam sido semanas?), recebi um segundo telefonema de António, simplesmente para prosear. Depois disso, não tive notícias dele.

Em janeiro de 2011 enviei-lhe um exemplar da autobiografia de Rubens Borba, *Testemunha Ocular – Recordações*, que acabara de editar, culminando o trabalho de organização do manuscrito que havia iniciado em 2008. Ajustei ao livro um bilhete, para lhe dizer que, na página 234, Rubens registrara que devia a António a proeza de ele ter conseguido um exemplar do primeiro livro impresso no Brasil, a *Relação da Entrada do Bispo*. E que acrescentava, com vaidade comum a tantos bibliófilos, que aquele exemplar era “o único em mãos de particular”. Um mês depois, o pacote me foi devolvido pelos correios com a informação de que o destinatário mudara de endereço. Logo lhe enviei *e-mail* perguntando pelo novo endereço. Tenho dúvida sobre se ele respondeu ou se, de alguma outra forma, havia conseguido o livro. Meu computador ainda guarda a mensagem, mas sem registro de resposta.

Em 2014 ou 2015, o amigo Danilo Matoso Macedo, que pesquisava sobre os livros de arquitetura que teriam circulado no Brasil na época colonial, pediu-me que lhe indicasse algum livreiro em Portugal. Indiquei António Tavares de Carvalho. Danilo foi a Lisboa, no curso de sua pesquisa e, ao voltar, me contou que a visita fora uma frustração, pois António mostrava sinais de que a memória começava a falhar, dificultando-lhe a comunicação.

Só em abril de 2018 voltei a ter notícia do alfarrabista, quando Plínio Martins Filho me presenteou um exemplar da impecável edição das *Cartas de Rubens Borba de Moraes ao Livreiro Português António Tavares de Carvalho*, dedicada a Ivan Teixeira, “a quem este livro deve sua existência”.

Iniciada a leitura, percebi que as cartas continham muita coisa que, no meu entendimento, Rubens Borba de Moraes bem que poderia ter registrado em suas memórias. Como, por exemplo, a história dessa amizade com António Tavares, que durou quase um quarto de século. Em *Testemunha Ocular*, porém, o livreiro é mencionado uma única vez, na página 234, como disse acima. Por quê? Além dessa indagação, para a qual não teremos resposta, constatei, terminada a leitura do volume, que continuava querendo saber um pouco mais sobre António Tavares de Carvalho. O que fiquei sabendo com aqueles telefonemas e com a menção que Rubens fez a ele no prefácio da *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*: “Ficarei sempre grato ao meu amigo António Tavares de Carvalho pelo interesse que demonstrou por este trabalho e pela ajuda no enriquecimento de minha coleção particular, núcleo desta bibliografia”<sup>2</sup>, queria saber mais.

Saí a catar informações fornecidas por diferentes fontes, tanto pessoas físicas quanto as que estão disponíveis em formato digital na internet. Entre as pessoas, a primeira a quem recorri foi o livreiro Richard C. Ramer, que era citado por Rubens, na carta de 19 de outubro de 1976, como amigo de António. Aqui está o resultado dessa garimpagem, que reúne tanto o que encontrei até o dia 10 de novembro de 2018 quanto o que pude obter de lá até fevereiro de 2019.

António Amaral Tavares de Carvalho nasceu em 5 de março de 1932, provavelmente em Lisboa. Era o caçula de seis irmãos, filhos de Fernando Tavares de Carvalho (1900–1970). Seu pai, licenciado em direito pela Universidade de Lisboa, era notário importante, de nomeada, e que chegou a ser deputado da Assembleia Nacional (1938–1942)<sup>3</sup>. Mário, o filho mais velho, foi gerente do Hotel Palace, no Estoril, de propriedade da família; Fernando, o penúltimo, era presidente da Câmara Municipal de Cascais; outro possuía uma fazenda de cacau na Ilha de São Tomé; Guilherme era diretor da petroleira Shell em Portugal.

Sua irmã casou-se com um filho do Conde de Almada. Uma tia morava no Hotel Ritz e tinha um Rolls-Royce com motorista. Faz poucos anos, António

2. Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*, p. 19.

3. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, p. 823.

morava sozinho em um apartamento de 25 cômodos na Avenida da República, uma das mais importantes de Lisboa. Esse apartamento pertencera a seus pais, desde princípios do século xx, quando o edifício foi inaugurado<sup>4</sup>.

O avô do alfarrabista chamava-se António Tavares de Carvalho (1866–1938)<sup>5</sup> e seguiu a carreira de notariado em que alcançou grande reconhecimento, tendo chegado ao cargo de notário real durante o breve reinado de Dom Manuel II (1889–1932), o último monarca de Portugal (1908–1910), celebrado como bibliófilo de escol e autor de uma magnífica bibliografia de livros antigos portugueses. Desempenhou atividades políticas, e, no final da vida, tornou-se administrador do Banco Lisboa e Açores. Bibliófilo respeitado, formara importante camiliana<sup>6</sup>, “amigo pessoal de um dos mais famosos livreiros do mundo, Maurice Ettinghausen”<sup>7</sup>. A família de sua mulher possuía imóveis na Praia do Estoril, além do Hotel Palace e muitos outros bens. Foi dele que o neto, quase homônimo, herdou a preciosa biblioteca com que começou a carreira de bibliopola de obras raras.

Quando, em 27 de março de 1961, Rubens Borba escreveu pela primeira vez para o livreiro, por indicação do amigo “Sr. Gropp, recentemente chegado de uma viagem a Portugal”, fazia poucos dias que Antonio completara 29 anos. Jovem, mas não tanto, para iniciar carreira no comércio de livros raros, um ramo mais exigente do que o de livrarias comuns por causa do tipo de conhecimento especializado e experiência de que o livreiro precisa para corresponder a uma demanda que apresenta preferências às vezes incomuns e requer atendimento complexo. Rubens Borba deve ter notado que António ainda carecia de traquejo no ofício, pois, ao receber a primeira encomenda, fez-lhe sugestões quanto à embalagem, para que os livros pudessem resistir à “brutalidade dos empregados do correio”<sup>8</sup>. Decorridos cerca de três meses desde a primeira carta, Rubens escreve a António, dando a entender que este talvez houvesse feito algum comentário sobre os estudos que estava a seguir ou seguiria:

Não sei como andam as coisas em Portugal, mas o comércio de livros raros, estou certo, lhe dará mais prazer, mais satisfação e um meio mais seguro

4. Richard C. Ramer, Comunicação Pessoal em 31.10.2018.

5. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, p. 823. Ver também obituário no *Diário de Lisboa*, 26.10.1938, p. 5.

6. Na revista *Feira da Lavra*, t. 4, p. 175, 1932, revela-se orgulhoso possuidor de uma carta de Camilo “que faz cócegas a Castilho”.

7. Paulo Moura, “Os Sacerdotes do Livro: Histórias de Livreiros-alfarrabistas”.

8. Plínio Martins Filho, (org.), *Cartas de Rubens Borba de Moraes ao Livreiro Português António Tavares de Carvalho*, p. 12.

de viver que as chamadas profissões liberais francamente em decadência neste nosso mundo de hoje. Não conheço um só livreiro antiquário na Europa, na América e no Brasil que não viva fartamente. São poucos aqui na minha terra que têm cultura, mas os dois que têm preparo universitário estão riquíssimos<sup>9</sup>.

Poucos meses depois, voltou ao assunto da profissão que o amigo poderia seguir:

Quando obterá a licenciatura? Pretende ainda entrar para a carreira diplomática? Na minha opinião, hoje em dia, quem não tem os defeitos necessários para ganhar dinheiro e tem suas qualidades não deve pesar mais. É fazer o concurso! Hoje em dia a “carreira” não é mais a “vida mundana” e um tanto fútil que era. Trabalha-se muito mas é um trabalho interessante e vivo, atual; lida-se com os problemas graves do nosso mundo atormentado. Portugal não paga bem seus diplomatas quando no estrangeiro, em posto, mas dá para viver decentemente como tenho visto. O tempo livre pode ser aproveitado em ver e viver. É muito. Poucas carreiras dão essas oportunidades<sup>10</sup>.

Tavares de Carvalho estudava direito na Universidade de Lisboa no início de 1965, pois pretendia seguir a carreira diplomática. Era seu colega e amigo Tarcísio Trindade, que viria a ser um dos grandes especialistas de obras raras de Portugal, que o “empurraria para a atividade de alfarrabista”<sup>11</sup>. O jornalista Paulo Moura diz que foi com Tarcísio Trindade que Tavares de Carvalho aprendeu a arte dos negócios bibliófilos.

Tornou-se bibliófilo e livreiro bem-sucedido, como havia antecipado Rubens Borba. Era um “livreiro de luxo” que só trabalhava “por contato”, e recebia “os conhecidos e as pessoas amigas” num requintado terceiro andar, labirinto de antiguidades – a sua casa. Contata mais com o estrangeiro e defende esse “alargar de horizontes”<sup>12</sup>.

A imagem de uma pessoa de fino trato é reforçada pelo relato de Paulo Moura:

9. *Idem*, p. 15-16.

10. *Idem*, p. 74. Rubens falava com algum conhecimento de causa. Durante cerca de dez anos foi funcionário internacional da Organização das Nações Unidas. Seu enteado, Guilherme Weinschenk, era diplomata, e ocupava o cargo de segundo secretário da embaixada do Brasil em Londres, quando Rubens escreveu essa carta.

11. Pedro d’Anunciação, “Em Paz: Tarcísio Trindade”, p. 21.

12. Filipa Melo, “Alfarrabistas – em 1993, Era Assim”, *Coração Duplo* [blog].

[...] sentado numa das poltronas de veludo azul da sala onde recebe os seus clientes *by appointment*. É uma sala redonda, com várias portas e janelas, uma mesa ao centro e um grande lustre, forrada a estantes com livros antigos, encadernados a pele e dourados. [...] Tavares de Carvalho cultiva as relações pessoais com os clientes, a quem frequentemente chama “amigos”. Conhece-lhes os pontos fortes e fracos, logo o que lhes pode vender, quando e por quanto. Dispensa a internet e os computadores, trabalha numa espécie de círculo de cavalheiros, restrito embora espalhado pelo mundo, regulado pela confiança e o afeto<sup>13</sup>.

Ramer me disse que António ainda vive, mas não exerce a profissão. Obras que lhe pertenceram aparecem em leilões, “mas continua ainda em seu poder a maior parte de seus melhores livros”<sup>14</sup>.

Por ora, esses traços bastam para compor o perfil básico daquele que foi, ao lado dos irmãos Geyerhahn da Livraria Kosmos e de vários outros livreiros, no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, um dos principais descobridores e fornecedores de preciosidades a Rubens Borba, e que precisarão ser mais bem estudados para que se comece a montar a teia ou rede de relações que constituem o mundo da bibliofilia e do comércio de livros raros. Os depoimentos de bibliófilos e de seus livreiros são a comprovação de que a bibliofilia não se esgota no ato de colecionar, no colecionismo, como prática individual e isolada. O bibliófilo, independentemente de seu objetivo ou de suas justificativas psicológicas, está associado com os livreiros, que, com frequência, e a depender da personalidade do colecionador, desempenham a função de levar até ele as novidades recebidas e sair à caça daquilo que por ele é demandado.

Há vários personagens interessantes nessas cartas de Rubens Borba. Logo na primeira linha da primeira carta, de 27 de março de 1961, surge o “amigo Gropp”. Quem era ele? À medida que a leitura fluía, sua presença tornava-se mais frequente. E, se, nas memórias de Rubens Borba, António Tavares fora citado uma vez, o amigo Gropp nem isso.

Depois de procurar em jornais e sites consegui chegar até Beatrice Gropp, que me confirmou e repassou informações sobre seu pai. Aquele amigo da primeira linha da primeira carta, que apresentou o livreiro a Rubens Borba, era o bibliófilo, também especialista em brasileira, Leopold Hermann William Gropp (1914–1989), conhecido como William Gropp. Nasceu na Alemanha, na cidade de Hildesheim, e chegou ao

13. Paulo Moura, “Os Sacerdotes do Livro: Histórias de Livreiros-alfarrabistas”.

14. Richard C. Ramer, Comunicação Pessoal.

Brasil em 1937, onde se dedicou à importação de máquinas e ferragens e ao mercado imobiliário. Sua coleção, tida como das melhores, ficava na Fazenda Sete Colinas, de sua propriedade, em Atibaia (SP). No exemplar da *Bibliographia Brasiliana*, que parecia servir-lhe como *desiderata* ideal, ele marcava os títulos que possuía (“tenho” ou “temos”). No final de 2001, quando a família decidiu vendê-la, a biblioteca contava com cerca de 1.300 volumes. Uma pequena nota na coluna social da *Folha de S. Paulo*, de 15 de abril de 1971, na página 34, informava que a biblioteca de William Gropp, a brasileira “mais completa que existe por aí”, estava à venda porque os filhos não tinham interesse nisso. Este é mais um de nossos bibliófilos a merecer estudos que o situem no mapa dos colecionadores brasileiros de livros raros.

Antônio Tavares de Carvalho, Stefan e Walter Geyerhahn, Olinto de Moura, Américo Marques, Alfonso Cassuto, Maurice L. Ettinghausen, Bernard Quaritch e tantos outros livreiros, fornecedores ocasionais ou assíduos, eram os nós de uma rede que se ramificava por várias partes, identificando e fornecendo os objetos de desejo a Rubens Borba. A essa rede somavam-se alguns companheiros de colecionismo com os quais trocou, comprou ou revendeu livros. Pelo que escreveu, fez isso poucas vezes, mas, aparentemente, sem o ânimo e a excitação que mostrava em seu papel de comprador. Nesse círculo em que ocorria o retorno dos livros raros ao circuito das atividades econômicas, como diria Krzysztof Pomian<sup>15</sup>, a única pessoa com quem Rubens Borba mostrava-se contente ao transacionar seus livros era José Mindlin. Veja-se, por exemplo, o caso ocorrido com o livreiro Olinto de Moura que ele relata de forma mais completa em suas memórias e parcialmente em carta de 20 de fevereiro de 1968<sup>16</sup>.

Outro personagem esquecido na cartografia da bibliofilia brasileira é o de Jacques Renout; assim, e não Renoult como Rubens escreveu.

Jacques Charles Henri Renout (1903–1972), formou-se pela École Polytechnique da Université de Paris, em 1923. Aos 26 anos, em 1929, sua presença é registrada no Rio de Janeiro, como secretário-geral da empresa Aéropostale, acompanhando em viagem entre essa cidade e Natal o conde Henry de la Vault, presidente da Federação Aeronáutica Internacional, que regressava à França<sup>17</sup>.

No final desse mesmo ano, ele é um dos convivas do banquete oferecido pelo embaixador francês no Rio à dupla de aviadores Tydeo

15. Krzysztof Pomian, “Coleção”, *Enciclopédia Einaudi*, pp. 51-94.

16. Rubens Borba de Moraes, *Testemunha Ocular - Recordações*, pp. 236-237.

17. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 22.3.1929, p. 2.

Larre Borges (uruguaio) e Léon Challe (francês) que haviam realizado a travessia aérea entre Sevilha, na Espanha, e Maracajuá, no Rio Grande do Norte. Jacques Renout estava ali junto com seu chefe, o magnata Marcel Bouilloux-Lafont (1871–1944), que, além de proprietário da lendaria Aéropostale era, no Brasil, dono da Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien, além de empreiteiro de obras públicas, de portos a bairros inteiros<sup>18</sup>.

É provável que por essa época Renout tenha conhecido a jovem Alva Lobão Leoni (1905–1985), filha de Arlindo Batista Leoni (1869–1936)<sup>19</sup>, importante político da Bahia. Em 26 de maio de 1931, os dois se casaram no Rio de Janeiro, sendo ele representado por procuração<sup>20</sup>.

Duas semanas depois, a noiva viajou para a França. Há notícia de que o casal residia em Paris, em setembro de 1936<sup>21</sup>. Como engenheiro, é possível que Jacques Renout haja trabalhado a partir de 1931 e até o final da guerra, em 1945, para o grupo industrial francês Schneider e que haja vindo para o Rio de Janeiro para abrir empresas da qual participaria, junto com outros sócios, com destaque para os Établissements Schneider. Em setembro de 1946, a Polícia Marítima registrou sua chegada ao Rio de Janeiro. Seis meses depois, eram registradas em cartório a Sociedade Anônima Gestão Industrial e Comercial, a Sociedade Brasileira de Estudos Técnicos e Industriais e a Sociedade Anônima Franco-Brasileira de Comércio e Representações<sup>22</sup>. Isso ocorreu em abril de 1947. Em julho de 1949, como um dos representantes do consórcio francês formado pela Compagnie de Fives-Lille e Schneider & Compagnie, assinou com o Conselho Nacional de Petróleo contrato para construção da refinaria que viria a ser a de Cubatão<sup>23</sup>.

Terminada a construção da refinaria, Renout continuou residindo e trabalhando no Rio de Janeiro, onde possuiu empresa especializada em fundações e perfurações. Há registro de sua presença, em março de 1972, como diretor da filial brasileira da Ch. Lorrilleux S.A,

18. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24.12.1929, p. 1.

19. Esse Arlindo Leoni, sogro de Jacques Renout, foi o juiz de direito de Juazeiro da Bahia, que, em outubro de 1896, deu início à repressão contra Antônio Conselheiro, por razões muito “insignificantes para sucessos tão graves” (Euclides da Cunha, *Os Sertões (Campanha de Canudos)*, pp. 340-341). Para Luiz Vianna Filho, “Canudos foi o fruto do pavor do Arlindo Leoni, que durante toda a vida se fez notado pelo medo excessivo de várias cousas, inclusive do mar. Tanto que meu pai, para puni-lo por causa de Canudos, o transferiu para uma comarca do sul do Estado, apenas acessível por mar, o que fez que ele deixasse a magistratura. Mas, quanto se pagou caro pelo erro inicial” (Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos: Revisão Histórica*, p. 12.)

20. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 27.5.1931.

21. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8.9.1936.

22. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 01.04.1947, pp. 4485-4487.

23. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 (p. 2) e 31 (p. 6) de julho de 1949.

fabricante de tintas tipográficas. Três meses depois, em junho, morreu na França.

Na carta de 23 de setembro de 1963, Rubens Borba, que parecia responder a algum comentário de Antônio Tavares, diz que a biblioteca de Renout era de primeira ordem, que não a via “há muitos anos”, mas “quando ele chegou da França, logo depois da guerra, já tinha coisas ótimas e depois adquiriu livros raríssimos” (p. 148). Rubens morou no Rio, de 1944 a 1947.

Em carta de 25 de janeiro de 1965, relatou sua visita, na companhia de Mindlin, à biblioteca do engenheiro francês, provavelmente na rua Visconde de Pirajá, 508, em Ipanema. Fala, “maravilhado” e em estado de êxtase daqueles mil livros “inacháveis”. Saiu da casa de Renout com vontade de vender sua própria biblioteca e desistir de colecionar. Resume sua admiração dizendo que era “a melhor coleção do Brasil” e que dificilmente haveria outra igual no estrangeiro (p. 207). Em 1967 (carta de 4 de dezembro, p. 289), depois de nova visita, não se cansa de elogiar: “tem uma 1ª edição do Antonil, as *Décadas* de João de Barros como se tivessem saído do prelo ontem!” E arremata: “*Monsieur Renoult est un as!*” (p. 289).

Em junho de 1976, Rubens avisou Antônio Tavares que José Mindlin iria a Paris para o “leilão dos livros que foram do Dr. Renoult [sic] e que estão leiloando como sendo da coleção de um colecionador com nome português. É uma coleção sensacional” (p. 440). Rubens diz que vira rapidamente o catálogo desse leilão na Livraria Kosmos<sup>24</sup>. Segundo José Mindlin essa biblioteca saíra do Rio de Janeiro clandestinamente<sup>25</sup>. Mindlin estava certo, pois, desde julho de 1968, vigorava a lei 5.471, que proíbe “sob qualquer forma, a exportação de bibliotecas e acervos documentais constituídos de obras brasileiras ou sobre o Brasil, editadas nos séculos XVI a XIX”. A não ser que Renout tivesse exportado seus livros antes de 1968.

O leiloeiro era o célebre Pierre Berès, uma das glórias do comércio de obras raras da França. Em seu obituário, publicado pelo Syndicat National de la Librairie Ancienne et Moderne (SLAM), essa história, como exemplo da competência comercial do finado, é contada assim:

[...] o grande leilão de livros relativos ao Brasil, em 24 de junho de 1976, em Paris, anunciado com o misterioso nome de coleção “Ferreira das Neves”,

24. O catálogo era *Voyages, Découvertes, Luites & Conquêtes des Européens dans le Nouveau Monde, Notamment au Brésil; Bibliothèque Formée à Partir de l’Ancienne Collection J. Ferreira das Neves*, Paris, Pierre Berès, 1976, 292 itens. Reproduz na página de rosto o *ex-libris* de Ferreira das Neves, mas não identifica os itens que teriam pertencido ao bibliófilo cujo nome poderia ser um disfarce da real origem daqueles livros.

25. José Mindlin, *Uma Vida Entre Livros: Reencontros Com o Tempo*, p. 27.



Ex-libris de Jacques Renout. Desenho de Tancredi Synave (1870-1936).

13 ANTONIL André Joao. *Cultura e opulencia do Brazil por suas drogas e minas.*

Relié demi-chagrin rouge, entièrement non rogné.

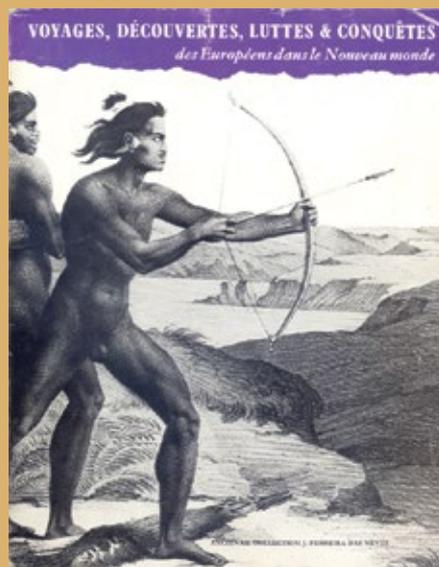
in-8, 232 × 162 : vii, 214 pp., couverture imprimée.

*Rio de Janeiro, Saara, 1837*

Première réimpression, exécutée à Rio de Janeiro, d'un livre célèbre relatif au Brésil. L'édition originale, d'une rareté proverbiale, avait été publiée à Lisbonne en 1711.

L'ouvrage expose l'état des richesses du Brésil et s'étend sur ses principales ressources : sucre, tabac, mines d'or. L'auteur, le père jésuite Andreoni, a signé son poème de dédicace du pseudonyme *O Anonymo Toscano* ; le livre est dédié aux producteurs de sucre et de tabac du Brésil et aux chercheurs d'or.

Exemplaire à toutes marges ; faux titre doublé, réparation marginale au titre.



Item 13 do catálogo de Pierre Berès com a descrição da edição de 1837 do livro de Antonil.

Capa do catálogo do leilão realizado por Pierre Berès em 1976. Reprodução de estampa de *Voyage Pittoresque Autour du Monde*, de Louis Choris (1822).

mas que se tratava de um conjunto formado para a ocasião, que provinha somente em parte da coleção Jacques Renout, da qual, no entanto, fora retirada talvez a peça mais preciosa, o raríssimo *Cultura e Opulência do Brasil*, de Antonil, publicado em Lisboa em 1711<sup>26</sup>.

O catálogo do leilão, antes citado, refere-se, no item 13, à “*première réimpression, exécutée à Rio de Janeiro, d’un livre célèbre relatif au Brésil. L’édition originale, d’une rareté proverbiale, avait été publiée à Lisbonne em 1711*”. Ou seja, a descrição refere-se à reimpressão feita em 1837 e não à edição original. Na lista de preços do leilão esse item 13 estava avaliado em 4,5 mil francos, o que hoje equivale a cerca de 2,8 mil euros ou 3 150 dólares<sup>27</sup>.

Uma descrição desse leilão, entre outros realizados durante 1976, encontra-se no artigo publicado no ano seguinte pelo *expert* Thierry Bodin. Em poucas linhas ele destaca as preciosidades presentes no catálogo do leilão da “*collection J. Ferreira das Neves*”, como, por exemplo, Barleus, Ferreira da Rosa, Debret e Rugendas. Nada diz sobre o Antonil<sup>28</sup>.

Em mensagem de 16 de outubro de 2018, Richard Ramer contou-me:

Particpei do leilão organizado por *monsieur* Berès, em junho de 1976. Somente alguns livros do leilão haviam pertencido à coleção Renout. Sobre quais seriam, posso apenas conjecturar. Talvez haja existido um “*Ferreira das Neves*”, mas, se fosse verdade, seriam poucos os que provinham dessa coleção. Um dos mistérios do leilão foi a ausência de um livro que Renout possuía, segundo José Mindlin e Walter Geyerhahn. Os dois faziam parte de um grupo de dez ou doze pessoas, entre elas António Tavares de Carvalho, com quem almocei no intervalo entre as sessões da manhã e da tarde. Esse livro era a primeira edição do Antonil. Durante o almoço conversou-se sobre isso, num misto de tristeza e curiosidade, pelo fato de o livro não ter sido posto à venda. Passados 26 anos do leilão, comprei, em 14 de novembro de 2002, um exemplar no Sotheby’s, em Londres, que parecia ter vindo de Paris, consignado por Berès.

A aquisição foi feita para a John Carter Brown Library que, em 22 de novembro, onze dias depois do leilão, anunciou que agora possuía “um

26. Pierre Berès, “*Disparition d’un Bibliophile*”, *SLAM Newsletter* 32 (October 2008).

27. Um exemplar dessa edição, com notas marginais e seis folhas manuscritas deixadas por Capistrano de Abreu, estava sendo oferecido em 2019 por 80 mil dólares. (cf. Richard C. Ramer, *Catalogue Eleven; fiftieth Anniversary*, p. 9).

28. Thierry Bodin, “*La Bibliophilie en France en 1976*”.

dos mais raros e cobiçados volumes sobre o Brasil colonial”<sup>29</sup>. O preço pago pelo livro foi de 116 650 libras. O valor atualizado em dólares seria hoje superior a 230 mil dólares.

Que fim levaram aqueles mil livros “inacháveis”, aquela que era “a melhor coleção do Brasil”? Até hoje encontram-se em catálogos de livreiros da Europa obras anunciadas como tendo pertencido à biblioteca do “célèbre bibliophile franco-brésilien”. Por exemplo, para dar água na boca, vejam a encadernação, feita por Charles Meunier, do exemplar da tiragem limitada a dez exemplares das *Scènes de la Vie de Campagne: Les Paysans*, de Balzac. Para que brinquem com a construção da imagem dessa figura, vejam o retrato do bibliófilo em seu *ex-libris* desenhado por Tancrede Synave, no exemplar do livro *Dessins sur les Danses d’Isadora Duncan*, de André Dunoyer de Segonzac.

Onde estaria a origem da informação segundo a qual o leilão realizado em 1976 por Pierre Berès como sendo da coleção J. Ferreira das Neves seria de fato o leilão de livros da biblioteca de Jacques Renout? O bibliófilo Cássio Ramiro Mohallem Cotrim levantou a hipótese de Renout “ter iniciado sua coleção a partir da compra da biblioteca de Jerônimo Ferreira das Neves”<sup>30</sup>.

E quem foi J. Ferreira das Neves? Certidões localizadas por Sonia Gomes Pereira informam sobre batismo, casamento e morte de Jerônimo Ferreira das Neves Sobrinho, seu nome completo, que nasceu no Rio de Janeiro em 1854 e faleceu em Niterói em 1918<sup>31</sup>.

Ele era filho de Francisco Ferreira das Neves, português, cujo nome aparece em 1852 como “negociante estrangeiro” no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Capital da Provincia do Rio de Janeiro*, com atividades de confeitaria e refino de açúcar. Parece que tinha como sócio o irmão Jerônimo Ferreira das Neves, que deu seu nome ao nosso bibliófilo. Nesse ano já era um homem abastado, muito abastado. Em várias edições desse almanaque é citado como definidor (conselheiro) de algumas irmandades e ordens religiosas, o que implicava o custeio de despesas com o tratamento de enfermos pobres. Contribuiu financeiramente para a fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência e seu hospital. Nos anos de 1854 a 1857 há registro relativo à venda de um terreno desmembrado da chácara onde morava o agora comendador Francisco Ferreira das Neves, que ia do Catumbi/

29. Mary Jo Curtis, “John Carter Brown Library Acquires Rare 18th Century Book on Brazil”.

30. Cássio Ramiro Mohallem Cotrim, Comunicação Pessoal, 12.11.2019.

31. Sonia Gomes Pereira, “Coleção Jerônimo Ferreira das Neves: Uma Coleção Portuguesa no Museu D. João VI do Rio de Janeiro”, pp. 245-259. Também: Marize Malta, “Extraordinária Desconhecida: a Coleção de Eugênia e Jerônimo Ferreira das Neves”, pp. 107-123.

Rio Comprido até a encosta do Morro de Santa Teresa, na rua Paula Matos, então denominada Dona Josefina. Outros imóveis eram de sua propriedade. Encontra-se no citado almanaque um fazendeiro de café de mesmo nome com fazendas no Espírito Santo e em Barra Mansa. A descrição da casa que deixou em Niterói no edital em que era anunciado seu leilão é um indicativo convincente da riqueza que havia amealhado em seus anos de Brasil<sup>32</sup>.

Seu filho Jerônimo Ferreira das Neves ingressou, com dezoito anos, na Escola de Marinha, atual Escola Naval, no Rio de Janeiro. Em documento do arquivo da Marinha, lê-se que:

Jerônimo Ferreira das Neves, filho legítimo de Francisco Ferreira das Neves e de dona Maria Ferreira das Neves, natural do Rio de Janeiro, nasceu em onze de maio de mil oitocentos e cinquenta e quatro. Aprovado nos preparatórios e examinado por uma comissão médica que o declarou com a robustez necessária, por aviso do ministério da Marinha de vinte dois de fevereiro de mil oitocentos e sessenta e nove se lhe mandou assentar praça de aspirante a guarda-marinha e matricular só nas aulas do primeiro ano como discípulo interno e como tal foi reconhecido em ordem do dia da Escola de Marinha<sup>33</sup>.

Seguem-se informações sobre seu aproveitamento escolar. Em novembro de 1871 concluiu o curso e, em 1º de dezembro, foi promovido a guarda-marinha.

O histórico escolar registrou sua partida, na tradicional viagem de instrução, na corveta Niterói, no dia 24 de fevereiro de 1872, chegando a Pernambuco em 23 de março e a Lisboa em 20 de maio. Em 4 de outubro de 1872 estava de volta ao Rio de Janeiro. E continuam os assentamentos: “Por aviso de dezesseis de setembro de mil oitocentos e setenta e dois foi este guarda-marinha demitido do serviço a seu pedido e por ordem superior desembarca da corveta Niterói em 10 de outubro do mesmo ano”. Assim termina o histórico escolar e a brevíssima carreira de oficial da Marinha de Jerônimo Ferreira das Neves. Carreira que se

32. A casa ficava na rua da Praia (hoje avenida Visconde de Rio Branco), nº. 45, no bairro de São Domingos, de frente para o mar. Era um prédio “sólido e elegantemente construído no melhor estado de segurança, com grandes acomodações para família, fâmulos, escravos, etc., etc.; jardim e chácara, tendo no jardim um agradável chalé e caramanchões para recreio, etc., etc.; água dentro, plantas de subido valor, ocupando este prédio e benfeitorias que lhe são anexas um vasto terreno com 10 braças de frente, mais ou menos” [...] (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 6.10.1871, p. 2). Na verdade um “palacete” como diz o anúncio em que são colocados à venda os móveis da casa. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 31.10.1871. Nessa época, a viúva, Maria Ferreira das Neves, concedeu liberdade a doze escravos, com idade entre 60 anos e seis meses (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 27.10.1871, p. 4.)

33. Livro-mestre dos segundos-tenentes nº. 47.280, folha 77.

resumiu a uma espécie de cruzeiro em que visitou Lisboa, Plymouth, Cádiz, Gibraltar, Cartagena, Toulon, La Spezia, Nápoles, Pisa, Trieste, Veneza, Constantinopla, Suez, Malta e Argel<sup>34</sup>. E que também lhe permitia, sem faltar inteiramente à verdade, apresentar-se, em Portugal, como antigo oficial da Marinha brasileira.

Podemos imaginar que a morte do pai, ocorrida cerca de seis meses antes da viagem de instrução, com a abertura de inventário, repartição do espólio e questões disso decorrentes, levaram-no a se demitir da Marinha, sem nem esperar pela atracação da corveta ao cais do Rio de Janeiro, ao voltar da viagem de instrução. No final de 1871 sua mãe, Maria Ferreira das Neves, anunciou que iria retirar-se para Portugal. Parece que em 1882 Jerônimo ainda vivia no Rio, se for confiável a informação do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, do ano de 1882 (p. 154) que o colocou na rubrica de “capitalistas e proprietários”, com morada “na rua dos Voluntários da Pátria, 163”.

Não foi possível precisar o ano em que Jerônimo transferiu residência para a Europa. O monsenhor Prospero Peragallo, americanista, em livro publicado em 1888, diz que consultou a raríssima obra de Giovanni Camers, *In C. Julii Solini Polyistora Enarrationes*, editada em Viena em 1520, que lhe foi gentilmente emprestada pelo “distinto bibliófilo, e mio amico, sig. Jeronymo Ferreira das Neves, che pose a mia disposizione la sua preziosa biblioteca, ricca soprammodo di cimelli di storia americana, asiatica ed africana, al quale godo di rendere qui publico ringraziamiento”<sup>35</sup>. A obra citada contém dois trabalhos: a edição organizada por Giovanni Camers da *Polyhistora*, de Caio Júlio Solino, com o mais antigo mapa do Novo Mundo em que aparece o nome América; e a edição de Joachim Vadianus do *De Situ Orbis Libri Tres*, de Pomponius Mela.

No mesmo ano de 1888, o bibliógrafo Brito Aranha, que cuidou da continuação do *Diccionario Bibliographico Portuguez*, depois da morte de

.....  
Página de rosto do catálogo do leilão, com  
o ex-libris de Jerônimo Ferreira das Neves.  
.....

34. Para o roteiro da viagem de instrução ver *Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, a. 4, n. 20, 21 fev. 1872, p. 1.

35. Prospero Peragallo, *Cristoforo Colombo e la sua Famiglia*, p. 270 (nota).

# *Précieux livres anciens*

ESPAGNOLS, PORTUGAIS,  
HOLLANDAIS, ANGLAIS & FRANÇAIS

## *Voyages, découvertes, luttes & conquêtes*

DES EUROPÉENS DANS LE NOUVEAU MONDE,  
NOTAMMENT AU

## *Brésil*



BIBLIOTHÈQUE FORMÉE A PARTIR DE  
L'ANCIENNE COLLECTION J. FERREIRA DAS NEVES

Inocência Francisco da Silva, elogiou o estado de conservação e a beleza da edição de *Os Lusíadas*, de 1584, a que foi mutilada pela censura inquisitorial e ganhou o apelido de “edição dos Piscos”. Esse zelo se devia ao “sr. Jerônimo Ferreira das Neves Sobr.<sup>o</sup>, brasileiro. Este distinto apreciador de bons livros e dos mais célebres autores tem igualmente outras edições camonianas antigas conservadas com o mesmo primor”<sup>36</sup>.

Outro estudioso informou, no final de um artigo escrito em outubro de 1894, que, ao fazer a revisão das provas tipográficas desse artigo, ficou sabendo que, em dezembro do ano anterior, 1893, o manuscrito da tradução italiana do *Itinerarium*, de Geraldini, fora comprado pelo “signor Jeronimo Ferreira das Neves, brasileiro di Rio-de-Janeiro, dimorante a Lisbona”<sup>37</sup>.

A menção seguinte foi encontrada no relato da sessão de 10 de fevereiro de 1898 da Academia Real das Ciências de Lisboa, em novo agradecimento a Ferreira das Neves por sua generosidade em permitir a consulta de suas preciosidades. Sousa Viterbo comunicava ter examinado um exemplar de uma edição das *Sátiras*, de Sá de Miranda, que talvez fosse único, impresso no Porto em 1626, o qual lhe fora “benevolamente confiado [...] pelo distinto bibliófilo sr. Jerônimo Ferreira das Neves, que o adquirira”<sup>38</sup>.

Em 1899, Sousa Viterbo referiu-se ao “amigo Jerônimo Ferreira das Neves” que possuía a “*Carta Topographica do Destricto Grande da Real Fabrica de Ferro Ypanema Levantada e Desenhada pelo Segundo Tenente do Real Corpo de Engenheiros Rufino José Felizardo*. Anno de 1812. 69 x 52 centímetros”<sup>39</sup>.

Sousa Viterbo volta a nos falar de um dos feitos bibliofílicos do amigo brasileiro que foi o arremate de “um volume, contendo diversos opúsculos raros e interessantes”<sup>40</sup>.

Clara Moura Soares e Maria João Neto, ao analisar essas e outras menções às atividades de Ferreira das Neves no meio intelectual de Lisboa, que reconhecia a qualidade de sua biblioteca, concluem que as relações do bibliófilo com figuras importantes da política e da cultura

36. *Diccionario Bibliographico Portuguez*, p. 289.

37. A. Tenneroni, “Il Testo Volgare dell’Itinerarium di Alessandro Geraldini d’Amelia”, pp. 154-158. O manuscrito era a primeira tradução para o italiano do *Itinerarium Ad Regiones Sub Aequinoctiali Plaga Constitutas*, de 1631. Encontra-se atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal que informa que seu proprietário, antes de José Teles da Silva (1932–1993), foi Jerônimo Ferreira das Neves. Em estudo mais recente e completo sobre o *Itinerarium*, essa mesma observação de Tenneroni quanto à compra do manuscrito por Ferreira das Neves é citada (Leo M. Kaiser, “The Earliest Verse of the New World”, p. 433).

38. Academia Real das Sciencias, *Boletim da Segunda Classe*, p. 39.

39. Sousa Viterbo, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou a Serviço de Portugal*, p. 320.

40. *Archivo Historico Portuguez*, p. 250-251.

local eram fortes<sup>41</sup>. Baseadas nos comentários de Sousa Viterbo e outros autores, as autoras anotam vários títulos de manuscritos e obras impressas, da maior raridade, que teriam pertencido a Jerônimo.

Quanto ao reconhecimento por parte do rei Dom Fernando, de quem Jerônimo teria sido “amigo e protegido”, essa seria uma opinião exagerada pelo testamenteiro de nosso bibliófilo, conforme observou a professora Sonia Gomes Pereira, reportando-se aos estudos pioneiros de José Roberto Teixeira Leite. A professora Maria Antónia Lopes, que pesquisou exaustivamente sobre a vida de Dom Fernando, a fim de escrever *D. Fernando II: Um Rei Averso à Política* (Lisboa, Temas e Debates, 2016, p. 463), nada encontrou nos documentos que comprovasse essa história de amizade e proteção entre o monarca e o bibliófilo. Ressaltou, porém, que Dom Fernando, “na sua correspondência nunca menciona os seus protegidos. Em vão procuramos os artistas que ele terá ajudado. Desinteresse real ou apenas por saber que o assunto não importava aos seus interlocutores? Assunto sobre o qual refletir...”<sup>42</sup>.

Encontrei, no catálogo da biblioteca de Dom Manuel II, oito registros de obras do século XVI, raríssimas, que pertenceram a Ferreira das Neves<sup>43</sup>.

Na lista das obras legadas em testamento pela viúva do bibliófilo à Escola Nacional de Belas-Artes, que, segundo inventário feito em 2007, somavam 197 volumes, correspondentes a 177 títulos, destacam-se as obras de George Anson (edição francesa de 1764), algumas edições de *Os Lusíadas* dos séculos XVIII e XIX, um exemplar de uma edição muito rara (1818) da *Copia da Analyse da Bulla do Smo. Padre Julio III*, de Azeredo Coutinho, *Del Mondo Nuovo del Cavalier Tomaso Stigliani* (1617), que narra em versos a viagem de Colombo, e seis volumes factícios com trabalhos de Varnhagen. Chama a atenção, nessa lista, a quantidade predominante de obras que eram quase obrigatórias nas estantes de pessoas cultas, mas hoje de escasso valor bibliofílico, como as caudalosas histórias escritas por Guizot, Lacroix, Modesto Lafuente, Macaulay, conde de Ségur e Thiers. Sem falar de grandes clássicos portugueses<sup>44</sup>.

41. Clara Moura Soares e Maria João Neto, “O Gosto pelo Coleccionismo de Vitral Antigo em Portugal e no Brasil, no Século XIX – a Coleção Ferreira das Neves”, pp. 236-249.

42. Maria Antónia Lopes, Comunicação Pessoal, 19.2.2019.

43. São em ordem cronológica de publicação: 1. Martin Laso de Oropesa, *La Hystoria que Escriuiu en Latin el Poeta Lucano*, Lisboa, Luiz Rodrigues, 1541. 2. Christovão Rodrigues de Oliveira, *Svmmario em qve se Contem Algvas Covsas qve ha na Cidade de Lisboa*, Lisboa, Germão Galharde, 1554. 3. Antonio Tenreiro, *Itinerario*, Coimbra, Antonio de Mariz, 1560. 4. *Horas de Nossa Senhora*, Paris, Jeronymo de Marnef, 1563. 5. *Catechismo ou Doutrina Christã & Practicas Spirituaes*, Frei Bartolomeu dos Martires, Braga, Antonio de Mariz, 1564. 6. André de Resende, *Carmen Endecasyllabon ad Sebastianum Regem*, Lisboa, João de Barreira, 1567. 7. André de Resende, *Ad Maturandam Aduersus Rebelleis Mauros Expeditionem Cohortatio*, Evora, André de Burgos, 1570. 8. *Diffiniçoens da Ordem de Cistel*, Lisboa, Antonio Alvares, 1593.

44. Hamilton Botelho Malhano, *Acervo Jeronymo Ferreira das Neves*.

Eugênia Barbosa de Carvalho Neves determinou em testamento que todos seus “preciosíssimos livros antigos” fossem legados à Academia Brasileira de Letras, com a condição de que fosse nelas inscrito o dístico “Livros que faziam parte da riquíssima Biblioteca do falecido bibliófilo Jerônimo Ferreira das Neves – Legado de sua viúva”<sup>45</sup>.

A professora Marize Malta, que tem estudado a coleção de objetos artísticos deixada para a Escola Nacional de Belas-Artes, hoje Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, enviou-me cópia do termo de desistência desse legado, lavrado pela Academia Brasileira de Letras, em 11 de setembro de 1950, e assinado pelo seu presidente de então, Gustavo Barroso, e constante do processo de inventário.

A desistência sacramentada por Gustavo Barroso decorria de intimação enviada à Academia Brasileira de Letras pelo Juízo de Direito da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões, em 9 de junho, sobre o atraso no pagamento do imposto de transmissão devido pela legatária. Se esse pagamento não fosse honrado, seria atendido o pedido do inventariante para que os bens legados fossem levados a hasta pública. A direção da academia, em reunião de 20 de julho, discutiu sobre a renúncia a esse legado, que foi aprovada por unanimidade em reunião de 10 de agosto<sup>46</sup>. Em 20 de dezembro de 1950, os livros destinados à Academia acabaram indo a leilão junto com outros objetos do espólio de Eugênia Barbosa de Carvalho Neves.

O catálogo, publicado no mesmo dia do leilão, arrola livros nos lotes que vão do número 81 ao 172. A descrição de cada título é insuficiente e cada lote talvez inclua mais de um título. Encontram-se títulos de obras que podem ser consideradas raras, mas pouco relevantes para um bibliófilo especializado em brasileira, exceto uma edição de Silva Serva, da Bahia, de 1818, a *Alfonsiada*, de Pina Leitão, e o *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, de Antônio de Santa Maria Jaboação, de 1858.

A edição de *Os Lusíadas*, que dona Eugênia fizera questão de explicitar no testamento, também foi a leilão. Nos dizeres do catálogo do leiloeiro, era uma “edição comemorativa publicada por Emilio Biel. Edição numerada cujo exemplar tem o número oito dos quais foram tirados doze exemplares em edição pergaminhada [sic] e com muitas gravuras em riquíssima encadernação guarnecida de ferragens douradas”<sup>47</sup>. Tratava-se de exemplar de uma limitadíssima tiragem *hors*

45. Sonia Gomes Pereira, “Coleção Jerônimo Ferreira das Neves: Uma Coleção Portuguesa no Museu D. João VI do Rio de Janeiro”.

46. Livro de atas da Academia Brasileira de Letras, sessões de 20 de julho e 10 de agosto de 1950, pp. 77 e 85. Cópia de contra-fé apresentada pelo Juízo de Direito da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões. Documentos do Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras.

47. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 20.12.1950, p. 13.

*commerce* de uma edição luxuosa, feita com requisitos necessários a um investimento editorial de baixo risco e com garantia de opíparo retorno. A venda foi feita pelo sistema de assinaturas prévias ao lançamento. A chamada edição geral não tinha tiragem informada. Além dela, havia uma tiragem de cem exemplares numerados e com os nomes dos assinantes. Por fim, doze exemplares numerados, impressos em pergaminho, gravuras em papel da China. A assinatura da edição em pergaminho logo se esgotou<sup>48</sup>.

Isso é muito pouco para que se tenha uma amostra do que seria a biblioteca de Ferreira das Neves, embora seja suficiente para reconhecer que seus contemporâneos estavam certos ao considerá-lo um “distinto apreciador de bons livros e dos mais célebres autores”. No entanto, sentimos falta de informação nobre as preciosidades que o tornaram um “infatigável bibliófilo americanista”, possuidor da “biblioteca americana mais valiosa que se conhecia”. Os qualificativos são de Brito Aranha e Sousa Viterbo, já citados<sup>49</sup>.

A professora Marize Monte escreveu-me recentemente:

A fama de Jerônimo como bibliófilo era de americanista, nem tanto como camoniano. Encontrei em Lisboa o arrolamento de todos os seus bens, que ficaram encaixotados por vinte anos. Lá tem a lista de todos os seus livros. Comecei a transcrição interessada nos objetos e obras de arte da coleção que estudo, mas era muita coisa e com uma letra detestável... É um processo enorme com quatro volumes. Solicitei a digitalização dele na Torre do Tombo. E aguardo a conclusão do serviço<sup>50</sup>.

Concluída essa digitalização, será possível compilar o que viria a ser o catálogo da biblioteca rediviva de Jerônimo Ferreira das Neves, e a partir daí iniciar a reconstituição dos caminhos que seus livros tomaram.

Entre a data da morte de Jerônimo e a de Eugênia passaram-se 28 anos, de junho de 1918 a dezembro de 1946. Período durante o qual muitos objetos podem ter tomado caminho diferente daquele que havia sido desejado pelo casal.

Na página 301 do volume de suas cartas, Rubens fala da “enorme livraria, uns dez mil volumes” do príncipe russo Dolgoruky-Romanov. Era um “amontoado de obras modernas disparatadas”, mas ele ali

48. A edição digitalizada dessa obra pode ser consultada em [http://purl.pt/19851/4/cam-248-a\\_PDF/cam-248-a\\_PDF\\_24-C-R0150/cam-248-a\\_0000\\_capa-capa\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/19851/4/cam-248-a_PDF/cam-248-a_PDF_24-C-R0150/cam-248-a_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf)

49. Clara Moura Soares e Maria João Neto, “O Gosto Pelo Coleccionismo de Vitral Antigo em Portugal e no Brasil, no Século XIX – a Coleção Ferreira das Neves”, pp. 238-239.

50. Marize Monte, Comunicação Pessoal, 17.2.2019.

garimpou e encontrou alguns títulos que remeteu para António Tavares. Havia muitas obras portuguesas de genealogia. O “pobre príncipe” é mencionado ainda duas vezes, mas nada que esclareça sobre quem teria sido essa figura de um suposto nobre, emigrado russo, tocado pela Revolução de Outubro. Nobre autêntico ou impostor? Existem registros, em jornais, que indicam a presença de pessoas com o sobrenome Dolgoruky ou Romanov no Estado de São Paulo. Mas em nenhum caso foi encontrada ligação com aqueles quinze mil livros. Outro exemplo de como é difícil evitar a diáspora (no sentido não étnico do termo) das coleções.

Estes casos isolados, pinçados nas cartas ao livreiro e na autobiografia de Rubens Borba de Moraes, acrescidos de detalhes colhidos em poucas fontes, levam-nos a sugerir que sejam realizadas mais pesquisas, de natureza histórica, sociológica e bibliológica, sobre o mundo brasileiro da bibliofilia.

A tese de Oto Reifschneider, de 2011<sup>52</sup>, representou um grande avanço no sentido de mapear a prática da bibliofilia no Brasil e levantar dados biográficos sobre colecionadores e livreiros. Pode ser considerado como o primeiro grande esforço para se fazer uma cartografia do colecionismo de livros, sem omitir um personagem-chave dessa rede: os livreiros.

Uma consideração final. A bibliofilia atravessa uma fase em que, graças à digitalização, ela supera a preocupação exclusiva com o entesouramento do livro como objeto precioso e promove o amplo acesso ao conteúdo desses objetos, ampliando seu valor de uso sem afetar o seu valor de troca. Nada impede que existam pessoas que, por motivos insondáveis, continuem a tratar os livros raros de sua coleção como objetos intocáveis. Mas, para a maioria dos interessados, o que importa mesmo é o conteúdo desses objetos e suas histórias de vida. Histórias como as que são narradas nas boas bibliografias.

Maria Bonomi, uma de nossas mais importantes e admiráveis artistas, referindo-se recentemente às formas de apoio às artes, disse algo que esperamos que um dia possa também ser aplicado ao campo da bibliofilia. Ela disse que “muitos [políticos e empresários] se interessaram pela arte no sentido coletivo, não por sua coleção particular”<sup>51</sup>.

Por isso, e ao falar da era digital, proponho que busquemos uma explicação dada por autor famoso sobre qual deva ser a principal utilidade de uma coleção formada com muitos esforços e despesas. Para ele, quem forma sua coleção particular para uso exclusivo estará condenando as luzes e as ideias nela contidas ao “silêncio perpétuo e à solidão”.

51. *O Estado de S. Paulo*, Caderno 2, p. C2, 5 nov. 2018.

52. Oto Reifschneider, *A Bibliofilia no Brasil*, 2011.

E, por esse motivo, é que vos digo [...] que seria vão todo esforço de alguém para levar a cabo qualquer das sugestões mencionadas ou fazer alguma despesa elevada com livros se esse alguém não pretendesse destiná-los e consagrá-los ao uso do público, e jamais negá-los ao mais humilde dos homens que deles vier a precisar [...].

Assim falou Gabriel Naudé, há quase quatro séculos, em 1627<sup>53</sup>.●

53. Gabriel Naudé, *Conselhos Para Formar uma Biblioteca*, p. 79.

---

#### **SOBRE O AUTOR**

Antonio Agenor Briquet de Lemos é formado em Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional (1957), com mestrado pela Loughborough University (Reino Unido, 1977). Professor aposentado da Universidade de Brasília. Dirigiu o Centro de Documentação do Ministério da Saúde, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Editora Universidade de Brasília e a Editora/livraria Briquet de Lemos/Livros.



# O AMÁVEL SENHOR DOS LIVROS

---

*Elisa Nazarian*

Os livros sempre me livraram de vários suicídios. Digo isto como brincadeira, mas nem tanto. Fui uma criança e uma adolescente tímida, e os livros me deram o conforto e a segurança para conseguir me afirmar. Depois de adulta, o “estrago” já estava feito. Os livros têm me alimentado e me acompanhado diária e incansavelmente.

A figura de José Mindlin sempre me fascinou. Acompanhava sua trajetória pela mídia, e achava fantástico ele ser uma figura polivalente, reunindo o industrial de sucesso a uma figura de importância política, ao mesmo tempo em que era um apreciador de teatro, música, artes plásticas e, sobretudo, livros.

Pertencendo eu mesma a uma família de industriais, nunca tinha imaginado ser possível tal fusão. Na minha família ninguém lia, iam ao teatro por lazer e ninguém entendia de artes plásticas. A música era o único terreno onde alguns se aventuravam.

A certa altura, depois de assistir a uma palestra de Mindlin sobre bibliofilia, na Escola de Comunicação e Artes da USP, resolvi me aproximar dele. Passei a cumprimentá-lo sempre que cruzávamos em eventos culturais e aproveitava para dar uma palavrinha. Ele, muito

gentil, sem ter a mínima ideia de quem eu fosse, tratava-me com grande cordialidade, mas eu achava pouco. Queria que ele me enxergasse de fato, me destacasse. Foi quando, trabalhando em uma grande livraria, comecei a atendê-lo. Adoro indicar livros e, em geral, acerto nas minhas indicações. Mas ele nem sempre se entusiasmava com o que eu propunha. Mesmo assim, conversávamos um pouco.

À época, eu tinha um livro de poesias praticamente pronto e resolvi mostrar para ele. Tive dúvidas de que ele fosse realmente lê-lo, mas foi com isso que abri as portas para uma grande e preciosa amizade. Ele voltou entusiasmado à livraria uma semana depois, se tanto, convidou-me a conhecer a biblioteca e a partir daí passei a conviver com ele e Guita.

Nunca dei grande importância à raridade de um livro. O que me atrai é o texto, o ritmo, o sabor das palavras. Quando comecei a frequentar a casa dos Mindlin, o que mais me fascinou foram os originais e as cartas de Guimarães Rosa a seus tradutores. Li *Grande Sertão: Veredas* embalando a gravidez do meu segundo filho, o que foi de uma importância enorme, não só para mim, como para o bebê que eu carregava, hoje um homem de 45 anos, fanático pela obra.

Mindlin deixava-me manusear o que eu quisesse livremente, sem ninguém fiscalizando, e me enriqueci demais com isso.

Depois de uns dois meses em que eu frequentava a casa esporadicamente, fui convidada por ele a trabalhar na biblioteca. Pedi um tempo para pensar. Já tinha tido bastante experiência e prazer trabalhando em livrarias no atendimento ao público, mas não conhecia nada de livros raros, editoração, manuscritos, arquivos etc. Nem era algo que me empolgasse. Precisava de mais movimento. Além disto, minha relação com Guita e Mindlin passara a ser muito próxima, de amizade mesmo, haveria quase uma impossibilidade de manter um distanciamento profissional.

Guita e Mindlin acabaram apressando a minha aceitação, dispensando minhas ressalvas. Fui destinada à seção de arquivos, onde uma organização fazia-se mais do que necessária. Entrei totalmente crua. Nunca havia trabalhado nisso, mas sei ser metódica e criteriosa. Acabei me apaixonando.

O primeiro arquivo que organizei foi o de Francisco Assis Barbosa, começando pelas cartas. Uma delícia. Havia uma quantidade enorme, enviadas por inúmeros remetentes, um verdadeiro retrato, sobretudo das décadas de 1940 a 1960, do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, do Brasil. Drummond, Mário de Andrade, Fernando Sabino, Otto Lara Rezende, Lúcio Cardoso, João Etienne estavam entre eles. No exercício de catalogá-las, acabei me empolgando com várias delas, a ponto de se

transformarem em verdadeiras sessões de leitura coletiva, reunindo a equipe da livraria e, muitas vezes, o próprio Mindlin, que tinha a maior curiosidade em ouvi-las. Aliás, esta era uma qualidade fundamental em José Mindlin, a curiosidade. Ele se mostrava permanentemente aberto a conhecer coisas novas, sem preconceito. Adorava que lhe contassem algo que não soubesse, que lhe dessem algo para experimentar que não conhecesse, que o instigassem com um autor novo, um filme novo, uma exposição de arte inusitada.

Fui com ele a algumas bienais de artes plásticas e a peças de teatro. Era sempre com paixão que ele se propunha a ir a esses lugares; nunca o vi indo por obrigação, com enfado ou descaso. Cumpre ressaltar que quando passei a conviver com os Mindlin, ele já tinha 85 anos, mas mantinha a capacidade de se deslumbrar e de se encantar também com pequenas coisas, como quando nos chamava para ver uma orquídea que tinha acabado de desabrochar em seu jardim, ou quando chegava à biblioteca trazendo barras de torrão ou de chocolate para “suas meninas”.

Mindlin não gostava de estar velho e detestava ser tratado, por algumas mulheres, com termos infantis, usados no diminutivo, como “Que gracinha!”. Dizia que a idade não tira o desejo, só tira a possibilidade. Era vaidoso e independente, e costumava ir ao Rio de Janeiro sozinho, de avião, para os encontros na Academia Brasileira de Letras, mesmo quando já estava quase cego. Voltava deliciado quando alguém, que o reconhecia no aeroporto, oferecia-se para acompanhá-lo até o portão de embarque.

Nunca achei que fosse um intelectual, no sentido estrito do termo. Comentei isto com ele, que ficou surpreso. Mas é que Mindlin não se prendia a cânones rígidos, ia flutuando ao sabor da sua vontade e dos seus interesses.

Sendo um humanista pouco afeito a tecnologias, não mexia em computadores, não entendia seu funcionamento, e gostava de ser introduzido no mundo virtual em doses muito homeopáticas. Com as secretárias eletrônicas, falava como se fossem pessoas, pedindo às “maquininhas” que transmitissem determinado recado à pessoa ausente.

A biblioteca era um local muito agradável, disposta em dois pavimentos nos fundos de um jardim bem cuidado, na própria casa dos Mindlin, atrás de uma jabuticabeira das mais generosas. Guita zelava com carinho por esse jardim, e uma vez me deu dali um vaso cheio de flores-de-maio, que encantam minha varanda até hoje.

Mindlin vinha à biblioteca quase diariamente. Tinha grande prazer em receber os pesquisadores e em sugerir obras para consulta. Seu imenso amor por seus livros incluía a possibilidade de compartilhá-los.

Ao longo do tempo em que trabalhei em seu acervo, comprou algumas bibliotecas dentre as inúmeras que lhe foram oferecidas. Não comprava nada em língua estrangeira, livros técnicos, nem volumes muito danificados. Quando lhe pediam estimativa sobre o valor de um livro, costumava dizer que um livro vale, acima de tudo, o quanto quiserem pagar por ele, não importando que seja o único exemplar publicado, a data de publicação etc.

Particpei do trabalho de garimpagem dessas bibliotecas que comprou. Pegávamos os livros um por um, líamos para ele o nome do autor, o título. Alguns ele descartava de imediato, outros pedia para ver em mãos. Tínhamos o privilégio de poder ficar com os livros descartados e com isso aprendi muito sobre ótimos autores, hoje caídos no esquecimento, como Ribeiro Couto, Octávio de Faria, Álvaro Moreyra. Os que restavam, e não eram reclamados por ninguém em torno, foram destinados a bibliotecas de presídios, escolas, faculdades e de cidades pequenas do interior de São Paulo.

Quando eu estava organizando os arquivos que pertenciam à biblioteca, sempre me deparava com a bagunça em que estava o arquivo pessoal dele. Na verdade, aquilo nem era um arquivo, mas um amontoado confuso e caótico de cartas, matérias de jornal, notas fiscais de marzipã, receitas médicas, fotos etc. Muitas vezes me propus a colocar aquilo em ordem, mas Mindlin menosprezava seu conteúdo e sua importância, até que, depois de muita insistência minha, acabou cedendo.

Levei um bom tempo, anos mesmo, nesse trabalho. Aos poucos, fui descobrindo e organizando os mais de setecentos correspondentes, vários deles com dezenas de cartas, as inúmeras reportagens, os documentos. E Mindlin, também aos poucos, foi se encantando com aquele enorme testemunho da sua própria vida. Passou a gostar de mostrar seu arquivo aos visitantes.

A equipe da biblioteca era composta por três mulheres: eu, Cristina Antunes e Rosana Gonçalves, e um rapaz, Sérgio Pizoli, responsável pela preservação da vasta coleção de arte em papel dos Mindlin. Estando a biblioteca no próprio terreno da casa deles, inúmeras vezes éramos convidados a almoçar com o casal, almoços sempre fartos e deliciosos. Mindlin tinha muito prazer em comer, em especial os doces, e preferia ter convidados em casa a ir a restaurantes. Era muito frequente a presença de várias pessoas à mesa, e de hóspedes na casa, em geral pessoas muito interessantes. Preocupava-se muito com a atenção dada à cozinheira. Quando ia jantar na casa de alguém, fazia questão de, antes de ir embora, se despedir e agradecer a ela, e fazia o mesmo com as visitas em sua casa. Pedia que passassem na cozinha e cumprissem o ritual.



A equipe da biblioteca. Em pé, Rosana Gonçalves, Marivalda e Elisa Nazarian. Sentado está José Mindlin e, ao seu lado, Cristina Antunes.



No dia da posse na Academia Brasileira de Letras. Da esquerda para a direita estão Rosana Gonçalves, Elisa Nazarian, José Mindlin e Cristina Antunes.

Mindlin tratava a todos com extrema delicadeza. Raramente vi, ou soube de ele ter tratado alguém com secura ou rispidez e, quando o fazia, quase sempre se dispunha a rever sua posição, caso alguém que ele respeitasse lhe apresentasse outro ponto de vista. Era, sobretudo, um conciliador e, sendo eu bastante impulsiva, este foi nosso único ponto de atrito em reação a alguém que eu acreditava não merecer o seu crédito.

Embora Guita fosse bem mais reservada, era bastante afetiva, perspicaz e tinha uma boa dose de humor. Certo dia de muito calor, morrendo de sede, fui até a copa da casa buscar um copo d'água. Abri a geladeira em sua presença, peguei uma garrafa – que julguei ser de água – e enchi o copo. Guita quieta. Virei o copo de uma vez e só depois de alguns segundos descobri que aquilo era vodca. Perante o meu espanto, Guita riu e disse: “Eu bem que estava achando estranho você se embebedando a esta hora”.

A casa do casal era um retrato explícito de tudo que os dois gostavam. Em um mesmo ambiente conviviam tapetes persas, obras da Tarsila e um móvel do Calder, com um globo espelhado dado por um neto, um quero-quero de madeira trazido por mim.

Na biblioteca tínhamos, as três, nossas funções bem distribuídas, mas o que deu a Rosana um diferencial supremo foi sua capacidade de conseguir achar praticamente tudo o que Mindlin perdia.

Excetuando a biblioteca propriamente dita, de maneira geral, tudo o que vinha dar às mãos de Mindlin perdia-se num buraco negro de difícil acesso. Eu mesma lhe emprestei um livro, que ele nunca leu e que também nunca soube onde foi parar.

Muitas vezes ele se lembrava de algum aspecto do objeto perdido, fosse um documento, uma carta, um livro, uma caixa, mas houve casos em que sua memória foi traçoeira e o objeto não tinha nada a ver com sua descrição. Mesmo assim, Rosana encontrava-o.

Nos casos mais difíceis, propus que amarrássemos o rabo do diabo, algo pelo qual, a princípio, ele se mostrou totalmente cético. Tratava-se de dar um nó num barbante, numa corda, ou algo parecido, e ameaçar o diabo de ficar eternamente com o rabo amarrado, caso o objeto não fosse encontrado. Depois de obtermos alguns sucessos, o próprio Mindlin abaixou a guarda e, divertido, pedia que recorrêssemos à prática.

Em seus últimos anos, já com a visão muito prejudicada, quase cego, continuava encontrando os livros raros nas prateleiras, sem dificuldade, mas começou a se ressentir dessa limitação. Várias pessoas vinham ler para ele, mas não era a mesma coisa, faltava-lhe autonomia. No início, recorreu a diversas alternativas de lentes especiais, mas a coisa foi se complicando. Também já não conseguia ir ao cinema porque, além do

problema com a leitura, sua audição limitada não permitia que escutas-se o que falavam, o que invalidava o fato de conhecer diversas línguas. Ainda assim, não se permitia o desânimo, o que foi ficando mais difícil a partir do falecimento de Guita. Mindlin não acreditava em vida após a morte, não rezava, nem tinha uma religião formal. Eu, sendo bem mais flexível nas minhas credências, disse a ele que iria esperá-lo com uma festa, caso fosse a primeira a partir. O mínimo que esperava dele, seria o mesmo, caso o primeiro fosse ele. Ele me ouvia e apenas sorria.

Mindlin e Guita tiveram uma participação preciosa na minha vida. Foram meus confidentes, meus amigos, testemunharam vários dos meus momentos difíceis, minhas conquistas, foram ouvidos atentos e solidários. Eram extremamente abertos e ajudaram inúmeras pessoas, inclusive financeiramente.

Meu primeiro livro foi publicado por intermédio de Mindlin. Sem que eu soubesse, ele enviou aquele meu original de poesias a Plínio Martins Filho, não citou meu nome e pediu sua avaliação. Com o resultado favorável em mãos, entregou-me, perguntando se eu aceitaria publicar o livro. Perante a minha negativa, não insistiu. Alguns anos depois, tendo terminado de escrever um romance, procurei pessoalmente Plínio, entreguei-lhe o livro e revelei ser a autora daqueles originais de poesia. O romance foi lindamente publicado pela Ateliê e, na noite de autógrafos, lá estava o casal Mindlin, dando-me mais do que apoio e carinho, conferindo-me legitimidade.

No lançamento do meu segundo livro, também pela Ateliê, pedi a Mindlin que ficasse por lá um tempo, para eu me sentir mais segura. Quando a livraria ficou bem cheia e o lançamento já não corria risco, Mindlin chegou bem perto de mim e disse baixinho, sorrindo: “Posso ir agora?”. ●

---

#### **SOBRE O AUTOR**

Elisa Nazarian é escritora, tradutora e preparadora de texto. Trabalhou em várias livrarias e oito anos junto a José Mindlin. Tem três livros publicados pela editora Ateliê, e o próximo está em fase de elaboração.



# BIBLIOFILIA E SUA RECÍPROCA

---

*Carlos Augusto Calil*

José Mindlin fez da bibliofilia sua razão de vida. Com paciência e orgulho de caçador, ele exibia pessoalmente ao visitante de sua casa os troféus conquistados na busca interminável pela raridade perseguida nos sebos e buquinistas do país e do exterior. Como dissesse que queria morar numa livraria, transformou sua casa numa livraria particular, dotada do equipamento necessário à máquina de morar.

Possivelmente terá sido o mais bem-sucedido entre os bibliófilos brasileiros, pois não apenas reuniu uma coleção excepcional pela qualidade e quantidade, como soube dar um destino à altura da biblioteca, impedindo a dispersão dos livros ou sua incorporação seletiva a outro conjunto.

O edifício que ele fez construir na Cidade Universitária especialmente para abrigar seus preciosos exemplares é suntuoso e adequado à conservação e à pesquisa, além de portador de valores relevantes no mobiliário escolhido entre o melhor que o *design* brasileiro produziu. Conteúdo e continente se completam e se beneficiam mutuamente numa combinação rara entre as instituições públicas.

A passagem do privado ao público se deu sem perda da identidade peculiar do colecionador.

Imprimiu ele marca de autoria em uma atividade geralmente considerada manifestação voluntariosa de posse e desfrute solitário. E o lema que escolheu para o seu ex libris – *Je ne fay rien sans Gayeté* – “Nada faço sem Alegria”, na escrita quinhentista de Montaigne, embalou o legado valioso em tonalidade existencial, aliviando a tarefa obsessiva.

Nessa jornada, José Mindlin contou com a colaboração inabalável de Guita Mindlin – como ele, amorosa dos livros dos quais cuidava com ciência clínica; sem o fervor compartilhado pelo casal, nem Brasileira e nem prédio ambicioso teriam sido erguidos.

Mindlin recebeu estímulo decisivo de um grande bibliófilo que o antecedeu – Rubens Borba de Moraes – introdutor da Biblioteconomia no Brasil, ele mesmo colecionador de mancha, que doou seu patrimônio para dar contorno definitivo ao acervo. Sem herdeiros diretos, RBM pôde encaminhar essa Brasileira notável ao encontro da coleção Mindlin, o que a valorizou sobremaneira.

Rubens Borba de Moraes era amigo de infância de Mário de Andrade. Com ele participou da Semana de Arte Moderna, num papel secundário, e a parceria se reanimou quando ambos foram recrutados por Paulo Duarte para a implantação do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, em 1935, na administração do prefeito Fábio Prado. Os dois foram responsáveis pela consolidação da Biblioteca Municipal – hoje Biblioteca Mário de Andrade – pelo seu novo prédio em estilo *art déco*, construído na rua da Consolação, pela Biblioteca Circulante, assentada em furgões que estacionavam nos parques públicos, pela primeira biblioteca infantil, pelo planejamento da rede de bibliotecas de bairros.

O autogolpe do Estado Novo conduzido por Getúlio Vargas removeu o prefeito Fábio Prado, substituído pelo professor da Escola Politécnica, o urbanista Prestes Maia. Conservador, de gosto acadêmico e antimodernista, o novo titular do governo da cidade pouca atenção dava à pauta da Cultura, obcecado pela implantação das avenidas de fundo de vale. Interveio reiteradamente no projeto da Biblioteca Municipal, removendo uma segunda torre de guarda de livros, por considerá-la desnecessária, impingindo um pórtico neoclássico fora de escala ao volume geométrico do edifício, que considerava de mau gosto. A tudo isso Rubens Borba de Moraes aturou pacientemente.

Quando Prestes Maia determinou que o *hall* da biblioteca iria abrigar a escultura de uma jovem beldade paulistana – Maria de Lourdes Teixeira da Fonseca, a Lalucha – com um livro nas mãos, representando

a Leitura, RBM preparou o revide. Perguntado pelo prefeito qual a epígrafe que saudaria o leitor na entrada desse museu do livro, o diretor saiu-se com o famoso dístico de Dante Alighieri, retirado do “Inferno” de *A Divina Comédia*: “Lasciate ogni speranza voi ch’entrate” (“Abandonai qualquer esperança, vós que entraís”). Foi enfim demitido da direção e obteve a alforria da burocracia municipal<sup>1</sup>.

Metódico, objetivo, dotado de espírito científico, planejador de instituições... Rubens Borba de Moraes, o modesto autor do *O Bibliófilo Aprendiz*, foi bibliógrafo, professor, diretor de bibliotecas importantes que ajudou a implantar, como mencionada, a Biblioteca Municipal de São Paulo e a Biblioteca das Nações Unidas.

Mário de Andrade era assumidamente bibliófilo, colecionava primeiras edições raras de obras sobre o Brasil e edições de luxo, em grandes papéis e ilustradas por grandes gravadores. Citava entre seus trunfos: a primeira edição da ópera *Il Guarany*, a *Reise in Brasilien*, de Spix e Martius, a *Voyage Pittoresque dans le Brésil*, de Rugendas (e alguns desenhos originais dele). Dos contemporâneos, preferia as edições de luxo francesas: *Les Algues* (ilustradas por Aleiev), *Siegfried et le Limousin*, de Giraudoux, *Bouddha Vivant*, de Paul Morand, *Les Villes Tentaculaires*, de Verhaeren (com ilustrações de Brangwyn), *Um Amor de Swann* (águas-fortes de Laprade), que considerava uma obra-prima de edição. Tinha ainda livros com gravuras de Picasso, Léger, De Chirico, Dunoyer, Segonzac. Seus papéis preferidos eram o Madagáscar e o Holanda da casa Pannekoek<sup>2</sup>. Vivia endividado com as compras feitas além de suas posses. A biblioteca de Mário continha dezessete mil volumes distribuídos entre artes, literatura, música, história, psicologia, ciências sociais, livros de arte, livros-objeto e de arte gráfica<sup>3</sup>.

Mário de Andrade tinha o hábito inusual de sempre dispor de dois exemplares quando o livro era autografado. Em carta de 27 de setembro de 1936, dizia ele a Rodrigo Melo Franco de Andrade:

Ainda não recebi seu livro de contos [Velórios] que provavelmente chegará hoje. Mas lhe previno com toda a mais despudorada franqueza que não lerei o exemplar e que se a edição não for posta à venda aqui, você terá de me mandar outro, sem dedicatória pra eu ler. Não corto os livros com dedicatórias que prezo, compro outro exemplar pra cortar e ler. E assim farei com o de você<sup>4</sup>.

1. Rubens Borba de Moraes, “Humor e Política na Herança da Semana, Depoimento a Antônio Gonçalves Filho”.

2. Mário de Andrade, “1933 – Resposta ao Inquérito Sobre Mim Para Macaulay”, p. 39.

3. *Patrimônio Histórico e Artístico*, p. 22.

4. Mário de Andrade, *Cartas de Trabalho*, p. 64.

Paulo Prado possuía livros raros. Blaise Cendrars, em *Bourlinguer* (1948), evoca a Livraria Americana, de Chadenat, no Quai des Grands Augustins, em Paris, que Paulo conheceu por influência do tio Eduardo Prado e onde muitas vezes flagrara o chanceler Barão do Rio Branco, enfurnado numa atmosfera de fumaça, buscando localizar mapas que melhor determinassem os limites naturais do Brasil. Graças a esse empenho, o Barão venceu todas as disputas internacionais em que o país se envolveu<sup>5</sup>.

Sem a tutela do tio, Paulo Prado voltou à Americana para garimpar exemplares da Brasiliana que publicaria com Capistrano de Abreu: a coleção Para Melhor se Conhecer o Brasil, que lançou edição fac-similar do livro do capuchinho Claude D'Abbeville, a *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil, o Diário de Navegação de Pero Lopes* etc. Em Londres, visitava regularmente a livraria dos Maggs Bros., na Conduit Street, onde acabou por adquirir a carta autógrafa de Anchieta, de 1579. Apesar do custo reduzido, “duzentas libras, o valor de trinta sacas de café”, Paulo Prado encetou uma campanha pública para sensibilizar os fazendeiros ricos seus parentes a participarem da empreitada cívica: “É o documento de família que dá à cidade moderna o atestado de longa ascendência...”. A carta acabou doada ao Museu Paulista<sup>6</sup>.

Segundo Sérgio Milliet,

Paulo Prado nunca foi um bibliófilo. Era um leitor apaixonado que gostava de ler seus livros prediletos em belas e boas edições. Como sabia escolher suas leituras, deixou uma biblioteca pequena, mas excelente (hoje incorporada à Biblioteca Municipal). Nunca comprou livros pelo prazer quase patológico, dos bibliófilos ortodoxos, de manuseá-los e contemplá-los apenas, sem os ler. Não é esse, evidentemente, o caso do erudito historiador Yan de Almeida Prado<sup>7</sup>.

João Fernando de Almeida Prado (Yan), outro modernista de primeira hora, tornou-se um bibliófilo militante, cuja obra muito se beneficiou desse seu empenho. Bibliófilos ou não, estiveram envolvidos com livros raros Rubens Borba de Moraes, Mário de Andrade, Paulo Prado, Sérgio Milliet, Yan de Almeida Prado, pelo menos, o que acaba por sugerir um novo tema de pesquisa a ser estimulado na universidade: o fascínio exercido nos modernistas pelos livros antigos.

5. Blaise Cendrars, *Bourlinguer*, p. 362.

6. Paulo Prado, “Uma Carta de Anchieta”, pp. 262-269.

7. Sérgio Milliet, “Cendrars e Paulo Prado”, pp. 452-453.

O belo edifício da Biblioteca Brasileira no *campus* da USP tem duas alas. Numa habita a biblioteca José e Guita Mindlin, que inclui a de Rubens Borba de Moraes; na outra, a biblioteca do IEB – Instituto de Estudos Brasileiros – que abriga as coleções de Mário de Andrade e de Yan de Almeida Prado, entre outras. Graças a José e Guita Mindlin, a privilegiada Universidade de São Paulo acabou por reunir num mesmo local as bibliotecas raras dos modernistas.

Outro gênero de bibliófilo é o leitor. Pouco lembrados pelas políticas públicas, os leitores das bibliotecas aguardam a chegada dos livros novos com sofreguidão. Assim foi em 2001, no Centro Cultural São Paulo, cujos usuários durante oito anos não vislumbraram um único título novo. Quando exemplares doados pelas editoras chegaram, o público silenciosamente acorreu à mesa que os expunha. De posse de um livro, cada leitor passou a devorá-lo ali mesmo.

O projeto dos ônibus-biblioteca, criado por Rubens Borba de Moraes e Mário de Andrade na prefeitura de São Paulo em 1935 durou até 1942. Foi retomado em 1979, 1989, 1991 e 2008. O espírito da iniciativa continuava o mesmo na formulação de Mário de Andrade: “em vez de esperar pelo público, vai [a biblioteca circulante] em busca do seu público onde estiver”. Estacionados inicialmente nos parques públicos, os furgões carregados de livros proporcionavam uma “leitura imediata, dando ao *farniente* uma orientação cultural”<sup>8</sup>.

Em 2008 o projeto foi agraciado com o prêmio Viva Leitura, oferecido pela Fundação Santillana. Em 2012, a frota da Secretaria Municipal de Cultura já contava com doze ônibus amarelos circulando pela cidade, transportando quatro mil volumes cada um, alcançando 72 pontos da periferia da cidade destituídos de oferta de livros, visitados semanalmente. Esse serviço público beneficiava 330 mil leitores por ano, que retiravam cerca de quinhentos mil livros e os devolviam no prazo de quinze dias<sup>9</sup>. Em 2015, o serviço foi desativado e nunca mais retomado.

Recentemente uma faceta inesperada do amor dos livros foi revelada. Antonio Candido no autonecrólogo “O Pranto dos Livros”, redigido em 1997, imagina a recíproca sentimental da bibliofilia. O seu corpo já sem vida aguarda no caixão a combustão que o reduzirá às cinzas no crematório. Num último esforço de consciência – consciência de defunto – ele pensa nos livros de sua biblioteca que

8. Mário de Andrade, *Me Esqueci Completamente de Mim, Sou um Departamento de Cultura*, p. 124

9. *Bibliotecas Públicas, Ações, Processos e Perspectivas*, pp. 48-49.

[...] hão de chorar lágrimas invisíveis de papel e de tinta, de cartonagem e percalina, de couro de porco e pelica, de couro da Rússia e marroquim, de pergaminho e pano. Será o pranto mudo dos livros pelo amigo que os amou desde menino<sup>10</sup>.

Para consolo do frágil humano, leitor bibliófilo, que desaparece, os livros “de algum modo viverão para sempre”. ●

10. Antonio Candido, “O Pranto dos Livros”, pp. 50-51.

---

#### **SOBRE O AUTOR**

Carlos Augusto Calil é professor do Curso Superior do Audiovisual da ECA/USP. Foi diretor de instituições culturais como a Cinemateca Brasileira, o Centro Cultural São Paulo e Secretário Municipal de Cultura de SP (2005-2012).

**RAROS E  
RARÍSSIMOS**

# O MANUSCRITO SEISCENTISTA DAS SAUDADES DE LÍDIA E ARMIDO ATRIBUÍDAS A BERNARDO VIEIRA RAVASCO

Marcelo Lachat

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo guarda em seu acervo uma raridade poética do século XVII: o manuscrito de um poema atribuído a Bernardo Vieira Ravasco (c. 1617-1697)<sup>1</sup>, irmão do Padre Antônio Vieira. Intitulado *Saudades de Lídia e Armido*, esse poema, composto de 158 oitavas em versos hendecassílabos<sup>2</sup>, conserva-se em um códice manuscrito de 22,2 x 15,7 cm, apógrafo e sem datação, constituído de dez fólios e encadernado em pleno marroquim vinho, sabendo-se que tal códice pertenceu ao

1. Não se sabe ao certo qual é a data de nascimento de Bernardo Vieira Ravasco, sendo que alguns autores afirmam que ele teria nascido em 1617 e outros em 1619. Já quanto ao ano de sua morte, parece não pairar qualquer dúvida, indicando-se sempre 1697.
2. Como ressalta Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, “por todo o século XVII, em se tratando de verso, signo de engenho de agudeza é o hendecassílabo”. Lembra ainda a estudiosa que a *Arte Poética e da Pintura e Symmetria, com Principios da Perspectiva* (1615), de Philippe Nunes, “prestigia a contagem de todas as sílabas do verso, levando em conta aquela sílaba em que predomina o acento – voz da sílaba e alma das palavras, como diz –, mas considera também a sílaba breve ou as breves subsequentes” (Maria do Socorro Fernandes de Carvalho. *Poesia de Agudeza em Portugal: Estudo Retórico da Poesia Lírica e Satírica Escrita em Portugal no Século XVII* p. 230). Por isso, é mais adequado à preceptiva poética seiscentista considerar hendecassílabos (e não decassílabos) os versos dessas Saudades ditas de Bernardo Ravasco, compostas, como se presume, no século XVII.

bibliófilo Rubens Borba de Moraes (1899–1986), como indica o *ex-libris* no verso da capa<sup>3</sup>. Sobre esse raro documento, informa o próprio Borba de Moraes:

Manuscrito em letra do século XVII em nosso poder. O poema é composto de 158 oitavas. É inédito.

Os versos de Bernardo Vieira Ravasco, nascido na Bahia em 1619, irmão do padre Vieira, ficaram quase todos inéditos. Barbosa Machado (vol. 1, p. 537) transcreve um soneto. Na *Fênix Renascida e no Postilhão de Apolo*, aparecem composições que lhe são atribuídas. Existem em bibliotecas portuguesas (na do Duque de Cadaval por exemplo), manuscritos contendo poesias desse poeta brasileiro tão apreciado em seu tempo<sup>4</sup>.

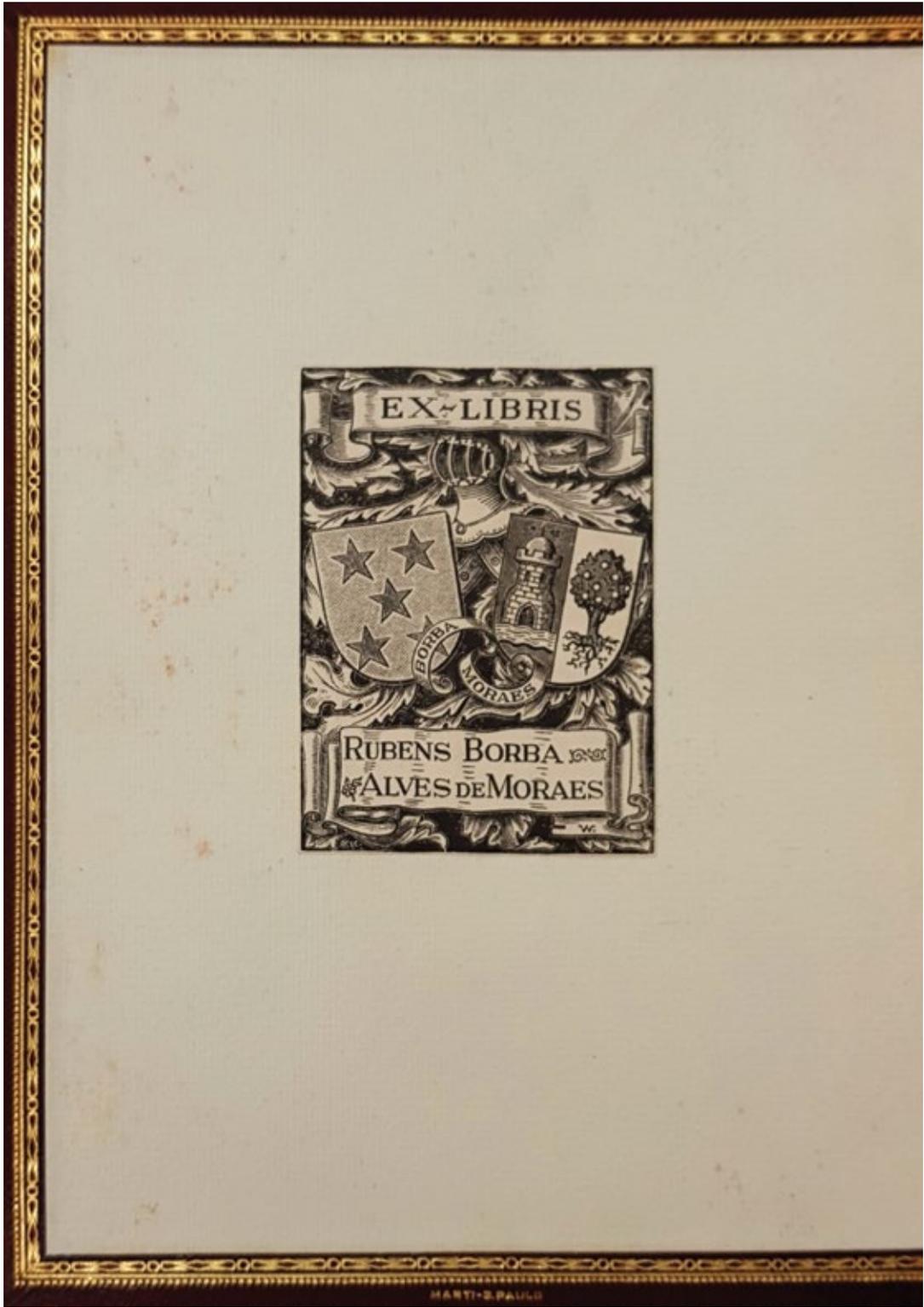
Na *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, dirigida por Afrânio Coutinho e José Galante de Sousa, também é referido esse mesmo manuscrito: “*Saudade (sic) de Lídia e Armido* (poema ms. em letra do século XVII, pertencente a Rubens Borba de Moraes)”<sup>5</sup>. Assim, de acordo com esta *Enciclopédia* e com aquele trecho de Borba de Moraes, o códice das *Saudades de Lídia e Armido* atualmente depositado na Biblioteca Brasileira Mindlin, embora não esteja datado, nem seja identificado seu compilador ou escriba e nem haja notícia acerca do lugar em que foi produzido, foi composto “em letra do século XVII”. Essa asserção, ainda que não fundamentada nos dois casos, mostra-se pertinente quando se compara tal manuscrito com outros sabidamente seiscentistas. Nesse sentido, vale recorrer ao estudo de Vera Lúcia Costa Acioli, que caracteriza a escrita do século XVII e exemplifica com documentos. A pesquisadora assinala, então, que, na América Portuguesa, a escrita do Seiscentos “é, por assim dizer, a grande herdeira da usada em Portugal” e elenca suas principais características paleográficas e ortográficas, que são muito semelhantes às que se verificam no códice da BBM: “o **d** [aparece] com haste ascendente bem aberta e inclinada para a esquerda; o **h**, assemelhado a um **E** maiúsculo [em letra cursiva]; o **st** emendados por cima; [...] o uso mais frequente de letras dobradas, agora também o **c** e o **m**; a substituição do **i** por **j** e vice-versa; [...] separação irregular das palavras”<sup>6</sup>. Além dessas, outra peculiaridade do

3. *Saudades / De Lidia & Armido / Compostas por Bernardo Vieira & Ravasco*, São Paulo, RBBM (0710), 10 fls.

4. Rubens Borba de Moraes, *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*, pp. 294–296.

5. Afrânio Coutinho e José Galante de Sousa (dir.), *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, p. 1124.

6. Vera Lúcia Costa Acioli, *A Escrita no Brasil Colônia: Um Guia para Leitura de Documentos Manuscritos*, p. 133.



MARTINS PAULLO

texto que permitiria situar sua escrita nos anos seiscentos são os sinais de pontuação: eles são substancialmente menos numerosos do que em documentos do Setecentos. Todavia, esses critérios possibilitam inferir uma data apenas aproximada (e nunca absoluta); daí se sugerir, neste trabalho, também levando em conta as circunstâncias históricas que cercam a *persona* poética Bernardo Ravasco, que o manuscrito apógrafo da Brasileira foi redigido, possivelmente, entre meados e fins do século XVII.

Posterior a esse – e até muito recentemente não mencionado (ao que se saiba) por nenhum pesquisador –, há outro manuscrito em que se conservam, com poucas variantes, essas mesmas *Saudades de Lídia e Armido* atribuídas a Bernardo Ravasco. Trata-se de uma *Miscelânea Poética* setecentista depositada na Biblioteca da Ajuda, mais especificamente, seu quinto tomo, que foi compilado e escrito por Antônio Correia Vianna<sup>7</sup> em Lisboa, em 1784, e do qual faz parte o referido poema<sup>8</sup>.

Somente em 2018, editaram-se e publicaram-se pela primeira vez, com base neste manuscrito da Biblioteca da Ajuda, mas cotejando-o com aquele da Brasileira e registrando suas variantes, tais *Saudades* presumidamente compostas por Bernardo Ravasco<sup>9</sup>. No estudo que antecede essa edição, discutem-se as *personae* histórico-política e poética de Bernardo, bem como o poema. Desse modo, mostra-se que esse Vieira Ravasco foi, além de afamado poeta, importante *persona* política da América Portuguesa no século XVII, ocupando, de 1646 a 1697, o alto cargo de secretário do Estado do Brasil, hierarquicamente abaixo apenas do governador-geral. No entanto, ele foi (e ainda é) pouco estudado por pesquisadores da história<sup>10</sup> e das letras luso-brasileiras e, muitas vezes, deixado à sombra de seu célebre irmão, o Padre Antônio Vieira.

7. É importante destacar que Correia Vianna é, no século XVII, um dos mais profícuos compiladores da poesia seiscentista, com diversas coleções manuscritas que têm muito a acrescentar à ainda pouco publicada e estudada produção poética – tanto portuguesa quanto luso-brasileira – do Seiscentos. Como apontado por Vítor Manuel de Aguiar e Silva, nos manuscritos de Correia Vianna encontram-se, por exemplo, muitos poemas inéditos atribuídos a uma reconhecida autoridade poética de Portugal no século XVII: Antônio da Fonseca Soares, isto é, Frei Antônio das Chagas (cf. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*, pp. 533-544).

8. *Saudades / de / Lídia, e Armido / Expostas na figura de Ella ficar saudosa / e magoada em terra, por Elle se ausentar / embarcando em huma Armada &ª / Compostas / Por Bernardo Vieira Ravasco / Irmão do grde. Pe. Ant.º Vieyra / da extincta Companhia de Iesus. In: Miscelanea Poetica / que comprehende / o que na seguinte página se declára. Tomo = 5º. Junto tudo neste volume, distribuído, e escrito / Por Antonio Correya Vianna / Lisboa = 1784 =*. Lisboa, Biblioteca da Ajuda, ms. 49-III-65, pp. 173-256 (A paginação dessa *Miscelânea* foi feita pelo próprio compilador).

9. Marcelo Lachat, *Saudades de Lídia e Armido, Poema Atribuído a Bernardo Vieira Ravasco: Estudo e Edição*.

10. Pedro Puntoni é um dos raros historiadores que têm se dedicado a estudar, cuidadosamente, essa *persona* histórico-política, destacando-se seu trabalho intitulado “Bernardo Vieira Ravasco, Secretário do Estado do Brasil: Poder e Elites na Bahia do século XVII” (Pedro Puntoni, *O Estado do Brasil: Poder e Política na Bahia Colonial 1548-1700*, pp. 199-241).

Um primeiro catálogo conhecido das supostas obras de Bernardo Ravasco – e que visa a comprovar a excelência dessa *persona* nas letras – é o apresentado, no século XVIII, na Biblioteca Lusitana de Diogo Barbosa Machado<sup>11</sup>:

*Descrição Topográfica, Eclesiástica, Civil, e Natural do Estado do Brasil* (Barbosa Machado afirma possuir dessa obra uma “parte escrita da própria mão do Autor com estilo discreto e elegante”, e transcreve o trecho inicial de tal parte); *Poesias Portuguesas e Castelhanas* (compostas em vários metros, estariam reunidas em quatro tomos manuscritos, “da própria mão do Autor”, como teria visto o irmão de Diogo Barbosa Machado, o “Doutor Inácio Barbosa Machado, quando exercitava o lugar de Juiz de fora, e Provedor da Cidade da Bahia”); *Três Decimas à Senhora D. Isabel Princesa de Portugal Tendo Morto em Salvaterra de um Tiro a um Javali* (impressas no quinto tomo da *Fênix Renascida*, em 1728). Além desses escritos, a Biblioteca Lusitana atribui ainda a Bernardo Ravasco um soneto castelhano que teria saído impresso em uma obra intitulada *Coleção Política de Apotegmas Memoráveis*, transcrevendo o poema “para se conhecer claramente a facilidade da sua Musa [...] que fez estando no Paço à petição de Domingos de Aguiar Porteiro da Câmara da Rainha, acerca de um Papagaio que se oferecia à mesma Senhora, em o qual compete a discrição com a elegância”. Contudo, esse mesmo soneto (com variações mínimas) foi publicado no terceiro tomo da *Fênix Renascida*, tendo como didáscalia *A um papagaio de Palácio, que falava muito* e sem qualquer atribuição de autoria; curiosamente, Barbosa Machado não faz menção a esse fato, talvez para não colocar em dúvida a *auctoritas* poética do Ravasco<sup>12</sup>.

Quanto ao Bernardo poeta, em particular, afora as três décimas impressas no quinto tomo da *Fênix Renascida* e mencionadas por Barbosa Machado, outro poema, composto de dez oitavas, é atribuído a essa *persona* poética na outra grande coletânea de poesia portuguesa seiscentista publicada no século XVIII, o *Postilhão de Apolo*. Tal poema, que tem como didáscalia “De Bernardo Vieira / Pelos mesmos consoantes / applicando-as [*sic*] a hum Cadaver”<sup>13</sup>, glosa a temática do *memento mori* e forma com o texto que o antecede na mesma coleção setecentista, isto é, o *Retrato de Huma Dama* feito em oitavas por Eusébio de Matos (talvez não por acaso, o padre e irmão de Gregório de Matos), um díptico poético.

11. Cf. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, tomo I, pp. 538-539.

12. Marcelo Lachat, *op. cit.*, pp. 31-32.

13. *Eccos Que o Clarim da Fama Dá: Postilhaõ de Apollo*, pp. 256 e ss.

Esses dois poemas, ou seja, aquelas décimas da *Fênix Renascida* e essas oitavas do *Postilhão de Apolo* (desconsiderando-se, pelo motivo já explicitado, aquele soneto *Íris Parlera*, *Abril Organizado*) compunham, até meados do século XX, todo o *corpus* poético impresso de Bernardo Ravasco. Porém, James Amado, em sua edição de grande parte da poesia manuscrita dita de Gregório de Matos, intitulada pelo editor *Crônica do Viver Baiano Seiscentista: Obra Poética Completa*, publicou uma suposta disputa poética entre Gregório e Bernardo, na qual há mais dois textos: dois sonetos com atribuição ao poeta Ravasco<sup>14</sup>. Mais recentemente, João Adolfo Hansen e Marcello Moreira editaram o *Códice Asensio-Cunha*, com poemas atribuídos a Gregório de Matos, entre os quais também se encontram os sonetos (quatro no total, sendo dois de cada poeta) que constituem tal certame poético<sup>15</sup>. Todavia, não é essa a única disputa poética em que, presumidamente, o poeta Bernardo esteve envolvido; outra, mais conhecida, teria ocorrido entre ele e seu irmão. Esse segundo certame é referido, por exemplo, por João Carlos Teixeira Gomes<sup>16</sup> e João Adolfo Hansen<sup>17</sup>, iniciando-se por um “soneto de Bernardo Vieira Ravasco, Secretário do Estado do Brasil, a seu irmão o Padre Antônio Vieira, consoantes forçados”.

Posto isso, cabe salientar, então, que o *corpus* poético impresso atribuído a Bernardo Ravasco resume-se, atualmente, a estes cinco poemas citados mais aquelas *Saudades de Lídia e Armido* publicadas apenas em 2018. Contudo, o *corpus* manuscrito dessa *persona* é mais extenso, havendo textos inéditos a serem estudados e dados a público. Trata-se, dessa maneira, de um poeta cuja *auctoritas* ainda precisa ser materialmente consolidada, escavando-se as ruínas letradas lusobrasileiras dos séculos XVII e XVIII. Por isso, esse Ravasco raramente aparece nos compêndios de literatura brasileira ou portuguesa e sua *persona* poética e sua obra, quando mencionadas, são discutidas de forma bastante superficial.

Fica evidente, portanto, a importância do manuscrito seiscentista depositado na Biblioteca Brasileira, no qual se preservam essas *Saudades* ditas do poeta Bernardo. Tal código consiste em um documento essencial para um melhor conhecimento e uma mais fundamentada discussão das letras (particularmente da poesia) na América Portuguesa dos anos seiscentos. Ademais, deve-se acrescentar que a relevância

14. Gregório de Matos, *Crônica do Viver Baiano Seiscentista: Obra Poética Completa; Códice James Amado*, vol. I, pp. 188-189.

15. Gregório de Matos, *Poemas Atribuídos: Códice Asensio-Cunha*, vol. 1, pp. 381-384.

16. Cf. Gregório de Matos, *a Boca de Brasa – um Estudo de Plágio e Criação Intertextual*, pp. 258 e ss.

17. Cf. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*, pp. 60-61.

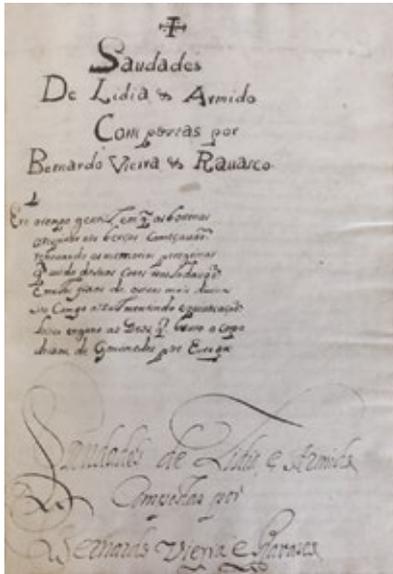
do códice da Brasileira mostra-se, ainda, no fato de tratar-se de uma fonte manuscrita que circulou, provavelmente, a partir da segunda metade do século XVII no Estado do Brasil (conjecturando-se o lugar em que foi composta), enquanto a outra fonte, sabidamente produzida por Correia Vianna, já é do último quartel do século XVIII e sua circulação deu-se em Portugal. Entretanto, em vez de determinar, de forma anacrônica e segundo critérios sempre questionáveis, qual dos dois manuscritos é mais “autêntico”<sup>18</sup>, interessa antes notar que essas *Saudades de Lídia e Armido* tiveram considerável recepção nas letras portuguesas e luso-brasileiras, atribuindo-se-lhes a *auctoritas* poética da *persona* histórica Bernardo Vieira Ravasco desde, aproximadamente, a segunda metade do Seiscentos. E tal autoridade se atesta, em última instância, pela excelência do poema.

Assim, cabe lembrar que as “saudades” sofridas por Lídia e Armido foram cantadas diversas vezes, por diferentes poetas, nos anos seiscentos e setecentos. Na *Fênix Renascida*, por exemplo, há três longos poemas, em oitavas, intitulados “*Saudades de Lydia*”, e *Armido*. Trata-se de *topos* largamente glosado na poesia seiscentista, síntese da dolorosa e triste separação entre entes queridos que, motivada pela Guerra da Restauração (1640-1668) durante o reinado de D. João IV (1640-1656), moveu à compaixão alguns “engenhos poéticos”, representando-se, principalmente nas *personae* Armido e Lídia, a “lastimosa partida” do amante-amado para combater na guerra e as saudades ou sofrimentos da amada-amante.

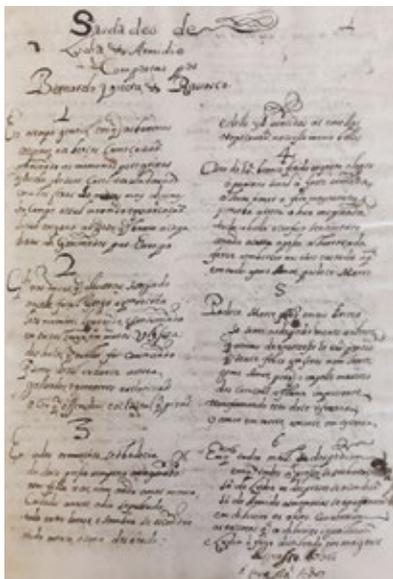
Especificamente, as *Saudades de Lídia e Armido* atribuídas a Bernardo Ravasco ressaltam sua *auctoritas* poética por ser esse poema uma excelente imitação (*mimesis, imitatio*) que, com estilo agudo e doutrina vária, faz do amor agudezas. Entre seus mais relevantes modelos, destacam-se o Camões de *Os Lusíadas* e o Góngora da *Fábula de Polifemo y Galatea e das Soledades*. De acordo com alguns estudiosos<sup>19</sup>, as *Soledades* castelhanas (não apenas, mas principalmente essas gongóricas) são o grande *paradeigma* poético das *Saudades* portuguesas; e as supostamente compostas pelo poeta Ravasco, em especial, mostram-se agudas já na sua primeira oitava, com versos que, emulando o Camões épico e o Góngora lírico, cantarão matéria trágico-amorosa:

18. Adotam-se aqui as críticas de Marcello Moreira ao método filológico lachmanniano, o qual se pretende “como o meio de recuperação de um ideal textual que se supõe ter existido, embora não haja provas materiais conclusivas de sua existência” (*Critica textualis in caelum revocata? Uma Proposta de Edição e Estudo da Tradição de Gregório de Matos e Guerra*, p. 53). Como ainda adverte Moreira, baseando-se em Morse Peckham, há uma propensão entre os filólogos caudatários desse método de “instituir uma hagiografia de autores e, como consequência dessa santificação, quanto mais próximos os textos estiverem do autor, mais preciosos e puros estarão, tornando-se verdadeiras relíquias” (*idem*, p. 56). Neste artigo, evita-se justamente tal idealização ou santificação.

19. Cf. José Ares Montes. *Góngora y La Poesía Portuguesa del Siglo XVII*, pp. 386-448.



Frontispício e fólhos 1 e 10v do manuscrito seiscentista das Saudades / de Lidia & Armindo / Compostas por Bernardo Vieira & Ravasco, depositado na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin na Universidade de São Paulo.



Era o tempo gentil, em que as boninas  
 a respirar no berço começavam,  
 renovando as memórias peregrinas,  
 que a vida de suas cores trasladavam:  
 Êmulas fixas de outras mais divinas,  
 seu campo azul mentido equivocavam;  
 Lascivo engano ao Deus, que bruto, a Copa  
 deixou de Ganimedes por Europa<sup>20</sup>.

Nesse trecho, ecoam os versos da oitava 72 do Canto II de *Os Lusíadas*<sup>21</sup> e da primeira estância das *Soledades* de Góngora<sup>22</sup>. Dessa forma, compreende-se melhor o “tempo gentil” em que se inicia o poema atribuído a Bernardo Ravasco: consiste no “tempo alegre” do verso camoniano ou na “estación florida” do gongórico, isto é, refere-se à primavera, ou melhor, ao princípio dessa estação florida, quando as boninas começam a surgir no campo, mudando-se suas cores. E essas boninas, devido às suas vivas cores ou ao seu intenso brilho, são “êmulas fixas” das estrelas, fazendo com que o campo seja um falso (“mentido”) céu. Zeus, caindo nesse lascivo engano, abandonou Ganimedes que, raptado e violado pelo “pai dos homens e dos deuses”<sup>23</sup> e infiel marido de Hera metamorfoseado em águia, era o responsável pela “copa” dos deuses no Olimpo; abandonou Ganimedes, descendo de sua divina morada, para tomar a forma de touro (“bruto”) e também raptar e violar Europa. Portanto, essa referência mitológica, na esteira daquelas da mencionada oitava de *Os Lusíadas* e dos versos das *Soledades*, confirma que o “tempo gentil” é a primavera, mais especificamente, abril, quando o sol entra na constelação de touro.

Não é propósito deste artigo estender-se na análise dessas *Saudades de Lídia e Armido*, porque isso já foi feito em outro trabalho<sup>24</sup>, e sim evidenciar a relevância do manuscrito seiscentista em que se registrou tal poema excelentemente agudo. Preserva-se nesse códice da Biblioteca Brasiliana, e comprova-se com ele, a *auctoritas* poética que Bernardo

20. Marcelo Lachat, *op. cit.*, p. 100.

21. “Era no tempo alegre quando entrava / No roubador de Europa a luz Febeia, / Quando um e o outro corno lhe aquentava, / E Flora derramava o de Amalteia. / A memória do dia renovava / O pressuroso Sol, que o Céu rodeia, / Em que Aquele a quem tudo está sujeito / O selo pôs a quanto tinha feito” (Luís de Camões, *Obra Completa*, p. 50).

22. “Era del año la estación florida / en que el mentido robador de Europa / (media luna las armas de su frente, / y el Sol todos los rayos de su pelo), / luciente honor del cielo, / en campos de zafiro paze estrellas, / cuando el que ministrar podía la copa / a Júpiter mejor que el garzón de Ida, / náufrago y desdeñado, sobre ausente, / lagrimosas de amor dulces querellas / da al mar, que condolido, / fue a las ondas, fue al viento / el mísero gemido, / segundo de Arión dulce instrumento” (Luis de Góngora, *Soledades*, pp.75-76).

23. É esse um dos epítetos de Zeus na *Teogonia* de Hesíodo (v. 542).

24. Marcelo Lachat, *op. cit.*, pp. 60-87.

Vieira Ravasco tinha no século xvii e que se perdeu nos séculos seguintes entre papéis mal conservados ou mal compulsados. Historicamente apagado sob a sombra de seu ilustre irmão Antônio, reluz, enfim, o poeta Bernardo nessas manuscritas *Saudades* seiscentistas. ●

---

#### **SOBRE O AUTOR**

Marcelo Lachat é doutor em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (usp). Professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). É colíder do grupo de pesquisa “Historiografia das Letras Luso-Brasileiras e da Literatura Brasileira” (Unifesp/usp). Entre suas publicações, destaca-se o livro *Saudades de Lídia e Armido, Poema Atribuído a Bernardo Vieira Ravasco: Estudo e Edição* (São Paulo: Alameda, 2018).

## **A CONQUISTA DE A CINZA DAS HORAS, DE MANUEL BANDEIRA**

---

*Ésio Macedo Ribeiro*

Todo bibliófilo, após elencar o que deverá integrar sua biblioteca, começa a mais árdua das aventuras: conseguir toda a obra de autor que admira. No meu caso, que disponho de uma biblioteca abarcando os escritores mais significativos do movimento modernista de 1922, passando pelas vanguardas, como o Concretismo, até os dias atuais, a tarefa é duplamente árdua.

Primeiro porque os autores brasileiros mais conhecidos, como Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Cecília Meireles, Rachel de Queiroz, bancaram as edições de seus primeiros livros e tiveram outros publicados em pequenas tiragens. Segundo porque normalmente o bom colecionador é exigente e quer encontrar um exemplar em perfeito estado de conservação. No caso brasileiro, isso é muito complicado, pelo fator climático do país e ainda pelo fato de que, até os anos 1980, boa parte dos bibliófilos, ao encadernarem os livros, retiravam as capas e contracapas e até mesmo aparavam a obra, o que hoje na bibliofilia é considerado crime de lesa literatura! Outro fator é a data da edição do livro: quanto mais antigo, menos possibilidade de obtê-lo.

No que se refere a *A Cinza das Horas*, de Manuel Bandeira (1886-1968), tudo isto é pertinente. Foi lançado às próprias custas do poeta, em papel de baixa qualidade e em tiragem pequena há exatos 103 anos – o livro é de 1917. Nunca vi esse livro em nenhuma das bibliotecas que frequentei, públicas ou privadas.

É um grande desafio colecionar a obra de Manuel Bandeira, por ele ter feito algumas das edições mais difíceis de serem encontradas hoje. Para ficar num só exemplo, citemos o raríssimo *Estrela da Manhã*, cuja tiragem foi de apenas 47 exemplares. Volume que, infelizmente, minha biblioteca ainda não possui. Digo isso porque nenhum colecionador deixa de acreditar que o fruto do seu desejo possa um dia ser alcançado.

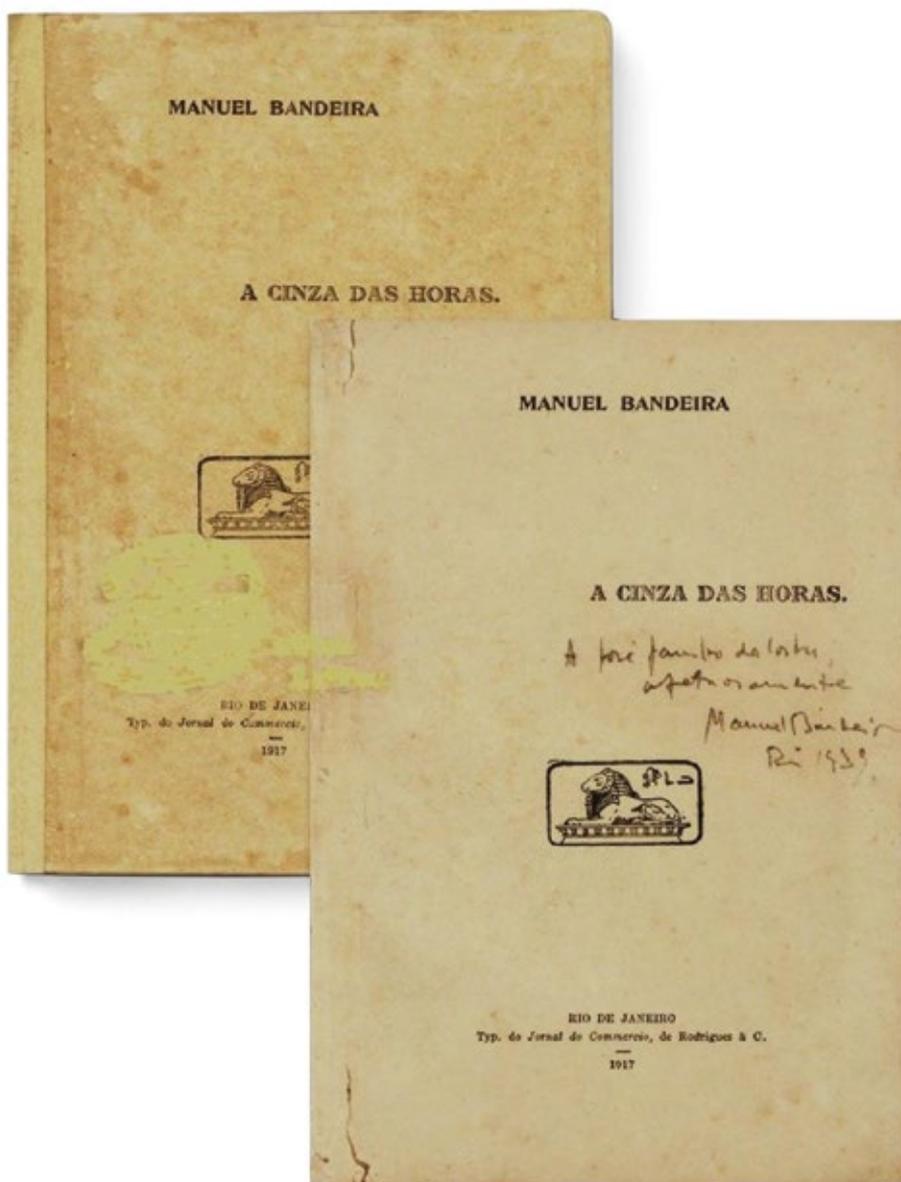
*A Cinza das Horas*, seu primeiro livro, cujos poemas foram escritos na juventude do poeta, ainda vinculados às escolas simbolista e parnasiana, revela um Bandeira já dono de linguagem própria, expressando as agruras da condição humana, em versos que exprimem as dores do amor e da morte, do desamparo e da solidão.

Este livro era, desde sempre, um dos mais procurados por mim. Felizmente a persistência às vezes vence o tempo, nos levando à conquista do objeto do desejo, seja ele qual for. Em certo dia de 1996 recebi um telefonema de conhecido livreiro de São Paulo. Disse-me que havia adquirido uma biblioteca, cujos livros poderiam me interessar e que eu passasse por sua loja para vê-los. Pedi para ele adiantar alguns títulos para eu saber se valeria a pena a visita (ele nunca prestava muita atenção ao que eu colecionava). Nada respondeu, despediu-se e desligou.

No dia seguinte, bem cedo, fui encontrá-lo. Tratava-se de um lote bastante interessante. Muitos títulos do Modernismo, que eu não tinha e que me interessavam. Mas, como eu sabia que ele tinha o péssimo hábito de não pôr os preços nos livros e dar o preço conforme a cara do freguês, ainda assim fui separando vários para, ao final, escolher os que minhas finanças permitiriam comprar. Ele, então, se dirigiu a um armário próximo, retirou um pequeno volume e o pôs em minhas mãos. Eu não demonstrei o quão tonto tinha ficado. Com mãos geladas toquei pela primeira vez naquela joia.

Não conseguia acreditar: *A Cinza das Horas* estava em minhas mãos. Respirei fundo e não fiz cara de surpresa. Como quem não quer nada perguntei o preço. Ele respondeu com um indefectível risinho sacana: sete mil reais. Eu, exausto, me sentei. Comprei o que pude, me despedi e rumei para casa. A frustração não me deixou dormir naquela noite.

O tempo passou, cheguei a pensar nunca mais ver aquele livro. Mas continuei procurando, pesquisando nos sítios da internet de livreiros tanto do Brasil quanto do exterior, sem nunca desistir. Até que num belo dia – e era! – recebi ligação de um amigo, também bibliófilo, dizendo



Capa e página de rosto da primeira edição de A Cinza das Horas, de Manuel Bandeira. Coleção Ézio Macedo Ribeiro.

que naquela noite aconteceria um leilão de arte em São Paulo e que, entre as pinturas e esculturas do catálogo, também havia alguns lotes de livros, valeria eu dar uma olhada.

Como sempre fizemos, eu e este amigo, depois de lermos o catálogo, trocávamos informações sobre os lotes que queríamos dar lances, para que não inflacionássemos os valores de um para o outro. Feito isto, combinávamos que se houvesse algum lote que interessasse a ambos, estipularíamos o valor máximo que cada um lançaria. Assim, se o valor ultrapassasse o estipulado, o que desejasse lançar mais, se conseguisse, poderia ficar com o lote.

Ao folhear o caprichado catálogo, me deparei com a foto de um muito bem conservado exemplar de *A Cinza das Horas*, com a seguinte referência: “Manuel Bandeira, *A Cinza das Horas*, 1ª edição, com dedicatória. Rio de Janeiro. Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. 1917. 17x12 cm. Exemplar em ótimo estado de conservação”. O livreiro foi correto, não mencionou “impecável” pelo fato de o livro ter tido a lombada restaurada. Mas estava na brochura original, conservando as capas e com a seguinte dedicatória: “A José Fausto da Costa, / afetuosamente / Manuel Bandeira / Rio 1917”.

Depois de marcar os lotes em que eu almejava dar lances, telefonei para meu amigo. Falei que queria muito aquele lote. Mas não podia desrespeitá-lo, pelo fato de ele ter sido, como sempre, muito correto para comigo. “Irei até x”, disse-me ele. Isso me deixou surpreso, não era grande o valor máximo que ele iria oferecer. Penso, hoje, que ele não tinha noção de quanto o livro realmente valesse. Respondi: “Ok, se os lances passarem do seu x começarei a lançar”. Cheguei a pensar que o livro pudesse alcançar uma cifra absurda, dada a sua raridade. E eu que o procurava a vida inteira estava preparado e disposto a dar até duas vezes acima do valor acordado.

Vi quando meu amigo começou a dar seus lances. Esperei. Rapidamente alguém cobriu o X dele. Imediatamente dei meu primeiro lance. E foram somente mais dois. O derradeiro, o meu. Mal podia crer que tinha arrematado esse tão almejado item para a minha coleção.

No dia seguinte corri para o endereço do leiloeiro para pagar e retirar o que eu arrematara. Conferi os livros com todo cuidado, mas sem demonstrar nada que deixasse transparecer que o Bandeira que eu adquirira era extremamente raro.

Voltei para casa com o pacote, pus sobre a mesa e liguei imediatamente para meu amigo para agradecer. Ele disse ter ficado feliz pela minha conquista. Falei sobre o que tinha acontecido para que eu conseguisse o livro por valor relativamente baixo – quase a metade a menos do que o do primeiro exemplar que tive nas mãos. Acho

que poucas pessoas tiveram acesso ao catálogo daquele leilão. E que poderiam supor que não havia livros, porque o catálogo não trazia imagens deles na capa.

Colecionador é como pescador, que sempre quer contar do peixe conquistado com dificuldade, do maior, do mais bonito. Mas, diferentemente das histórias de pescador, quase nunca aumenta o ponto. Hoje, para minha alegria, este *A Cinza das Horas* faz parte da minha bandeiriana.

Como esta, tenho mais centenas de histórias sobre a formação da minha biblioteca. Na próxima oportunidade, gostaria de contar que eu consegui *Estrela da Manhã*. Torçam por mim e me auxiliem, se possível. ●

---

#### **SOBRE O AUTOR**

Ésio Macedo Ribeiro é doutor em Literatura Brasileira pela USP, escritor e bibliófilo. Publicou dezesseis livros. Atualmente trabalha em seu segundo romance, que tem o título provisório de *88 ou O Vale das Coisas Perdidas*.

**RUMOS ATUAIS  
E FUTURO DA  
CONSERVAÇÃO  
NO BRASIL**  
HOMENAGEM À  
GUITA MINDLIN

# O BIBLIOTECÁRIO NA CONSERVAÇÃO DE LIVROS RAROS

---

*Rizio Bruno Sant'Ana*

Minha formação como bibliotecário e especialista em obras raras me deu muitas oportunidades de realizar cursos e estágios nas áreas de encadernação e conservação de livros. A partir dessa perspectiva, este será o depoimento de alguém que trilhou um caminho próprio como curador de obras raras e que teve alguma experiência na conservação desse tipo de acervo.

Sou formado pela Escola de Comunicações e Artes da USP, na qual entrei como aluno de Cinema em 1980 e cursei Biblioteconomia entre 1983-1987. Enquanto frequentei a universidade não tive nenhum curso sobre preservação ou obras raras e tudo o que aprendi a respeito veio após meu ingresso na Biblioteca Mário de Andrade (BMA), onde trabalho desde 1989.

Como estagiário na Biblioteca da FEA-USP, aprendi com Maria Ivanov o básico da organização de bibliotecas e da catalogação de livros. Na Biblioteca da FGV, fiz pesquisas de auxílio aos alunos de pós-graduação e na Fipe trabalhei com o professor doutor Iraci del Nero da Costa nas pesquisas sobre demografia histórica, o que levou ao meu primeiro texto publicado<sup>1</sup>. Ainda como estudante, fiz no IEB-USP um

trabalho de pesquisa da bibliografia utilizada por Mário de Andrade num projeto que não foi realizado em vida, o *Dicionário Musical Brasileiro*, publicado por Flávia Toni<sup>2</sup>.

Entre em 1989 como bibliotecário na Seção de Obras Raras e Especiais da BMA. Trabalhei sob a direção de Maria Regina Dantas Rodrigues, que me iniciou com os livros antigos; logo depois, porém, ela deixou a Biblioteca e eu vim a ser o chefe da seção. De certa forma, aprendi na prática como organizar as obras raras, que no nosso caso significava uma coleção de quinze mil livros, dez mil periódicos e milhares de manuscritos e obras de arte em papel. O acervo inclui de incunábulo a livros de artistas, de códices e manuscritos do século xv aos primeiros jornais de São Paulo, além de álbuns de gravuras originais e fotografias de Militão e Marc Ferrez.

Tive a ajuda de bibliotecárias da BMA e de outras bibliotecas, como Maria Itália Causin, do IEB, sempre solícita em me ajudar quando necessário. Além disso, a Secretaria de Cultura organizou um debate sobre critérios para definição de obras raras e agendou reuniões entre a Profa. Dra. Ana Maria de Almeida Camargo<sup>3</sup> e os funcionários da nossa Seção, do CCSP e da Biblioteca Monteiro Lobato, para discutir os critérios de raridade que iriam definir nossa política<sup>4</sup>.

Continuando minhas pesquisas, fiz uma lista do que existia sobre Mário de Andrade na BMA<sup>5</sup>, publicada na nova revista da biblioteca, que havia sido lançada no ano anterior e na qual eu já era revisor. Publiquei depois alguns outros artigos na mesma revista, e fiz parte da Comissão Editorial por alguns anos. Por um tempo, passei também a ser chefe da Seção de Extensão Cultural, responsável pela divulgação da BMA por meio de palestras e exposições e da contratação de artistas e escritores para eventos no nosso auditório.

Infelizmente, não tive muito contato na BMA com o bibliotecário Percy Longo Filho, especializado em restauração de papéis e professor de biblioteconomia, falecido no início de 1991. Entre 1978 e 1979 ele havia feito um curso de restauro de documentos gráficos em Madrid

1. Rizio Bruno Sant'Ana e Iraci del Nero da Costa, *A Escravidão Brasileira nos Artigos de Revistas (1976-1985)*, *Estudos Econômicos*, jan.-abr. 1989, pp.131-194.
2. Rizio Bruno Sant'Ana (org.), "Bibliografia", em Mario de Andrade, *Dicionário Musical Brasileiro*, pp. 587-688.
3. Ana Maria de Almeida Camargo, "Obra Rara: Critérios Para Definição" (Trabalho apresentado na mesa redonda "Obra Rara: Critérios Para Definição, Política de Preservação e Mercado", realizada na BMA em 8 de outubro de 1992).
4. Rizio Bruno Sant'Ana, "Como Definir Obras Raras: Critérios da Biblioteca Mário de Andrade", *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, jan./dez., 1996, pp. 231-252, publicado depois como: "Critérios Para Definição de Obras Raras", *ETD: Educação Temática Digital, Campinas*, jun. 2001, vol. 2, n. 3, pp.1-18. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/577/592>>. Acesso em: 12 mar. 2018.
5. Rizio Bruno Sant'Ana, "Mário de Andrade: Bibliografia", *Revista da BMA*, jan.-dez. 1993, pp. 179-204.

e trabalhou por mais de dez anos na área, sendo responsável por criar o Laboratório de Restauro de Livros da BMA, um dos pioneiros no Brasil. Durante a reforma do prédio, em 1990, o laboratório foi fechado e Percy passou a catalogar as obras da coleção Paulo Prado, dispersas na coleção geral da BMA. Após sua morte, o laboratório recebeu seu nome, mas só se fazia a reencadernação de livros, até ser fechado definitivamente, com o início da nova reforma do prédio, em 2007. Por vinte anos, de 1991 a 2010, a BMA não teve um profissional de nível superior como responsável por essa área, apenas técnicos de nível médio. Assim, desde esse período, e por muito tempo, eu era sempre consultado pela direção da BMA em relação às questões de preservação do acervo como um todo.

No final do governo de Luiza Erundina foi realizada uma grande reforma física no prédio. A Seção de Raros passou a contar com vários andares de reservas técnicas, com sistemas de combate a incêndio por gás CO<sub>2</sub>, alarmes de fumaça, portas corta-fogo e luminosidade controlada, com luzes ligadas somente após a entrada na reserva. Foi instalado um sistema de ar-condicionado, mas devido a algum problema ele não funcionou, restando apenas a ventilação. A reforma foi estressante para os poucos funcionários que ficaram na BMA, pois tínhamos que empacotar e transferir de lugar, dentro do prédio, milhares de volumes de obras, e depois organizar tudo nos novos locais.

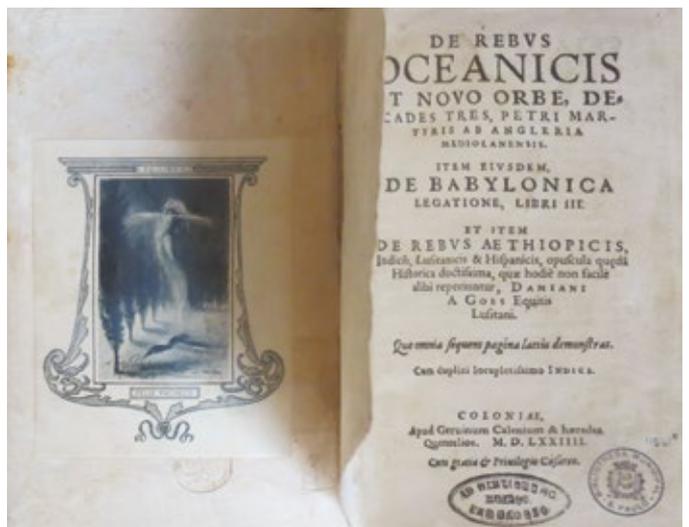
De qualquer forma, o sistema de guarda do acervo de livros raros foi ampliado e muito aprimorado. Por questões de segurança, transferimos cerca de vinte mil volumes das outras seções para a de Raros, o que dobrou o tamanho de nossa coleção. Foram localizadas nos depósitos da Torre, como o prédio da biblioteca é conhecido, obras raras publicadas desde 1546 até o início do século XX, com ilustrações originais ou autógrafos dos autores, além de outros materiais guardados como livros, incluindo periódicos, álbuns originais de fotografias, códices manuscritos e coleções de cartões postais. Realizei um trabalho de avaliação e seleção de obras para transferência à Seção de Raros da BMA também em outras unidades da rede de bibliotecas da Prefeitura Municipal, como o CCSP e a Biblioteca de Santo Amaro.

O início de meu trabalho com preservação se deu nos EUA, ao participar como convidado do Reverse Library Program pelo Consulado Americano de São Paulo, sob patrocínio da American Library Association (ALA). Por sete meses, de setembro de 1993 a março de 1994, trabalhei na Biblioteca Oliveira Lima, possuidora de uma das melhores coleções luso-brasileiras. Formada pelo embaixador Oliveira Lima, foi doada em 1916 à Universidade Católica de Washington. Identifiquei e organizei um acervo de cinco mil folhetos brasileiros, portugueses e de

.....  
 Livro de Horas. *Manuscrito francês sobre pergaminho com iluminuras a ouro, do século XVI, doado por Francisco Matarazzo Sobrinho à BMA em 1944.*  
 .....



.....  
 De rebus oceanicis et novo orbe, decades tres, de Pietro Martire d'Anghiera. Livro impresso em Colônia, Alemanha, por Geruimum Calenium, em 1574. Encadernação original em pleno couro, com presilhas em metal. Pertence à Coleção Félix Pacheco, comprada pela BMA em 1935.  
 .....



outros países, dos séculos XVII ao XX. O trabalho foi muito proveitoso, pois consegui descobrir oito folhetos editados pela Imprensa Régia, desconhecidos até então e não citados na recém publicada *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, de Rubens Borba de Moraes e Ana Maria Camargo<sup>6</sup>.

Para melhor ordenar os folhetos, que estavam todos misturados em pacotes e caixas de papelão, era preciso higienizar e acondicionar a coleção. A biblioteca era pequena e não havia um responsável pela preservação, mas com a ajuda da bibliotecária Rachel Barreto, tive acesso às lojas de produtos para conservação, como Talas e Gaylord Archival. Comprei trinchas, borrachas plásticas, fôlderes e caixas de papel livre de ácido, envelopes Tyvek e plástico Mylar para encapsulamento, coisas das quais nunca tinha ouvido falar antes. Consegui comprar alguns desses materiais para a BMA e também livros, como *Boxes for the Protection of Rare Books*, de Margaret R. Brown. Alguns foram adquiridos da empresa de Don Etherington (autor do livro *Bookbinding and the Conservation of Books*), que havia realizado trabalhos de encadernação para a Oliveira Lima e com quem pude conversar várias vezes sobre conservação, tendo assistido a seu seminário “Commercial Library Binding and Conservation Option”. Mais uma vez, aprendia na prática, embora com bons professores.

Como trabalhava na universidade, tive oportunidade de frequentar, no curso de Biblioteconomia, aulas de Administração de Preservação (com Debra McKern, chefe do laboratório de restauro da Library of Congress) e História da Ilustração de Livros, com Joseph Coffman. Além disso, estava em Washington e podia visitar sempre a Library of Congress e a Folger-Shakespeare Library, onde conversei com Frank Mulvey e vi, pela primeira vez, o funcionamento da máquina obturadora de papel. Outra novidade para mim foi a oportunidade de me corresponder com Claudia Balby, minha antiga colega de curso e professora na ECA-USP, por meio de uma nova invenção, a internet, na época disponível apenas em instituições de ensino superior. Comecei então a participar das primeiras listas de discussão *on-line*, como a CoOL (Conservation DistList) e a Ex Libris.

Tentei aproveitar ao máximo a experiência de estar nos EUA para visitar bibliotecas e laboratórios de restauro em várias cidades. Fui a Chicago e visitei a Newberry Library, estive em Princeton, conhecendo o laboratório de conservação conduzido por Robert Milevski, visitei a

6. Conte um pouco dessa aventura na palestra “Viagens às Raridades”, no VII Simpósio de Bibliotecas e Desenvolvimento Cultural, durante a 13ª Bienal Internacional do Livro, em São Paulo, 21 de agosto de 1994.

Biblioteca Pública de Nova York e me encontrei com Laurence Hallewell na Columbia University.

Ao voltar dos Estados Unidos, em 1994, fiquei um pouco frustrado por não conseguir encontrar por aqui alguns dos materiais com os quais trabalhei, para usar no acondicionamento de obras raras da BMA, e só então me dei conta de parte das dificuldades que enfrentam os conservadores no Brasil. Como não tinha responsabilidade administrativa (nos próximos anos Priscila Ferretti e Muriel Scott seriam chefes da Seção de Raros), resolvi aprender mais sobre preservação e entrei como sócio da Aber. Nesse ano, a revista da biblioteca trouxe um importante dossiê sobre preservação de bens culturais, com artigos de dona Guita Mindlin, da Aber, sobre a encadernação como fator de conservação do livro; de Isis Baldini, sobre restauro de obras de arte em papel; e a primeira bibliografia reunida sobre o assunto, organizada por Maria Christina Barbosa de Almeida, com dados do CPC-USP. Frequentei cursos de encadernação com a professora Felícia Neyde Trad, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, em 1994, e com a professora Patricia Giordano, na Aber, em 1995. Meu intuito não era me transformar em um conservador, mas entender a estrutura do livro antigo para poder discutir com propriedade com os conservadores, no caso de ter que avaliar um trabalho de restauro a ser realizado na Seção.

A partir disso, alternei cursos e estudos sobre a administração de coleções de obras raras com os relativos à preservação e conservação de acervos e iniciei de fato um trabalho de curadoria de obras raras, que pressupõe um trabalho ativo de selecionar, organizar e dispor do acervo. O curador não se preocupa apenas com o acondicionamento e guarda da coleção, mas atua também na divulgação do conhecimento, através da catalogação, produção de bibliografias, montagem de exposições e atendimento aos pesquisadores. Formalmente, todavia, não existe o cargo de curador na BMA.

Particpei em 1994 do encontro “O Brasil dos Viajantes”, realizado no Masp junto com a mostra organizada por Ana Maria Belluzzo, a qual a BMA auxiliou na fase de pesquisas e para qual emprestou diversas obras raras. Assisti ao curso O Restauro das Obras em Papel, ministrado pelo professor Maurizio Copedè, de Firenze, Itália, patrocinado pelo Istituto Italiano di Cultura, e dei uma palestra intitulada “Obras Raras em Bibliotecas Públicas: Preservar ou Divulgar?”, na Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, ambos na BMA, em 1995. Nesse trabalho de divulgação das obras raras, reuni exemplos dos estilos de encadernações históricas existentes na Seção de Raros e proferi uma palestra sobre encadernação de obras especiais no “I Encontro Sobre a Importância da Encadernação na Conservação de Acervos Bibliográficos”, do SIBI-USP.

Em seguida, dei uma aula sobre planejamento de bibliotecas de obras raras para os alunos do curso de Biblioteconomia da ECA-USP, em 1996, e passei a fazer a curadoria de algumas exposições.

Um segundo momento importante em minha trajetória na conservação de acervos se deu no final de 1996, quando Guita Mindlin, da Aber, convidou o Prof. Mark Roosa, da Huntington Library, para dar um seminário sobre conservação preventiva em bibliotecas, arquivos e museus, realizado no Memorial da América Latina, do qual participei. Por sugestão de dona Guita, seria dado também um *workshop* de uma semana a um grupo de doze conservadores brasileiros que falassem inglês, de modo que pudessem participar do curso. Para tanto, seria necessário usar o acervo de uma biblioteca para as práticas do *workshop*, que consistia, entre outros aspectos, de um *survey* da coleção e de levantamentos da condição climática do prédio, através de medições por aparelhos termo-higrômetros.

Por autorização do diretor da BMA, José Eduardo Soares de Castro, pude oferecer os espaços da BMA para o curso e participei desse importante encontro junto com Priscila Ferretti, chefe da Seção de Raros e mais tarde vice-presidente da Aber, Ivani di Grazia, chefe da Biblioteca do Masp, e Cristina Antunes, curadora da Biblioteca Mindlin, entre outros. Do contato inicial estabelecido com Mark Roosa surgiu o programa de bolsas na Huntington, patrocinado pelas Fundações Vitae e Lampedusa e o Programa de Verbas para Preservação do Getty Museum, do qual participaram entre outras Glória Mota, da Aber e Tatiana Christo, da Biblioteca Nacional, e para o qual eu também fui convidado.

Desse momento em diante, a conservação preventiva passou a ser questão de grande importância para a BMA. Convidado por Ingrid Beck e Solange Zúñiga, participei na USP do seminário de uma semana para divulgação do projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA), organizado em 1997 pelo Arquivo Nacional, Funarte e Fundação Getúlio Vargas, com patrocínio da Fundação Vitae e Andrew W. Mellon, dos EUA. Recebemos dois conjuntos das publicações (que foram depois disponibilizadas *on-line*) e ajudei a divulgar o conteúdo dos textos. Baseado nesse projeto e nas práticas do *workshop* com Mark Roosa, escrevi com Priscila Ferretti um manual de preservação de obras raras da BMA, especificando as ações de higienização dos locais de guarda, os tipos de acondicionamento de obras etc. Esse manual interno deveria ser o embrião de um texto maior, sobre preparação contra desastres na Biblioteca, que infelizmente não foi produzido.

Fui convidado por Glória Mota em 1997 a auxiliar no curso Preservação, Conservação e Restauro de Documentação Gráfica, organizado pelo Aber e Senai, recebendo os alunos na BMA para mostrar exemplos

Funcionários e estagiários do Avery Conservation Center, o laboratório de restauro de papéis e livros da Biblioteca Huntington, em 2003, durante curso com a conservadora de papel Elizabeth Morse, da Universidade de Harvard.



Vianka Hortuvia e Rizio Bruno em uma atividade de restauro no estágio em conservação de material bibliográfico da Biblioteca Huntington, em 2003.

de encadernações antigas e seus meios de conservação. Anos depois, Fernanda Auada reiterou o convite e até 2006 fui professor de História do Livro e das Bibliotecas no curso do Senai. Posso dizer que aprendi muito com as duas professoras e com os próprios alunos, que me mostravam novas abordagens e estimulavam a ampliar meu conhecimento com o manuseio das obras raras. Consegui com a direção da BMA que pelo menos cinco funcionárias da Seção de Raros fizessem o curso, entre 1997 e 2000 (e depois em 2008). Essas aulas, de certa forma, foram a base das palestras informais que desde então passei a promover na Sala de Obras Raras, mostrando ao vivo diversas obras e percorrendo sobre suas características. Por diversas vezes, alunos de cursos como História da Ciência, da PUC-SP, e Auxiliar de Biblioteca, do Senac, por exemplo, foram à BMA em grupos pequenos e puderam ter um contato mais direto com obras raras.

Iniciei, em 1998, um trabalho de consultoria em Belo Horizonte, com a conservadora Walmira Costa, num projeto da Biblioteca Padre Vaz da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, quando fiz o catálogo de 1,5 mil obras raras dos séculos XVI ao XIX, publicado em CD-ROM<sup>7</sup>. Apresentei no 9º Congresso da Abracor, em Salvador, um painel sobre conservação preventiva em bibliotecas públicas, com um estudo de caso da BMA, publiquei um pequeno artigo sobre obras raras no boletim da Aber<sup>8</sup> e dei uma entrevista à tv Senac sobre a Seção de Obras Raras, editada em vídeo<sup>9</sup>. A partir de então, a divulgação por meio da mídia impressa e filmada de obras do acervo e de nossos trabalhos de conservação seria uma constante.

Uma importante fase da preservação do acervo teve início em 1998. Um dos nossos problemas era a dificuldade de conseguir verba nessa área, pois a BMA não era uma unidade orçamentária dentro da estrutura da Secretaria de Cultura e estava distante das agências de fomento, pois nenhum dos diretores do período tinha curso de pós-graduação ou haviam feito um projeto desse tipo. Em contato com a bibliotecária Dina Uliana, então no MAC-USP, vi a possibilidade de entrar com um pedido de verbas para conservação junto à Fapesp. Consegui escrever o texto (com a ajuda de Muriel Scott, chefe da Seção de Raros, Dina Uliana e Ivani di Grazia) e pude contar, como responsável pelo projeto, com o professor doutor João Jurandir Spinelli, do Instituto de Artes da

7. Walmira Costa e Rizio Bruno Sant'Ana, *Sala de Obras Raras: Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus*, Belo Horizonte, FuturaMídia, 2000. CD-ROM.

8. Rizio Bruno Sant'Ana, "Identificação de Obras Raras", *Boletim da Aber*, abr. 1998, p.10.

9. *Conhecer Biblioteca: Serviço e Informação*, 1998.

Unesp, que foi curador em exposições de artes na BMA e responsável pelo projeto gráfico da revista da biblioteca. Com o apoio da diretora da Biblioteca, Marli Monteiro, apresentei o projeto à Fapesp em maio de 1998, sendo aprovado e realizado de março de 1999 a setembro de 2000.

Apesar de alguns percalços, como cortes de verba, o resultado foi muito significativo para a BMA. Contratei as conservadoras Norma Cassares e Beatriz Haspo, da diretoria da Aber, auxiliadas por Priscila Ferretti. Beatriz trabalhou apenas quatro meses, pois foi convidada por Mark Roosa a participar de um treinamento em preservação na Library of Congress, onde acabou sendo efetivada e segue brilhante carreira. Estabeleci com as conservadoras que seriam tratados os materiais de maior valor e de maior perigo de perda por falta de conservação e acondicionamento adequado, identificados e selecionados por nós. Cerca de três mil documentos (manuscritos, gravuras e desenhos) foram higienizados e acondicionados. Visando preservar o acervo raro e, ao mesmo tempo, aumentar o acesso dos pesquisadores às fontes históricas, foi feita por fotógrafo profissional a reprodução em cromo e em papel de mil ilustrações publicadas em livros de viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil, entre 1558-1881.

Muriel Scott se desdobrou para conseguir os melhores preços, e conseguimos comprar diversos equipamentos, como: armários deslizantes; aparelhos de ar-condicionado; computadores; aparelhos data logger; duas mesas de higienização; uma cortadora de *passé-partout*; uma seladora de poliéster e um conjunto deionizador de água Water Tech; desumidificadores e ventiladores, para o caso de inundações na BMA, além de muitos outros itens. Funcionários da Seção de Encadernação recuperaram a prensa e o facão, que estavam há anos abandonados no pátio externo da BMA. A realização deste projeto beneficiou toda a Biblioteca, pois a consciência dos problemas de preservação se espalhou por todos os setores e os frutos do projeto ainda hoje são visíveis.

Um dos saldos positivos desse projeto, para a área de conservação em São Paulo, teve um início prosaico: Muriel se consultava com um dentista de nome Mauro Constantino, que gostava de inventar equipamentos odontológicos. Tivemos dificuldade para comprar uma espátula térmica, e ele acabou produzindo uma, de ótimo feitio e funcionamento. Depois, seguindo as informações de Norma Cassares, realizou para nós outras peças maiores, como a máquina seladora e as mesas de higienização, que também testamos e deram muito certo. Resultado: ele passou a investir nessa área e criou a empresa Di Constan, de equipamentos e materiais para conservação. Mauro faleceu há três anos, mas sua empresa continua como uma bela criação no campo da preservação de acervos.

Continuando minha formação, participei em 1999 e 2000 de dois cursos importantes, o de Identificação de Obras Raras, com António Leal, de Lisboa, no SIBI-USP, e o de Informática na Conservação e Restauração de Bens Culturais, por Alan Cummings e Angela Geary, do Royal College of Art de Londres, Inglaterra, no British Council, ambos em São Paulo, e publiquei mais um artigo sobre obras raras<sup>10</sup>. Trabalhei novamente com Walmira Costa em 1999, no projeto “Conservação Preventiva de Obras Raras dos Séculos XVI ao XIX” do Santuário do Caraça, em Minas Gerais, com a higienização e organização de todo o acervo. Participei em 2001, em Belo Horizonte, do “I Seminário Nacional Sobre Microfilmagem e Digitalização Para Preservação”, organizado pelo Arquivo Público Mineiro, e apresentei uma palestra sobre critérios de raridade no seminário “Obras Raras: Estudos Introdutórios do Laboratório de Preservação de Acervos” da UFMG, em 2002.

Por esta época, já se anunciava um problema de infestação de brocas nos livros da Coleção Geral da BMA. Eu havia assumido o cargo de diretor da BMA no final de 2001 e contatei, por indicação de Norma Cassares, o pesquisador alemão Stephan Schäfer, que estava iniciando um trabalho de controle de pragas com o uso da atmosfera de anóxia. Tivemos várias reuniões e chegamos a propor um projeto de amplo impacto, para tratar os 22 andares do prédio; no entanto, não conseguimos a verba necessária para a realização do projeto, só retomado oito anos depois, em outro formato.

Voltando para a Seção de Raros, participei de um projeto pioneiro de digitalização de obras raras patrocinado pelo Instituto Embratel 21, os Tesouros da Biblioteca Mário de Andrade, para o qual fiz a seleção de 120 livros raros sobre o Brasil, dos séculos XVI ao XIX, e de duas mil imagens retiradas de setenta álbuns de gravuras e de fotografias originais sobre São Paulo (total de vinte mil páginas). Esse projeto, realizado há quase quinze anos pela empresa DocPro, do Rio de Janeiro, permite a leitura e a pesquisa integral das obras por meio do OCR e está disponível *on-line*, sendo bastante consultado<sup>11</sup>. Em 2003, proferi no curso de Biblioteconomia da Universidade Vale do Rio Verde, em Três Corações, MG, uma palestra sobre aspectos de preservação de livros.

Patrocinado pelo Programa de Verbas para Preservação do Getty Museum, fui convidado a ir aos EUA e participei, na Huntington Library,

10. Rizio Bruno Sant'Ana, “Quinhentos Anos de História do Brasil: Bibliografia Comentada”, *Revista da BMA*, 2000, pp. 217-238.

11. O texto integral dos livros e as imagens selecionadas estão disponíveis em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/tesouros\\_da\\_cidade/index.php?p=1096](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/tesouros_da_cidade/index.php?p=1096)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

do estágio em conservação de material bibliográfico, no quinto ano em que esse curso foi oferecido a conservadores da América do Sul. A Huntington é uma instituição cultural privada de San Marino, perto de Los Angeles, que inclui a Biblioteca (seis milhões de itens, sendo seiscentas mil obras raras), as Galerias de Arte e os Jardins Botânicos (ocupando 1/3 do espaço do Parque Ibirapuera). Por nove meses, de setembro de 2003 a maio de 2004, fiz cursos de preservação e conservação junto com Vianka Hortúvia, do Chile. O programa de estudos previa aulas práticas nos dois laboratórios de conservação e no setor de exposições e também o estudo de novas técnicas e suas teorias, a partir da leitura de textos específicos e da discussão sobre os procedimentos a serem adotados.

Se minha primeira participação nos EUA, em 1993, serviu como um estágio prático de preservação, agora eu estava tendo um verdadeiro curso de pós-graduação. As aulas eram dadas por Paula León, do Chile, que havia feito o mesmo curso em 1999 e passou a dar suporte aos estagiários. Aprendemos muito também com as conservadoras Susan Rogers, Holly Moore, Fiona Johnston e Joyce Ziman. Fiz caixas protetoras para livros e tratei de obras raras da coleção Francis Bacon, dos séculos XVII e XVIII, fazendo de pequenos reparos a novas encadernações em couro, e trabalhei com uma grande série de 75 gravuras americanas impressas entre 1750 e 1870. Além disso, criei modelos de caixas e de encadernação de livros, incluindo *phasebox* e *clamshell*; capa de papel artesanal e em tecido tipo vitoriano; encadernação em meio couro e capa em pergaminho flexível (modelo criado por Robert Espinosa), usados como forma de compreender melhor o trabalho realizado e trazidos para ajudar em treinamentos na BMA. Usamos a base de dados do Departamento de Preservação e aprendemos a escrever o *condition report* e a fazer a documentação fotográfica, de acordo com o Código de Ética e as normas adotadas pelo AIC (American Institute for Conservation).

Tivemos *workshops* com Jeffrey S. Peachey, de Nova York (sobre os instrumentos usados no corte e chanfradura do couro, depois do qual fiz minhas próprias facas, as quais trouxe para a BMA); com Elizabeth Morse, conservadora de Harvard, sobre velaturas especiais em papel; e cursos de manuscritos iluminados a ouro em pergaminho (realizado nos Jardins Botânicos da Huntington) e papéis marmorizados, com Holly Moore (quando produzi meus próprios papéis).

Acompanhamos a montagem de uma exposição sobre William Morris, para a qual vimos os tratamentos que foram realizados nos laboratórios, e assistimos à palestra de Blaise Aguera y Arcas, da Universidade de Princeton, sobre a imprensa de Gutenberg, discutindo

.....  
*Visita técnica aos laboratórios de  
conservação do Getty Museum / The Getty  
Conservation Institute, em Los Angeles.*  
.....



.....  
*Rizio Bruno em atividades de restauro  
na Biblioteca Huntington.*  
.....

uma nova teoria sobre como foram impressos os livros do século xv. No final do estágio na Huntington pude viajar por várias cidades americanas e conhecer novas bibliotecas. Fui a San Francisco participar de conferências no Museu de Arte Moderna sobre diminuição dos riscos de desastres em coleções culturais, organizada em forma de *workshops* pelo CCAHA, um dos mais importantes centros de pesquisa na área de conservação dos Estados Unidos. Com a participação de quarenta profissionais da área de preservação e de segurança de grandes instituições dos EUA e de outros países, tivemos contato com diversas ferramentas de avaliação acerca da vulnerabilidade contra desastres por parte de instituições culturais.

Na sequência, participei, como membro associado, do 32º Encontro Anual do AIC, realizado em Portland, que teve como tema geral as práticas e controvérsias sobre a limpeza de objetos culturais. Assisti a palestras sobre preservação de livros, papéis e fotografias e fiz um curso sobre a iluminação de objetos em exposições. Entre os conservadores brasileiros estava Tatiana Christo, que participou do estágio anterior na Huntington e que apresentou um trabalho sobre o uso, nas obras raras da Biblioteca Nacional, da encadernação Espinosa de pergaminho flexível. Após o encontro da AIC, fui a Nova York e pude visitar novamente a Sala de Obras Raras da Biblioteca Pública Municipal. Convidado por Nora Kennedy, conservadora chefe de Fotografias do Metropolitan Museum of Art (que eu havia conhecido durante o encontro da AIC), visitei os laboratórios daquela instituição, um dos maiores museus do mundo, e pude ver a maneira como eles trabalham com a preservação de fotos e as salas de aula e pesquisa.

Na Universidade de Yale, participei da 45ª Pré-Conferência da RBMS (Sessão de Livros Raros e Manuscritos) reunindo cerca de 450 profissionais dos EUA e de outros países. Na Conferência Anual da ALA, que reuniu mais de 10,5 mil bibliotecários de todo o mundo, em Orlando, participei das reuniões dos grupos de bibliotecários de obras raras, que discutiram normas bibliográficas, empréstimo de obras raras para exposições, atendimento ao público e questões de segurança. Por fim, em julho de 2004 fiz um interessante curso na Rare Book School da Universidade da Virgínia com Stanley Nelson sobre introdução à história da tipografia, quando pude imprimir um folheto com tipos de metal, em uma réplica de uma prensa de madeira do século XVIII. Usamos uma matriz de fonte tipográfica para produzir tipos em metal e analisamos centenas de textos impressos, de vários séculos, para estudar o desenvolvimento da tipografia ocidental.

Depois que voltei ao Brasil, fui gerente de um novo projeto de digitalização de obras raras da BMA, em homenagem aos 450 anos de

fundação de São Paulo, quando fiz a seleção e descrição de cem livros sobre a cidade, publicados entre os séculos XVIII e XX, num total de dez mil páginas<sup>12</sup>. Auxiliei o Prof. Percival Tirapeli na pesquisa para a publicação de seu livro pela Unesp, *São Paulo, Artes e Etnias*, baseado no acervo da BMA para contar a história dos artistas imigrantes que construíram São Paulo, e fiz a descrição comentada da bibliografia<sup>13</sup>.

Em novembro de 2005, Norma Cassares me pediu ajuda para trazer um restaurador estrangeiro ao Brasil, para dar um *workshop* sobre conservação de obras raras de duas semanas, ensinando novas técnicas de restauro de encadernações. Eu havia estudado com Paula León, conservadora chilena que trabalhou na Huntington Library e que agora estava morando na Alemanha; indiquei seu nome e a Aber conseguiu trazê-la, com patrocínio da Fundação Vitae. Acompanhei o curso, ajudando a Paula e traduzindo alguns pontos para os alunos, de vários estados do Brasil. Entre 2006 e 2007, Ivani di Grazia me convidou a dar uma consultoria em catalogação de obras raras para a Biblioteca do Masp<sup>14</sup>, num projeto de organização e conservação de seus quatrocentos livros raros.

Com as professoras Ana Maria Camargo e Johanna Smit, fiz parte da banca de TCC de Roberta Kazumi Kayo na ECA-USP, para obtenção do bacharelado em Biblioteconomia em 2007<sup>15</sup>. Roberta fazia estágio no Masp e hoje é uma das catalogadoras de livros raros da BMA. Participei do Curso de Segurança de Acervos Culturais, realizado no Museu de Astronomia e Ciências Afins, no Rio de Janeiro, escrevi outro artigo para nossa revista<sup>16</sup> e fiz o curso de uma semana de Gestión y Catalogación de Fondo Antigo, ministrado por Isabel Moyano e Eulalia Iglesias, da Biblioteca Nacional da Espanha, destinado a alunos de vários países da América Latina e realizado no IEB-USP, em 2008.

Também no IEB, organizei com curadoria conjunta de Bianca Maria Abbade Dettino a exposição *Obras Raras em Espaços Públicos*, de abril a julho de 2008. A montagem foi um pedido do então diretor da BMA, Luís Francisco Carvalho Filho, e reunia tanto obras do IEB como outras da Seção de Raros da BMA, que haviam sido furtadas em 2006

12. O texto integral dos livros está disponível em: <<http://docvirt.no-ip.com/demo/bma/bma.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

13. Rizio Bruno Sant'Ana, "Bibliografia Geral e Comentada" em Percival Tirapeli, *São Paulo, Artes e Etnias*, pp. 422-430.

14. O acervo está disponível em: <<http://masp.art.br/pesquisa/pt/catal/formulario.html>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

15. Roberta Kazumi Kayo, *Livros Raros: Discussão dos Critérios que Definem os Livros Como Raros e da Importância de sua Descrição Detalhada*, 2007. TCC em Biblioteconomia, ECA-USP.

16. "Informações Sobre os Diversos Formatos do Livro", *Revista da BMA*, 2007, pp.172-73.

e depois recuperadas com ajuda da Polícia Federal. A exposição trazia, além das obras, painéis com recortes de jornal e outras notícias sobre o furto, explicando de forma didática os problemas de guarda e segurança das obras. Muitas das obras furtadas foram mutiladas, tendo sido cortada ou rasurada a parte inferior das páginas de rosto, para retirada das marcas do carimbo e do número de tombo. Os *ex-libris* foram arrancados e em geral foram apagados o número de chamada e as informações de aquisição dos exemplares, que são escritas a lápis. No entanto, se conservaram outras formas de identificação, o que facilitou sua recuperação pela polícia, após ter sido localizada a casa de leilão que os vendeu. Para essa exposição, o restauro das obras esteve a cargo de Norma Cassares. No prédio da BMA, foi aumentada a segurança por meio de vigias e mudada a sistemática de controle de abertura das reservas técnicas de obras raras, com fechaduras eletrônicas dotadas de senha. Mais tarde, foi instalado um sistema de câmeras de vigilância em várias salas de atendimento.

Com a soma de eventos de roubos ou sinistros ocorridos na mesma época em várias instituições culturais paulistanas, um grupo de conservadores (Isis Baldini Elias, Teodora Camargo Carneiro, Gina Gomes Machado, entre outros) se reunia desde 2007 para discutir a respeito da criação de uma entidade que fortalecesse a luta pela preservação dos acervos. No ano seguinte, passei a participar dessas reuniões e em dezembro de 2008 o grupo foi constituído como um Comitê Paulista do Escudo Azul, a partir do Comitê Nacional existente na Biblioteca Nacional, segundo o modelo da Blue Shield International, com sede na França. O Escudo Azul é uma entidade supranacional destinada a desenvolver trabalhos de proteção do patrimônio cultural, coordenando os preparativos para atender e responder a situações de emergência, como desastres naturais, ameaças à segurança e conflitos armados. Promovemos diversas reuniões e um treinamento sobre inundação e processo de congelamento de obras em papel, com Antonio Mirabile, realizado no IPT em 2010. Atualmente intitulado Blue Shield Brasil, o Comitê Paulista do Escudo Azul obteve o reconhecimento oficial em outubro de 2016. Os recentes eventos de incêndios em prédios como o Museu da Língua Portuguesa e a Cinemateca Brasileira demonstram que os problemas de segurança continuam existindo, são sérios e devem ser encarados com firmeza.

Com o fechamento da BMA para a reforma do prédio, entre 2007 e 2010, os trabalhos na Seção tiveram que ser adiados, pois não havia condições de atender ao público ou conduzir pesquisas sobre obras raras, que ficaram guardadas em caixas. No entanto, foram desenvolvidos vários projetos de higienização e de conservação das coleções de

livros e de periódicos, em parte guardada em Santo Amaro, por Ingrid Beck, Norma Cassares e Stephan Schäfer, com o patrocínio do BNDES, da Petrobras e o uso de verba própria da BMA. Foi atacado principalmente o problema de infestação por brocas em grande parte do acervo. Nos anos seguintes, a antiga Biblioteca Circulante (livros de empréstimo domiciliar), que ocupou diversos prédios públicos por mais de cinquenta anos, voltou a funcionar no térreo da BMA, enquanto a coleção de periódicos ganhou um novo espaço em um prédio próprio, ao lado do nosso, a Hemeroteca Mário de Andrade, inaugurada em 2012.

Publiquei dois artigos sobre obras raras e a história do papel<sup>17</sup> e fiz, a pedido do Sr. Secretário Municipal de Cultura, um laudo técnico sobre o estado de conservação e a qualidade do acervo da antiga Biblioteca do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, com livros raros, periódicos e peças de teatro; esse acervo foi transferido para a BMA e o CCSP. Em 2009, dei uma oficina de catalogação, enfatizando a importância do registro das obras, no seminário “Segurança em Museus: um Olhar Multidisciplinar”, promovido pela Fundação Vitae e o Fundo ICOM-BR, e participei do projeto “Memória Oral da BMA” gravando uma entrevista sobre os meus vinte anos de atividades<sup>18</sup>.

A partir de 2010, na gestão da diretora Maria Christina Barbosa de Almeida, houve uma reorganização funcional na BMA, com a criação de novas supervisões e coordenadorias. Fui supervisor de Obras Raras até 2012 (a coordenadora era Joana Darc Moreno de Andrade), e a restauradora Paula de Souza e Silva foi contratada como coordenadora de preservação (substituída em 2012 por Celina Luiza de Oliveira). Desde esse período, passei a me dedicar menos aos aspectos da conservação dos acervos. Em 2010, publiquei mais dois artigos<sup>19</sup> e dei uma longa entrevista sobre a Seção de Raros para uma publicação *online*<sup>20</sup>.

Com a possibilidade de inscrever parte do acervo da BMA no Registro Nacional do Brasil do programa Memória do Mundo da Unesco (MOW Brasil), estabelecido pelo Arquivo Nacional, criei o projeto “Imagens Paulistas: Álbuns Fotográficos da Cidade de São Paulo, 1862-1919”, que foi aceito e passou a ser nominado no Registro Nacional em 2011. Esse é um acervo de significativa importância documental, pois reúne os nove primeiros álbuns fotográficos originais da cidade de São Paulo,

17. Rizio Bruno Sant’Ana, “O Livro Raro”, *Revista da BMA*, 2008, pp. 170-173; e “História do Papel”, *Revista da BMA*, 2009, pp. 212-217.

18. BMA, “Projeto Memória Oral”, Rizio Bruno Sant’Ana, entrevistado por Daisy Perelmutter, 2009.

19. Rizio Bruno Sant’Ana, “Edições Estrangeiras de Jorge Amado na BMA”, *Revista da BMA*, 2010, pp. 113-119; e “História da Encadernação”, *Revista da BMA*, 2010, pp. 188-197.

20. Maria Clara Rabelo, “As Obras Raras das Bibliotecas Brasileiras”, 2011.

num total de mais de 650 fotografias produzidas entre o final do século XIX e começo do século XX. O selo do Programa é uma garantia para a segurança e conservação da coleção.

Apresentei a palestra “Obras Alemãs Sobre o Brasil na BMA”, durante o lançamento do livro *Publicações Sobre o Brasil em Língua Alemã*, editado em São Paulo pelo Instituto Martius-Staden em 2011, e participei do “Seminário Mindlin 2012 – Plantin & Craesbeeck”, organizado pela BBM-USP e pelo Consulado Geral da Bélgica em São Paulo, realizado na BMA em junho de 2012. Para esse seminário, organizei com curadoria conjunta de Iris Kantor a exposição de obras raras *Plantin & Craesbeeck – Um Mundo Sobre Papel*. Com patrocínio da Biblioteca da Universidade de Harvard, EUA, fiz o projeto de digitalização de obras raras brasileiras do início do século XIX, realizado entre março e outubro de 2012, com 120 livros impressos no Rio de Janeiro e em São Paulo, pela Impressão Régia e outras tipografias. Esse acervo foi digitalizado pela Biblioteca Brasileira Mindlin e estará disponível *on-line* no site da BMA.

Foi realizado no Brasil o “Colóquio 2012 da Associação Internacional de Bibliofilia”, organizado por Pedro Corrêa do Lago e Ruy Souza e Silva. Durante esse encontro internacional, que reuniu dezenas de colecionadores de vários países da Europa e dos EUA, fiz a curadoria da exposição *The Rare Books of the Biblioteca Mário de Andrade*, cujo texto apareceu depois como artigo<sup>21</sup>. Fui palestrante na Primeira Jornada de Estudos Rubens Borba de Moraes, organizado pelo NELE-USP, em novembro de 2014, falando sobre a Coleção Félix Pacheco na Biblioteca Mário de Andrade.

Nos anos de 2012 a 2014 a BMA enfrentou seguidos problemas de infestação de fungos em todos os 22 andares de guarda de livros e outros materiais (em cerca de 10% do total do acervo), incluindo a Seção de Obras Raras, devido a problemas com a aparelhagem de ar-condicionado. Ainda hoje esses problemas não se resolveram totalmente, mas depois de consultas com técnicos do IPT e do IPEN-USP e de outras instituições e empresas, a questão parece equacionada. Foi instalado em todo o prédio, e também na Hemeroteca, o sistema Climus de monitoramento da climatização, e são utilizados cerca de cinquenta aparelhos desumidificadores. Norma Cassares realizou um grande projeto de higienização de todo esse acervo, entre novembro de 2013 e junho de 2015 (num total de 308 mil livros e 23 mil itens diversos – manuscritos, álbuns de fotos, catálogos, reproduções de artes etc.), o que nos custou grande trabalho de acompanhamento.

21. Rizio Bruno Sant’Ana, “The Rare Books of the Biblioteca Mário de Andrade, the Public Library of São Paulo”, *Bulletin du Bibliophile*, pp. 97-112.



Labyrintho de Creta, de Antonio José da Silva. Peça de teatro do autor brasileiro queimado pela Inquisição de Portugal, publicada de forma anônima em Lisboa, na Oficina de Miguel Rodrigues, em 1740. Encadernação moderna em meio couro e pergaminho, estilo Espinosa, feita por Ana Paula Tanaka em 2014. Coleção Félix Pacheco.



Dr. José Mindlin recebe Paula León em sua famosa biblioteca.



Etapa do curso de introdução à história da tipografia, na Rare Book School da Universidade da Virgínia, em 2004, usando uma réplica de prensa de madeira do século XVIII.

Como complementação desse trabalho, foi realizado o restauro de duzentas obras, entre livros, mapas e documentos planos. O restauro dos livros (principalmente das encadernações dos séculos XVI ao XIX) e dos papéis e mapas foi realizado pelas conservadoras Ana Paula Tanaka e Regiane Crispim, ambas do ateliê de Norma Cassares. Todo o trabalho de seleção e discussão do tratamento a ser realizado foi feito em conjunto com as conservadoras, quando novamente pude aprender bastante sobre a possibilidade ou não das intervenções desejáveis. Em vários casos, chegamos à conclusão de que o trabalho não deveria ser realizado, e a obra era trocada por outra. Afinal, o que mais temos é livro precisando de tratamento... Ao mesmo tempo, a Seção de Raros deu início a um inventário geral da coleção e a um projeto de catalogação *online* de todo o seu acervo, de cerca de trinta mil volumes de livros, dos quais já foram catalogados mais de 26 mil exemplares. Devido a problemas de implementação do banco de dados, apenas uma parte deste acervo está *on-line*.

Olhando para todo o meu trajeto na área de curadoria de obras raras e de conservação de acervos, penso que, se pudesse mudar alguma coisa, usaria menos tempo para as funções administrativas e me dedicaria mais ao trabalho de bancada ou de laboratório. Embora me considere sem muita habilidade manual, consegui bons resultados nos poucos casos em que lidei diretamente com a conservação e restauro de uma obra rara (pelo menos, é o que dizem alguns que viram meus trabalhos). Por outro lado, gosto muito do trabalho de pesquisa e dos levantamentos bibliográficos que realizo para os pesquisadores, então acho que tentaria me equilibrar entre esses dois polos. ●

---

#### **SOBRE O AUTOR**

Rizio Bruno Sant'Ana é bibliotecário formado pela ECA-USP em 1987, trabalha na Biblioteca Mário de Andrade, da Prefeitura de São Paulo, desde 1989, tendo sido seu diretor em 2001-2002. Participou de dois programas de atualização nos EUA, entre 1993-1994 e 2003-2004, pela American Library Association e pelo Getty Museum, nas áreas de organização de acervos e conservação de livros raros. Foi professor de História do Livro e das Bibliotecas no Curso de Preservação e Restauro organizado pelo Senai/Aber, 1997-2006. Consultor no projeto de catalogação de obras raras da Biblioteca do Masp, patrocinado pela Fundação Vitae, 2006-2007, e no Projeto BNDES da Biblioteca Padre Vaz, da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte-MG, 2007-2008. Gerente de diversos projetos de conservação e digitalização de obras raras na Biblioteca Mário de Andrade, financiados pela Fapesp, Instituto Embratel 21 e Universidade de Harvard, publicou vários textos e artigos sobre obras raras.

# **PATRIMÔNIO CULTURAL: PRESERVAÇÃO, SALVAGUARDA E CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS**

---

*Jayme Spinelli Junior*

## **INTRODUÇÃO**

No início dos anos 1980, durante o curso de pós-graduação em arqueologia no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), surgiram meus primeiros contatos com o estudo da conservação de bens culturais com os materiais arqueológicos. A partir daí a busca por novos conhecimentos se ampliou e o ingresso como aluno no Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (Cecor) na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1981 foi definitivo para minha formação enquanto profissional nessa área de trabalho, onde atuo até os dias de hoje.

O aprendizado foi vasto e intenso como se previa. O campo da conservação de bens culturais apresentou-se em três grandes categorias: pintura de cavalete/óleo sobre tela, pintura policromada/imaginária e papel/livros e documentos. Nesse grande cenário, quis o destino que me dedicasse à área de papel/livros e documentos.

Minha ida para Brasília ocorreu em meados de 1982. Com a missão principal de coordenar um grande laboratório de conservação e restauração de livros e documentos no anexo do Ministério da Justiça.

Esse laboratório foi criado de forma pioneira com a intenção de aproveitar a mão de obra de deficientes físicos. Esse foi, sem dúvidas, o ponto de partida de um excelente trabalho social e técnico que gerou enorme estabilidade na minha vida profissional enquanto conservador-restaurador na área de papel/livros e documentos.

O retorno para o Rio de Janeiro aconteceu no final de 1984. O ingresso na Biblioteca Nacional, a convite de sua diretora geral Célia Ribeiro Zaher, foi nesse mesmo ano. Meu trabalho principal foi chefiar o Laboratório de Restauração e Conservação que se encontrava em fase de modernização e expansão em decorrência da grande reforma na biblioteca em curso na época. Esse trabalho culminou com a criação do Centro de Conservação e Encadernação (CCE) e do Laboratório de Restauração (LR). Essas duas áreas técnicas passaram a compor a Coordenadoria de Preservação (COP) da Biblioteca Nacional.

Desde então, e durante os anos que se seguiram, assistimos à ocorrência de inúmeros desastres, guerras e ataques terroristas que destruíram bens culturais públicos e privados em todo o mundo. Esses fatos desencadearam mudanças nas atitudes e atuações dos gestores de grandes coleções documentais.

Além disso, a revolução tecnológica e as mudanças climáticas modificaram por completo a forma como vivemos. Não há mais tempo para imprevistos e os erros custarão mais caro. O caminho é a prática dos ensinamentos do que se convencionou chamar de “conservação preventiva”.

O dito popular “é melhor prevenir do que remediar” nunca esteve tão em voga como neste momento, gerando conhecimentos e ações proativas no âmbito do que conhecemos hoje como gerenciamento de riscos. Novos estudos e mudanças nas práticas deram lugar a ideias e ações para gestões de grandes coleções documentais com o foco na prevenção.

Atualmente, as ações de preservação têm sido descritas como uma forma abrangente de atuação compreendendo as áreas técnicas da conservação preventiva e reparadora, a reformatação que inclui a reprodução convencional e digital, a fotografia e a digitalização. A partir do crescimento na produção de informações divulgadas através dos mais diferentes suportes, estimulou-se o desenvolvimento de estudos e pesquisas que geraram o aperfeiçoamento e a execução dos princípios da preservação e da conservação preventiva, vistas como um conjunto de diretrizes e estratégias baseadas em estudos de ordem administrativa, política e operacional que contribuem para a permanência e durabilidade dos acervos e dos prédios que os abrigam.

Contudo, para entrarmos no contexto do campo da preservação de bens culturais vamos voltar no tempo até o início do pensamento sobre o conceito de patrimônio, que nos remete à Europa do século

XVIII, principalmente à França no período pós-Revolução Francesa, a partir de 1789. Naquele momento, o Estado assume em nome do interesse público, contra toda sorte de vandalismo que vinha ocorrendo, a proteção legal de determinados bens aos quais foi atribuída a capacidade de representarem a nação. Desse modo, o entendimento de patrimônio como um conjunto de bens fundamentais e com características específicas recebe atenções diferenciadas relacionadas aos bens arquitetônicos nacionais, em função das tradições vinculadas a esses bens, visando a criação do ideal de uma riqueza moral que expressa as riquezas da nação.

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca<sup>1</sup>, isso vem reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de exclusiva posse privada, mas propriedades de todos os cidadãos a serem utilizadas em nome do interesse público. E nesse caso o Estado atua como guardião e gestor desses bens, contribuindo para a construção do mito de origem de uma nação.

Podemos inferir que um dos grandes *Leitmotiven* para essas movimentações no sentido da criação de leis e de proteção pelo Estado sobre o que se convencionou chamar de bens culturais foi especialmente a grande inquietude com a ausência de ações de preservação e de salvaguarda. Desse modo, a preservação de bens culturais, por vezes onerosa, complexa e, num certo sentido, até contrária a alguns interesses públicos ou privados, torna-se justificável pelo alcance pedagógico que traz em si, como também alicerça o serviço direcionado à instrução dos cidadãos.

Segundo Fonseca<sup>2</sup>, o imenso panorama da trajetória histórica sobre as ações de preservação do patrimônio desenvolvidas no Brasil pode ser melhor entendida através de um quadro cronológico com ênfase em três momentos marcantes no desenvolvimento e evolução dessa política: o primeiro dito heroico, que se inicia nos anos 1930 com o anteprojeto da criação do Sphan indo até 1967, com o término da gestão de Rodrigo de Melo Franco de Andrade; o segundo chamado intermediário, que se estende de 1967 a 1979, período em que o Sphan luta por adaptar-se às novas demandas políticas nacionais e internacionais, interagindo com instituições federais que já atuavam no campo da preservação e o terceiro dito moderno, que se refere ao período da gestão de Aloísio Magalhães, de 1979 a 1982.

1 Maria Cecília Londres Fonseca, *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*.

2 *Idem*.

## **SOBRE A HISTÓRIA DO PAPEL**

No transcorrer da história da humanidade, a invenção da escrita talvez tenha sido a conquista mais significativa que possibilitou o acúmulo do saber humano. E o livro nesse cenário tem servido de memória enquanto elemento vital, como testemunho portátil e de informação para a elaboração e fixação do conhecimento. Por vezes, é difícil imaginar uma época em que esse constante acúmulo de conhecimento venha a ser interrompido, mas há sinais claros de que nossa memória coletiva está sendo gradualmente destruída.

Chama a atenção o colapso gradual sobre a qualidade da matéria-prima, o papel, com o qual enormes quantidades de livros vêm sendo impressos desde a invenção dos tipos móveis por Gutenberg por volta de 1450, tornando-se tanto causa quanto efeito da maior disponibilidade ao uso do papel. Inicialmente, o papel tinha excelente qualidade como produto da combinação de trapos de linho, da ausência de substâncias químicas, do mínimo processamento mecânico e da abundância de água limpa, produzindo assim milhares de livros que ainda hoje se encontram em excelente estado de conservação, e são conhecidos como livros raros impressos em papel de trapo.

Assim sendo, na medida em que aumentou a demanda na impressão de livros, a qualidade do papel começou a decair, em decorrência principalmente da falta de matérias-primas consideradas puras, dos avanços da tecnologia e do crescente uso de substâncias químicas para acelerar o seu processo de fabricação.

A deterioração da qualidade do papel se deu de forma lenta, porém, em meados do século XIX, mais precisamente a partir de 1850, acelerou. Teve início o uso de fibras vegetais consideradas impuras, surge a fibra de celulose da madeira. Esse fato trouxe novo alento aos produtores, porém, em curto prazo, descobriu-se que as fibras de polpa de madeira são curtas e retêm grande quantidade de uma substância resinosa chamada lignina.

Tais fibras, quando não são quimicamente purificadas, ou seja, quando não se executa a completa remoção dessa substância, com o passar do tempo, tornam-se agentes agressores, conferindo ao papel características de acidez, que o enfraquecem.

Certamente, a descoberta e a adoção do papel permanente/alcalino para a impressão de livros, já em uso em diversos países, como resultante da combinação do prático com o científico, ressaltam que as pesquisas para a conservação de livros e documentos deve ser sempre interdisciplinar. No Brasil já encontramos papéis e cartões alcalinos para diversos usos, porém ainda terá que acontecer grande conscientização dos livreiros e das editoras ao uso pleno

desse novo tipo de papel, com vistas à sua permanência e durabilidade para o futuro.

### **SOBRE A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E A CONSERVAÇÃO REPARADORA**

A preservação e a salvaguarda de acervos bibliográficos e documentais são vistas, de modo geral, como uma grande “capa protetora” que engloba todas as ações técnico-científicas destinadas a essa finalidade, trazendo em si um sentido amplo e abrangedor. Estende-se desde ações executadas para a manutenção das condições físicas, à permanência e durabilidade dos acervos e dos edifícios, indo até decisões de escolha sobre o melhor meio para uma possível reformatação de documentos (microfilmagem ou digitalização), no caso de necessidade de transferência de informações. Desse modo, devemos estar atentos para o conhecimento sobre o uso das novas técnicas provenientes dos avanços do saber humano em relação à preservação e à salvaguarda do patrimônio cultural.

A conservação preventiva reúne alguns aspectos como: controle e manutenção das condições ambientais relacionadas a umidade relativa, a temperatura e a emissão de luz; nível de poluição do ar nas áreas de guarda; a limpeza das áreas destinadas à guarda de acervos contra possíveis ataques de agentes biológicos; formas adequadas de armazenamentos; escolha correta de materiais adotados para o acondicionamento de obras; atenção quanto ao correto manuseio de obras; higienização dos acervos; análise e gerenciamento de riscos capazes de atingir o acervo e o edifício; e normas para cessão de obras destinadas a exposições nacionais e internacionais. Tudo com o objetivo de retardar ao máximo qualquer tipo de degradação aos documentos.

Nesse contexto, tem grande importância o procedimento técnico de higienização dos acervos, que pode ser executado com o auxílio do equipamento mesa de higienização, manualmente com o auxílio de aspirador de pó, com o uso de lupa e algum instrumento de ponta e com o uso de pó de borracha ralada. O termo higienização, incorporado ao jargão técnico da conservação preventiva, descreve as ações de eliminação de sujidades generalizadas que se encontram sobre as obras, como poeiras, partículas sólidas, e eliminação de elementos estranhos à estrutura física do papel, como grampos e cliques de metal, objetivando entre outros fatores a permanência estética e estrutural das obras. Do mesmo modo que contribui como um grande raio x de todo o acervo, na medida em que cada obra, as estantes, as mapotecas e os armários onde os acervos estão armazenados são submetidos a ações de limpeza a seco e com o uso de um pano limpo e álcool gel ou líquido.

A conservação reparadora já apresenta características intervencionistas na estrutura dos suportes dos documentos, porém com um nível de aprofundamento específico. E apresenta-se com um elenco de procedimentos técnicos direcionados à recuperação de alguns livros e documentos deteriorados (gravuras, mapas, partituras musicais, cartas manuscritas etc.), no decorrer de sua vida útil e, na maioria das vezes, danos resultantes de manuseios, acondicionamentos e armazenamentos inadequados. Dentre esses danos, os mais comuns são os rasgos dos documentos e as perdas de partes dos suportes originais, as perdas de partes de encadernações, sendo as mais comuns a perda da lombada ou de partes dela e também de capas das obras.

Assim, reparos emergenciais são executados seguindo todos os critérios técnicos dentro do elenco das boas práticas de conservação, tais como: remendos, enxertos, obturações, consolidação de capas, reestruturação de lombadas de livros com vistas à recuperação da encadernação. O objetivo é sempre o retorno dos livros e documentos, o mais breve possível, ao convívio com os usuários. Desse modo, seguimos empenhados em manter o acervo vivo e pronto para consulta, executando atividades por vezes simples, mas que explicitam nossa postura na direção da preservação.

### **SOBRE A SALVAGUARDA**

Em sua definição mais comum, a palavra salvaguarda refere-se a um mal a ser evitado, e por isso salvaguardar é assegurar a ausência de riscos e inferir sobre a previsibilidade de um futuro mais promissor. Desse modo, o termo denota uma relação entre o seguro e o risco, que pode ser natural ou humano, uma catástrofe física, um sinistro, tanto quanto uma ação humana inadequada podem se tornar uma ameaça ao homem.

Dessa maneira, a salvaguarda é vista como um bem comum e deve ser amplamente divulgada e garantida por meio de um conjunto de convenções sociais. Adotamos o entendimento sobre salvaguarda como um conjunto de elementos que formam um plano definido para impedir danos e combater os agentes prejudiciais a uma instituição cultural, abrangendo a proteção do edifício, dos bens, das coleções e dos usuários.

Na história da salvaguarda de livros e documentos observa-se que a destruição voluntária de obras tem causado o desaparecimento de cerca de 60% delas. Os 40% restantes devem ser atribuídos a fatores heterogêneos, entre os quais se destacam os desastres naturais (incêndios, furacões, inundações, terremotos, maremotos, ciclones, tempestades tropicais etc.), a ação de agentes biológicos (como o ataque de

traças, brocas, cupins etc.), as mudanças culturais (como, por exemplo, a extinção de uma língua) e também a qualidade dos materiais de fabrico de livros e documentos (a presença de ácidos nos papéis do século XIX tem destruído milhões de obras). É difícil conviver com essas questões, porém o certo é que, neste momento, enquanto você lê este texto, pelo menos um livro ou um documento está desaparecendo para sempre.

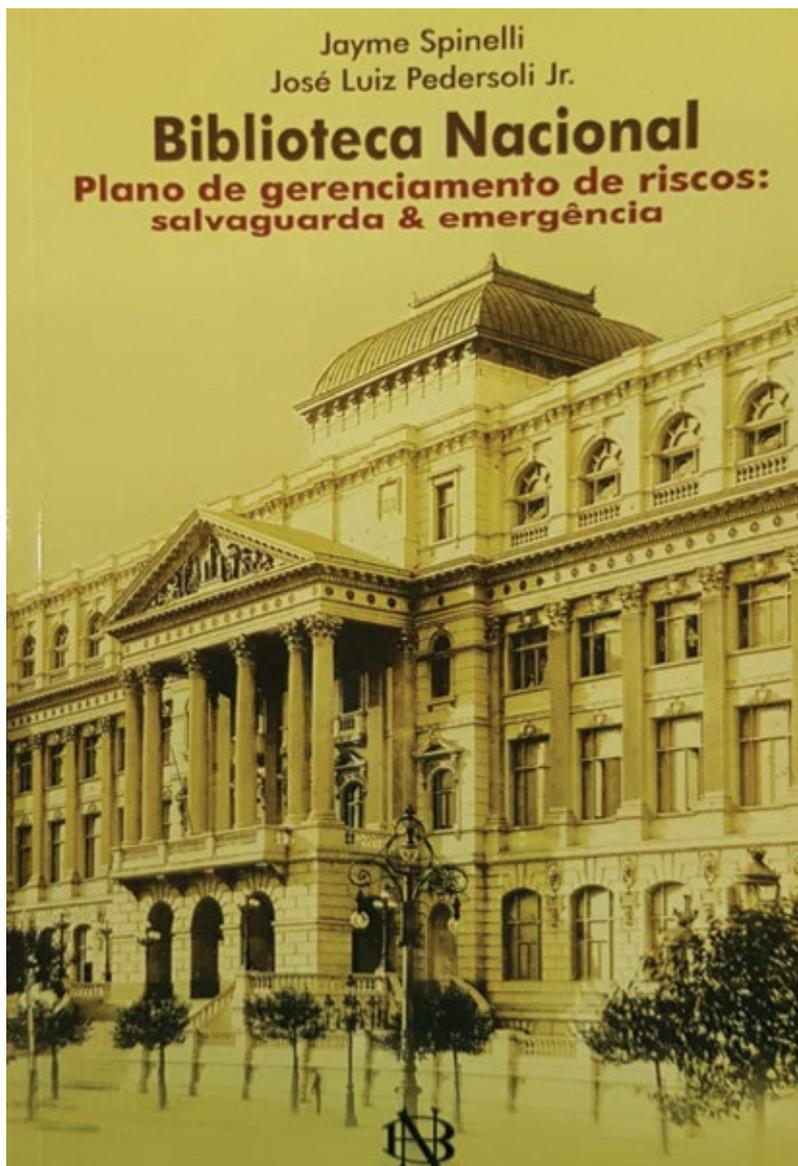
Assim sendo, a salvaguarda toma proporções totais em uma instituição cultural, abrangendo o conjunto do prédio e o seu acervo, a área física ao seu redor, as diversas formas de acesso, os funcionários, os usuários e a administração. E, por fim, determina as ações precisas e pontuais que irão possibilitar desempenhos técnicos e adequados à permanência de uma trajetória tranquila e sadia para todos.

### **SOBRE A AVALIAÇÃO DE RISCOS**

Já há um consenso entre os conservadores-restauradores e os profissionais que trabalham em instituições culturais de que na maioria dos casos os chamados riscos de acidentes e desastres podem ser minimizados, reduzidos ou ainda totalmente eliminados se a instituição tiver e implantar um programa amplo de emergências. E esse programa deve ser ao mesmo tempo específico e sistemático e também entendido por todas as pessoas que trabalham, pesquisam ou simplesmente visitam a instituição.

O objetivo principal do programa de emergências deve ser o fornecimento e o esclarecimento dos meios para *reconhecermos* (com o estabelecimento do contexto por meio de levantamento de dados e informações relevantes sobre todas as áreas que compõem a instituição cultural, promovendo assim uma avaliação quantitativa e qualitativa na distribuição de valor das coleções, identificando de forma abrangente todos os riscos para a instituição); *prevenirmos* (com a elaboração de análise quantitativa da grandeza dos riscos identificados com vistas à priorização de ações e medidas preventivas) e *respondermos* (com a elaboração e implantação de um plano eficiente de tratamentos dos riscos) com uma precisão efetiva para todas as emergências, ou seja, para situações críticas, acontecimentos perigosos ou fortuitos e os acidentes que por ventura ocorram.

Desse modo, a identificação dos riscos que podem ocorrer em uma instituição deve ser tratada com grande atenção, gerando possibilidades de reconhecimento dos problemas, das consequências e da extensão dos danos que podem vir a atingir um determinado acervo.



Descrevemos, nesse contexto, os agentes de riscos, seus efeitos e como danificam sobremaneira os acervos bibliográficos e documentais e seus edifícios:

1. *Forças físicas*: ocasionam danos decorrentes de explosões no edifício e de armazenamento errado de obras em estantes e mapotecas, gerando choques, vibrações, tensões, compressões, abrasões, deformações, rompimentos etc.

2. *Atos criminosos*: como furto, roubo e vandalismos, que causam o desaparecimento de itens de coleções, ocasionam mutilações de partes de documentos, desfigurações de obras e por vezes danos ao edifício da instituição.
3. *Fogo*: esse é sem dúvidas o pior desastre que pode acontecer a uma instituição cultural. Pode causar a queima total ou parcial do edifício gerando grande quantidade de fuligem, deformações estruturais em itens do acervo e partes do edifício.
4. *Água*: pode atingir o edifício e os acervos por meio de infiltrações, vazamentos, chuvas torrenciais, telhados problemáticos com goteiras e produzir danos como deformações, manchas generalizadas, enfraquecimento e desintegração de obras.
5. *Pragas*: propiciam danos por meio da proliferação de microrganismos (fungos, bactérias), insetos, roedores, aves (pombos, por exemplo) e morcegos. Ações que resultam em perfurações, manchas, defecação e o enfraquecimento de partes dos documentos.
6. *Poluentes*: acarretam danos em consequência do acúmulo de poeiras e partículas sólidas e dos demais elementos estranhos presentes na poluição do ar sobre os livros e documentos, ocasionando também corrosões, manchas e descolorações.
7. *Iluminação, radiação ultravioleta (uv) e infravermelho (iv)*: danos causados por exposição prolongada, direta ou indireta, à luz natural ou artificial, ocasionando o esmaecimento, descoloração, enfraquecimento, amarelecimento e o escurecimento de livros e documentos.
8. *Temperatura elevada, baixa ou em constantes variações*: propicia ações de deterioração mais acelerada por reações químicas como enfraquecimento e fraturas dos materiais que compõem os documentos.
9. *Umidade relativa incorreta, baixa ou em constantes variações*: possibilita o surgimento de microrganismos, deformações, manchas e o enfraquecimento dos suportes de obras.
10. *Dissociação*: permite a perda de item causada pela incapacidade permanente ou temporária de associá-lo às suas informações básicas, gerando seu desaparecimento dentro de um acervo.

A identificação dos agentes de riscos pode também ser relacionada a duas grandes categorias que os explicam, como os riscos externos, aqueles relacionados aos fenômenos naturais, às condições meteorológicas, à poluição atmosférica, à situação geográfica e social da área urbana no entorno do edifício da instituição; e os riscos internos, aqueles originários de falhas nas condições estruturais e arquitetônicas do edifício – de instalações elétricas, de materiais inflamáveis, de canalizações de água, de instalações sanitárias e de refeitórios problemáticas –, relacionados à

vigilância aos visitantes, usuários e funcionários, como também a todos os objetos que entram e saem do edifício da instituição.

Registramos também outro aspecto de grande importância no campo da salvaguarda que está relacionado à biossegurança, intrinsecamente ligada ao ambiente, à higiene e à segurança do trabalho e ainda diz respeito, numa avaliação de agentes de deterioração, àqueles relacionados aos *riscos químicos* (o contato com substâncias químicas e tóxicas, como solventes em geral, e outros produtos utilizados em limpeza de ambientes laboratoriais), os *riscos biológicos* (aqueles relacionados aos microrganismos e insetos em geral) e os *riscos físicos* (nesse caso dizem respeito ao campo ergonômico, que trata da otimização das condições de trabalho humano por meio de métodos da tecnologia e do desenho industrial).

### **SOBRE O GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A captação de recursos financeiros para a gestão da conservação preventiva em edifícios que abrigam instituições culturais é na maioria das vezes um grande problema enfrentado por aqueles que têm essa grande responsabilidade e por vezes se traduz como uma tarefa hercúlea. Contudo, é de vital importância todo o apoio estratégico e financeiro dispensado pelos dirigentes de instituições ao chamado plano de riscos, que entre seus objetivos distingue a proteção da vida humana como fator de importância máxima.

### **SOBRE O PLANEJAMENTO E A PREVENÇÃO DE DESASTRES**

Não devemos esquecer que um desastre pode ocorrer a qualquer hora do dia ou da noite e em qualquer espaço da instituição. Um plano de prevenção a desastres deve ser visto como um contra-ataque ao desastre. É estatisticamente anunciado que a maior frequência de desastres em instituições culturais está relacionada ao fogo e à água, esses vilões que nos roubam o sossego e provocam grandes estragos em uma instituição cultural. Então, o responsável pela área onde pode acontecer o desastre deve fazer uma chamada de pedido de socorro imediato ao responsável pela equipe dos agentes de manutenção e administração, à equipe da brigada de incêndio civil, à equipe de conservadores-restauradores e à equipe de vigilantes e guardas da instituição. Uma lista com os nomes e telefones deve ser preparada e largamente divulgada na instituição. Outra ação proativa determinante é a existência de um kit de materiais disponíveis ao uso em caso de emergências por ação de água, que deve constar de folhas de papel mata-borrão, pano de chão, latas de lixo, aparelhos desumidificadores, ventiladores, extensões elétricas, tesouras, fitas-crepe, álcool gel ou líquido. Como também os itens que compõem

1



2



3



Figura 1. Os danos mais comuns são os rasgos dos documentos e as perdas de partes dos suportes originais, as perdas de partes de encadernações, sendo as mais comuns a perda da lombada ou de partes dela e também de capas das obras. Fonte: Laboratório de Conservação Preventiva da BBM-USP.

Figura 2. Livro em processo de higienização. Fonte: Laboratório de Conservação Preventiva da BBM-USP.

Figura 3. Uma das etapas da conservação interventiva (restauração). Fonte: Laboratório de Conservação Preventiva da BBM-USP

os EPIs, equipamentos de proteção individual, tais como: máscara KSN – peça semifacial filtrante (aprovada pelo Inmetro) CA 10578 20.02 PFF 2-S –; óculos de segurança e proteção Danny – Fênix – DA 14.500 – CA 9.722 ISO 9002 – com lente antirrisco; guarda-pó descartável da Dupont – Tychem – tamanho único e de manga comprida; luvas de vinil, caixa com cem unidades; e touca sanfonada descartável para proteção do cabelo – pp. 20.

Enfim, para que o planejamento de prevenção de desastres tenha êxito garantido, deve-se, em primeiro lugar, contar com o aval estratégico e operacional do corpo diretor e administrativo da instituição, com a cumplicidade e a parceria dos funcionários e de todos com funções de apoio na instituição. Além disso, são os princípios de solidariedade e de cidadania que devem ser aplicados, assim como a concepção geral da corresponsabilidade dos indivíduos enquanto cidadãos à frente dos perigos que os ameaçam. E diante de um quadro de proporções limitadas de recursos disponíveis para questões culturais hoje em nossa sociedade, torna-se inexorável nossa compreensão quanto à preservação de nossos bens culturais para as sociedades que virão. ●

---

#### **SOBRE O AUTOR**

Jayme Spinelli Junior é mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ). Pós-graduado como especialista em Conservação e Restauração de Bens Culturais pelo Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (Cecor) na Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pós-graduado em Arqueologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bacharel em Arqueologia pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro – RJ. Atua como conservador-restaurador de bens culturais e coordenador de preservação da Fundação Biblioteca Nacional.

# CONSERVAR OU DESCONSERVAR: “BICHO TEM EM QUALQUER LUGAR, ATÉ NA MINHA CASA”<sup>1</sup>

---

*Antonio Agenor Briquet de Lemos*

Um aviso inicial. Para que eu pudesse ter uma visão abrangente das questões que aqui serão abordadas, considereirei como partes inseparáveis de um todo os conceitos de conservação, preservação e restauração que, para mim, estão tão ligados entre si como as figuras daquela trindade milagrosa que se celebra, principalmente no Rio e em Salvador, em setembro, com distribuição de guloseimas às crianças: os santos Cosme e Damião e o espírito Doum.

Para os interessados no estudo dessas questões, de uma perspectiva mais ampla e multidisciplinar, inclusive histórica, recomendo a ambiciosa antologia: *Preserving Our Heritage: Perspective From Antiquity to the Digital Age*, organizada por Michèle Valerie Cloonan e editada em 2015.

Um levantamento minucioso sobre conservação e restauração no Brasil, com informações conceituais e técnicas, foi feito, em sua dissertação

1. Trabalho apresentado no seminário “Rumos Atuais e Futuro da Conservação no Brasil”, em homenagem a Guita Mindlin, organizado pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP, de 7 a 8 de agosto de 2017, em São Paulo.

de mestrado, por Aloisio Arnaldo Nunes de Castro em 2008. Em 2012, foi publicado em formato de livro<sup>2</sup>.

### UM OLHAR PARA O PASSADO

A história dos livros e das bibliotecas no Brasil começa com a chegada dos missionários da Companhia de Jesus à Bahia. História marcada por carências, abandono, negligência, intolerância e vicissitudes, com relativamente poucos exemplos de sucesso e vida estável, sem atribulações ou sobressaltos. A introdução tardia da imprensa, a dispersão e perda das bibliotecas dos colégios dos jesuítas e o descaso do qual não estiveram isentas coleções de outras ordens religiosas, além do confisco e destruição de acervos particulares, estão presentes em praticamente todos os estudos que se voltam para uma visão histórica de nossas bibliotecas. Quantos volumes se perderam ao longo deste quase meio milênio? Trinta mil? Cinquenta mil? Se os jesuítas aqui permaneceram por 210 anos, distribuídos em dezessete centros de “ensino e de cultura”<sup>3</sup> e se, numa estimativa modesta, cada um desses locais tivesse recebido dez exemplares de livros por ano, eles teriam reunido uns 35,7 mil volumes. Quantos sobraram?

O descaso com as coleções jesuíticas, depois de sua expulsão de Portugal, não se limitou à Terra de Santa Cruz. Em 1804, quinze caixotes com livros da biblioteca do Colégio de Todos os Santos, da Ilha de São Miguel, nos Açores, foram enviados para a Real Biblioteca, em Lisboa. Foram necessários catorze anos para abri-los, quando “os livros estavam comidos de bichos e podres com tal corrupção que pediram para ser queimados”. Assim escreveu o funcionário da Real Biblioteca, padre Francisco José da Serra Xavier<sup>4</sup>.

Ao estudar a história da Biblioteca Nacional, Lilia Moritz Schwarcz observou, com razão, que lamúrias e queixas pareciam ser “quase o estilo” da profissão de bibliotecário<sup>5</sup>. Esta apresentação, bem sei, será mais uma conta acrescida ao rosário de queixumes que nos identificam. Paciência. Pelo menos existem exceções e as aprecio muitíssimo, como a que é representada por esta BBM-USP.

As situações de que falarei não são exclusivas de nossa realidade. Talvez sejam exceções as cidades e países onde os livros se mantiveram

2. Aloisio Arnaldo Nunes de Castro, *A Trajetória Histórica da Conservação-Restauração de Acervos em Papel no Brasil*.

3. Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*, pp. 28-29.

4. Francisco José da Serra Xavier *apud* Lilia Moritz Schwarcz, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: Do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, p. 176.

5. Lilia Moritz Schwarcz e Paulo Cesar de Azevedo, *O Livro dos Livros da Real Biblioteca*, p. 75.

incólumes. Convém lembrar que algumas das mais importantes coleções de documentos de que se orgulham muitos países praticamente renasceram da devastação causada por diferentes tipos de desastres, naturais ou provocados.

Os agentes contra os documentos atuam sorratamente ou de modo ostensivo e violento. William Blades, tipógrafo e bibliógrafo inglês, em 1879, assim categorizou os fatores de risco para a preservação dos livros: fogo, água, gás e calor, poeira e negligência, ignorância e fanatismo, broca e outros insetos, encadernadores, bibliófilos, criados e crianças<sup>6</sup>.

O minucioso plano de gerenciamento de riscos da Biblioteca Nacional menciona outros agentes de deterioração: forças físicas, indivíduos criminosos, substâncias poluentes, luz e radiação ultravioleta e infravermelha, temperatura e umidade relativa incorretas e dissociação, ou seja, “a tendência natural, com o passar do tempo, de desorganização de sistemas”<sup>7</sup>. A esta última acho mais elegante chamar entropia. No item de pragas a Biblioteca Nacional explicita os insetos, roedores, aves e morcegos. No entanto, quem visitou a biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, em Portugal, também conhecida como biblioteca do Convento de Mafra, terá ouvido uma surpreendente explanação sobre o papel de certa espécie de morcegos na caça aos insetos e, portanto, na conservação dos livros daquela riquíssima livraria.

Ao falar de entropia e da luta pela preservação de nossa herança cultural talvez valha a pena ponderar sobre o que escreveu Eduardo Frieiro:

Comer e ser comido é a lei da vida. Os livros, por mais que isto pese aos bibliômanos, que desejariam a imortalidade para os seus amados bouquins, estão sujeitos, e cada vez mais rapidamente, à ação destruidora do tempo e das doenças, à lei da panfagia universal<sup>8</sup>.

Embora sem apresentar comprovação científica, o norte-americano Philip Brooks, antiquário, especialista em obras raras e autor de resenhas de livros para o *New York Times*, disse, em 1933, que as devastações causadas aos livros pelo tempo, pelo clima, pelas intempéries, pelas inundações e pelo fogo eram nonadas em comparação com os estragos feitos por aquele anobiídeo tão nosso conhecido, a broca<sup>9</sup>.

6. William Blades, *The Enemies of Books*.

7. Jayme Spinelli e José Luiz Pedersoli Junior, *Biblioteca Nacional: Plano de Gerenciamento de Riscos: Salvaguarda & Emergência*.

8. Eduardo Frieiro, *Os Livros Nossos Amigos*, pp. 121, 127.

9. Philip Brooks, “Notes on Rare Books”, *The New York Times*, p. 19.

À ação destruidora do tempo, das pragas<sup>10</sup> e dos desastres, temos de acrescentar, no capítulo dos fatores humanos, o furto e o roubo de bens culturais, especialmente, no nosso caso, os livros<sup>11</sup>. Os bibliotecários já chegaram a ser incluídos entre os inimigos dos livros<sup>12</sup>.

A bibliografia sobre desaparecimento, acidental ou intencional, de livros e bibliotecas é respeitável. Algumas são citadas na bibliografia<sup>13</sup>.

### UMA SITUAÇÃO EXEMPLAR

Não havíamos completado dez anos de independência. Éramos uma nação-menina. Estávamos no comecinho da Regência Trina Permanente (1831-1835), quando José Lino dos Santos Coutinho, ministro dos Negócios do Império, em sua primeira prestação de contas à Câmara, em 29 de agosto de 1831, reconheceu as deficiências de que padecia a biblioteca pública da Corte, abandonada, sem catálogo sistemático,

[...] de maneira que para achar um livro se gastava muito tempo, o que resultava igualmente da falta de classificação, achando-se os livros todos misturados, e o que era ainda mais para notar, a livraria do conde da Barca que talvez fosse mais própria para a nossa instrução por constar de livros modernos, e que custara grossas somas à nação, se achava entregue à traça e bichos<sup>14</sup>.

E relatou um fato que ele mesmo havia presenciado: um servente da biblioteca costumava inserir um prego amolado nos buracos feitos pelas traças nos livros, para matá-las<sup>15</sup>.

O deputado Costa Ferreira, na sessão de 1º de setembro, não deixou passar em branco a observação do ministro, transformou o prego em “sovelão” e perguntou se o servente fora castigado, e, se não o fora, o deputado não aprovaria nem cinco réis a mais na verba para a biblioteca.

10. Diego de Faria, *Os Inimigos dos Nossos Livros*; Eduardo Frieiro, *Os Livros Nossos Amigos*; Monsenhor Joaquim Nabuco, *Em Defesa do Livro: A Conservação das Nossas Bibliotecas e Arquivos*; Wilfred John Plumb, “Preservation of Library Materials in Tropical Countries”, pp. 291-306; Chhedil Lal Prajapati, “Conservation of Documents: Problems and Solutions, Policy and Perspectives”; Harry B. Weiss e Ralph H. Carruthers, *Insect Enemies of Books*.

11. Raphael Diego Greenhalgh, *Segurança Contra Roubo e Furto de Livros Raros: Uma Perspectiva sob a Ótica da Economia do Crime e da Teoria da Dissuasão*.

12. Randolph G. Adams, “Librarians as Enemies of Books”, pp. 317-331.

13. Fernando Báez, *História Universal da Destruição dos Livros: Das Tábuas Sumérias à Guerra do Iraque*; Kenneth Baker, *On the Burning of Books*; Lucien X. Polastron, *Livros em Chamas: A História da Destruição sem Fim das Bibliotecas*; James Raven (ed.), *Lost Libraries: The Destruction of Great Book Collections Since Antiquity*; Leighton Durham Reynolds e Nigel Guy Wilson, *Scribes and Scholars: A Guide to the Transmission of Greek and Latin Literature* e Lilia Moritz Schwarcz e Paulo Cesar de Azevedo, *O Livro dos Livros da Real Biblioteca*.

14. José Lino dos Santos Coutinho, *Annaes do Parlamento Brasileiro*, p. 75.

15. *Idem, ibidem*.

Estava em discussão o orçamento da administração. Costa Ferreira glossou o comentário do ministro sobre a técnica insólita de matar traças, que estragava os livros, e “fez muitas reflexões sobre o conceito que farão de nós outras nações, sabendo de tal abuso” e “sobre a necessidade da conservação dos livros para a instrução dos homens”<sup>16</sup>. O ministro Lino Coutinho retorquiu que “despediria do serviço da biblioteca não só alguns oficiais de pena, mas também outros serventes que tratavam dos livros”<sup>17</sup>.

O tema foi retomado pelo mesmo Costa Ferreira, na sessão de 18 de julho de 1832, quando comentou “sobre o mau estado da biblioteca pública desta corte, onde não achara quase livro algum com capa, e as estantes sem vidraças”. O único livro que achou bem conservado foi um volume da tradução de Pope feita por Francisco Bento Maria Targini. A falta de conservação, segundo ele, não podia ser atribuída ao clima, uma vez que a biblioteca dos beneditinos mostrava-se bem conservada<sup>18</sup>.

Em 1832, Lino Coutinho tornou-se o primeiro diretor da Faculdade de Medicina da Bahia. A faculdade, que substituiu o antigo Colégio Médico-Cirúrgico, teria um diretor que haveria de velar para que nem pregos nem sovelas viessem, à maneira de instrumentos cirúrgicos, cauterizar livros bichados. Ele, como outros médicos da época e mesmo de tempos posteriores (José de Assis Alves Branco Muniz Barreto, Ramiz Galvão, José Zeferino de Menezes Brum, Teixeira de Melo, Jorge de Andrade Maia, Clodoaldo Beckmann...), era versado em coisas de biblioteca, como se nota no discurso do prego e da traça, quando discorreu a respeito dos conhecimentos desejáveis do bibliotecário, sobre classificação, arranjo, índices e inventários. De qualquer modo, o destino dessa biblioteca da Bahia seria tão melancólico quanto o de outras tantas que viraram repasto de bibliófagos.

Lino Coutinho devia conhecer outras situações em que livros e bibliotecas haviam sido relegados à incúria ou ao abandono, além dos que sabia existirem em tal condição na biblioteca pública da Corte. Ali mesmo, onde funcionava a Faculdade de Medicina da Bahia, estivera antes o colégio dos jesuítas, com sua biblioteca, que depois da expulsão dos inacianos, em 1759, ficou abandonada por mais de quarenta anos. De seus quinze mil volumes calcula-se que sobraram para a biblioteca pública de Salvador menos da metade. E também teria conhecimento do que aconteceu com os livros das bibliotecas dos outros dezesseis

16. Costa Ferreira. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, p. 109.

17. *Idem, ibidem*.

18. *Idem*, p. 83.

polos de ensino e catequese mantidos pelos jesuítas no Pará, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Paraíba, além dos que existiam nos conventos de outras ordens religiosas<sup>19</sup>.

Três décadas depois da exposição feita por José Lino Coutinho aos deputados sobre a precária situação da biblioteca da Corte, coube a outro médico, também romancista e historiador, deixar um relato acabrunhante sobre o que restava dos livros trazidos por Dom João. Esse médico foi Moreira de Azevedo, que, em 1862, apenas quatro anos depois da mudança da biblioteca para a rua do Passeio, “junto à casa de baile do Cassino Fluminense”, relatou que aquele era um prédio sem arquitetura, sem elegância, “nada tem de belo, nem de grandioso”, pois se tratava de uma casa construída para moradia. “Feio, impróprio e mal colocado”<sup>20</sup>. Registro que contrasta com o que diz, em 2014, o termo de referência para o concurso arquitetônico do anexo: “um majestoso sobrado neoclássico”. Moreira de Azevedo viu livros truncados e estragados que haviam pertencido às bibliotecas do infantado e do conde da Barca, como já observara Lino Coutinho, 31 anos antes.

Moreira de Azevedo observou que a vizinhança de morros causava umidade, principalmente no térreo, e a proximidade da casa de baile era um risco de incêndio. O argumento em que o autor mais embasava suas preocupações era de natureza simbólica, icônica, a biblioteca como representação da grandeza intelectual de um povo à qual era inerente a questão do legado civilizatório. “[...] É no frontispício das bibliotecas que se deve ir ver o progresso das artes, é aí que deve estar como que burilada a ciência ou antes o progresso científico de um povo de uma nação”. E assim encerrava suas palavras:

Como provaremos às gerações futuras que as letras foram prezadas por nós, que foram cultivadas com esmero, legando-lhes nós, como edifício da biblioteca, uma casa mesquinha, imprópria e sem beleza de construção! Não indicará isso aos vindouros que no nosso século as letras não mereceram consideração! Erga-se, pois, um edifício monumental para servir de biblioteca, faça-se um palácio duplamente nobre pelo seu destino e como primor da arte, e esse monumento irá contar aos vindouros que, no tempo presente, no século do sábio imperador, o sr. D. Pedro II, as letras e artes mereceram de nós culto, veneração<sup>21</sup>.

19. Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*, pp. 28-29; Rubens Borba de Moraes, *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial* e Luiz Antonio Gonçalves da Silva, “As Bibliotecas dos Jesuítas a Partir da Obra de Serafim Leite”, pp. 219-237.

20. Moreira de Azevedo, *Pequeno Panorama ou Descrição dos Principais Edifícios da Cidade do Rio de Janeiro*, pp. 233-234, 246.

21. *Idem, ibidem*.

Ao relatar os feitos da Biblioteca Nacional em 1895, o cidadão José Alexandre Teixeira de Melo, seu diretor, lembrava ao ministro da Justiça e Negócios Interiores que a ela cabia não apenas contribuir para a educação e o desenvolvimento intelectual, proporcionando “aos contemporâneos a maior soma possível de conhecimento nas variadas províncias do saber humano”, mas também zelar pela conservação e preservação dos documentos (para “legar intacto aos vindouros tudo quanto para hoje acumularam os nossos maiores” [...] reunindo “todas as manifestações materiais do pensamento moderno, para que o nosso legado represente capital e juros de abençoada herança”. E continuava:

As conquistas incessantes da inteligência, nas ciências, na literatura, nas artes, neste fim de século [o XIX], em que como que se tem pressa de viver, devem ficar representadas nas nossas estantes, embora na limitada porcentagem a que chegam as nossas forças e recursos. Todos os sacrifícios, porém, que fizermos, como é bom de ver, para que se realize esta dupla aspiração, serão largamente compensados pela satisfação de gozo dos que conosco convivem e pelas bênçãos de reconhecimento das gerações futuras, que terão assim tanto o que acautelamos dos estragos do tempo, como o que à sua guarda confiamos amontoado em seu proveito. Zelar o pecúlio que encontramos é só metade da nossa silenciosa tarefa; ajuntar-lhe novas parcelas, que se converterão em novas riquezas, é a outra metade<sup>22</sup>.

Nas considerações gerais, na parte final desse seu primeiro relatório como diretor, Teixeira de Melo chamava a atenção do ministro para as deficiências do prédio, sujeito a goteiras, quando das “chuvas torrenciais” e advertia para o risco que corriam coleções importantes, como as de João Antônio Marques, dona Teresa Cristina Maria e Salvador de Mendonça, “em que se contam não poucas raridades”. Propôs ampliações, inclusive para poder melhor abrigar as “grandes rumas de jornais, que já não encontram lugar em que se arrumem devidamente”<sup>23</sup>. No relatório do ano seguinte, ressaltou a “insuficiência do edifício” e sua “precária situação”, “intimamente ligado a uma casa de bailes e a outra de alugar cômodos” e que nele havia também uma farmácia, “sujeita, portanto, a desastre de tal modo irreparável que passaria a ser uma calamidade”<sup>24</sup>. Para melhor visualizar o local, atente-se que

22. José Alexandre Teixeira de Melo, *Relatório Apresentado ao Cidadão Dr. Antônio Gonçalves Ferreira Ministro da Justiça e Negócios Interiores em 15 de Fevereiro de 1896*, p. 455.

23. *Idem, ibidem*.

24. “Relatório”, em *Annaes da Biblioteca Nacional*, p. 264.

a citada casa de bailes não era um salão qualquer, mas simplesmente o Cassino Fluminense, que ali funcionava desde 1860, como o mais elegante centro de lazer das classes ricas, com frequentes bailes e concertos musicais, e onde também se praticavam jogos de salão. O Cassino Fluminense aparece como figurante em páginas de Machado de Assis, sempre cercado de brilho e azáfama típicos de lugares de entretenimento<sup>25</sup>.

Parabéns a José Alexandre Teixeira de Melo por ter sabido lapidar, com sabedoria e elegância, o discurso que políticos e administradores sentem-se inspirados a proferir nas ocasiões em que precisam dizer algo sobre a missão das bibliotecas, discurso que é logo esquecido quando chega a hora de definir orçamentos e prioridades da administração. E também por ter sabido contrapor ao enaltecimento da missão da biblioteca a ressalva, sempre oportuna, das precárias condições de sua existência.

De qualquer modo, fazia quase vinte anos que Teixeira de Melo trabalhava na Biblioteca Nacional. Escrevia, portanto, com conhecimento de causa quando se referia ao compromisso de zelar por aquele patrimônio que ele, sendo médico, talvez visse como um paciente de saúde frágil, sensível a diferentes riscos e agravos. Sabia do apetite de um exército de vorazes parasitas e predadores, fossem micro-organismos, insetos ou bípedes de grande porte, de gula requintada e não menos glutões.

Exatamente cinquenta anos depois, em 1945, decorridos 35 anos da mudança para a nova sede, então “moderníssima”, da avenida Rio Branco, Rubens Borba de Moraes traçou um panorama desolador: volumes perdidos pela ação do sol e de goteiras, encadernações preciosas estragadas. “Há montes de livros e pedaços de livros pelo chão e pacotes de folhetos jogados nas prateleiras”. Da Biblioteca Real “não há praticamente uma obra que não esteja bichada e 50% se transformaram em verdadeiros rendados”. Para ele, a biblioteca que Dom João havia trazido para salvá-la da invasão napoleônica estava “praticamente perdida”<sup>26</sup>.

Em 1966, nem parecia que estávamos a mais de vinte anos de distância do instantâneo fotografado por Rubens Borba de Moraes. Ouçamos o que disse o professor Celso Cunha, então diretor da Biblioteca Nacional, ao depor na comissão parlamentar de inquérito sobre a biblioteca:

25. Valdeci Rezende Borges, “Em Busca do Mundo Exterior: Sociabilidade no Rio de Machado de Assis”, pp. 49-59.

26. Rubens Borba de Moraes, “Relatório do Diretor da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde”, pp. 203-231.

“Além do perigo do fogo, há também o da água. O incêndio ainda não se deu, mas já ocorreram inundações e muita coisa se perdeu. Alguns livros ficaram como tijolos”<sup>27</sup>.

### **OUTROS CASOS EXEMPLARES**

Fiz duas tabelas, baseadas em informações colhidas em jornais da Hemeroteca Digital Brasileira, sobre sinistros e desastres naturais em arquivos e bibliotecas. As buscas foram efetuadas em todos os periódicos ali presentes, de todas as localidades, de fevereiro de 1880 a março de 2017, abarcando, portanto, 137 anos. Por não fazerem parte da Hemeroteca Digital, foram consultados, separadamente, os arquivos digitais dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. O Google foi também empregado nessa busca. Os termos de busca foram: “biblioteca” ou “arquivo” e “incêndio”; “biblioteca arquivo enchente”; “biblioteca arquivo inundação”. Pesquisou-se também por “bibliotheca” e “archivo”. E fez o acompanhamento pelo nome da instituição quando era conhecida como um local onde ocorrera algum sinistro.

Foram identificados 77 incêndios e 21 alagamentos, o que nos dá um incêndio a cada dois anos, aproximadamente. O número encontrado para alagamentos é certamente inferior ao número real de ocorrências, pois se trata de um sinistro que desperta menor atenção da imprensa. Os eventos foram de diferentes graus de intensidade e não podem ser comparados quanto aos prejuízos causados.

Em 16 de fevereiro de 1880 ocorreu o primeiro incêndio da série aqui analisada. Foi na biblioteca e arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo, fundada em 1827. O arquivo parece ter sido mais afetado do que a biblioteca. Para Marisa Midori Deaecto, “o incêndio, não dirimindo sua gravidade, fora o desfecho trágico de uma série de outros fatos que atestavam os maus usos, senão os abusos praticados contra o acervo público”<sup>28</sup>.

Em março de 1905 pegou fogo a biblioteca da Faculdade de Medicina da Bahia, que funcionava no local do antigo colégio dos jesuítas, onde depois se instalou a Biblioteca Pública da Bahia. Foram perdidas cerca de catorze mil obras, em 22 mil volumes “todos preciosos e raros”. Durante o longo período de quarenta anos em que esteve fechada, houve uma perda de 55% do acervo total<sup>29</sup>.

27. Congresso Nacional, “Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Biblioteca Nacional”, pp. 141-260.

28. Marisa Midori Deaecto, *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*, pp. 241-242.

29. Luana Tieko Omena Tamano e Daniel de Magalhães Araújo, “Abandono, Esquecimento e Ressurgimento da Primeira Biblioteca de Medicina do Brasil”, pp. 56-59.



Nesse local existia a rica biblioteca do convento



.....  
*Perdas materiais e estruturais  
por incêndios em bibliotecas.*  
.....

Um incêndio que causou grave perda para a memória de nossa cultura foi o que destruiu, em 1911, o prédio da Imprensa Nacional, no Rio de Janeiro, onde hoje fica a Avenida 13 de Maio, no Largo da Carioca. Desapareceram o arquivo e a biblioteca e, com ela, a documentação referente à produção bibliográfica da Imprensa Régia.

A Biblioteca Pública da Bahia, nossa primeira biblioteca pública, fundada em 1811, é a triste personagem de duas mortes anunciadas. Em 1847, a conservação do acervo oscilava entre boa e péssima, “em virtude de causas diversas, desde as chuvas até a ação de traças e cupins, constatando-se, ainda, a existência de livros com folhas arrancadas e sujas”<sup>30</sup>. Em 1900 começou a chamada peregrinação da biblioteca, piorando o estado em que se encontravam os livros. Num período de seis meses, os livros foram transferidos para três imóveis diferentes, nenhum deles apropriado para as funções de uma biblioteca<sup>31</sup>.

Em 4 de novembro de 1903, o jornal *Correio do Brasil* (ano 1, n. 62, p. 1) denunciava: “a biblioteca estadual acha-se no mais completo e criminoso abandono, perdidos e aniquilados livros que constituem verdadeiras preciosidades”. [...] “a repartição do Arquivo Público acha-se tão descurada, tão abandonada, que em breve terá existência igual à da biblioteca”.

Passados dois anos, o governador José Marcelino de Sousa escreveu, em mensagem à Assembleia Legislativa, que a biblioteca “retirada por força maior do consistório da Igreja Catedral, ainda não foi reinstalada, achando-se a sua grande e rica livraria amontoada em um dos cômodos do pavimento inferior do palácio do governo”<sup>32</sup>.

E é nesse lugar, doze anos depois, em janeiro de 1912, que, na esteira de desastrosa decisão política, destinada a debelar estrepolias das oligarquias locais, ocorre o bombardeamento de Salvador, por ordem do presidente Hermes da Fonseca. Os petardos atingem o Palácio do Governo, onde funcionavam a Biblioteca Pública, a Câmara dos Deputados, o Teatro São João e a Sé Primacial. A biblioteca pegou fogo, sendo destruídos quase todos seus sessenta mil volumes. Salvaram-se cerca de trezentos. Depois do incêndio houve pilhagem generalizada, “com a total indiferença da delegacia de polícia instalada nas proximidades”<sup>33</sup>.

30. Francisco Sérgio Mota Soares; Laura Berenice Trindade Carmo; Carmem Lúcia Cabral Aziz e Sizaltina dos Santos Coelho, *A Biblioteca Pública da Bahia: Dois Séculos de História*, pp. 80-81, 88-92.

31. *Idem, ibidem*.

32. José Marcelino de Sousa, “Mensagem Apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia”, p. 2.

33. Francisco Sérgio Mota Soares *et al.*, *op. cit.*, pp. 80-81, 88-92.

Depois desse desastre, a biblioteca ainda percorreu três outros lugares até, em 1919, fixar-se em sede própria, construída para tal fim, a qual, em dezembro de 1961, foi devastada por outro incêndio, que destruiu cerca de cem mil volumes<sup>34</sup>. Observe-se que, treze anos antes, o jornal *O Momento*, de Salvador, na edição de 2 de junho de 1948, falava das péssimas condições do prédio, cujo porão seria um verdadeiro paiol.

A Biblioteca Pública do Amazonas foi praticamente destruída em agosto de 1945, com a perda de quase 45 mil volumes. Fundada em 1883 possuía rica documentação sobre a região amazônica. Transcrevo o depoimento de Genesino Braga, seu diretor e testemunha da tragédia:

Fragoroso incêndio, provindo, ao que se supõe, de uma descarga elétrica no velho quadro de eletricidade existente no andar superior do edifício, onde se achavam, em depósito, os pertences da Assembleia Legislativa, então sem funcionamento, – destruiu por completo todo o patrimônio livresco, móveis e demais utensílios da Biblioteca Pública do Amazonas, que tinha as suas instalações no pavimento térreo, num salão de área idêntica e precisamente por baixo do compartimento sinistrado.

Noite tempestuosa, com toda a intensidade de águas, faíscas e trovões que caracterizam, no Amazonas, as chuvas de agosto, o fogo pôde progredir à vontade, no salão hermeticamente fechado, só vindo a se fazer denunciar, para o exterior, já quase de manhã, quando o soalho de madeira ruiu em labaredas crepitantes sobre o salão da biblioteca, no piso inferior.

Dado o alarma, não logrou este as providências que se esperavam, no sentido da imediata debelação do fogo: não havia água nas bocas do incêndio próximas ao local; e os bombeiros, desapressados, não dispunham do mais primário material para o combate a incêndio de tão vastas proporções<sup>35</sup>.

Também nesse caso houve denúncia da falta de conservação e abandono antes que ocorresse o incêndio<sup>36</sup>.

O ano de 1961, que terminou com o segundo incêndio da Biblioteca Pública da Bahia, começou com a devastação da biblioteca do internato do Colégio Pedro II, no Campo de São Cristóvão no Rio de Janeiro, fundado em 1857. Foram perdidos cerca de setenta mil volumes.

34. *Idem, ibidem*.

35. Genesino Braga, *Nascença e Vivência da Biblioteca do Amazonas*, pp. 105-106

36. Julio Uchoa, "Cousas e Fatos do Amazonas: Incêndio da Biblioteca Pública", p. 2.

Outra perda notável foi o incêndio, em 1968, da biblioteca do Colégio do Caraça, em Catas Altas, MG, que possuía cerca de cinquenta mil volumes, com edições dos séculos XVI, XVII e XVIII. O fogo teria sido provocado por um fogareiro elétrico na sala de encadernação e acabou por destruir quase todo o colégio. Teriam sido salvos cerca de quinze mil volumes.

No campo da informação científica, um dos maiores desastres foi o que destruiu a mais completa biblioteca de geociências da América Latina: a do Departamento Nacional da Produção Mineral, da qual se perderam 170 mil volumes que foram queimados e 120 mil que foram molhados. Foi ali onde Dolores Iglesias, com a colaboração de Maria de Lourdes Meneghezzi, coligiu a inestimável e memorável *Bibliografia e Índice da Geologia do Brasil (1641 a 1940)* e volumes posteriores<sup>37</sup>.

O que aconteceu no Arquivo do Estado de São Paulo, em fevereiro de 2012, segundo relato de funcionários, pode ser indício de uma certa visão fatalista em matéria de segurança e salvaguarda de documentos. No espaço de menos de um mês teria havido dois incêndios que danificaram de quinze a vinte metros lineares de documentos. O diretor explicou que não houve comunicação à polícia porque se tratava de exemplares velhos do *Diário Oficial*. Por causa de obras de reforma, havia no local pragas urbanas segundo queixas dos funcionários. O diretor foi displicente, dizendo que “bicho tem em qualquer lugar, até na minha casa”<sup>38</sup>.

Quantos livros foram destruídos no Brasil como consequência do descaso, das perseguições políticas, da não observância de regras básicas de limpeza e manutenção? Ou por causa de projetos e arranjos arquitetônicos desrespeitosos da experiência e dos conhecimentos acumulados? Não existem dados, por exemplo, sobre o rompimento de tubulações de água e esgoto junto a estantes e os malefícios causados aos livros.

Com base nos números muito pouco confiáveis encontrados nas notícias de jornal, e quase sempre obtidos no calor da hora, nesses desastres perderam-se cerca de 680 mil volumes. Somados aos 35,7 mil dos jesuítas, passamos de 716 mil volumes. Talvez não seja exagero supor que mais de um milhão de livros foram destruídos nos diversos desastres e sinistros que ocorreram e ocorrem em nossas bibliotecas. Se a BBM-USP possui sessenta mil volumes, o total de perdas ao longo destes cinco séculos corresponde a mais de dezesseis bibliotecas do

37. “In memoriam”, *Revista Brasileira de Geociências*, p. 2.

38. Edison Veiga e Rodrigo Burgarelli, “Incêndio Danifica Acervo do Arquivo do Estado”, *O Estado de São Paulo*, 13 de março de 2012.

porte desta. Ou a metade do acervo de obras gerais da Biblioteca Nacional, estimado em cerca de dois milhões de volumes.

Há um veio a ser explorado: o das bibliotecas que desapareceram por outros motivos. Por exemplo, em setembro de 1987, catorze mil volumes do extinto Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) foram “dados como indenização trabalhista a um funcionário demitido” e “acabaram sendo vendidos a uma fábrica de papel higiênico. Não apareceu nenhuma instituição ou mecenas interessado nesse patrimônio”<sup>39</sup>. O CLAPCS, fundado em 1957, teve importante papel na institucionalização das ciências sociais, sob a liderança de Manuel Diégues Júnior e Luís de Aguiar Costa Pinto. Ele havia deixado de funcionar em 1975.

### **DOS MALES O MENOR**

O livro, em formato de rolo, códice ou folhas soltas, em forma manuscrita, impressa, em papiro, papel ou pergaminho, ou digital, ainda constitui o melhor instrumento para registrar, transmitir e tornar menos efêmeros nossos conhecimentos, saberes, dizeres, ideias, pensamentos, informações ou o que quer que represente o resultado de nosso trabalho mental e de nossa vida social em qualquer nível e com qualquer finalidade. E como artefato, como objeto, em qualquer de seus formatos, o livro nos torna conscientes da inevitabilidade e da transitoriedade do mundo. Testemunha e testemunho da vida humana e de seu mundo, sua preservação parece impor-se como uma espécie de nau salvadora na imensidão do olvido e da impermanência.

Suzanne Briet propôs, há mais de sessenta anos, uma definição de documento, gênero ao qual pertence a categoria livro, segundo a qual documento seria “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”<sup>40</sup>. E a essa definição podemos acrescentar uma finalidade que lhe seria imanente, qual seja, a de resistir àquela “fulminante decadência intrínseca a tudo que é temporal”<sup>41</sup>.

É pena que a busca dessa perenidade tenha encontrado o obstáculo da efemeridade dos materiais empregados como suporte dos “dizeres escritos” de que falava Platão. Embora duráveis, desde que atendidas certas condições, é impossível dizer que sejam eternos. As técnicas de

39. *Jornal do Brasil*, caderno Cidade, 17 de setembro de 1987, p. 2.

40. Suzanne Briet, *O Que É a Documentação?*

41. José Ortega y Gasset, *Missão do Bibliotecário*, pp. 52-53.

conservação buscam, há quase dois séculos, soluções que permitam ampliar sua longevidade.

Numa revisão bibliográfica de 2004, encontra-se uma informativa síntese dos problemas e dilemas que se tornaram mais agudos nesse campo, nos últimos anos do século xx, particularmente em face da opção entre a conservação do objeto e a conservação do seu conteúdo<sup>42</sup>.

A gravidade do problema para a preservação de livros impressos em papel de qualidade ruim, foi primeiramente registrada pelo inglês John Murray, em 1823. Poucos anos depois, a má qualidade do papel estava presente no perfil da indústria papelreira e da indústria editorial francesa, no final do século xviii e primeiras décadas do século xix, traçado por Balzac em *Ilusões Perdidas*, escrito entre 1837 e 1843:

Chegamos a uma época em que, diminuindo as fortunas por igualização, tudo se empobrecerá: havemos de querer roupas e livros baratos. [...] As camisas e os livros pouco hão de durar, essa é a verdade. Assim, o problema a ser resolvido é da mais alta importância para a literatura, para as ciências e para a política. [...] O espaço necessário às bibliotecas será uma questão cada vez mais difícil de resolver numa época em que o amesquinhamento geral das coisas e dos homens tudo atinge, até as habitações. Em Paris, os grandes palácios, as grandes residências, serão demolidos mais cedo ou mais tarde. [...] Que vergonha para nossa época o fabricar livros sem duração! Dez anos mais e o papel da Holanda, isto é, papel feito com trapos de linho, será completamente impossível<sup>43</sup>.

O papel utilizado na impressão de livros no Brasil, de meados do século xix até a década de 1960, apresentava na maioria das vezes a mesma qualidade inferior de que falava Balzac. Percorrer os volumes das coleções Brasileira e Documentos Brasileiros, desde os anos 1930, quando foram iniciadas, até a década final do século xx, será suficiente para ilustrar a má qualidade do papel em que eram impressas. Quantos livros de nossa produção editorial se apresentam escurecidos e quebradiços? A inexistência de uma bibliografia nacional confiável, exaustiva, sem solução de continuidade, cobrindo desde 1808, para não falar dos hiatos apresentados nos registros da Biblioteca Nacional, dificulta calcular-se o número de obras que exigem, para fins de preservação de nossa memória cultural, medidas urgentes e eficientes de conservação e restauração.

42. Carlo Revelli, "Conservare Come e Che Cosa", pp. 83-89.

43. Honoré de Balzac, *Ilusões Perdidas*, pp. 113, 114, 115.

Um dos melhores esforços nesse sentido, voltado para os periódicos, com ênfase nos jornais, foi o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros que, desde 1978, possibilitou, de forma cooperativa, com a participação de dezenas de instituições, o salvamento e a preservação de milhares de coleções de jornais. A partir dos microfimes que foram assim obtidos, pôde a Biblioteca Nacional gerar os arquivos da Hemeroteca Digital com conteúdo pesquisável<sup>44</sup>.

Para fins de preservação dos conhecimentos, das informações e do conteúdo dos documentos, o microfilme é uma solução aprovada pelo teste do tempo. Não é, porém, uma maravilha isenta de críticas. Destaquem-se, por exemplo, as constantes do livro *Double Fold: Libraries and the Assault on Paper*, de Nicholson Baker, em 2001. Acredito, como usuário, que muitas dessas restrições ao microfilme se devam a descuidos no processo de microfilmagem e no armazenamento dos microfimes, e não sejam inerentes à técnica. Quando se encontra, numa coleção de jornal microfilmada, o aviso de “mutilado” ou “ilegível” ou se nota a falta de páginas ou mesmo fascículos, textos tão borrados ou apagados que tornam a leitura impossível, isso não é, necessariamente, uma deficiência do processo, mas das condições e dos recursos empregados quando da captura das imagens, e da deficiência do controle de qualidade.

A dificuldade do processo de leitura dos fotogramas, que exige o uso de aparelhos que não primam pelo respeito à ergonomia, é algo que jamais foi superado. A impossibilidade de fazer buscas por quaisquer dos elementos de recuperação de documentos, a não ser usando sistemas especiais, dispendiosos e pouco confiáveis, acabaram por isolar o microfilme como mero suporte secundário de informações, antes registradas em papel.

Atualmente, o microfilme adquire nova importância com o advento de equipamentos, denominados *archive writers*, que convertem arquivos digitais em microfimes de alta qualidade. Assim, é possível igualar a duração de um livro digitalizado com a do microfilme, ou seja, quinhentos anos. E dessa forma reduz-se a quantidade de objeções ao emprego da digitalização na preservação de documentos.

Sim, é verdade, a digitalização, assim como o microfilme, é um mero substituto, um sucedâneo, uma representação, uma versão, um *surrogate* ou *ersatz* dos documentos impressos. Da mesma forma que os espetaculares fac-símiles de manuscritos, em que se esmeram

44. Angela Maria Monteiro Bettencourt e Monica Rizzo Soares Pinto, “A Hemeroteca Digital Brasileira”.

editoras especializadas da Alemanha, Áustria, Espanha, Itália, Reino Unido, Suíça e outros países, por mais fidedignos que sejam, não nos trazem a pátina, o aroma, o tato, as impressões digitais imaginárias dos copistas e miniaturistas que os criaram. Mas, como quem não tem cão caça com gato, ficarei feliz se puder comprar, numa escala de preços que vai de algumas dezenas a alguns milhares de dólares um fac-símile de *Les Très Riches Heures du Duc de Berry*.

Um exemplar escaneado, em alta resolução, com milhões de cores, colocado na internet e com acesso imediato aberto para todo o mundo, jamais satisfará ao colecionador individual cujo objeto de desejo for aquele exemplar único. No entanto, como estudioso, e a depender do meu campo de estudo, a funcionalidade que me permite fazer buscas de palavras no texto poderá compensar em muito a frustração de não ter acesso ao original.

A digitalização está integrada ao universo de arquivos, bibliotecas e museus. É um fato da realidade e vem ampliando e facilitando o acesso e uso de informações. É responsável por uma séria etapa de transição (ou seria revolução?) da galáxia de Gutenberg, de cujas consequências parece que ainda não estamos plenamente conscientes. Ao contrário da microfilmagem que, apesar de tentativas diversas, não conseguiu mudar de forma sensível a tecnologia da produção gráfica (publicações nascidas como microfilmes eram muito raras), os livros e periódicos que nascem em formato eletrônico estão presentes e constituem uma força econômica.

Há dilemas, porém, a serem superados. Os especialistas das instituições responsáveis pela memória cultural, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, levantam dúvidas quanto a vários aspectos dos documentos digitais. Os mais importantes, segundo me parece, são os da sua inalterabilidade de forma e conteúdo, sua discutível fidedignidade (resistência à falsificação ou adulteração) e sua permanência numa escala de tempo que se possa medir pelo menos em séculos, senão em milênios. Para a questão da impermanência do arquivo digital existem paliativos, no estilo do programa LOCKSS (Lots of Copies Keep Stuff Safe), das bibliotecas da Stanford University, até, como já disse, os equipamentos e programas denominados *archive writers*.

Um desses dilemas diz respeito ao que é prioritário: o conteúdo ou a forma dos documentos. No caso de livros raros temos quase uma espécie de cabo de guerra, em que “conteudistas” medem forças com “formalistas”. Vêm à tona debates sobre a relação entre multiplicidade e individualidade, graus de raridade, rastros deixados pelo uso humano, uma espécie de “aura” perdida a partir do momento em que a obra

de arte perde sua unicidade e se multiplica por meio de reproduções, como diria Walter Benjamin.

Um dos mais bem fundamentados textos sobre essa e outras questões trazidas pelas novas tecnologias para o terreno da bibliologia, da bibliofilia, da bibliografia e da história cultural é a obra sobre livros antigos e novas tecnologias, do professor David McKitterick, que durante quase três décadas foi bibliotecário do Trinity College da Cambridge University. Ele reconhece que são ainda muito poucos os textos de nossa herança bibliográfica disponíveis na tela de um computador. E acrescenta que isso, com todas as vantagens que possa ter, “só nos pode oferecer uma imagem muito imperfeita e incompleta do passado”. Permito-me transcrever as linhas finais de seu livro, que bem sintetizam o enfoque “formalista”:

Como os bibliógrafos bem sabem, as propriedades físicas contextuais do veículo em que um texto foi impresso ou escrito, ou no qual está contido, as circunstâncias de sua fabricação, circulação e vendas, e a natureza da história de múltiplos exemplares individuais, tudo contribui para a compreensão dos propósitos, esperanças e concessões que fazem parte integral da relação entre escrita e leitura. São pré-requisitos na transmissão do conhecimento. E essas observações bibliográficas têm repercussões em todas as disciplinas que pretendem ter uma base histórica. À medida que se amplia o ambiente eletrônico, e a experiência comum muda sua ênfase da página para a tela, a experiência desenvolve hipóteses. Assim, o desafio futuro para compreender a natureza tanto dos livros recentes quanto dos antigos se tornará ainda maior<sup>45</sup>.

### **O HABITAT DOS LIVROS**

Estou chegando ao fim. E não poderia deixar de repetir o que todos sabem: a conservação e preservação dos livros dependem das condições em que eles são alojados. Gabriel Naudé foi claro ao advertir os colecionadores, a quem os *Conselhos para Formar uma Biblioteca* eram dirigidos. Recomendava que o local para a biblioteca ficasse nos pisos intermediários, para evitar que a umidade do solo provocasse o “aparecimento de mofo, uma espécie de podridão que ataca imperceptivelmente os livros”, além de protegê-los “da chuva, da neve e do calor excessivos”. Contra a umidade excessiva, tapetes e “um fogão ou lareira que queime somente lenha que faça pouca fumaça”. Boa iluminação,

45. David McKitterick, *Old Books, New Technologies: The Representation, Conservation and Transformation of Books Since 1700*.

boa ventilação, com ventos do nascente, cujas qualidades para a saúde são muitas, evitando os que sopram do poente, que “são mais desagradáveis e nocivos do que todos os outros porque, quentes e úmidos, provocam o apodrecimento de qualquer coisa, tornam a atmosfera pesada, alimentam os vermes, fazem proliferar os insetos”. Os ventos do norte, “graças a suas qualidades frias e secas, não produzem umidade alguma e conservam muito bem os livros e papéis”<sup>46</sup>.

Duzentos anos depois, frei Camilo de Monserrat, que dirigiu a Biblioteca Nacional de 1853 a 1870, mostrou que conhecia a lição de Naudé e sugeriu que um novo prédio para a biblioteca deveria situar-se em lugar distante dos riscos de incêndio, do barulho e dos insetos, com terreno para ampliações, com livre circulação de ar e luz, e salas cômodas para o estudo<sup>47</sup>.

Essas citações pareceram-me oportunas ao recordar um dia de 1988, quando eu fazia parte do Conselho Deliberativo da Fundação Nacional Pró-Leitura, e recebi do seu presidente, o embaixador Vladimir Murtinho, a notícia de que havia conseguido a cessão para a Biblioteca Nacional do antigo armazém de expurgo de grãos do cais do porto do Rio de Janeiro, na esquina da avenida Rodrigues Alves com a rua Rivadávia Correia. Esse espaço, construído em 1949, destinava-se à desinfestação de cereais. Cumprimentei-o pelo feito, mas fiz ressalvas sobre os riscos do lugar para receber livros: o vento salino, o terreno formado por aterros para a construção do cais, em 1909/1910, com o risco de umidade, a proximidade do viaduto da Perimetral, enfim, um lugar que não me parecia o melhor dos sítios para uma biblioteca. O embaixador Murtinho, muito conhecido em Brasília, desde que, com determinação e coragem, conseguira, na década de 1970, mudar definitivamente o Itamaraty para a capital federal e estabelecer um prazo fatal para a mudança das embaixadas, não se abalou com meus argumentos e simpática e diplomaticamente replicou que os eventuais problemas seriam solucionados a contento.

Recordo que toda a orla da Baía da Guanabara era marcada por desembocaduras de pequenos rios, por lagoas, maceiós, pequenas enseadas, sacos e manguezais. Ali mesmo, na esquina de Rodrigues Alves com Rivadávia Correia, encontravam-se o Mangue de São Diogo e o Saco do Alferes. Foram terrenos conquistados ao mar às custas da destruição de morros que faziam parte da geografia e da história do Rio. Quem

46. Gabriel Naudé, *Conselhos para Formar uma Biblioteca*, pp. 65-67.

47. Frei Camilo de Monserrat apud Lilia Moritz Schwarcz, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: Do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, p. 411.

hoje visita o Rio poderá conhecer as ruínas do antigo cais do Valongo, agora declarado pela Unesco Patrimônio Mundial da Humanidade, que evidencia que a fímbria do mar chegava até uma linha próxima da atual rua Sacadura Cabral. Ao falar dessa região, Brasil Gerson lembra as gravuras feitas em 1840 pelo Barão de Planitz em que “as águas do mar banhavam a própria rua da Gamboa, diante do cemitério dos ingleses”, e que “as faluas e as canoas deslizavam sobre o mar onde está o chão asfaltado da rua Rivadávia Correia entre a rua do Livramento e o cais do porto...”<sup>48</sup>.

No mesmo ano de 1988 foi criada a comissão de estudos sobre a instalação da hemeroteca e outras unidades da Biblioteca Nacional na antiga estação de expurgo, que estava desativada desde a década anterior e que pertencia ao Ministério da Agricultura.

No melhor estilo *slow food*, somente agora, decorridos 29 anos, é que se aproximam do fim as obras de adaptação do anexo da Biblioteca Nacional. Sabemos que estiveram cientes dos riscos do local os profissionais que elaboraram, em 2014, o excelente termo de referência para o projeto de reforma do prédio do armazém, que advertem para o fato de o terreno estar localizado em área aterrada no início do século XX e as precauções a serem tomadas, por isso, no caso de construção de subsolos<sup>49</sup>. Essa digressão nos faz lembrar os problemas que alguns museus de Paris e a própria Bibliothèque Nationale enfrentam com a proximidade do rio Sena, com risco de destruição de documentos ali guardados, como aconteceu em janeiro de 2014<sup>50</sup>.

Há outro caso que preciso contar. Em meados de 1970, foi iniciada a construção do prédio da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Seu diretor na época, Elton Eugenio Volpini, registrou em artigo de 1973 alguns dos problemas que surgiram durante os trabalhos. Um deles foi o descobrimento no terreno, quando da colocação das fundações do prédio, de um “lençol de água que teve de ser drenado e canalizado, atrasando em três meses o início da obra propriamente dita”<sup>51</sup>.

Para avivar detalhes dessa memória, solicitei a José Galbinski, arquiteto principal do edifício da biblioteca da Universidade de Brasília, informações adicionais, e ele confirmou que, durante a sondagem do terreno, foi constatada a “existência de um enorme esgoto

48. Brasil Gerson, *História das Ruas do Rio*, p. 155.

49. Biblioteca Nacional, *Concurso Anexo da Biblioteca Nacional: Termo de Referência*, pp. 45, 48 e 50.

50. Charlotte Laurent, *7 Lieux Parisiens Emblématiques Menacés par la Crue de la Seine*.

51. Elton Eugenio Volpini, “A Biblioteca Central da Universidade de Brasília e o Planejamento de Seu Novo Edifício”, pp. 43-50.

pluvial, tipo da *cloaca maxima* de Roma” que servia às quadras da Asa Norte. Esse “esgoto em concreto armado, de cerca de 3m x 3m” exigiu que o prédio fosse deslocado “uns 10m para o norte e uns 10m para leste, em direção ao Lago Paranoá”. Uma segunda descoberta foi mais séria: “um filete d’água (riacho)” que corria em direção ao Lago Paranoá. Para conter e orientar essa corrente foi construída uma galeria de concreto armado, com poços de inspeção nos seus extremos. Continua Galbinski:

Para melhor drenar o solo foi construída uma rede de tubos perfurados, como “espinha de peixe” canalizando as águas para esta galeria. Naquela época não existiam os tecidos de náilon, para evitar o entupimento dos tubos. Tudo transcorreu perfeitamente quando [...] os dutos perfurados, “espinha de peixe”, foram preenchidos de terra, o mesmo ocorrendo na galeria. Resultado: inundação do subsolo. Muito trabalho, muito dinheiro para recompor o sistema<sup>52</sup>.

Murilo Bastos da Cunha, que dirigiu a Biblioteca Central da UnB de 1985 a 1990 e de 1997 a 1999, disse que a maior inundação foi em algum ano entre 1990 e 1993<sup>53</sup>. A solução final só ocorreu no final da década de 1990, quando foram instalados tubos de aço que levavam a água da mina até a rede de escoamento fora do prédio.

Para uma ideia dos estragos causados aos livros que estavam depositados nesse subsolo, recomendo a leitura do relatório anexado à tese de Oto Reifschneider<sup>54</sup>. O riacho, mina d’água ou coisa que o valha acabou virando uma espécie de lenda do *campus*, conforme o relato de Ana Luiza Zenker<sup>55</sup>.

Mais um exemplo a acrescentar ao rol de lamúrias, queixas e queixumes que caracterizam os bibliotecários.

Vimos que é complexa e enorme a herança recebida pelos que hoje procuram implantar processos de conservação-restauração-preservação de documentos no Brasil. Estamos muito, muito distantes dos tempos da sovela, das bolas de naftalina, do querosene ou do DDT. Ou de soluções que, sem a devida manutenção, quase mataram ao mesmo tempo o paciente e a doença, como o caso ocorrido em 1996 na Biblioteca de Manguinhos (de novo os mangues...) quando uma pane

52. Excerto de correspondência eletrônica enviada a mim por José Galbinski, 28 jun. 2017.

53. Excerto de correspondência eletrônica enviada a mim por Murilo Bastos da Cunha, 27 jun. 2017.

54. Oto Dias Becker Reifschneider, *A Bibliofilia no Brasil*.

55. Ana Luiza Zenker, “Mina d’Água sob a Biblioteca Central da unB”.

no moderno sistema de climatização da biblioteca provocou uma epidemia de fungos nos livros e até nas estantes e equipamentos<sup>56</sup>.

### **PARA CONCLUIR**

Este levantamento talvez seja suficiente para evidenciar os seguintes traços principais da história e funcionamento das bibliotecas, arquivos e museus: *a.* improvisação; *b.* apoio financeiro intermitente e imprevisível; *c.* dissonância entre promessas e realizações, ou seja entre os louvores fingidos à cultura e a prática; *d.* prevalência do que posso chamar de cultura da desmanutenção; *e.* desprezo ao valor estrutural e econômico, para as comunidades e a sociedade em sua totalidade, das instituições que organizam, preservam e difundem o patrimônio cultural.

No planejamento e implantação de práticas de conservação é preciso haver um comprometimento amplo das instituições que lidam com a reunião e uso do patrimônio de bens culturais e a adoção de práticas integradas e colaborativas. Esse comprometimento estará expresso em política do Estado (municípios e unidades da federação) e se concretizará na dotação contínua de recursos financeiros suficientes, inclusive do setor privado, para que dele resultem consequências sensíveis para a preservação e difusão da memória nacional.

Os casos de sinistros e desastres aqui arrolados devem ser analisados da perspectiva contemporânea para que deles possam ser obtidas informações que contribuam para que se evite sua repetição. Os manuais, normas e planos de salvaguarda do patrimônio serão inúteis se não forem acompanhados da alocação de recursos financeiros suficientes e compatíveis com a escala e complexidade da preservação de bens dos quais, em muitos casos, somente temos um parco conhecimento<sup>57</sup>. E, desnecessário dizer, de recursos humanos qualificados.

Antes mesmo de se contar com esses recursos, acredito que seja possível melhorar a situação, por meio de medidas, mesmo pontuais e localizadas, que talvez só dependam de diálogo e entendimento entre as partes interessadas. Dentre essas medidas estariam a implantação ou atualização e ampliação dos catálogos coletivos municipais, estaduais e nacionais de livros e de periódicos, para auxiliar no reconhecimento do patrimônio bibliográfico; a adoção de mecanismos abertos para redistribuição de acervos entre bibliotecas; a adoção de formatos de digitalização consentâneos com a missão principal de

56. Maria Élide Bortoletto; Rejane Ramos Machado e Eliane Coutinho, "Contaminação Fúngica do Acervo da Biblioteca de Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz: Ações Desenvolvidas para sua Solução", pp. 9-18.

57. Lorete Mattos, *Prevenção e Resposta a Desastres com Fogo e Água em Bibliotecas*.

cada biblioteca; a dinamização da Rede da Memória Virtual Brasileira da Biblioteca Nacional, transformando-a num catálogo coletivo de brasileiras e brasilienses digitais; a definição de prioridades e normas comuns de digitalização; a troca de experiências mediada por grupos representativos das comunidades de profissionais e usuários; e a disseminação sistemática de experiências e inovações.

Se isso não for feito, talvez só nos restará recorrer a Cosme, Damião e Doum, para que acrescentem à missão de protetores das crianças, dos médicos e dos farmacêuticos a de protetores dos leitores e pesquisadores, nisso incluindo as instituições que lhes servem e aqueles que nelas porflam com a missão de concretizar o sonho de Guita Mindlin.

*PS.:* Na fase de edição deste artigo, encontrei informação sobre o incêndio do Convento do Carmo, no Largo da Lapa, no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1958. Do prédio, construído em 1773, perdeu-se quase tudo, com destaque para sua biblioteca e o arquivo. A causa teria sido um curto-circuito<sup>58</sup>.

Uma das maiores perdas foi, sem dúvida, a biblioteca do convento. Tinha mais de um século e meio de existência e reunia cerca de quinze mil volumes, inclusive pergaminhos em originais raríssimos. [...] Guardava milhares de obras antigas, que versavam sobre teologia, história da Igreja, do convento de Mafra, além de belíssima coleção sobre as Cruzadas. Tudo que se conseguiu reunir durante anos de exaustivo trabalho e dedicação foi destruído em menos de três horas [...]<sup>59</sup>. ●

58. *Jornal do Brasil*, 16 set. 1958, 2º caderno, p. 3.

59. *Correio da Manhã*, 16 set. 1958, p. 5.

---

## **SOBRE O AUTOR**

Antonio Agenor Briquet de Lemos é formado em Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional (1957), com mestrado pela Loughborough University (Reino Unido, 1977). Professor aposentado da Universidade de Brasília. Dirigiu o Centro de Documentação do Ministério da Saúde, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Editora Universidade de Brasília e a editora/livraria Briquet de Lemos/Livros.

**TABELA 1. Casos de incêndio de 1880 a 2017**

Nº	Data	Local	Nome	Acervo (volumes)	Fonte
1	1759-1775 Abandono 1880. 16 fev.	Diversos	Colégios dos Jesuítas	est. 75 000. Dispersados, furtados, destruídos...	Silva, Luiz Antônio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 13, n. 2, p. 219-237, maio/ago. 2008.
	Incêndio	São Paulo, SP	Faculdade de Direito	Danos sérios ao arquivo. Livros?	A Província de S. Paulo, 17 fev. 1880, p. 2-3; Jornal da Tarde, 16 fev. 1880, p. 2
2	1905. 1 mar. Incêndio	Salvador, BA	Biblioteca da Faculdade de Medicina da Bahia	50 mil	Correio do Brasil, Salvador, a. 3, n. 447, 3 mar. 1905, p. 2
3	1911. 19 set. Incêndio	Rio de Janeiro, RJ	Imprensa Nacional	Perda total da biblioteca e do arquivo	Jornal do Brasil, 16 set. 1911, p. 6; A Noite, 16 set. 1911, p. 2; Correio da Manhã, 17 set. 1911, p. 3]
4	1912. 10 jan. Incêndio	Salvador, BA	Biblioteca Pública	30 mil. Perda total	<a href="http://jornalggn.com.br/noticia/o-bombardeio-contra-salvador-no-verao-de-1912-por-vladimir-aras">http://jornalggn.com.br/noticia/o-bombardeio-contra-salvador-no-verao-de-1912-por-vladimir-aras</a>
5	1938. 17 jul. Incêndio	Recife, PE	Gabinete Português de Leitura	Danos parciais	Diário de Pernambuco, 19 jul. 1938, p. 1.
6	1945. 20 ago. Incêndio	Manaus, AM	Biblioteca Pública do Amazonas (1883)	45 mil	Jornal do Comércio, Manaus, ano 42, n. 13.912, 21 ago. 1945, p. 6.
7	1949. 4 set. Incêndio	Rio de Janeiro, RJ	Biblioteca Nacional	Princípio de incêndio sem danos	Correio da Manhã, 4 set. 1949.
8	1950. 4 fev. Incêndio	Rio de Janeiro, RJ	Biblioteca do DASP	Sem danos aos livros	Diário de Pernambuco, a. 125, n. 29, 4 fev. 1950, p. 1; Diário de Notícias, 5 fev. 1950, 2ª seq, p. 1.
9	1954. 20 ago. Incêndio	Santa Maria, RS	Escola de Artes e Ofícios	Museu e biblioteca	<a href="http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistema_descricao_documental/index.php/xljuh;jsad">http://web2.santamaria.rs.gov.br/arquivohistorico/sistema_descricao_documental/index.php/xljuh;jsad</a>
10	1956. Incêndio	Florianópolis, SC	Biblioteca da Assembleia Legislativa de Santa Catarina	Prédio e a maior parte dos documentos destruídos	<a href="http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/biblioteca/historia">http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/biblioteca/historia</a>
11	1958. 8 nov. Incêndio	Blumenau, SC	Prefeitura Municipal	Danos no arquivo municipal	Agora, v. 1, n. 1, p. 23-26, 1985
12	1959. Jul. Incêndio	Rio de Janeiro, RJ	Biblioteca do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas,	Destruição de livros e periódicos	Jornal do Brasil, 1/9/1959
13	1961. 17 jan. Incêndio	Rio de Janeiro, RJ	Internato Colégio Pedro II	70 mil	Jornal do Brasil, 18 jan. 1961, p. 10
14	1961. 4 dez. Incêndio	Salvador, BA	Biblioteca Pública da Bahia	Perda quase total: 100 mil volumes?	Soares et al.. A Biblioteca Pública da Bahia: dois séculos de história. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011, p. 126-127.

15	1967. 16 jun. Incêndio	Brasília, DF	Arquivo do Serviço de Proteção aos Índios e Serviço de Informação Agrícola	Perda total. Destruiu a sede do Ministério da Agricultura	Correio Braziliense, 17 jun. 1967, p. 1 e 7
16	1968. 28 maio Incêndio	Catas Altas, MG	Biblioteca do Colégio do Caraça (1774)	50 mil	Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 16 jun. 1968, p. 2; Correio da Manhã, 29 maio 1968
17	1973. 26 maio Incêndio	Rio de Janeiro, RJ	Biblioteca do Departamento Nacional da Produção Mineral	170 mil queimados e 150 mil molhados	Jornal do Brasil, 8 nov. 1973, p. 26; Veja, 6 jun. 1973, p. 26
18	1974. Jan. Incêndio	Rio de Janeiro, RJ	Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa	Danos pequenos	Diário de Notícias, 22 jan. 1974, p. 22.
19	1978. Maio Incêndio	Rio de Janeiro, RJ	Asilo Cenáculo, para cegos	Grande parte da biblioteca de livros em braile foi perdida	Jornal do Brasil, 31 maio 1978, p. 20.
20	1978. 8 jul. Incêndio	Rio de Janeiro, RJ	Museu de Arte Moderna	Cerca de 1000 obras. Perda das obras de Joaquín Torres-García	Jornal do Brasil, 9 jul. 1978, p. 20.
21	1982. 17 nov. Incêndio	Rio de Janeiro, RJ	Oficina Literária Afrânio Coutinho	Perda parcial	Jornal do Brasil, cad. B, p. 2, 5/7/1988.
22	1984. 22 jan. Incêndio	Rio de Janeiro, RJ	Biblioteca Estadual Celso Kelly	Destruição de anexo com perdas importantes	Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 22-23 jan. 1984, p. 3; Última Hora, p. 4, 8 de fev. 1984.
23	1989. Jan. Incêndio	Curitiba, PR	Casa da Leitura Miguel de Cervantes	Perda parcial	<a href="http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/pequeno-incendio-fecha-farol-do-saber-no-boa-vista/34377">http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/pequeno-incendio-fecha-farol-do-saber-no-boa-vista/34377</a>
24	1993. 21 ago. Incêndio	Porto Alegre, RS	Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades da UFRGS	Destruiu o Centro de Documentação do Sindicalismo	Jornal do Brasil, 28 ago. 1993, p. 8.
25	2001. 2 out. Incêndio	São Paulo, SP	Escola de Comunicações e Artes da USP	Alguns livros molhados. Destruiu o acervo de Telenovelas	Folha de S. Paulo, 4 out.p. 63, e 10 out. p. 64, 2001.
26	2007. 17 maio. Incêndio. Balão.	São Paulo, SP	Centro Cultural São Paulo	2 mil livros molhados.	Folha de S. Paulo, 18 maio 2007, p. C5

27	2008. 7 out. Incêndio	Caibaté, RS	Escola Estadual Raimundo de Paula	Livros e computadores	<a href="http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/10/escola-e-alvo-de-furto-e-tem-parte-da-biblioteca-queimada-em-caibate-2227205.html#showNoticia=Z1IRTmwkRS01OTMxNDgwMDcONzUzNjc5MzYw-JS9GMTIzODk3MzlxNzlxNjM2Nzc0NGpKSTgONjAyMDI4ODcwMTA1ODI1Mjg+QS4uUFpzRV1dQjxpQUAxIXY=">http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/10/escola-e-alvo-de-furto-e-tem-parte-da-biblioteca-queimada-em-caibate-2227205.html#showNoticia=Z1IRTmwkRS01OTMxNDgwMDcONzUzNjc5MzYw-JS9GMTIzODk3MzlxNzlxNjM2Nzc0NGpKSTgONjAyMDI4ODcwMTA1ODI1Mjg+QS4uUFpzRV1dQjxpQUAxIXY=</a>
28	2010. Junho Alagamento	Murici, AL	Biblioteca Pública	Perda total	<a href="http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/chuvas_devastaram_patrimonio_de_alagoas.html">http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/chuvas_devastaram_patrimonio_de_alagoas.html</a>
29	2010. 20 jun. Incêndio	Rio Claro, SP	Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga	Não houve perda de obras	<a href="http://rioclaroonline.com.br/af-destructicao-de-um-museu/">http://rioclaroonline.com.br/af-destructicao-de-um-museu/</a>
30	2011. 18 maio Incêndio	Ponta Grossa, PR	Biblioteca Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa	Não houve danos aos livros (20 mil).	<a href="http://in-formo.blogspot.com.br/2011/05/incendio-em-setor-da-biblioteca-central.html">http://in-formo.blogspot.com.br/2011/05/incendio-em-setor-da-biblioteca-central.html</a>
31	2011. 4 jun. Incêndio	Nova Petrópolis, RS	Biblioteca Pública Municipal	8 mil	<a href="http://noticias.r7.com/cidades/noticias/biblioteca-de-nova-petropolis-perde-quase-6-000-livros-em-incendio-20110604.html">http://noticias.r7.com/cidades/noticias/biblioteca-de-nova-petropolis-perde-quase-6-000-livros-em-incendio-20110604.html</a>
32	2011. 25 ago. Incêndio	Aracaju, SE	Biblioteca da Escola Estadual Ministro Petrônio Portela	Perda parcial	<a href="http://www.sintese.org.br/index.php/educacao/rede-estadual/3955-biblioteca-da-escola-petronio-portela-pega-fogo">http://www.sintese.org.br/index.php/educacao/rede-estadual/3955-biblioteca-da-escola-petronio-portela-pega-fogo</a>
33	2012. 30 jan. Incêndio	Belo Horizonte, MG	Biblioteca da Escola Estadual Maria Luiza Miranda	9 mil	<a href="http://noticias.r7.com/cidades/fotos/incendio-destroi-9-000-livros-de-biblioteca-20120130.html">http://noticias.r7.com/cidades/fotos/incendio-destroi-9-000-livros-de-biblioteca-20120130.html</a>
34	2012. 18 fev. Incêndio	São Paulo, SP	Arquivo do Estado	Danos parciais: 15 a 20 m lineares de documentos	<a href="http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,incendio-danifica-acervo-do-arquivo-do-estado-imp-,846794">http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,incendio-danifica-acervo-do-arquivo-do-estado-imp-,846794</a>
35	2012. 11 mar. Incêndio	São Paulo, SP	Arquivo do Estado	Danos parciais	<a href="http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,incendio-danifica-acervo-do-arquivo-do-estado-imp-,846794">http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,incendio-danifica-acervo-do-arquivo-do-estado-imp-,846794</a>
36	2012. 29 ago. Incêndio	Luís Eduardo Magalhães, BA	Escola Municipal Onero Costa	Perda parcial	<a href="http://www.bahianoticias.com.br/noticia/121819-fogo-em-escola-deixa-800-sem-aulas-em-luis-eduardo-magalhaes.html">http://www.bahianoticias.com.br/noticia/121819-fogo-em-escola-deixa-800-sem-aulas-em-luis-eduardo-magalhaes.html</a>
37	2012. 16 set. Incêndio	Quixeramobim, CE	Biblioteca da Escola Alfredo Almeida Machado	Livros e computadores danificados	<a href="http://www.opovo.com.br/noticias/ceara/quixeramobim/2012/09/incendio-atinge-biblioteca-de-escola-publica-em-quixeramobim.html">http://www.opovo.com.br/noticias/ceara/quixeramobim/2012/09/incendio-atinge-biblioteca-de-escola-publica-em-quixeramobim.html</a>
38	2012. 23 dez. Incêndio	Belo Horizonte, MG	Biblioteca Pública Luiz Bessa	Acervo não atingido	<a href="http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2012/12/incendio-atinge-predio-da-biblioteca-publica-luiz-bessa-em-belo-horizonte.html">http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2012/12/incendio-atinge-predio-da-biblioteca-publica-luiz-bessa-em-belo-horizonte.html</a>

39	2013. 22 jan. Incêndio	Francisco Beltrão, PR	Biblioteca Municipal	Princípio de incêndio	<a href="http://www.rbj.com.br/seguranca/principio-de-incendio-na-biblioteca-publica-de-francisco-beltrao-0009.html">http://www.rbj.com.br/seguranca/principio-de-incendio-na-biblioteca-publica-de-francisco-beltrao-0009.html</a>
40	2013. 22 jan. Incêndio	Belo Horizonte, MG	Museu de Ciências Naturais da PUC de Minas		<a href="http://hojeemdia.com.br/horizontes/inc%C3%AAdio-destr%C3%B3i-acervo-do-museu-de-ci%C3%AAncias-naturais-da-puc-minas-1.94342">http://hojeemdia.com.br/horizontes/inc%C3%AAdio-destr%C3%B3i-acervo-do-museu-de-ci%C3%AAncias-naturais-da-puc-minas-1.94342</a>
41	2013. 3 mar. Incêndio	Campinas, SP	Biblioteca do Instituto de Letras da Unicamp	Os livros não foram atingidos	<a href="http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/03/incendio-atinge-predio-da-biblioteca-do-instituto-de-letras-da-unicamp.html">http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/03/incendio-atinge-predio-da-biblioteca-do-instituto-de-letras-da-unicamp.html</a>
42	2013. 7 mar. Incêndio	Cambará, PR	Biblioteca da Escola Municipal Caetano Verozzo	Pequenos danos.	<a href="http://anuncifacil.com.br/posts/detalhes/11787">http://anuncifacil.com.br/posts/detalhes/11787</a>
43	2013. 9 mar. Incêndio	Campinas, SP	Escola Glória Aparecida Rosa Viana		<a href="http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/03/capa/campinas_e_rmc/37519-policia-desconfia-de-incendio-criminoso-em-escola.html">http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/03/capa/campinas_e_rmc/37519-policia-desconfia-de-incendio-criminoso-em-escola.html</a>
44	2013. 13 maio Incêndio	Manaus, AM	Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas	400 livros	<a href="http://new.d24am.com/noticias/amazonas/incendio-destroi-parte-do-acervo-de-biblioteca-da-faculdade-da-ufam/86468">http://new.d24am.com/noticias/amazonas/incendio-destroi-parte-do-acervo-de-biblioteca-da-faculdade-da-ufam/86468</a>
45	2013. 3 jun. Incêndio	Gravatá, RS	Escola Pública de Gravatá	1 000 (perda total)	<a href="http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/06/incendio-destroi-acervo-de-biblioteca-de-escola-publica-de-gravatai-rs.html">http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/06/incendio-destroi-acervo-de-biblioteca-de-escola-publica-de-gravatai-rs.html</a>
46	2013. 14 set. Incêndio	Cuiabá, MT	Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso	“Consumiu parte dos 139 anos de história do Poder Judiciário de Mato Grosso.” 100 mil processos	<a href="http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Incendio_consoms_arquivos_e_grafica_do_Tribunal_de_Justica_veja_fotos&amp;id=339243">http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Incendio_consoms_arquivos_e_grafica_do_Tribunal_de_Justica_veja_fotos&amp;id=339243</a>  <a href="http://www.midianews.com.br/judiciario/laudo-aponta-que-incendio-no-arquivo-do-tj-foi-acidental/191498">http://www.midianews.com.br/judiciario/laudo-aponta-que-incendio-no-arquivo-do-tj-foi-acidental/191498</a>
47	2013. 6 out. Incêndio	Fortaleza, CE	Arquivo do jornal O Povo	Parte do acervo que remontava a história do jornalismo cearense entre os anos 1928 e 2005 se perdeu.	<a href="http://www.abi.org.br/incendio-destroi-redacao-do-jornal-o-povo-no-ce/">http://www.abi.org.br/incendio-destroi-redacao-do-jornal-o-povo-no-ce/</a>
48	2014. 4 fev.	São Paulo, SP	Centro Cultural do Liceu de Artes e Ofícios	Pinturas, esculturas, réplicas, painéis fotográficos.	<a href="http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1407165-incendio-atinge-centro-cultural-do-liceu-de-artes-e-oficios-de-sao-paulo.shtml">http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1407165-incendio-atinge-centro-cultural-do-liceu-de-artes-e-oficios-de-sao-paulo.shtml</a>

49	2014. 3 maio Incêndio	Santa Rita do Novo Destino, GO	Escola Municipal Benedito Borges Vieira,	Perda de livros e computadores	<a href="http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/05/incendio-em-escola-destroi-livros-documentos-e-computadores-em-go.html">http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/05/incendio-em-escola-destroi-livros-documentos-e-computadores-em-go.html</a>
50	2014. 21 jul. Incêndio	Grão Pará, SC	Escola Pública	Perda de livros e computadores	<a href="http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/07/escola-de-grao-para-no-sul-de-sc-tem-sala-de-informatica-e-a-biblioteca-destruidas-por-incendio-4556902.html">http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/07/escola-de-grao-para-no-sul-de-sc-tem-sala-de-informatica-e-a-biblioteca-destruidas-por-incendio-4556902.html</a>
51	2014. 26 jul. Incêndio	Porto Alegre, RS	Biblioteca da Escola Estadual de Ensino Fundamental Onofre Pires	Perda de livros e compútores	<a href="http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/07/incendio-atinge-escola-estadual-e-destroi-biblioteca-em-porto-alegre.html">http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/07/incendio-atinge-escola-estadual-e-destroi-biblioteca-em-porto-alegre.html</a>
52	2014. 27 ago. Incêndio	Marília, SP	Escola Estadual Augusto Cury	Biblioteca destruída	<a href="http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/08/incendio-destroi-biblioteca-e-salas-de-aula-em-escola-de-marilia.html">http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/08/incendio-destroi-biblioteca-e-salas-de-aula-em-escola-de-marilia.html</a>
53	2014. 31 ago. Incêndio	Petrolina, PE	Escola Estadual Professora Adelina Almeida	1 000	<a href="http://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2014/09/incendio-destroi-biblioteca-de-escola-estadual-em-petrolina-pe.html">http://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2014/09/incendio-destroi-biblioteca-de-escola-estadual-em-petrolina-pe.html</a>
54	2014. 7 out. Incêndio	Navegantes, SC	Escola Municipal Professora Vilna Correa Pretti	Livros, lousas digitais, computadores	<a href="http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2014/10/duas-escolas-sao-incendiadas-nesta-madrugada-em-navegantes-4615622.html">http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2014/10/duas-escolas-sao-incendiadas-nesta-madrugada-em-navegantes-4615622.html</a>
55	2014. 7 out. Incêndio	Navegantes, SC	Escola Estadual Professora Paulina Gaya	Livros destruídos	<a href="http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2014/10/duas-escolas-sao-incendiadas-nesta-madrugada-em-navegantes-4615622.html">http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2014/10/duas-escolas-sao-incendiadas-nesta-madrugada-em-navegantes-4615622.html</a>
56	2014. 9 out. Incêndio	Curitiba, PR	Farol do Saber Heitor Stockler de Franca	1 000 livros e gibis	<a href="https://pr.ricmais.com.br/dia-a-dia/noticias/farol-do-saber-pega-fogo-no-bairro-boa-vista/">https://pr.ricmais.com.br/dia-a-dia/noticias/farol-do-saber-pega-fogo-no-bairro-boa-vista/</a>
57	2014. 28 out. Incêndio	Camboriú, SC	Biblioteca da Escola de Ensino Básico Alcuino Gonçalo Vieira	Perda total	<a href="http://www.clickcamboriu.com.br/policia/2014/10/alunos-incendiam-biblioteca-de-escola-em-camboriu-116282.html">http://www.clickcamboriu.com.br/policia/2014/10/alunos-incendiam-biblioteca-de-escola-em-camboriu-116282.html</a>
58	2014. 6 dez. Incêndio	Goiânia, GO	Biblioteca e arquivo do Colégio Estadual Benedito Lucimar Hesketh da Silva	Destruídos	<a href="http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/12/incendio-destroi-biblioteca-e-arquivo-de-escola-publica-em-goiania.html">http://g1.globo.com/goias/noticia/2014/12/incendio-destroi-biblioteca-e-arquivo-de-escola-publica-em-goiania.html</a>
59	2015. 19 fev. Incêndio	Guairaçá, PR	Biblioteca Pública	Incêndio e roubo de computadores.	<a href="http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/02/ladros-ateam-fogo-em-biblioteca-publica-apos-furto-de-computadores.html">http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/02/ladros-ateam-fogo-em-biblioteca-publica-apos-furto-de-computadores.html</a>
60	2015. 17 mar. Incêndio	Pereiro, CE	“Arquivo morto” da Prefeitura	Perda total	<a href="http://www.opovo.com.br/app/ceara/pereiro/2015/03/17/notpereiro,3408736/incendio-atinge-prefeitura-de-pereiro-e-destroi-arquivo.shtml">http://www.opovo.com.br/app/ceara/pereiro/2015/03/17/notpereiro,3408736/incendio-atinge-prefeitura-de-pereiro-e-destroi-arquivo.shtml</a>

61	2015. 19 maio Incêndio	Marabá, PA	Arquivo Público	Perda significativa	<a href="http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/05/incendio-destroi-parte-do-arquivo-publico-de-maraba-no-para.html">http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/05/incendio-destroi-parte-do-arquivo-publico-de-maraba-no-para.html</a>
62	2015. 28 jul. Incêndio	Foz do Iguaçu, PR	Biblioteca do Colégio Estadual Flavio Warken	Danos parciais	<a href="http://www.radioculturafoz.com.br/vandalos-ateiam-fogo-em-biblioteca-de-colegio-na-vila-c/#.WM1qJTvyuM8">http://www.radioculturafoz.com.br/vandalos-ateiam-fogo-em-biblioteca-de-colegio-na-vila-c/#.WM1qJTvyuM8</a>
63	2015. 5 ago. Incêndio	Passo Fundo, RS.	Biblioteca da Escola Municipal Benoni Rosado	4 000 volumes. Um dos maiores acervos das escolas municipais da cidade	<a href="http://www.diariodamanha.com/noticias/ver/11328/Biblioteca+de+escola+%C3%A9+destru%C3%ADda+por+inc%C3%AAndio">http://www.diariodamanha.com/noticias/ver/11328/Biblioteca+de+escola+%C3%A9+destru%C3%ADda+por+inc%C3%AAndio</a>
64	2015. 10 set. Incêndio	Rolândia, PR	Arquivo da Prefeitura Municipal		<a href="http://manchetedopovo.com.br/index.php?option=com_k2&amp;view=item&amp;id=873:incendio-na-prefeitura-destroi-setor-de-arquivos-antigos&amp;Itemid=218">http://manchetedopovo.com.br/index.php?option=com_k2&amp;view=item&amp;id=873:incendio-na-prefeitura-destroi-setor-de-arquivos-antigos&amp;Itemid=218</a>
65	2015. 28 set.	Itapaci, GO	Biblioteca do Colégio Municipal Leôncio José de Santana		<a href="http://www.enquantoissoemitapaci.com.br/noticia/918-itapaci---incendio-atinge-predio-da-biblioteca-na-escola-municipal-leoncio-jose-de-santana.html">http://www.enquantoissoemitapaci.com.br/noticia/918-itapaci---incendio-atinge-predio-da-biblioteca-na-escola-municipal-leoncio-jose-de-santana.html</a>
66	2015. 6 out. Incêndio	Cáceres, MT	Biblioteca Municipal	Prédio destruído. Destinava-se a abrigar a biblioteca municipal.	<a href="http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/10/incendio-destroi-parte-de-predio-no-centro-historico-de-caceres-mt.html">http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/10/incendio-destroi-parte-de-predio-no-centro-historico-de-caceres-mt.html</a>
67	2015. 21 dez. Incêndio	São Paulo, SP	Museu da Língua Portuguesa	Salvaram-se os arquivos de backup. Prédio bastante danificado	<a href="http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,incendio-atinge-o-museu-da-lingua-portuguesa,10000005428">http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,incendio-atinge-o-museu-da-lingua-portuguesa,10000005428</a>
68	2016. 29 jan. Incêndio	Itupeva, SP	Biblioteca comunitária do bairro Santa Elisa	Não havia sido inaugurada. 800 livros perdidos	<a href="http://www.blogdogaleno.com.br/2016/02/02/incendio-destroi-800-livros-em-biblioteca-de-itupeva-sp">http://www.blogdogaleno.com.br/2016/02/02/incendio-destroi-800-livros-em-biblioteca-de-itupeva-sp</a>
69	2016. 3 fev. Incêndio	São Paulo, SP	Cinematca Brasileira	500 filmes	<a href="http://www.sbt.com.br/jornalismo/sbtbrasil/noticias/72879/SP-Incendio-destroi-parte-do-arquivo-da-Cinematca-Brasileira.html">http://www.sbt.com.br/jornalismo/sbtbrasil/noticias/72879/SP-Incendio-destroi-parte-do-arquivo-da-Cinematca-Brasileira.html</a>
70	2016. 12 fev. Incêndio	Cristinápolis, SE	Arquivo da Câmara de Vereadores		<a href="http://www.infonet.com.br/noticias/politica//ler.asp?id=182867">http://www.infonet.com.br/noticias/politica//ler.asp?id=182867</a>
71	2016. 19 mar. Incêndio	Belo Horizonte, MG	Biblioteca da Escola Municipal Professor Edson Pisani	Destruiu a sala dos computadores e a biblioteca.	<a href="http://noticias.r7.com/minas-gerais/incendio-em-escola-de-bh-destroi-computadores-e-biblioteca-19032016">http://noticias.r7.com/minas-gerais/incendio-em-escola-de-bh-destroi-computadores-e-biblioteca-19032016</a>
72	2016. 27 abr. Incêndio	Santa Cruz do Capibaribe, PE	Biblioteca Pública	Alguns livros perdidos.	<a href="http://www.merecedestaque.com/2016/04/incendio-atinge-predio-da-biblioteca.html">http://www.merecedestaque.com/2016/04/incendio-atinge-predio-da-biblioteca.html</a>

73	2016, 1 jun. Incêndio	Três Pontas, MG	Arquivo da Escola Estadual Deputado Teodósio Bandeira	Perda total	<a href="http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/06/incendio-queima-parte-de-escola-no-centro-de-tres-pontas-mg.html">http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2016/06/incendio-queima-parte-de-escola-no-centro-de-tres-pontas-mg.html</a>
74	2016. 3 out. Incêndio e alagamento	Rio de Janeiro, RJ	Escola de Belas-Artes da UFRJ	Não houve perdas.	<a href="http://www.eba.ufrj.br/index.php/servicos/notas-oficiais/554-urgente">http://www.eba.ufrj.br/index.php/servicos/notas-oficiais/554-urgente</a> <a href="http://oglobo.globo.com/rio/setor-atingido-por-incendio-na-ufrj-guardava-contratos-documentos-de-financas-20229690">http://oglobo.globo.com/rio/setor-atingido-por-incendio-na-ufrj-guardava-contratos-documentos-de-financas-20229690</a>
75	2016. 31 out. Incêndio	Bom Jesus do Norte, ES	Biblioteca Municipal	Incêndio destruiu servidores da internet	<a href="http://www.aquinoticias.com/espírito-santo/2016/10/incendio-destroi-parte-de-sala-de-informatica-em-bom-jesus-do-norte/2273176/">http://www.aquinoticias.com/espírito-santo/2016/10/incendio-destroi-parte-de-sala-de-informatica-em-bom-jesus-do-norte/2273176/</a>
76	2016. 30 nov. Incêndio	Manaus, AM	Arquivo da Secretaria da Fazenda	Pequenos danos	<a href="http://www.acritica.com/channels/manaus/news/incendio-atinge-deposito-de-arquivos-da-sefaz-no-bairro-sao-francisco">http://www.acritica.com/channels/manaus/news/incendio-atinge-deposito-de-arquivos-da-sefaz-no-bairro-sao-francisco</a>
77	2016. 3 dez. Incêndio	Cosmópolis, SP	Biblioteca Municipal	16 mil e coleções de jornais	<a href="http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/12/campinas_e_rmc/460058-incendio-destroi-biblioteca-municipal-de-cosmopolis.html">http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/12/campinas_e_rmc/460058-incendio-destroi-biblioteca-municipal-de-cosmopolis.html</a>
78	2016. 20 dez. Incêndio	Pinheiro Machado, RS	Biblioteca do Colégio Hipólito Ribeiro	Perda parcial	<a href="http://oglobo.globo.com/rio/setor-atingido-por-incendio-na-ufrj-guardava-contratos-documentos-de-financas-20229690">http://oglobo.globo.com/rio/setor-atingido-por-incendio-na-ufrj-guardava-contratos-documentos-de-financas-20229690</a>
79	2017. 13 jan. Incêndio	Bocaiuva, MG	“Arquivo-morto” do Hospital Dr. Gil Alves	Perda total	<a href="http://rsena.com.br/2017/01/17/incendio-foi-criminoso-policia-civil-ja-sabe-quem-foi-autor-incendio-que-danificou-arquivos-hospital/">http://rsena.com.br/2017/01/17/incendio-foi-criminoso-policia-civil-ja-sabe-quem-foi-autor-incendio-que-danificou-arquivos-hospital/</a>

**TABELA 2. Casos de alagamento de 1975 a 2017**

Nº	Data	Local	Nome	Acervo (volumes)	Fonte
1	1975. 17 jul. Alagamento	Recife, PE	Biblioteca Central Blanche Knopf da Fundação Joaquim Nabuco.	Noventa por cento do acervo de 35 mil volumes foram danificados	Cadernos de Biblioteconomia, Recife, n. 11, p. 49-61, dez. 1989]
2	1990/1999? Alagamento	Brasília, DF	Biblioteca Central da Universidade de Brasília	Danos não quantificados	
3	2003. 2 dez. Alagamento	Rio de Janeiro, RJ	Biblioteca da Escola de Belas-Artes da UFRJ	200 obras raras molhadas	O Globo, 3 dez. 2003, p. 2,
4	2010. 2 jan. Alagamento	São Luís do Paraitinga, SP	Biblioteca Pública	Perda total	<a href="http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/O,,MUL1437096-5605,00-SETE+PREDIOS+PUBLICOS+DE+SAO+LUIZ+DO+PARAITINGA+SOFREM+AVARIAS+APOS+ENCHENT.html">http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/O,,MUL1437096-5605,00-SETE+PREDIOS+PUBLICOS+DE+SAO+LUIZ+DO+PARAITINGA+SOFREM+AVARIAS+APOS+ENCHENT.html</a>
5	2010. Junho Alagamento	Rio Largo, AL	Biblioteca Pública	Perda total	<a href="http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/chuvas_devastaram_patrimonio_de_alagoas.html">http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/chuvas_devastaram_patrimonio_de_alagoas.html</a>
6	2010. Junho Alagamento	Murici, AL	Biblioteca Pública	Perda total	<a href="http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/chuvas_devastaram_patrimonio_de_alagoas.html">http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/chuvas_devastaram_patrimonio_de_alagoas.html</a>
7	2010. Junho Alagamento	Quebrangulo, AL	Biblioteca Pública	Perda total	<a href="http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/chuvas_devastaram_patrimonio_de_alagoas.html">http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/chuvas_devastaram_patrimonio_de_alagoas.html</a>
8	2010. Junho Alagamento	Branquinha, AL	Biblioteca Pública	Perda total	<a href="http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/chuvas_devastaram_patrimonio_de_alagoas.html">http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/chuvas_devastaram_patrimonio_de_alagoas.html</a>

9	2010. Junho Alagamento	Santana do Mundaú	Biblioteca Pública	Perda total	<a href="http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/chuvas_devastaram_patrimonio_de_alagoas.html">http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/chuvas_devastaram_patrimonio_de_alagoas.html</a>
10	2012. 5 abr. Alagamento	Florianópolis, SC	Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina	Sem danos aos livros	<a href="https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1921">https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1921</a>
11	2012. Abri l Alagamento	Rio de Janeiro, RJ	Hemeroteca da Biblioteca Nacional		<a href="http://oglobo.globo.com/rio/inundacao-na-biblioteca-nacional-causou-danos-maiores-do-que-os-anunciados-pela-instituicao-4805074">http://oglobo.globo.com/rio/inundacao-na-biblioteca-nacional-causou-danos-maiores-do-que-os-anunciados-pela-instituicao-4805074</a>
12	2012. 3 maio Alagamento	Ribeirão Pires, SP	Biblioteca Municipal Olavo Bilac		<a href="http://jornalmaisnoticias.com.br/chuvas-deixam-biblioteca-municipal-embaixo-d%E2%80%99agua/">http://jornalmaisnoticias.com.br/chuvas-deixam-biblioteca-municipal-embaixo-d%E2%80%99agua/</a>
13	2012. 3 jun. Alagamento	Rio de Janeiro, RJ	Biblioteca Nacional	Foram molhadas diversas obras	<a href="http://oglobo.globo.com/rio/inundacao-na-biblioteca-nacional-causou-danos-maiores-do-que-os-anunciados-pela-instituicao-4805074">http://oglobo.globo.com/rio/inundacao-na-biblioteca-nacional-causou-danos-maiores-do-que-os-anunciados-pela-instituicao-4805074</a>
14	2013. 17 jan. Alagamento	Niterói, RJ	Biblioteca de Direito da Universidade Federal Fluminense		<a href="http://sintuff.blogspot.com.br/2013/01/falta-de-providencias-permite-novo.html">http://sintuff.blogspot.com.br/2013/01/falta-de-providencias-permite-novo.html</a> <a href="http://cbn.globoradio.globo.com/rio-de-janeiro/2015/03/26/LIVROS-E-COMPUTADORES-DO-CURSO-DE-DIREITO-DA-UFF-ESTAO-HA-TRES-ANOS-EM-SALA-ALAGADA.htm">http://cbn.globoradio.globo.com/rio-de-janeiro/2015/03/26/LIVROS-E-COMPUTADORES-DO-CURSO-DE-DIREITO-DA-UFF-ESTAO-HA-TRES-ANOS-EM-SALA-ALAGADA.htm</a>

# A PRESENÇA DA DISCIPLINA PRESERVAÇÃO EM CURSOS DE BIBLIOTECÔNOMIA E ARQUIVOLOGIA<sup>1</sup>

---

*Valeria Gauz*

## 1. INTRODUÇÃO

Dentre as ações desempenhadas em uma biblioteca, estão a gestão, o processamento da informação (que envolve seleção, aquisição, registro, descrição etc.), serviços de referência, pesquisa, divulgação, preservação<sup>2</sup> e outras. Independentemente da ocupação do bibliotecário, o cuidado com a preservação de acervos deve estar presente, na medida em que o conhecimento da coleção e o manuseio do livro ou documento pelo profissional o possibilitam saber qual melhor ação deve ser executada, a fim de evitar que seu estado físico se deteriore: na gestão, como responsável pelo planejamento geral e pela política de preservação; no processamento da informação, por observação durante o manuseio; e

1. O presente texto teve origem em palestra realizada na Universidade de São Paulo, no dia 8 de agosto de 2017, por ocasião do Seminário em Homenagem à Guita Mindlin: Rumos e Futuro da Conservação no Brasil. D. Guita foi de grande importância em minha vida profissional (como o foi em tantas outras). Deixo aqui meus agradecimentos a todos os envolvidos no convite a mim dirigido.
2. Utilizamos o termo Preservação como política e área macro, e conservação como as ações desenvolvidas nesse âmbito, assim como a profissão. O termo *documento* é aplicado quando nos referirmos à documentação de arquivo.

na referência, para evitar consulta ou empréstimo aos usuários (caso o item não esteja em condições físicas adequadas), transferi-lo a outro setor ou ao Laboratório de Conservação e Restauração, se houver. Como organismo vivo que é, lidando com informação, a biblioteca está em constante expansão e interage com os demais setores da instituição a qual pertence – o que justifica visão ainda mais ampla, além da técnica da profissão.

Presume-se, devido às variedades de tarefas existentes, que a formação do bibliotecário contemple disciplinas que ministrem, em maior ou menor grau, conteúdos que permitam a sua atuação profissional com bons resultados. Embora muitos jovens profissionais se interessem por bibliotecas digitais, cada vez mais outros também se curvam não apenas à beleza e história dos acervos antigos, mas à relevância de sua preservação conforme originalmente concebidos. Assim, cabe aos cursos de Biblioteconomia (ao de Arquivologia e aos demais com coleções históricas), prover os futuros profissionais com competências que os permitam prosperar.

As profissões de qualquer campo encontram em legislação própria a base a partir da qual podem se solidificar, sendo o ponto de partida oficial e unificado para, entre outros, realizar discussões sobre a padronização de cursos e práticas. Mas mesmo sem legislação específica, muitas vezes as premências institucionais obrigam a adoção de certas práticas, ainda que não as vigentes e ainda que seus funcionários não se encontrem preparados para exercê-las. Esse parece ser o momento que vivenciamos no país no campo da Preservação, em certos casos, embora progresso expressivo já tenha ocorrido.

O presente artigo se propõe a oferecer, a partir de estudos específicos, visão de alguns aspectos que envolvem o ensino da disciplina e Preservação no âmbito dos cursos de Biblioteconomia de São Paulo, assim como ampliar o olhar para o país, comparando esse curso a outro que, igualmente, trata de acervo em papel, a arquivologia. Além disso, atualiza informação sobre o Projeto de Lei que regulamenta a profissão de conservador-restaurador em maio de 2019. Considerando, ainda, que a produção científica de qualquer ramo reflete suas teorias e práticas, brevemente abordamos estudo que trata da presença da disciplina Preservação em periódicos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, entre 1990 e 2000, no Brasil.

As pesquisas aqui citadas buscaram refletir opiniões variadas de profissionais de formações distintas e em diferentes momentos de sua carreira.

Uma vez que o profissional da área de Preservação, Conservação e Restauração atua em vários tipos de instituição e com diferentes suportes (como tela, bronze, papel, pergaminho, papiro, madeira

etc.), esclarecemos que somente trataremos da disciplina de preservação no suporte papel. O universo digital, assim como os cursos à distância, não serão analisados neste texto.

## **2. A DISCIPLINA PRESERVAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA EM SÃO PAULO**

Intrinsecamente relacionada a acervos, a preservação no suporte papel, *grosso modo*, deve ser aqui entendida como um conjunto de políticas e ações que têm por objetivo preservar a integridade de um livro ou documento (ou outro suporte, naturalmente) conforme o seu original. Sua história remonta ao final do século XIX e início do XX, principalmente na Europa e nos Estados Unidos (no Museu de Berlim e no Museu Britânico; na Biblioteca do Congresso estadunidense e no Museu da Arte Moderna de Boston). No Brasil, como veremos mais adiante, a profissão é antiga, mas havia preocupação com a conservação de papéis desde pelo menos 1840, conforme o Decreto nº. 123, de 3 de fevereiro de 1842, Artigo nº. 9:

Haverá no Museu um Secretario, e um Ajudante do Secretario, incumbidos do registro das deliberações do Conselho; da correspondência com os Museus estrangeiros; e do arranjo, guarda, e conservação do Archivo, e Bibliotheca. O Ajudante será além disso especialmente encarregado da contabilidade do estabelecimento<sup>3</sup>.

É sabido que existem vários agentes de deterioração de acervo em papel: ambientais, biológicos, assim como furtos e vandalismos. Tendo em vista que o Brasil é um país tropical e muitas de suas cidades são quentes e úmidas; que é um país em desenvolvimento, onde verbas para assuntos culturais são sempre insuficientes; que boa parte dos acervos antigos se encontra em entidades governamentais; que a constituição do papel industrializado, por si só, acelera a sua degradação; e que a questão da segurança de acervos passou a ter especial atenção somente no final do século XX, a atenção com políticas de Preservação torna-se ainda mais relevante para implementação em bibliotecas. O assunto vem ocupando espaço nas escolas de Biblioteconomia e em outros cursos. Muitos laboratórios de conservação e restauração, assim como programas de preservação, foram criados no século XX, inclusive no Brasil, embora, como registra Caldeira, seja relativamente recente a pesquisa científica sobre conservação preventiva, que surgiria nos Estados Unidos somente na década de 1980<sup>4</sup>.

3. Brasil, Decreto, 1842, *Diário das Leis*, [s.d.]

4. Cleide Cristina Caldeira, *Conservação Preventiva em Bibliotecas Públicas da Cidade de São Paulo: Estudo em Campo*, 2004.

O estudo de Fernandes e Silva<sup>5</sup> nos serviu de ponto de partida por ter examinado a matriz curricular dos principais cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Estado de São Paulo<sup>6</sup>. As bibliotecárias também realizaram visitas a instituições que executam tarefas de Preservação: Biblioteca Mário de Andrade, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin/BBM e o Arquivo Público de São Paulo, devido aos seus acervos raros – o que amplifica a importância de ações de preservação. Além disso, as autoras realizaram entrevistas semiestruturadas com quatro bibliotecários sobre práticas de preservação e conservação em papel nos mesmo locais. Por fim, atenção foi dada à percepção de estudantes com relação ao assunto, a partir de questionário aplicado após minicurso sobre teoria e técnicas de preservação e conservação. Os currículos dos cursos analisados foram os das Universidade de São Paulo (USP/São Paulo e USP /Ribeirão Preto); Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (Unesp/Marília); Universidade Federal de São Carlos (UFScar); e Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP). Dos cinco cursos de Biblioteconomia, somente um (FESP) oferece disciplina obrigatória em Preservação denominada Introdução à Preservação e Conservação de Acervo; o curso da Unesp/Marília oferece como disciplina optativa Preservação em Unidades de Informação. Não constava disciplina sobre o assunto na grade curricular dos demais cursos. Vale notar que o termo utilizado para designar o curso da FESP parece deter-se a noções gerais que normalmente são ministradas em disciplinas introdutórias. No entanto, ao verificarmos o conteúdo programático da disciplina, e conforme registrado nos objetivos gerais do Plano de Ensino do ano de 2012, propõe-se a “orientar e esclarecer os alunos na execução de um plano de conservação e de ações adequadas que assegurem a preservação de acervos bibliográficos e documentais”, ou seja, função do campo da gestão, normalmente. Segundo as autoras, a disciplina é, igualmente, apresentada no curso de pós-graduação.

As entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais das já citadas instituições de acervo histórico tiveram por objetivo ouvir opinião sobre a importância da inclusão de disciplinas em Preservação nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação de São Paulo, e foram classificadas da seguinte maneira: presença das disciplinas;

5. Iandra Marcela Honorato Fernandes; Marcia Regina Silva, *Preservação e Conservação Documental: Formação e Atuação do Bibliotecário*, p. 12.

6. Os cursos denominados Ciência da Informação de São Paulo diferem do curso de Ciência da Informação do Rio de Janeiro, este em nível de mestrado e doutorado.

aquisição de conhecimento; e prática profissional/habilidades técnicas. O item “presença das disciplinas” nos cursos foi indicado como muito importante devido aos processos de deterioração dos acervos e à dificuldade de o bibliotecário identificar as causas do problema logo no início, conforme depoimento de um dos profissionais. Quanto à aquisição de conhecimento em Preservação, apenas um profissional obtivera ensinamentos específicos (oriundo do curso da FESP); outro profissional aprofundou seus estudos em cursos particulares. Essas pessoas reconhecem que, mesmo sem treinamento, aprender as técnicas importa, para tomadas de decisão.

A fim de saber a percepção dos estudantes quanto à importância da Preservação na prática profissional, o minicurso Bases para a Preservação e Conservação de Acervo foi ministrado entre os dias 14 e 18 de outubro de 2013 na USP/Ribeirão Preto. Análise das respostas dos vinte participantes levou à conclusão de que era de suma importância o aprofundamento no assunto.

Mencionamos as instituições particulares que promovem cursos em Preservação, Conservação e Restauo. Nas últimas décadas, as que mais vêm se destacando no cenário nacional são a Associação Brasileira de Encadernação e Restauo/SP (ABER)<sup>7</sup>; a Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais/RJ (Abracor)<sup>8</sup>; e a Associação Restaurart/RJ<sup>9</sup>. Deve-se, da mesma forma, fazer referência aos cursos oferecidos pela Associação de Arquivistas de São Paulo/ARQ-SP<sup>10</sup>. Normalmente, os cursos particulares são de alto custo, inacessíveis para estudantes de graduação, reforçando, assim, a importância da presença da disciplina em universidades públicas. No entanto, não se pode deixar de registrar o inegável e fundamental papel que cursos como os da ABER desempenham na formação de pessoas das mais variadas áreas.

### 3. AMPLIANDO O ESCOPO DA PESQUISA

Outra pesquisa desenvolvida em São Paulo e de certa forma relacionada ao assunto aqui explanado, que faz análise dos currículos das escolas paulistas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, é a de Funaro e colaboradores. Trata-se de estudo comparativo envolvendo

7. Fundada em 14 de junho de 1988, a Associação se firmou no mercado pela qualidade de seus cursos e grupos de estudo (<http://www.aber.org.br/>).

8. Fundada em 30 de maio de 1980. O *website* da Associação disponibiliza diversos documentos sobre o assunto ([http://www.abracor.com.br/abracor\\_docs/svc2/bibliografia/CPBA/](http://www.abracor.com.br/abracor_docs/svc2/bibliografia/CPBA/)).

9. Oferece cursos desde 2005 (<http://restaurart.yolasite.com/a-restaurart.php>).

10. Oferece cursos, oficinas e palestras (<http://arqsp.org.br/>).

Brasil, Espanha e Estados Unidos no início de século XXI e é direcionado, no primeiro momento (2008), apenas para o Estado de São Paulo, a fim de verificar a bibliografia de cada disciplina dos cursos desses países. O projeto foi proposto pela Universidad Carlos III de Madrid em convênio com a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/ USP). Neste Estado, foram convidados professores e bibliotecários da Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP); Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Marília); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP); Faculdades Integradas Teresa D'Ávila (Fatea); Faculdades Integradas Coração de Jesus (Fainc); Pontifícia Universidade Católica (PUC/Campinas); e Centro Universitário Assunção (Unifai). Cada participante realizou o levantamento das disciplinas nas respectivas instituições de ensino, categorizando-as como Instrumentais ou Profissionalizantes, assim como o semestre em que são ministradas, carga horária e o número de referências bibliográficas de cada programa. A proposta é aprofundar e ampliar a pesquisa ao longo dos anos<sup>11</sup>.

A segunda metade do século XX trouxe muitas inovações. A Sociedade da Informação – que tornou as tecnologias eletrônicas fundamentais em todos os segmentos da sociedade, governos etc. – forçou novo olhar às diversas esferas do conhecimento, em especial àquelas que lidam com a informação (até então apenas) no suporte papel. Naturalmente, problemas passaram a ser identificados na Biblioteconomia e na Arquivologia, uma vez que as disciplinas oferecidas nestes cursos, no geral, com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TICS), se revelaram não funcionais para as necessidades que se impunham ao mercado de trabalho. Mas a questão não se restringe apenas à existência das tecnologias eletrônicas – inovação que ocasionou mudança de paradigma nos serviços de biblioteca e, juntamente com a internet, na década de 1990, propiciou enorme aumento no acesso à informação. A atenção para a preservação de acervos históricos já começara a se intensificar após a década de 1970, quando do surgimento de vários cursos de pós-graduação (em História, por exemplo), coleções de importância para a pesquisa nas Humanidades e nas Ciências Sociais, algumas em processo de deterioração física, em bibliotecas e arquivos de todo o país.

A dissertação de Beck, de 2006, desenvolvida no âmbito da Ciência da Informação no Rio de Janeiro, eleva para nível nacional o estudo

11. Vânia Funaro et al., *Estudo do Currículo das Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação de São Paulo*, 2008.

da presença da disciplina Preservação nos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação, indicando seu caráter interdisciplinar por lidar com os diversos suportes da informação registrada.

A autora assinala diversas ações que em muito auxiliaram a evolução desse campo no mundo. Na década de 1980, por exemplo, a Unesco ofereceu relevante contribuição para a área de Preservação no Brasil e em outros países. Em 1984, organizou simpósio com o objetivo de padronizar a formação profissional na Biblioteconomia e na Arquivologia. Dois anos depois, a mesma organização realizou pesquisa em nível internacional para avaliar o ensino de Preservação nos cursos mencionados. Resultados mostraram que, para serem profissionais qualificados e atuar no desenvolvimento de políticas de preservação, precisariam de formação condizente. Em 1989, a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) enviou questionário a 135 instituições de vários países (com exceção dos Estados Unidos e da Inglaterra). O resultado evidenciou que era preciso formar docentes, ou seja, os currículos acadêmicos precisavam ser modificados<sup>12</sup>.

Pesquisa de Gomes já procurara verificar como ocorria o ensino de Preservação nos cursos em questão no Brasil, comparando-os com outros estrangeiros, concluindo que, apesar da presença da disciplina nos cursos de Biblioteconomia e de Arquivologia e da oferta de cursos particulares, era preciso que houvesse cursos de extensão ou de especialização para melhor capacitação dos profissionais<sup>13</sup>.

Beck comparou seus dados aos de Gomes e verificou aumento no número de cursos de Biblioteconomia nos primeiros anos do século XXI:

**TABELA 1: A partir de Beck (2006)**

Curso/crescimento	2000	2006
Arquivologia	06	19
Biblioteconomia	09	34

No entanto, quando analisada a presença da disciplina Preservação nos cursos, Beck observa que na Arquivologia a disciplina aparece na totalidade dos cursos, o que não ocorre na Biblioteconomia em 2000.

12. Ingrid Beck, *O Ensino da Preservação Documental nos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: Perspectivas para Formar um Novo Profissional*, 2006.

13. Neide Aparecida Gomes, *O Ensino de Conservação, Preservação e Restauração de Acervos Documentais no Brasil*, 2000.

Em 2006, a Arquivologia mantém a disciplina em todos os seus cursos e a Biblioteconomia, apesar de ter tido crescimento expressivo na oferta de cursos, diminuiu o oferecimento da disciplina Preservação na sua grade curricular. Por fim, todas as disciplinas de Preservação, na Arquivologia, são obrigatórias, enquanto isso ocorre na Biblioteconomia somente em dois cursos:

**TABELA 2: A partir de Beck (2006)**

Ano 2000	Número de cursos	Disciplina Preservação
Arquivologia	06	06
Biblioteconomia	19	12

**TABELA 3: A partir de Beck (2006)**

Ano 2006	Número de cursos	Disciplina Preservação	Obrigatoriedade
Arquivologia	09	09	09
Biblioteconomia*	34	10	02

Na análise de Beck, o impacto das novas tecnologias nos currículos acarretou diminuição e/ou desaparecimento de algumas disciplinas. Outros problemas incluem: falta de clareza sobre o conteúdo da disciplina; falta de professores habilitados; falta de reflexão teórica sobre o objeto de pesquisa. Por fim, a autora registra ainda não haver conscientização sobre a relevância das ações de preservação como forma de garantir o acesso à informação em diferentes suportes.

Há um tópico, relacionado à denominação da disciplina nos cursos de Biblioteconomia, que merece atenção. Gomes e Beck registraram em suas dissertações que, nos doze cursos de Biblioteconomia que informaram possuir disciplina específica sobre conservação, preservação e restauração, as mesmas recebem nomenclaturas parecidas, tais como: Preservação de Documentos, Conservação de Documentos, Conservação e Restauração de Documentos, Preservação em Unidades de Informação, Conservação Preventiva de Documentos, Formação, Desenvolvimento e Preservação do Acervo e Conservação e Conforto Ambiental em Bibliotecas. Esta última disciplina, ao que parece, não deve abranger acervo, mas aspectos do prédio e do design do espaço.

Assim como a terminologia importa e pode afetar o entendimento do conteúdo programático de uma disciplina, do mesmo modo a

formação do profissional irá afetar as funções a serem desempenhadas. Em sua pesquisa Beck, detectou cinco formações diferentes dos que atuam em Preservação: Especialização em Conservação de Obras em Papel (somente uma turma em 2000, na Universidade Federal do Paraná); Mestrado em Ciência da Informação; Biblioteconomia e Mestrado em Biblioteconomia; Biblioteconomia e Mestrado em Educação; Doutorado em Ciência da Informação.

Ampliando um pouco mais a análise do problema, investigamos a situação da regularização da profissão de Conservador-Restaurador no Brasil – luta antiga<sup>14</sup>, cuja trajetória iniciou-se em 1855 com a contratação, pela Corte, de um restaurador para a Academia Imperial de Belas Artes. Ao longo dos tempos, com o surgimento de cursos especializados e a defesa do patrimônio histórico, juntamente com o caráter científico que surgiu posteriormente, a profissão foi se estabelecendo, embora sempre com pouco reconhecimento. Após iniciativas na década de 1990, foi em 2005 o assunto retomado e, desde então, a Abracor e a Aber, assim como outros grupos, vêm se dedicando ao tema.

O documento mais recente sobre o assunto é o Projeto de Lei nº. 1183, de 27 de fevereiro de 2019, de autoria da deputada Fernanda Melchionna, do PSOL/RS, que dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de Conservador-Restaurador de Bens Culturais e de Técnico em Conservação-Restauração de Bens Culturais. A última movimentação do PL na Câmara dos Deputados se deu em 29 de março passado, indicando que foi recebido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. O documento foi baseado em outro, do deputado Chico Alencar, do PSOL/RJ. Na realidade, o teor do texto é o mesmo. Cremos que isso se deu pelo fato de o deputado do Rio de Janeiro não ter sido reeleito nas eleições de 2018. O PL 1.183 anula o Projeto de Lei nº. 9.063, de 09 de novembro de 2017, arquivado.

Não apenas no terreno da Preservação há entraves legais que dificultam o seu progresso; o mesmo acontece na Biblioteconomia, com respeito ao ensino dessa disciplina em universidades e ao exercício da profissão. Na antiga Lei nº. 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispunha sobre o exercício da profissão, e no Decreto que a regulamentava, de 1965, não constava a preservação de acervos como atribuição do bibliotecário. A Lei nº. 9.674, de 25 de junho de 1998<sup>15</sup>, que trata do mesmo assunto e contempla a preservação, tem o Veto no. 749 (procedente, em nossa opinião) pelo fato de o Art. 5º. referir-se à documentação e

14. Aloisio Nunes de Castro, *Regulamentação da Profissão de Restaurador: Um Veto e Muitas Dúvidas*, [s. d.].

15. Brasil, *Diário Oficial*, 1998.

informação registrada como atividade privativa do bibliotecário no ensino de disciplinas específicas e supervisão de estágio (que é também função da Museologia, da Arquivologia e de outros campos). Histórico a respeito pode ser encontrado na pesquisa de Santos<sup>16</sup>. Em oposição a isso, a profissão de arquivista (Lei nº. 6.546, de 04 de julho de 1978) inclui a preservação de acervo entre as atribuições dos seus profissionais – indicativo de que os cursos de Arquivologia seguem as orientações legais presentes em sua legislação.

Além do que foi dito, outra fonte para se conhecer o *status* de um campo do conhecimento é a sua produção científica, aqui analisada pelo viés da literatura encontrada na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Afinal, as publicações existem em decorrência das inovações e estas a partir das pesquisas e suas comunicações, em constante ciclo.

Em 2014, Corrêa Neto, em seu trabalho de conclusão do curso de graduação e a partir de estudos brasileiros e estrangeiros, averiguou a representação dos assuntos que envolvem a preservação de acervos, entre os anos 1990 e 2000, nos periódicos a seguir: *Revista de Ciência da Informação e Documentação*; *Perspectivas em Ciência da Informação*; *Transinformação*; *Datagramazero*; *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*; *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*; e *Informação & Informação*. Para isso, o autor utilizou os termos “preservação”, “conservação” e “restauração” na busca de cada periódico, a partir dos campos de título, autor, resumo e palavra-chave. Corrêa Neto destaca o obstáculo linguístico que as literaturas europeia e estadunidense trazem quando traduzidas, por dificultar a conceituação dos termos em português e, conseqüentemente, o estabelecimento de políticas. Da mesma forma, como outros autores já aqui citados, reforça a pouca presença da matéria na produção científica da Biblioteconomia. A dificuldade na conceituação de termos, obviamente, tem relação com a falta de reflexão da área apontada por Beck.

#### **4. QUESTÕES E CONSIDERAÇÕES**

Atualizando informações sobre os cursos de Biblioteconomia do Estado de São Paulo citados no presente texto, verificamos que nas duas unidades da Universidade de São Paulo não constam cursos de Preservação ou Conservação (ao menos com esses nomes); na Unesp/Marília, há cursos de Preservação Digital e de Preservação em Unidades de Informação, em proposta curricular apresentada em 2012 (no conteúdo programático, estão presentes a Preservação e a Conservação de

16 Jussara Pereira Santos, *Reflexões sobre Currículo e Legislação na Área da Biblioteconomia*, 1998.

acervos). Não constam disciplinas similares na Universidade de São Carlos. Na FESP (matriz curricular de 2017), consta a disciplina Preservação e Conservação de Acervos. Na disciplina Fundamentos Arquivísticos dessa Fundação, é contemplada a preservação digital.

O curso das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila inclui a disciplina Preservação e Conservação de Acervos. Nas Faculdades Integradas Coração de Jesus, encontramos a disciplina Conservação e Conforto Ambiental em Unidades de Informação, que não nos parece tratar de acervo. Quanto à Pontifícia Universidade Católica de Campinas, não conseguimos localizar a disciplina no *website* da universidade. Por fim, o Centro Universitário Assunção oferece Conservação Preventiva de Documentos<sup>17</sup>.

As questões aqui abordadas se referiram à formação do profissional que atua em Preservação e envolvem

- Pouca integração, entre as universidades, sobre os cursos ministrados, seus currículos e conteúdos programáticos.

Sobre isso, consideramos que a continuidade e expansão dos debates se fazem necessárias no país, dada a urgência na formação de profissionais capacitados para evitar deterioração e/ou perda de acervo em papel em instalações por vezes inadequadas, onde há poucas políticas de preservação de acervo estabelecidas (e, mesmo quando há, a falta ocasional de infraestrutura da instituição pode impedir a continuidade de ações). Da mesma forma, o curso de Biblioteconomia precisa incluir a disciplina, como obrigatória, em todos os currículos acadêmicos, também porque os cursos particulares têm custo alto para estudantes e há interesse por parte destes, de docentes e de funcionários. Anterior a isso, ter dispositivo legal condizente é premente.

- O problema da terminologia em língua portuguesa em Preservação. Conforme já visto, há necessidade de muita discussão e aprofundamento no assunto, talvez utilizando as ferramentas eletrônicas disponíveis para, por meio de grupos de trabalho na internet (como existe no grupo do Mercosul mencionado por Funaro), avançar nas discussões de forma mais homogênea. Há tesouro recente em Ciência da Informação que contempla o tema, mas não temos conhecimento se é conhecido e utilizado<sup>18</sup>. Também notamos diferentes nomenclaturas nos termos que

17. Para essa verificação, usamos como base os *websites* das universidades. Todas as buscas ocorreram em 15 de maio de 2019.

18. Lena Vania Ribeiro Pinheiro; Helena Dodd Ferrez, *Tesouro Brasileiro em Ciência da Informação*, 2018.

qualificam os tipos de disciplina na Biblioteconomia, como “Instrumentais e Profissionalizantes”, “Obrigatórias e Optativas” e das próprias disciplinas, como Beck assinalou em sua pesquisa.

Sabemos que a formação do profissional que atua em Preservação de acervos tem origem em cursos diferentes (Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Ciência da Informação e outros), em instituições acadêmicas ou particulares, assim como há a participação de organizações internacionais que, além de promoverem cursos, propiciam estágios em similares estrangeiras, em muito favorecendo a formação profissional. Porém, ainda há desequilíbrio na formação, considerando as dimensões do país e as diferenças nos currículos existentes. Também a falta de domínio em línguas estrangeiras por parte de alunos e/ou docentes, em alguns casos, torna mais difícil a tarefa. Mais recentemente, discussões têm acontecido entre as áreas citadas no âmbito dos Encontros de Diretores e Encontros de Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul (Ebcin)<sup>19</sup>, cujas reuniões tiveram origem em 1996 e foram, ao longo dos anos, estabelecendo grupos temáticos para tratar dos assuntos pertinentes (nos quais a preservação de acervos está incluída). A iniciativa é promissora.

Pelo que tudo indica, a questão da regulamentação da profissão ocorrerá ainda em 2019, já que a última versão do texto apresentada e que tramita hoje na Câmara dos Deputados parece ser consensual na área. Isso será de grande ajuda para o progresso dos assuntos de Preservação no país.

Provável pesquisa a ser desenvolvida no futuro, mas que nos chama atenção no momento, é uma eventual relação entre a ausência ou baixa presença de disciplinas como História do Livro e das Bibliotecas (ou nome similar, como Registros e Suportes de Informação) em cursos de Biblioteconomia e a baixa presença (ou nenhuma) da disciplina Preservação, uma vez que estão intrinsecamente relacionadas, por tratarem de livro antigo e de coleções históricas. A história da Biblioteconomia no Rio de Janeiro e em São Paulo, Estados que deram origem à profissão, guarda muitas diferenças, nas quais podem estar as origens de algumas práticas atuais relacionadas ao estudo da Preservação de acervos. Houve um tempo em que a disciplina História do Livro era obrigatória e parte do currículo aprovado pelo Conselho Federal de Educação; em outro, foi retirada do currículo mínimo. Sobre este

19. Encontro de Diretores, 2016.

segundo momento do currículo mínimo, Mueller<sup>20</sup> assinala a reorientação do curso de Biblioteconomia de “organização para preservação” para “organização para a difusão e uso”. Igualmente, Pando<sup>21</sup> discorre sobre o assunto.

Os acervos a que nos referimos neste estudo são os gerais, existentes em grande quantidade no Brasil, cujo papel produzido nos séculos XIX e XX, principalmente, se deteriora muito mais fácil e rapidamente do que o papel artesanal produzido até meados do século XIX. Mas, também, nos referimos aos acervos históricos, que remontam aos séculos anteriores, cuja preservação deve ser prioridade de bibliotecas e arquivos, a fim de se manter a memória escrita do país e incentivar a pesquisa.

Os tempos atuais são de nova transição para a jovem e trôpega democracia brasileira. A manutenção de nossos acervos passa a ser essencial para que possamos, por meio desses, reeditar a nossa própria identidade como povo e nação. Promover consciência histórica é um dos caminhos possíveis. Para isso, a preservação dos registros é fundamental. ●

20. Susana Machado Pinheiro Mueller, *Avaliação do Estado da Arte em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, p. 75, 1988.

21. Daniel Abraão Pando, *Formação e Demanda Profissional em Tratamento Temático da Informação no Brasil: Uma Análise Comparativa de Conteúdos Programáticos Universitários e de Concursos Públicos em Biblioteconomia*, 2005.

---

## **SOBRE A AUTORA**

Valeria Gauz é doutora em Ciência da Informação e bibliotecária de livros raros. Ocupou cargos técnicos e administrativos por catorze anos na Fundação Biblioteca Nacional; trabalhou na John Carter Brown Library, Brown University (EUA), de 1998 a 2005; e no Museu da República, até 2018. É pesquisadora em Comunicação Científica, Patrimônio Bibliográfico e Informação em Museus.



# A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DE SÃO PAULO E A RENOVAÇÃO DA BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE

---

*Carlos Augusto Calil*

Agradeço o convite de Cristina Antunes da Biblioteca Brasileira para essa homenagem a dona Guita Mindlin, que conheci sem frequentar a intimidade da família, embora tenha visitado algumas vezes a casa do casal. Minha aproximação com o dr. José se deu em um momento dramático, o do assassinato de Vladimir Herzog, em outubro de 1975. Eu era assessor de Sábato Magaldi, na época Secretário Municipal de Cultura, e o dr. José Mindlin era o secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo. Eles trabalhavam em parceria. O assassinato do Vlado empurrou o dr. José para o olho do furacão. Ele teve de administrar uma situação muito delicada, pois como jornalista da tv Cultura Herzog era subordinado à Secretaria da Cultura. O trauma do episódio definiu o afastamento discreto de Mindlin do governo.

Com respeito a dona Guita, acompanhei o trabalho que desenvolveu com sucesso na Aber (Associação Brasileira de Encadernação e Restau-ro). De sua figura evocaria a discrição, a sobriedade, a determinação e a responsabilidade. Não posso dar testemunho pessoal do trabalho dela, então escolhi falar de um trabalho muito importante feito pelos bibliotecários, principalmente da Prefeitura, de 2005 a 2012, durante

um processo muito intenso de revigoração das bibliotecas públicas em São Paulo.

Esse esforço foi documentado no livro *Bibliotecas Públicas: Ações, Processos e Perspectivas*, publicado pela própria Prefeitura em 2012. Muitos dos fatos que vou referir constam desse livro. Apoio-me também em minhas lembranças do período em que exerci o cargo de secretário municipal de Cultura, nas administrações de José Serra e Gilberto Kassab.

Para situar a questão, é preciso lembrar que a prefeita Marta Suplicy, no final de sua gestão, descentralizou todos os equipamentos públicos da Prefeitura. Era promessa de campanha, que não havia cumprido nos primeiros três anos de mandato. No último ano da gestão ela descentralizou radicalmente os equipamentos. As escolas deixaram de subordinar-se à Secretaria de Educação, os hospitais deixaram a Secretaria da Saúde e passaram às subprefeituras regionais. O mesmo procedimento atingiu os esportes e a cultura. Todos os teatros distritais, bibliotecas de bairro, casas de cultura passaram para as respectivas subprefeituras, muito vulneráveis às pressões políticas.

Quando assumi a Secretaria Municipal de Cultura, em 2005, em um acidente de percurso, trazia comigo a experiência recente e muito marcante de dirigir o Centro Cultural São Paulo. Como todos sabem, é uma instituição muito popular que foi apropriada pelos jovens, seus usuários, apesar de abandonado pelo poder público durante muito tempo. O Centro Cultural São Paulo gira em torno de suas bibliotecas, que são seu eixo, seu coração. Inspirado no Centro Pompidou, cujo eixo estruturante é o Museu de Arte Moderna da Cidade de Paris. Em torno dele gravitam as outras atividades: biblioteca, cinema etc. Como por aqui não houvesse equivalente – o Museu de Arte Moderna de São Paulo é privado –, a adaptação foi inevitável.

Fui convidado a dirigir o CCSP pelo secretário Marco Aurélio Garcia, em 2001, no início da administração Marta Suplicy. Ali tive de enfrentar situações muito difíceis. As gestões anteriores, que duraram oito anos, não compraram um único livro para nenhuma biblioteca pública de São Paulo. As bibliotecas da Prefeitura passaram oito anos na mais absoluta miséria espiritual.

A biblioteca do CCSP ressentia-se disso, e houve todo um esforço nosso para comprar livros, catalogá-los etc., mas essas medidas esbarravam na estrutura rígida da Secretaria, em que havia dois departamentos, um de Bibliotecas Públicas e um de Bibliotecas Infanto-juvenis. A compra de livros e sua catalogação eram exclusivas do Departamento de Bibliotecas Públicas para toda a rede. Essa configuração centralizadora remontava a 1975, quando a Secretaria Municipal



.....  
*Biblioteca Mário de Andrade, localizada  
no centro da cidade de São Paulo.  
Foto Sylvia Masini.*  
.....

de Cultura foi instituída. Uma das maiores aberrações era constatar que a Biblioteca Mário de Andrade, com o porte de segunda biblioteca do país, era uma divisão do Departamento de Bibliotecas Públicas, ou seja, sem qualquer autonomia.

Com as bibliotecas de bairro nas subprefeituras, minha primeira reação como secretário de cultura foi de aceitação. O mesmo não aconteceu com a Secretaria de Educação, que trouxe as escolas de volta para sua coordenação, nem com a Secretaria de Saúde, que retomou os hospitais. A ideia da descentralização não me parecia má, mas logo deparei com a realidade bastante desoladora das subprefeituras, que não tinham a menor condição de administrar equipamento nenhum, pois não dispunham de pessoal, de estrutura, nem experiência para isso.

Na descentralização então promovida, a estrutura permaneceu nas secretarias, enquanto as pontas migravam para as subprefeituras. Embora a descentralização seja uma medida incontornável numa cidade das dimensões de São Paulo, da maneira como foi feita, a descentralização foi um desastre em todos os sentidos. Exemplo: determinada subprefeitura, diante de dificuldades de espaço, não hesitou em instalar uma unidade de saúde dentro de uma biblioteca. Trazer as bibliotecas de volta à Secretaria de Cultura passou a ser imperioso.

Ao visitar as bibliotecas deparei com situações bizarras. No espaço em que é hoje o Centro Cultural da Penha, havia duas bibliotecas em dois andares. Num deles havia uma BIJ (Biblioteca Infante-Juvenil) e no outro andar uma BP (Biblioteca Pública), como se dizia. Como não tinha havido contrato de manutenção nos últimos tempos, apenas o banheiro da BIJ funcionava, e o da BP não. Perguntei à diretora da BIJ: “Então os frequentadores e funcionários da BP podem usar esse banheiro?” “Absolutamente não! Somos nós que limpamos; nós o usamos. Eles que procurem outro lugar”. Havia uma animosidade muito grande, uma verdadeira disputa interna entre BIJ e BP, que se permitiam manter procedimentos técnicos diferentes.

Outro momento esclarecedor ocorreu na visita a duas bibliotecas que dividiam o mesmo espaço no que é hoje chamado Centro Cultural do Jabaquara. Havia uma BIJ e uma BP na mesma sala, separadas por uma divisória. As diretoras mal se cumprimentavam. Localizamos um estudo que propunha uniformizar as bibliotecas, tornando-as todas “públicas”, e isso foi o germe de um processo administrativo de reestruturação muito importante, a fusão dos dois departamentos, superando ressentimentos e diferenças nas metodologias de trabalho. Como resultado foi criado o Sistema Municipal de Bibliotecas, que integrava todas as bibliotecas da Prefeitura, tanto as da Secretaria de Cultura quanto as dos CEUS, subordinadas à Secretaria de Educação,

e outras de origem diversa. Todas se submetiam ao mesmo regime, ao mesmo método de catalogação, aos mesmos procedimentos técnicos de tratamento do acervo.

A racionalização se impôs; no espaço em que havia duas bibliotecas elas foram fundidas. Os dois departamentos de bibliotecas uniram-se sob a denominação de Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. Na vaga decorrente, instalou-se o Departamento da Biblioteca Mário de Andrade, uma justa reivindicação de anos. Tendo vindo do Centro Cultural São Paulo, sabia que o maior desejo dos dirigentes e funcionários de um órgão público subordinado é conquistar a autonomia, que vem junto com a responsabilidade na gestão. E então começou o processo de revitalização do sistema.

Nas visitas às bibliotecas, havia sempre uma sala trancada. Eu tentava entrar, mas me diziam que ali não havia nada, apenas umas velharias. No começo aceitei as explicações, mas um dia insisti e entrei. E descobri que essas salas, que existiam invariavelmente em cada biblioteca de bairro, estavam repletas de móveis quebrados, carcaças de aspiradores de pó, antigos extintores de incêndio. Em uma delas havia inúmeros modelos desativados de extintores, dava para iniciar um museu.

Mais intrigante ainda, havia nelas muitos pacotes fechados, embrulhados em jornal. E me dei conta de que tinha havido uma determinação da Secretaria de Cultura em 1993, de que livros que não tivessem sido consultados nos últimos dez anos poderiam ser inutilizados. Como estou diante de uma plateia de profissionais, vocês sabem o que isso significa: retirar dos volumes a folha de rosto e a página cem. Isso foi feito em mais de quatrocentos mil exemplares. Mas mesmo inutilizados tecnicamente, os livros não podiam ser descartados, porque naquela altura, livro era considerado material permanente no serviço público. Para cada exemplar, criava-se um processo próprio, com uma tramitação que chegava até a Secretaria de Finanças, porque sendo o livro patrimônio público seu descarte tinha de dar baixa na relação de bens da Prefeitura. Por esse motivo, os livros mutilados atulhavam as bibliotecas municipais e eram escondidos da vista do público.

A solução veio com uma mudança na classificação de bens patrimoniais, decorrente de lei federal de 2003, que passou a considerar o livro um bem de consumo, que podia ser descartado após o uso. A Secretaria de Finanças autorizou a baixa dos exemplares mutilados em grandes conjuntos. Esse episódio foi marcante para desobstruir as salas fantasmas, cujas portas foram escancaradas para receber o ar fresco da renovação. Os ambientes das bibliotecas se tornaram mais amigáveis e estimulantes para funcionários e consulentes.

Em relação ao catálogo, o sistema DOBIS adotado nas bibliotecas municipais já dava sinais de colapso durante o ano de 2004, último da gestão de Marta Suplicy. Não se destinou recurso financeiro para sua reativação e os procedimentos técnicos paralisaram. No Centro Cultural São Paulo, encontramos uma solução alternativa, com a adoção do sistema Alexandria, cujos direitos de uso foram cedidos gratuitamente, e iniciou-se a catalogação descentralizada. Se por um lado a descentralização da operação era importante e acabou por se estender à Biblioteca Mário de Andrade, por outro, a coordenação de um único sistema de catalogação era inevitável e o método Alexandria foi adotado na Prefeitura como um todo.

Entre 2005 e 2012, 42 bibliotecas foram reformadas. Eram geralmente escuras, gradeadas, defendidas, desconfortáveis, pareciam repartições públicas, no pior sentido. Aproveitando a lição do CCSF, cuja renovação passou pela valorização da arquitetura e desobstrução do espaço, as bibliotecas de bairro foram submetidas a alterações que buscavam tornar o ambiente agradável ao leitor. Reposicionamento da entrada com relação ao exterior, criação de jardins, abertura de janelas e portas visando a facilitar a entrada da luz natural, eram recursos na prancheta dos arquitetos. Não se tratava apenas de consertar e revigorar a arquitetura, mas de redispôr as bibliotecas na sua implantação particular. A demanda de cultura hoje numa cidade como São Paulo passa pelo estímulo à boa arquitetura e pelo enfrentamento das questões urbanas, possivelmente nossa maior carência.

Uma delas merece menção: a biblioteca José Mauro de Vasconcelos, situada no Parque Edu Chaves, mas que dava as costas para a praça. A arquiteta Larissa Ferradás da Secretaria de Cultura, que fez o projeto e acompanhou a reforma, redirecionou a entrada da biblioteca para a praça, o que obrigava os usuários a nela entrar para acessar a biblioteca. No dia da reinauguração, a diretora da biblioteca veio me confidenciar que sempre tinha resistido à reforma, mas que agora, diante do resultado, dava mão à palmatória. Essas anedotas servem para ilustrar uma situação deprimente: as bibliotecas estavam esquecidas pelo usuário e pelo poder público.

O abandono pelo usuário se explicava uma vez que a rede tinha sido constituída ainda no espírito de uma complementaridade das escolas públicas. O aluno assistia à aula na escola e estudava na biblioteca. Quando a rede foi estabelecida, sobretudo no centro expandido, as escolas públicas não contavam com bibliotecas ou salas de leitura. Quando elas foram criadas, as bibliotecas públicas perderam sua função. Não bastava, portanto, reformar as bibliotecas, era preciso também revocacioná-las.

As reformas dos prédios eram acompanhadas de compra de mobiliário mais adequado (por exemplo, às crianças) e restauro de móveis antigos, alguns desenhados especialmente para as bibliotecas, como os de Jacques Pilon para a Mário de Andrade. Muitas reformas eram de pequena monta, mas indispensáveis. Havia problemas de estrutura às vezes elementares como os da Biblioteca Alceu de Amoroso Lima, que não podia acender as luzes da sala de leitura e da administração ao mesmo tempo porque o quadro elétrico não suportava. Era uma biblioteca relativamente recente, inaugurada em 1979. Ilustra o grau de ineficiência da rede da Prefeitura.

Reforma bem mais abrangente e ambiciosa foi realizada na Biblioteca Paulo Setúbal. Ela foi liberada das grades que a cercavam, seus espaços foram redesenhados, com ganho de iluminação natural e seu auditório foi habilitado para se tornar o Teatro Zanoni Ferrite.

O Sistema Municipal de Bibliotecas foi constituído, as reformas, feitas, o sistema Alexandria, adotado em todas as bibliotecas e o catálogo passou a ser acessível na internet num projeto bastante complexo, que nos obrigou a inserir 2,7 milhões registros de livros no sistema em seis anos. Disponível na internet, o acesso ao acervo passou a ser eletrônico. Esse esforço notável foi coordenado com excepcional dedicação pela bibliotecária Terezinha Caires Spakauskas.

A renovação passou pelo redesenho do espaço, pela criação do sistema, pelo enfrentamento massivo da catalogação, tudo caminhou junto. É claro que uma biblioteca não depende apenas de boas condições. O que nos inspirava era a ideia de um serviço público de qualidade.

Os profissionais, depois de anos esquecidos, estavam desestimulados. Havia muito ressentimento, amargura, desencanto, acomodação. Essa crise compreensível teve de ser enfrentada, oferecendo aos profissionais das bibliotecas maneiras de se reposicionarem em relação ao acervo e ao público. A função das bibliotecas municipais passava a ser de incentivo à leitura e de ponto de encontro. O acesso à literatura e o gosto da leitura como processo de civilização e de conquista da cidadania. Nessa linha, os bibliotecários participaram de processos de avaliação, de convívio, reflexão conjunta e sensibilização, a fim de que se preparassem para adotar a literatura como eixo de trabalho.

Era decisivo enfrentar a carência de bibliotecas, sobretudo na periferia. Apesar da rede de bibliotecas de São Paulo ser expressiva, elas foram construídas no centro e no centro expandido. A periferia era – e ainda é – um deserto de espaços públicos. A demanda reprimida é enorme. Numa reunião em Cidade Tiradentes, a comunidade solicitou a construção de cinco bibliotecas. Fiquei pasmo, porque não havia a menor condição de construir nenhuma. Então me dei conta

de que a Cidade Tiradentes, naquela época, possuía 230 mil habitantes. Não por acaso o bairro ostentava o título de cidade. Outros bairros da periferia de São Paulo são ainda maiores; um deles chega a 400 mil habitantes, às vezes sem equipamento cultural algum. Foi preciso enfrentar essa carência de frente. Em Cidade Tiradentes, optamos por construir um enorme Centro de Formação Cultural, com biblioteca, cinema, teatro, salão de exposições, salas de aulas, laboratórios, jardins etc.

Desde 1979, a Secretaria Municipal de Cultura havia recuperado o projeto das bibliotecas circulantes, que Mário de Andrade e Rubens Borba de Moraes implantaram no Departamento de Cultura e Recreação (1935-38). Caminhões com carrocerias adaptadas levavam livros aos parques municipais. Segundo Mário de Andrade: “em vez de esperar pelo público, vai [a biblioteca circulante] em busca do seu público onde estiver”. Proporcionavam uma “leitura imediata, dando ao *fariante* uma orientação cultural”. Dessa experiência pioneira há belas fotos de B. J. Duarte.

Rubens Borba de Moraes, que permaneceu na administração pública como diretor da Biblioteca Municipal após a demissão de Mário de Andrade, conta em retrospecto que as circulantes eram apenas uma estratégia para chamar a atenção do público e da imprensa. Não eram muito eficientes, porque as pessoas de passagem pelos parques não criavam um hábito de leitura. Mas as circulantes serviram de propaganda para a Biblioteca Municipal, que estava sendo planejada e construída.

Houve tempo em que a rede dos ônibus-bibliotecas chegou a contar com onze unidades circulando pela cidade. Em 2005, quando assumi a Secretaria de Cultura, restavam apenas quatro, que logo se reduziram a um único ônibus, em face do precário estado de conservação. Ingenuamente, achei que era um projeto que poderia conquistar patrocinador por meio de lei de incentivo. Preparamos um projeto pela Lei Rouanet, que foi submetido ao Ministério da Cultura e, para nossa surpresa, não foi aprovado.

O último ônibus em circulação quebrou, foi aposentado, o público carente vocalizou sua decepção, e o jornalismo escandaloso da TV aproveitou para amplificar a justa queixa de uma usuária, dizendo que ela não podia devolver os livros e, portanto, estava impedida de retirar novos. Tivemos de resolver o problema pelos nossos modestos meios. Naquele momento a Prefeitura tinha acabado de descobrir uma linha clandestina de transportes; assim pôde a Secretaria de Transportes transferir sete dos ônibus apreendidos, imediatamente adaptados como bibliotecas.

O projeto se expandiu, e em 2012 a frota alcançava doze ônibus, perfazendo 72 roteiros semanais. Na estreia de um deles, pude verificar

o efeito poderoso que exercia nas pessoas, mesmo naquelas que nunca haviam entrado numa biblioteca. Eu mesmo presenciei cena inesquecível, a de uma mãe entrando num ônibus com os filhos pequenos; sem familiaridade com os títulos oferecidos, tiraram todos os livros das estantes para escolher. Com a demora, a mãe se cansou de esperar e foi também procurar leitura. Saíram cada um com sua sacolinha de livros, a mãe e os dois filhos, felizes da vida.

Graças à qualidade da nossa indústria editorial, especialmente na produção caprichada de livros infantis, a atratividade das novas edições tornou-se irresistível. Adultos e crianças encontravam estímulos inéditos de convite à leitura. Entre os livros oferecidos no ônibus-biblioteca, se podia encontrar *Em Busca do Tempo Perdido*. Pensei que se ali havia Proust, o projeto cumpria plenamente seu papel. Se um leitor retirasse aquele livro, sua humanidade estaria salva. A rede dos ônibus-bibliotecas foi um processo real de educação pela cultura, que alcançou 300 mil pessoas por ano. Pena que em 2015 ele tenha sido desativado.

A política de valorização da leitura implicou igualmente a criação de pequenas bibliotecas, chamadas de Pontos de Leitura, em parceria com espaços locais, entidades de bairro, clubes, órgãos da Prefeitura ou privados, aos quais oferecíamos três mil volumes. Para o Governo Federal esse acervo já configurava uma biblioteca, mas não para a Secretaria Municipal de Cultura, cujas bibliotecas de bairro contam com trinta, quarenta mil volumes. Entre 2005 e 2012 foram estabelecidos quinze Pontos de Leitura, em locais carentes, período em que também os Bosques de Leitura foram ampliados, na medida em que a rede dos parques públicos foi sendo expandida, graças a uma política da Prefeitura.

Renovação dos espaços físicos, mudança da política de acervo, ampliação dos recursos destinados à aquisição de livros, inserção dos volumes em novo sistema de catalogação, ampliação do horário de atendimento, expansão da rede e engajamento dos servidores municipais funcionários de bibliotecas, essa proposta pressupunha uma nova política, em que o poder público assumia sua responsabilidade de prover um sistema de bibliotecas para a população, a partir de uma rede de 52 unidades, a maior do país.

No entanto, não parecia suficiente. Foi necessário criar vetores de atratividade para certas bibliotecas, num processo de especialização baseado na ideia de biblioteca temática, pela qual sem prejuízo do acervo comum a todas as bibliotecas, composto de literatura, livros de referência e bibliografia do vestibular, cada unidade podia abraçar uma vocação.

Buscava-se a identidade de determinado público. Se havia um cineclubes que se reunia na biblioteca do Ipiranga, isso nos estimulou

a torná-la especializada em cinema. Para isso foi ela toda reformulada com cenografia cinematográfica: fotografias de filmes e de atores, cadeiras de diretor, filмотeca, sala de projeção e, claro, uma coleção de livros de cinema, além de uma filмотeca expressiva. Nem se esqueceu de rebatizá-la com o nome de um grande cineasta paulistano, Roberto Santos.

Caso bem curioso ocorreu nessa biblioteca do Ipiranga, quando depois de renovada nela entrou um visitante que, surpreso com o que via, perguntou ao atendente: “Aqui não era uma repartição da Prefeitura?”. Ele já não identificava ali a caricatura das repartições públicas: espaços sem vitalma, com móveis escuros, velhos, pouca luz e funcionários deprimidos. A transformação fora total. O espaço tornara-se atraente.

Semelhante processo aplicou-se à poesia (Biblioteca Alceu Amoroso Lima), contação de histórias (Biblioteca Hans Christian Andersen), música popular brasileira (Biblioteca Cassiano Ricardo), literatura fantástica (Biblioteca Viriato Correia), cultura popular (Biblioteca Belmonte), literatura policial (Biblioteca Paulo Setúbal), meio ambiente (Biblioteca Raul Bopp), ciências (Biblioteca Mário Schenberg) etc., sempre buscando alguma referência da própria biblioteca para criar esse vetor, que repercutia na coleção de livros, nas suas atividades de extensão e na própria montagem dos móveis e na decoração.

Feiras de trocas de livros se mostraram estimulantes, lição aprendida com a experiência colombiana. Foram levadas aos parques, nas manhãs de domingo. O Sistema de Bibliotecas oferecia doações ou duplicatas do acervo que pudessem ser trocadas e as pessoas traziam os seus – só não podiam ser didáticos, pois logo ficam obsoletos. Era um processo de envolvimento da comunidade de leitores nas políticas de acervo das bibliotecas.

Outra estratégia de atração de público foi trazer a internet às bibliotecas. Mesmo contrariando recomendações do Tribunal de Contas do Município, 26 telecentros foram instalados nas nossas bibliotecas, sempre com grande sucesso. A compra e atualização dos equipamentos de informática para uso interno e do público das bibliotecas foram decisivas para fortalecer ferramentas de busca e de processamento de acervo.

Aprendi no Centro Cultural São Paulo que um título novo atrai o leitor. Com isso em perspectiva, foram adquiridos 536.891 exemplares de 14.358 títulos, durante a nossa gestão, num investimento de onze milhões de reais.

Como escolher os títulos para aquisição? Numa reunião da equipe discutiu-se uma questão curiosa: devíamos ou não comprar livros em lançamento? No caso, o alvo era o *Harry Potter*, que tinha se tornado uma mania. Opinei favoravelmente, mas fui advertido que havia o risco dos exemplares serem roubados. Compramos, e é claro que

os bibliotecários tinham razão. Surgiam novos leitores, faziam suas inscrições, recebiam carteirinhas e levavam os *Harry Potter* e outros lançamentos embora. Nunca esses livros eram devolvidos. Então evoluímos no tratamento do problema: continuaríamos comprando lançamentos, mas para retirá-los o leitor precisaria estar associado à biblioteca há pelo menos seis meses. Os habilitados seriam usuários conhecidos, que valorizavam o vínculo com a instituição. E funcionou.

Entre 2009 e 2012, a rede recebeu um público de cerca de quatro milhões de leitores e emprestou três milhões de livros. Chocante foi perceber que, apesar dos investimentos em reformas e compra de livros, a rede física estava um tanto esclerosada e que o número de livros emprestados pelas bibliotecas era inferior aos empréstimos dos ônibus-bibliotecas.

Em complemento, havia uma programação habitual de trazer escritores para sessões de leitura em voz alta, contação de histórias, teatro infantil, iniciativas de animação cultural. Quando se tratava de uma biblioteca temática, buscava-se algo relacionado a seu tema. Na de literatura fantástica havia um evento em que se passava a noite em claro na biblioteca; na de contos de fadas as crianças dormiam na biblioteca por uma noite. Experiências inspiradas em outros lugares, como a Colômbia, com suas bibliotecas-parque, com estrutura muito semelhante à do Centro Cultural São Paulo.

Introduzir a mediação de leitura, uma adaptação da experiência francesa, somente seria possível com o engajamento dos profissionais das bibliotecas; foi preciso reconquistá-los e estimulá-los. Em outra linha de atuação, buscava-se ressaltar a inteligência coletiva aplicada, nome sofisticado para terapia de grupo: trabalhar em conjunto, encontrar estímulos coletivos para enfrentar os desafios. Para esse preparo das novas relações entre os quadros internos foi contratado o Instituto A Cor da Letra.

Reacender o circuito das bibliotecas foi um projeto de governo, que se viabilizou por que contou com apoio político e a adesão do corpo de servidores municipais, sob a serena liderança de uma bibliotecária de carreira na Prefeitura, Maria Zenita Monteiro. Em sua equipe se destacaram Marta Nosé, Arlete Martins Benatti, Marlon Florian, Valdirene Gomes.

No campo do estímulo amplo à leitura, foi criado na Secretaria Municipal de Cultura um programa de produção e distribuição de livros, em parceria com a Editora Unesp e a Imprensa Oficial. A coleção “De mão em mão” editou oito livros durante o ano de 2012, cada um com uma tiragem de vinte mil exemplares, distribuídos gratuitamente nos corredores de ônibus. Clássicos da literatura nacio-

nal e temas de interesse dos habitantes de São Paulo compunham o cardápio. Contos de Machado de Assis, de Lima Barreto, de Antônio de Alcântara Machado, de Luiz Lopes Coelho, introdutor do gênero policial entre nós, com as aventuras do Delegado Leite, uma antologia inédita de textos de Mário de Andrade, intitulada *São Paulo! Comoção de Minha Vida...* conviviam com títulos inesperados como *São Paulo em Guerra - 1924*, versão inédita em quadrinhos das memórias do tenente Cabanas, *Os Fantasmas da São Paulo Antiga*, de Miguel Milano, há muito esquecido. O projeto foi inspirado na coleção “Libros al Viento”, de edição de pequenos livros para distribuição gratuita em corredores de ônibus de Bogotá, na Colômbia. Nossa iniciativa foi interrompida em 2013.

Passemos agora à Biblioteca Municipal Mário de Andrade, cujos problemas são de outra natureza, devido à sua peculiar condição de biblioteca de referência, a segunda em importância do país. O projeto da biblioteca surgiu no Departamento de Cultura e Recreação entre 1935 e 1938, quando o acervo da Biblioteca da Câmara Municipal passou para a Prefeitura e foi instalado na rua Sete de Abril. Seu diretor era Eurico de Góis, que resistiu aos planos de Mário de Andrade. Quando se aposentou, Rubens Borba de Moraes assumiu a divisão de bibliotecas e então se desenvolveram projetos grandiosos, como a construção da nova biblioteca, que só em 1960 veio a receber o nome de Mário de Andrade. No Departamento de Cultura, escolheram e desapropriaram o terreno, desenvolveram o projeto e iniciou-se a construção do novo prédio, com projeto *art déco* de Jacques Pilon.

O autogolpe de 1937 eliminou as eleições previstas para janeiro de 1938 e as chances do ex-governador de São Paulo Armando de Sales Oliveira de concorrer à Presidência da República. O prefeito Fábio Prado, do seu grupo político, foi substituído por Prestes Maia. Nessa troca, a cultura perdeu muito. O grupo derrotado estimulava a cultura como processo de valorização do cidadão, consciente de seus direitos, numa dimensão política. Os novos dirigentes consideravam as atividades culturais irrelevantes.

Prestes Maia paralisou o Departamento de Cultura e interveio no projeto da Biblioteca Municipal, cujo projeto moderno o desagradava. Eliminou o espaço onde se previa a construção futura da segunda torre de armazenamento de acervo. Adepto do estilo neoclássico, impôs um pórtico desproporcional ao volume geométrico, uma aberração arquitetônica.

O conflito entre o prefeito e o diretor da biblioteca atingiu o seu auge quando Prestes Maia mandou instalar no salão de entrada a estátua de uma bela moça da sociedade paulistana, representando a

Leitura. Rubens Borba, que procurava uma obra de arte à altura do valor do prédio que se inaugurava, reagiu com ironia e foi demitido.

Em 15 de fevereiro de 1957, uma reportagem na *Folha da Manhã* mostrava uma fila na entrada da biblioteca acompanhada de uma entrevista com seu diretor, ninguém menos que Sérgio Milliet, o crítico modernista, que pertenceu à equipe pioneira do Departamento de Cultura. Questionado a respeito da fila, explicou que havia muitas goteiras na biblioteca depois da recente chuva. A fila era para controlar o acesso das pessoas, porque não havia possibilidade de todos entrarem. Dizia também que a biblioteca atravessava uma crise aguda, não só pelos graves problemas físicos do prédio, mas também porque a torre estava completa. Não havia mais espaço para armazenar um só livro, nenhum jornal. Era necessário construir a segunda torre. Quinze anos apenas haviam se passado entre a inauguração da biblioteca e o equívoco de Prestes Maia já apresentava sua cobrança.

Qual foi a solução encontrada? Levar livros em desuso e, sobretudo, revistas e jornais para a Biblioteca de Santo Amaro, situada num prédio com andares vazios. De 1957 a 2010, ali foi se constituindo um depósito morto, no qual não se entrava para consultar, apenas para guardar. Uma segunda torre improvisada.

Em 1975, na gestão do crítico Sábado Magaldi, esse era o principal problema da diretora do Departamento de Bibliotecas Públicas, May Brooking Negrão, que coordenava a Biblioteca Mário de Andrade. Ela buscava, junto com o Secretário de Cultura, uma solução para a questão da segunda torre. Naquela época, o prefeito Olavo Setúbal estava começando a construir o metrô de São Paulo, ainda no âmbito municipal. Para isso, criou a Emurb – Empresa Municipal de Urbanização, que recebia recursos públicos e adotava estratégias interessantes de capitalização: onde instalaria uma estação de metrô, Emurb desapropriava uma área maior do entorno.

Com os imensos investimentos, a área excedente se valorizava muito e após a inauguração da estação era vendida com lucro. A faixa do entorno do Centro de Operações do Metrô, na rua Vergueiro, à beira da avenida 23 de Maio estava desocupada. Jovens arquitetas da Emurb ofereceram a área à Secretaria de Cultura. O secretário Sábado Magaldi percebeu que havia a possibilidade de construir ali no declive da 23 de Maio uma torre deitada. Assim começou o projeto do que hoje é o Centro Cultural São Paulo, mas que inicialmente era o complemento da Biblioteca Mário de Andrade.

A biblioteca da rua da Consolação se tornaria assim um museu do livro, com sua preciosa coleção de Raros, porque de fato sua vocação inicial é de referência, enquanto o acervo mais recente, de uso corrente,

seria transferido para o Paraíso e o público cotidiano seria desviado para lá, ao lado da estação Vergueiro do Metrô. O projeto arquitetônico de Eurico Prado Lopes e Luís Teles era generoso, discreto – encaixado no desvão do talude, sem volumetria saliente –, criava uma rua interna, urbanizando o edifício, com livre circulação por meio de cinco entradas e saídas.

Em 1979, na troca de governo, Olavo Setúbal é substituído por Reynaldo de Barros e Sábato Magaldi, por Mário Chamie, um de seus maiores amigos. Por esse motivo, esperava-se uma continuidade de gestão. Mas isso não existe, nem entre o primeiro e o segundo mandato de um mesmo governante. Mário Chamie se encanta com o projeto do Centro Pompidou de Paris e no meio da obra na rua Vergueiro transforma o que seria a segunda torre da Biblioteca Mário de Andrade no Centro Cultural São Paulo.

A cidade ganhava o seu mais democrático espaço cultural, mas o problema da Biblioteca Mário de Andrade ficou sem solução. Como ex-diretor do Centro Cultural, posso afirmar que a ideia de agregar cinema, teatro, música a uma grande biblioteca de consulta direta é uma boa iniciativa e o público jovem respondeu afirmativamente, apropriando-se das instalações estimulado pela arquitetura livre, transparente, sem restrições de circulação. O CCSP é antes de tudo sua arquitetura. Mas ela ficou traumatizada pelas adaptações, pois não estava previsto isolamento acústico nos auditórios que se transformaram em palcos de teatro, de shows musicais, inclusive de rock, por isso o vazamento de som é incontornável.

A Biblioteca Mário de Andrade permaneceu abandonada à própria sorte e degradou-se. Na gestão da Secretária Marilena Chauí esboçou-se uma intervenção que não chegou a ser concluída e nem continuada. Em 2005, a BMA apresentava goteiras generalizadas, o estuque caía do teto ameaçando os consulentes, banheiros estavam interditados, o prédio pedia reforma urgente.

A situação parecia favorável: havia um projeto de renovação do arquiteto Fábio Penteadó e recursos disponíveis derivados de um empréstimo do BID – Banco Interamericano de Investimento, negociado na gestão de Marta Suplicy para intervenções no centro da cidade.

O projeto arquitetônico revelou-se polêmico à gestão do prefeito José Serra, que se iniciava. Foram questionados três andares subterrâneos e o topo do edifício que seria transformado em restaurante com vista para a praça Dom José Gaspar. Outro projeto de reforma foi então contratado junto ao Escritório Piratininga, com ênfase no retorno da Biblioteca Circulante ao corpo do edifício. A obra executada no âmbito do acordo com o BID contemplou também a comunicação do edifício

com o exterior mediante o implante de um pano de vidro na fachada, criando uma transparência entre a biblioteca e o ambiente externo. A biblioteca ficou mais próxima do público, do usuário comum, e do passante na calçada.

A reforma possibilitou a reabertura da Circulante em 2010, antes mesmo da conclusão da obra. Fundamental na dinamização do acervo e na ampliação do público, o retorno da Circulante trouxe nova vida à Mário, atraindo leitores de todas as idades, de todos os cantos e de diferentes extratos sociais. Fechada desde dezembro de 2008, a Circulante passou anos exilada na Chácara Lane, sem condições de atender à sua demanda. Ao retornar ao corpo da biblioteca, ocupou um espaço nobre, renovou e informatizou o seu acervo, e passou a oferecer 42 mil títulos de livros, em todas as áreas do conhecimento.

No entanto, permanecia sem solução a questão da segunda torre. José Castilho, diretor da Biblioteca Mário de Andrade de 2002 a 2004, havia localizado no entorno um prédio vazio, antiga sede do Ipesp, que poderia cumprir a função. Ele não conseguiu viabilizar a cessão do Estado para a Prefeitura, o que foi feito na nossa gestão. Uma obra de adaptação com custo superior a quinze milhões de reais permitiu que ali se instalasse em 2012 a Hemeroteca da BMA, retirando o pó e armazenando dignamente a valiosa coleção de jornais e revistas durante anos esquecida em Santo Amaro.

Nesse período de intensa renovação, a BMA deu mostras de sua fragilidade institucional, consequência de anos de ostracismo. Houve o desbaratamento de uma quadrilha de ladrões de livros e de obras de arte, cujo chefe era o titular da seção de restauro da biblioteca. Esse grupo expandiu uma rede de delinquência nas seções de livros de arte, atuando em todo o país, a partir da BMA. Furtos foram localizados no Museu Nacional, na Chácara do Céu, na Biblioteca Nacional, além da própria Mário.

*Áreas internas da Biblioteca.*

*Foto Sylvia Masini.*



Por uma feliz coincidência, o diretor da BMA à época era o advogado criminalista Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, habilitado profissionalmente a conduzir uma investigação exitosa. Atuando com habilidade e discernimento, recuperou muitos dos itens furtados, assim como colaborou com a polícia na identificação do ladrão e de seu mentor. O operador era um aluno do curso de Biblioteconomia da Escola de Sociologia e Política, hoje cumprindo pena. Após investigação e apuração rigorosa, foi o chefe da quadrilha exonerado da BMA a bem do serviço público.

Outra fragilidade da Biblioteca Mário de Andrade envolvia a catalogação retrospectiva do acervo geral e da coleção de Artes, bem como a informatização da coleção de Raros, por comparação das fichas manuais com os exemplares. Ao final da nossa gestão, apesar de enormes avanços, os desafios eram: atuar sobre os Raros, desenvolver o catálogo retrospectivo, consolidar a Hemeroteca, combater uma epidemia de fungos na torre dos livros. A Hemeroteca, apenas inaugurada, demandava higienização e catalogação do acervo e quadros próprios.

Para nossa surpresa, todo o processo de estruturação da Mário de Andrade – capacitação da equipe, preservação e catalogação das coleções, ampliação do acesso, dinamização do uso do acervo, ação cultural integrada à missão institucional –, conduzido sob a direção da bibliotecária Maria Christina Barbosa de Almeida, professora da ECA/USP, ficou interrompido em janeiro de 2013, com a posse de Fernando Haddad. Como se tratava de um programa estruturante, que atendia à vocação da instituição, não subordinado a projetos políticos, acreditávamos na sua natural continuidade. Não foi o que ocorreu, infelizmente.

Exemplos eloquentes dessa mesquinha política: no final de 2012, o Itaú Cultural aprovava um investimento de R\$ 2,8 milhões, destinado à informatização do catálogo e digitalização dos Raros. Não houve tempo para assinatura do convênio. A negociação foi interrompida e houve tentativa pela nova gestão de desvio do recurso aprovado para outras finalidades, o que foi recusado pelo Itaú Cultural. Perdia-se assim a oportunidade de trazer recursos externos para a BMA.

Em novembro de 2012, constatou-se o esgotamento da memória dos equipamentos de informática, o que obrigava a aquisição de um novo servidor ao custo de sessenta mil reais. A BMA necessitava de um servidor autônomo porque não podia mais compartilhá-lo com outros equipamentos da Secretaria de Cultura. No final de gestão, com o orçamento congelado, não houve tempo para essa modesta aquisição. Ela ficou em aberto. Uma auditoria do TCM – Tribunal de Contas do Município averiguou que o processo não evoluiu nos quatro anos da gestão de Luís Bagolin.

Sob nova direção, a BMA tomou um rumo completamente distinto: deixou de lado sua missão institucional, tentou se apresentar como um centro cultural, sem ter as condições para exercer a função. A sala de leitura foi sacrificada para se tornar local de exposições de artes visuais. Toda a energia da instituição – e 40% do seu orçamento anual – foram aplicados na execução de um projeto polêmico, a abertura da Circulante ao público por 24 horas. Dados manipulados de frequência não conseguiram mascarar os fatos: a relação entre o custo e o benefício social era desproporcional e o resultado irrelevante, de efeito puramente midiático.

Entre 2005 e 2012, houve um grande avanço no sistema de bibliotecas da Prefeitura e na Biblioteca Mário de Andrade. O período foi marcado pela retomada de investimentos do poder público, tanto para a reforma e modernização dos espaços e equipamentos, quanto para a atualização dos acervos, sem descuidar das atividades culturais. O restabelecimento da relação respeitosa com os bibliotecários, com a comunidade leitora, com a comunidade dos escritores, com o público, pela afirmação da vocação institucional dos equipamentos públicos, conduziu a ação do governo municipal pautada numa política pública.

Pouco se fala da importância da administração no sucesso dos processos culturais. A boa administração depende da descentralização, que assegura autonomia de gestão, de execução orçamentária, de política de pessoal, de iniciativa de contratos, de assessoramento jurídico etc. Durante oito anos, remando contra a corrente, todos os departamentos da Secretaria Municipal de Cultura foram alforriados, dentro dos limites legais, atingindo uma dinâmica inédita de gestão responsável e eficiente. Essa nova condição alcançou o Sistema Municipal de Bibliotecas e a Biblioteca Mário de Andrade.

Em janeiro de 2015, um simples decreto do prefeito Haddad centralizou novamente na Secretaria de Cultura todas as decisões, anulando a autonomia duramente conquistada. Uma lamentável atitude retrógrada, cuja reversão parece improvável. Um eventual novo surto de autonomia na Secretaria Municipal de Cultura só virá com a privatização da gestão pública, por meio das Organizações Sociais, como ocorreu no governo do Estado.

A guisa de desfecho, retorno às características marcantes de dona Guita – discreta, sóbria, determinada e responsável – para afirmar que a renovação das bibliotecas públicas da cidade de São Paulo se deu de maneira discreta, sóbria, determinada e responsável: por uma revolução silenciosa. ●

## A CULTURA EM PROCESSO DE MUDANÇAS EXTREMAS

---

*José Teixeira Coelho Neto*

Primeiro eu gostaria de agradecer, Cristina, pelo convite para participar deste momento. Tomo como uma obrigação fazer publicamente uma homenagem muito pequena ao casal Guita e José Mindlin. Um casal que eu não consigo dividir, se penso na Guita penso no José, e vice-versa. Extremamente importantes para a cultura do país e desta cidade, dando um exemplo de desapego enorme. Acho que todos sabem que a biblioteca de ambos poderia ter ido para os Estados Unidos, como foram outras coleções de arte do Brasil. Não faço nenhuma crítica àquelas que se foram, porque sabemos, com provas, que estão sendo muito bem servidas lá fora e que estão servindo. Mas o casal Mindlin insistiu em deixar a biblioteca aqui, e a USP recebeu este dom imenso. Carlos Augusto Calil elencou algumas qualidades da Guita, que poderiam ser também do José, e eu acrescentaria mais uma: a do humor. Estive presente à sessão de assinatura, não me lembro se do acordo de intenções entre o casal e a USP para a criação desta biblioteca, ou se já de fato do próprio acordo final. E o José fez um discurso curto naquela ocasião, que ficou gravado na minha memória. Ele disse que estava assinando apenas um contrato de comodato, de cessão temporária da coleção

para USP por algo como noventa anos, findos os quais ele voltaria para ver como estava a coleção. Se estivesse bem, assinaria a doação final... Eu espero que a minha participação – e a dos colegas da mesa, que foi muito boa – ajude José a se convencer de que ela está em boa casa.

Coisas muito interessantes foram ditas por Calil, que me antecedeu. Como sempre nessas situações, as conversas de corredores antes da sessão são muito interessantes. Aqui hoje, na plateia, estão uma ex-diretora da Biblioteca Mário de Andrade, Cristina de Almeida, e o atual diretor da Biblioteca, Charles Cosac. Com eles estávamos conversando sobre situações mais ou menos análogas àquelas que o Calil expôs aqui e certamente se eles pudessem reproduzir para este público a conversa que tivemos, todos sairíamos ganhando. De todo modo, vou dedicar-me a ponto um pouco diferente dos abordados pelos outros diretores aqui presentes e por Calil. Não sendo um especialista em conservação, nem em bibliotecas, apesar de ter vivido a maior parte da minha vida universitária em um departamento que se dedica a isso, entendi que minha apresentação de hoje poderia derivar de um grupo de estudos que eu coordeno agora no Instituto de Estudos Avançados, grupo que se volta para as culturas computacionais, essas que já estão à nossa volta. Como essas culturas já estão bem implantadas entre nós, não apenas meu grupo deveria estar atento a elas como toda a sociedade, e que nesse momento, deveria estar preocupada com o que está pela frente – que na verdade já está bem instalado entre nós. A conversa que manterei com vocês tem uma marca muito prospectiva. Não se volta para trás, não é retrospectiva. O papel prospectivo é o papel que cabe à ciência. A ciência é o instrumento do conhecimento humano capaz de antecipar as questões que aparecerão daqui a pouco. Lembro-me, dos meus estudos do colégio, e talvez vocês também, da Tabela Periódica de Mendeleiev, tabela de elementos químicos que possuía espaços vazios reservados aos elementos que ali deveriam figurar mas que ainda não haviam sido identificados, embora a teoria dissesse que ali, naquelas casas vazias, deveriam estar. Naquele momento em que eu estudava a Tabela de Mendeleiev, ela era um queijo suíço, com um monte de espaços vazios e apenas alguns tantos elementos químicos. Recentemente eu revi a Tabela de Mendeleiev e ela está completamente lotada, não tem vaga para mais ninguém. Esse é o sinal mais forte da presença de um procedimento científico. Ciência é a capacidade humana de prever o que vai acontecer, e de organizar-se para enfrentar o que vai acontecer. No nosso campo das Humanidades é um pouco de soberba, de arrogância, dizer que temos condições de praticar esse tipo de ciência. Mas temos que tentar, com o que está à nossa disposição. O grupo de estudos dedicado às culturas computacionais

tem exatamente essa preocupação: estudar o que já está aqui e ver o que podemos extrair disso de modo a nos prepararmos, na universidade, para renovar cursos e linhas de pesquisa e não ficar o tempo todo olhando apenas para o passado. O que farei aqui é apenas um resumo muito forte do que, a rigor, deveria discutir hoje com vocês.

Estudar as culturas computacionais hoje em dia é uma tarefa de Sísifo. Há dezenas, centenas de casos de culturas computacionais, cada um com suas propriedades, seus efeitos e modos de participação. Fazer apenas uma lista do que existe não é ciência. A lista, no máximo, com boa vontade, é um estado juvenil da ciência. Alguém é capaz de ver o que está acontecendo, de elencar aquilo que observa. Já está bem, mas não basta, é preciso transformar essa lista em algo que permita ver o quadro geral de uma maneira realmente germinadora. O que permite fazer isso é a detecção de uma estrutura orgânica daquilo que se está estudando. E assim foi que me dediquei a tentar encontrar uma estrutura das culturas computacionais, daquelas que estão aqui agora e das que possam vir pela frente. Um colega físico, que faz parte do nosso grupo, tem um problema com a palavra “estrutura”. Ele a considera uma palavra muito complicada, apesar de todos esses anos do estruturalismo, que causaram uma grande mudança na abordagem da antropologia e da cultura em geral. Então, em homenagem ao colega físico e para evitar problemas maiores, prefiro usar aqui a palavra “narrativa”. O que eu vou fazer é uma narrativa de alguns traços dessas culturas computacionais, dos quais selecionei alguns que tem mais relação com o tema desta mesa, o das bibliotecas, da conservação, da leitura, mesmo que não os trate diretamente. Identifiquei cerca de vinte desses traços, mas vou abordar aqui apenas meia dúzia deles que considero mais significativos. É um exercício intelectual que proponho, pois este é um trabalho em progresso, ainda não é um livro ou uma tese final.

A cultura computacional é, basicamente, automação. Cada vez mais presente em todos os aspectos da nossa vida, a automação tem um aspecto muito peculiar, ao meu entender um de seus efeitos mais agudos: o afastamento do ser humano de todas as atividades com as quais estava envolvido. De praticamente todas elas. Não se trata apenas do motorista de táxi, que daqui a pouco será colocado de lado porque os carros se conduzirão a si mesmos, mas também do professor universitário, do bibliotecário, eventualmente mesmo de um restaurador. A automação está acelerando violentamente a substituição do ser humano pela máquina. É o que acontece nas montadoras de veículos, por exemplo. Hoje as atividades da cultura empregam mais gente no Brasil que a indústria automobilística. E não há muita surpresa nisso, pois a quantidade de robôs que existe nas fábricas de qualquer marca de carros é enorme, uma

única pessoa pode controlar dezenas de equipamentos e ser, no limite, responsável pela produção de vários veículos. Os seres humanos estão saindo de cena, e não apenas na produção industrial. Tenho alguns dados particularmente preocupantes. Cinco pessoas ainda são necessárias para que a Walmart venda um milhão de dólares em produtos. A Amazon, por ter-se automatizado num grau elevado, emprega uma pessoa a cada milhão de dólares em produtos vendidos. E o problema é que a Amazon está cada vez mais vendendo os mesmos produtos que o Walmart. A Amazon comprou a cadeia de supermercados americana Whole Foods, rede de lojas diferenciadas, lojas boutiques como se diz hoje. E fico imaginando o que acontecerá quando a Amazon, além de tudo que já vende, instalar-se também nos supermercados, penso no que pode acontecer em termos de eliminação de vagas de trabalho, algo que já ocorre em São Paulo, na medida em que serão dispensados funcionários que orientam os consumidores, que cobram pela venda feita: em breve, o consumidor pagará ele mesmo pelo que estiver comprando, exemplo claro de como a cultura computacional vai tirar o homem de circulação. Há outros tantos exemplos mais claros. Um muito agudo e recente é o dos aviões. Espero que isso não assuste ninguém, se é que vocês já não sabem disso, mas hoje a maior parte das decolagens, do voo lá em cima e da aterrissagem é feita ou pode ser feita por computador, sem que o piloto faça coisa nenhuma. O piloto está lá de braços cruzados lendo um jornal, atento e servindo de alternativa caso algum problema aconteça. Vinte ou quinze anos atrás haviam três pessoas na cabine de comando de um avião: o navegador, que não é mais necessário por conta do GPS e tantas outras coisas, o piloto e o copiloto. Hoje há dois, mas as empresas aéreas querem colocar apenas um, preparando nosso espírito para quando não houver nenhum. Um estudo recente da Oxford University prevê que num período entre cinco e dez anos 47% dos empregos atuais vão desaparecer. Os nossos empregos, aqui na universidade, estão dentro desses 47%? E 47% é uma estimativa conservadora, pois dados mais atuais falam em 50%: a diferença parece pequena mas se estivermos envolvidos nesses 3% a mais a situação fica complicada, não é mesmo? A automação crescente é uma realidade, inclusive em nossa área de atuação profissional.

Outro traço, fortemente ligado às questões de conservação é o da impermanência. Em outras palavras, o desaparecimento da matéria, a virtualidade extremada. Recentemente na Inglaterra, em 20 de junho deste ano, a primeira-ministra Theresa May ganhou mal as eleições que ela mesma havia convocado, acreditando que o povo a colocaria lá em cima, e no entanto apenas conseguiu manter uma pequena maioria no Congresso. No início do novo governo, que no entanto era o velho governo, como sempre, a rainha Elizabeth, ou quem estiver no seu lugar, tem

de fazer um discurso de apresentação do novo programa. Todo discurso real tem de ser primeiramente escrito em um pergaminho especial, com uma tinta especial, para que o documento dure pelo menos quinhentos anos. A rainha Elizabeth, como tudo indica, vive em um outro mundo e outro tempo. Comparem a permanência de seu discurso escrito com qualquer outra coisa que conheçam. E nem abordarei aqui, pois vocês sabem disso melhor que eu, os problemas dos atuais suportes da informação quando o que está em jogo é sua duração no tempo. Todos nós sabemos como o *hardware*, o próprio equipamento, não só o *software*, muda. Comecei minha carreira acadêmica pouco antes do aparecimento dos *floppy disks* maleáveis. Tenho centenas deles em casa, com os quais não posso fazer mais nada. O próximo passo foi o disquete pequeno, quadrado, do qual vocês se lembram. Idem. O passo seguinte foi o CD. Idem. Agora tenho um *pendrive*, como todo mundo tem. Qual a durabilidade disso? Qual a durabilidade da informação nele contida? E antes do computador eu escrevia à máquina – não sou do tempo em que se escrevia à mão – e produzia aquilo que recebia o nome de originais. Não existe mais o original, no sentido físico do termo. O escritor contemporâneo, quando esgota seu veio de criação e nada tem mais para vender, não mais pode considerar vender seus originais, como fazia o escritor moderno e os que o antecederam e que escreveram, todos, à mão. O que o escritor contemporâneo tem ou teria para vender é uma coisa anônima, sem cheiro, sem gosto, sem nada, sem consistência, sem materialidade: ele não tem nada, tem um arquivo digital que não traz as marcas de suas correções, nem a do copo de vinho que talvez tenha pousado sobre uma página, nem mesmo vestígios de seu DNA que impregnaram o papel onde escreveu. Essa é a impermanência, outra narrativa das culturas computacionais, ao lado da automação. O ser humano é tirado de cena em quase todos os aspectos, como no campo das relações humanas. Os *call centers* de hoje, vocês sabem, não usam mais pessoas para falar com você. Estão aprimorando, na melhor das hipóteses, o sistema de voz, como se diz, em que você escolhe alternativas. Quando você insiste, depois de vários minutos, em falar de fato com alguém, esse alguém não sabe resolver o seu problema...

Uma terceira narrativa das culturas computacionais é a desintermediação. Em choque frontal com a área da universidade, de bibliotecas e do ensino. No século passado, por volta dos anos 1980, eu costumava dizer que a era dos explicadores estava acabando. Aquele era o último século dos explicadores, que eu não chamava de intelectuais, porque talvez na segunda metade do século XX os intelectuais já estivessem um pouco... desaparecendo. O momento dos intelectuais foi até a primeira metade do século XX, depois tenho a impressão de que sobraram

apenas os explicadores. Mas também os explicadores estão sumindo e vão sumir. O que nós temos hoje é, efetivamente, uma situação tal em que todos aqueles que ficavam entre a fonte (da informação, do conhecimento) e o receptor estão desaparecendo e sendo substituídos pela máquina. Há centenas de exemplos disso. Vamos começar pelo livro. Todo mundo aqui já leu, ou já viu o filme *Cinquenta Tons de Cinza* ou já ouviu falar dele. (Não há problema nenhum em admitir que já leu ou livro ou viu o filme, já superamos essa etapa da moralidade... por enquanto, em todo caso: a civilização sempre se esquece de suas conquistas e está condenada a refazer seus passos em muitos aspectos...). Cito a série de livros de E. L. James porque ela é um exemplo perfeito da queda quase irreversível do processo de mediação que foi a produção do livro até bem recentemente. Essa autora escreveu o livro no computador, colocou-o na internet e fez um sucesso estrondoso por conta própria. Só depois uma editora apareceu e fez um contrato para colocar o livro dela em papel. Depois vieram os filmes e tudo mais. Nesse caso, todas as intermediações entre o escritor e o leitor foram, no mínimo, condensadas. Cada uma das quatro fases do sistema de produção cultural – produção, distribuição, troca (geralmente, na nossa sociedade, requerendo o dinheiro) e uso efetivo do bem produzido – tem seus problemas. Como produzir e, se for o caso, quais são os subsídios para a produção; como distribuir; como ter acesso ao bem produzido; e, uma vez tendo o livro na mão, como de fato apropriar-se daquele livro, tornar subjetivo aquilo que está lá incorporar esse conhecimento. Antes, quando alguém queria escrever um livro, precisava vencer uma primeira barreira, a da edição. O editor era (e continua sendo) o primeiro e grande crítico literário: “seu livro eu aceito, seu livro eu não aceito”. Hoje o autor não precisa mais passar por esse crivo. Depois de publicado, o livro precisava ser distribuído. Fisicamente. Como distribuir um livro no Brasil, com as pouquíssimas livrarias que existem, e que existem cada vez menos? Agora, não há mais esse problema, pois a distribuição é feita pelo próprio computador e quase todo mundo tem um computador ou tem acesso a um. Às 11h59min eu leio em um jornal digital estrangeiro que saiu um livro fantástico da minha área, às 11h59min30s eu faço o pedido do livro e pago por ele, à meia-noite o livro está comigo, à 0h1min já estou lendo aquele livro. A etapa de intermediação da distribuição sumiu. A troca é hoje amplamente facilitada desde que você tenha algum dinheiro. Há uma tendência, por enquanto, de que o livro digital custe um pouco menos do que o impresso, o que daqui a pouco talvez se altere. Mas a antiga cadeia de intermediação tende a desaparecer. Idem no cinema. Antigamente você filmava, revelava o filme e o transformava em uma película em seguida

acondicionada em latas, as latas tinham que ser postas no caminhão, o caminhão levava até a distribuidora – se ela aceitasse aquele filme – e a distribuidora entregava aos cinemas, se eles quisessem aquele filme. Isso acabou. Você grava o filme (não há mais uma fita física), coloca o filme diretamente na internet e o distribui para uma rede de cinemas. A intermediação está desaparecendo. A detenção de uma fonte de informação pelos explicadores também está desaparecendo. Se você está conversando com amigos e tem uma dúvida sobre qual foi o ano em que algo foi feito, quem fez o quê, você tira do bolso ou da bolsa esse instrumento que nós temos aqui na mão [um celular] e resolve o problema. A intermediação sumiu de quase todos os aspectos em que vocês queiram pensar. Até mesmo do diagnóstico médico. Há máquinas que fazem diagnósticos completos. O Dr. House, da série de televisão homônima, vai perder o emprego – e nós, o filme em que ele aparece... Não mais se requer, a rigor, um ser humano para fazer um diagnóstico, a máquina faz isso – e ela pode mesmo operá-lo. A desintermediação é outra das narrativas centrais do novo tipo de cultura que estamos vivendo.

Há também a individuação. Sobretudo no século xx, que é o grande século de difusão, de cultura de massa etc., tudo o que nós fizemos foi trabalhar para – como dizem as empresas de marketing e publicidade – segmentos da sociedade. A ideia de segmentos está desaparecendo, porque é possível hoje atender, tocar, acionar as pessoas individualmente. Como vocês devem estar sabendo, ainda que não tenha sido o determinante, um dos fatores que contribuiu para a eleição de Donald Trump foi o fato de duas empresas terem, uma, 240 milhões e outra, duzentos milhões de perfis de norte-americanos cujas preferências passaram a conhecer e com os quais podiam falar diretamente, um a um. Obviamente em algum momento esses dois números não se somam, se sobrepõem, mas a quantidade de pessoas é incrível. Essa quantidade enorme de informação possibilitou que nos dias finais da campanha Trump comprasse todo o tempo disponível no YouTube e veiculasse anúncios específicos para lotes reduzidos de pessoas. Você não ia votar no Trump porque ele é racista? Tem um vídeo para isso. Porque ele é contra o Estado? Tem um vídeo para isso. Nós nunca encontramos antes essa situação. E a individuação se espalha para outros campos, em alguns países mais do que outros, conforme o grau de sofisticação ou modernização tecnológica. Pense, por exemplo, no caso das roupas. Aqui no Brasil nós ainda compramos roupas – falarei das roupas para – em três ou quatro tamanhos. Pequeno, médio, grande e extragrande. Nos Estados Unidos, você entra numa loja de roupas e encontra três ou quatro medidas de cintura que se combinam com três ou quatro comprimentos de perna, de tal forma que é praticamente impossível

você sair da loja sem uma calça que sirva. A menos que você esteja completamente fora do quadro – mas aí é problema seu, não da loja. E não há ninguém para fazer a bainha da calça ou do paletó, porque há um tamanho de paletó para você. Mas isso é pouco, daqui a dois ou três anos a loja fará na hora o terno para você. Não sei se é possível imprimir um termo em 3D, mas sei que é possível imprimir um coração, então deve ser possível imprimir uma calça. Como isso pode projetar-se no campo da cultura? Antes, nós, escritores, diretores, produtores de filmes, fazíamos filmes para segmentos definidos. Não vou dizer nem prever, como possibilidade, produtos culturais para o um, para um indivíduo. Podemos aqui abrir um parênteses para falar de coisas das quais não se deve falar; mas, o fato é que um livro bom, de alta literatura, que realmente valha alguma coisa, não foi feito para um público, foi feito para o próprio escritor, para o *um*. Ele faz aquele livro porque precisa daquele livro, que está descobrindo enquanto o escreve. Vamos citar *Finnegans Wake*, que James Joyce levou 21 anos para escrever, ou mesmo o *Ulisses*, que consumiu catorze anos de sua vida. Vocês que já leram o *Ulisses* sabem que é difícil, e vocês que já tentaram ler o *Finnegans Wake* e não conseguiram, sabem que essa é uma missão quase impossível. James Joyce o leu. Haroldo de Campos também, ele que traduziu *um* capítulo do *Finnegans Wake*... O fato é que um livro bom é para o autor, para um. Não é impossível que daqui a um tempo possamos fazer livros e filmes para um. Quando falei da desintermediação, esqueci de mencionar o exemplo da Netflix, com todas suas consequências sociais – estou falando de convivência na sociedade, não de ideologia propriamente. Lembro-me que íamos em quatro, cinco amigos ver *La Dolce Vita* no Cine Coral, na Sete de Abril. E depois íamos para um bar discutir o filme. Agora eu vejo *La Dolce Vita*, ou equivalente, à meia-noite, em casa, sozinho, enquanto meu amigo está vendo outro filme ou nada. Isso é um exemplo de desintermediação e individualização. O filme apenas para você ainda não existe<sup>1</sup>, mas você é senhor do seu tempo e do seu consumo cultural. Qual é a consequência disso no campo das bibliotecas, por exemplo?

A unificabilidade é outra narrativa extremamente relevante das culturas computacionais. Tudo converge para o um. A espécie humana, até agora, existiu por causa da diferenciação. Nós estamos aqui por conta disso. Eu não sou da área, mas sei que aquelas bactérias, foram

1. Faço a revisão deste artigo em fevereiro de 2019 e o filme *Bandersnatch*, na Netflix, da série *Black Mirror*, já é um filme quase individual, quase para o um uma vez que o *Bandersnatch* que vejo pode não ser aquele que você viu... (Teixeira Coelho).

diferenciando-se e aqui estamos nós. E depois fomos nos diferenciando em termos de sociedade. Em 2005, a diversidade tornou-se um valor defendido pela ONU, pela Unesco, estamos vivendo esse processo. Mas as culturas computacionais tendem à unificação. Pensem em coisas muito simples: vamos supor que você pertence à fatia ainda relativamente restrita dos que têm um carro. Até pouco tempo atrás você precisava ter um telefone e um tocador de fita e um relógio e um gravador pequeno e um GPS para localizar-se. Hoje todos os cinco ou mais aparatos diferentes estão reunidos no celular. A propensão das culturas computacionais é fazer tudo convergir para uma coisa só e tudo tornar indissociável. As consequências políticas e ideológicas disso são enormes, além das existenciais, das quais cada um de nós já tem uma ideia pois já está vivendo isso. O Estado quer sempre ser um, como sabem aqueles que viram filmes do Jean-Luc Godard. É mais fácil governar se todos os duzentos milhões pensarem e consumirem as mesmas coisas. Esperava-se que isso se tornaria mais difícil com a internet, que ela levaria a democracia para todos os lados. Mas vejam o que está acontecendo com a China, que dá belos exemplos de como é possível, sim, controlar a internet, inclusive com a cumplicidade da Google, que, muito interessada no mercado chinês, está se dobrando às exigências censórias de seu governo, que já tem a possibilidade de bloquear o Facebook, o Twitter e tudo aquilo que não quiser. Então, o que vai convergir para a unificabilidade e quem vai controlar tudo isso?

Falemos da combinatoriedade. No campo das culturas computacionais, quase tudo pode ser combinado com quase tudo, por critérios os mais diferentes e imprevisíveis. Por exemplo, o sistema de armazenamento de livros da Amazon não segue, até onde sei, os sistemas tradicionais da Biblioteconomia. Os bibliotecários podem classificar livros por autores, assuntos, etc. Já a Amazon estoca livros pela frequência com que eles são comprados e se são comprados juntos, aos pares ou trios, ou não. E não se trata de poupar o tempo da pessoa que vai buscar esses livros no estoque, porque é o computador que vai lá pegar esses livros. Isso, no começo, era chamado de lógica caótica. Meu amigo físico tem chilikques quando conversamos sobre isso. A lógica caótica é aquela que não nos é acessível, cuja chave nos parece fora de alcance – ilógica. A Amazon também estoca livros pelo tamanho, o que é muito mais racional em termos de espaço. Eu tenho esse problema em casa e adoto essa solução em casa há tempos, meus livros já são há muito estocados por tamanho, não por nenhuma lógica, mas pelas condições físicas da minha estante: neste espaço cabem os livros maiores, neste outro os de bolso e assim vai. O caos se instala, não acho mais nada. Mas a Amazon, com computadores, acha... Não imaginava que a Amazon copiaria meu sistema patenteado... Então, estamos nós preparados para uma situação em que quase tudo pode

ser combinado com quase tudo e de muitos modos, se não de qualquer modo? Quase tudo pode ser representado pela lógica digital enquanto ela continuar vigorando: o quântico já bate à porta, mas ninguém sabe ainda muito bem como funciona, ninguém conseguiu criar uma máquina quântica confiável<sup>2</sup>, muito menos economicamente acessível. Na lógica digital, tudo pode ser traduzido para zeros e uns. Traduzo um livro em uma sucessão de zeros e uns, assim como uma música, um quadro. Aquilo que antes era chamado, na melhor das hipóteses, de correspondência entre as artes, encontrou agora um modo físico de expressar-se. Havia um ramo da Filosofia Estética que tratava disso: a literatura pode conversar com a música? A música pode conversar com a arquitetura? Talvez alguém aqui tenha lido o filósofo Étienne Souriau, que se dedicou a isso. Mas com a lógica digital, tudo corresponde-se com tudo. Eu posso transformar um livro em zeros e uns e ver os desenhos formados. Nós ainda vivemos em um mundo de compartimentos herdados do Iluminismo do século XVIII. A separação em gavetas foi um grande avanço da humanidade, quando comparado àquilo que havia antes, a convergência de tudo para o um, convergência que nos séculos anteriores se dava na Igreja. Não havia arte nem ciência, e sim a arte e a ciência que cabiam à religião. Tudo era uma coisa só, algo que o Iluminismo separou: a arte passa a correr aqui, nesta trilha, a ciência por aquela, a religião por aquela outra. Pois estamos entrando em um outro período, em que as coisas tendem outra vez a recombinar-se num só. E combinando-se, tendem a convergir<sup>3</sup>. Como isso pode se refletir numa situação de bibliotecas.

Há também a possibilidade de duplicação. Walter Benjamin escreveu o texto que se transformou em uma bíblia para todos os estudantes de estética, filosofia, sociologia, *A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica*. Acabamos de entrar definitivamente na época da reprodutibilidade, na época da Grande Reprodutibilidade, tudo pode ser reproduzido. O caráter de coisa única, portanto de coisa valiosa porque única, desapareceu. Posso fazer uma réplica da Mona Lisa em todos os aspectos, inclusive sensoriais. A ideia da originalidade e do valor do único desaparece totalmente. O livro raro, a partir de um determinado momento, não existe mais. A ideia da obra rara, única, singular, não existirá mais. Nossos valores serão alterados em relação a isso.

Para terminar abruptamente essa lista, que de fato continua, posso pensar também em um tema que andou muito em voga nos anos 1970, 1980, sobretudo com Michel Foucault e Roland Barthes, o tema

2. Agora, em fevereiro de 2019, já há alguns à venda... (TC).

3. Só que, como no conto de Borges *Pierre Ménard, Autor de Quijote*, a recombinação nunca reproduz o mesmo sentido anterior... (TC).

da “morte do autor”, etc. O anonimato, ou a indiferenciação da fonte. Que é autoria? Autoria é acesso à informação? Capacidade de produção? Capacidade de edição? Aliás, a editabilidade é também uma outra propriedade das culturas computacionais. Hoje você pode editar até mesmo seu DNA. Bem recentemente uma cientista foi capaz de encontrar um meio de cortar um pedacinho minúsculo de DNA e trocá-lo por outros. Mas voltemos à autoria. O teorema que eu gostaria de ver provado um dia é o seguinte: à medida que você aumenta o acesso à informação, a capacidade de edição e a capacidade de produção, a autoria tende a desaparecer. A indiferenciação tende a aumentar. Sei que o termo “anonimato” é radical, mas ele tende a se instalar. E com o anonimato, a obra cultural, o livro, o filme para um tendem a se tornar realidade.

Escolhi aqui alguns dos vetores da cultura computacional. As mudanças que representam já estão acontecendo e não estamos percebendo. Ou não estamos querendo perceber. Nós não queremos perceber, por exemplo, que o professor está com seus dias contados. Tradutor já não há mais, a rigor. Ou desaparecerá amanhã pela manhã. Se você quiser traduzir um texto do inglês, o tradutor da Google está muito bom, é alterar talvez 10 ou 20% do resultado dado pela máquina. Ele não traduz bem francês ou italiano, mas inglês sim, bastante bem, pelo menos o inglês simples. O tradutor está desaparecendo. Estou radicalizando, mas não muito. O professor também está sumindo, o condutor de veículos também. São essas pequenas narrativas, comuns a todo um espectro das culturas computacionais, que deveriam nos alertar para aquilo que vai se instalar e para nos convocar para uma renovação de nossas perspectivas e de nosso modo de trabalho. Isso quer dizer que a biblioteca vai extinguir-se amanhã, no fim do ano, daqui a cinco anos? Não, pois a preservação, de alguma maneira, supõe-se, continuará existindo. Como a preservação e a conservação podem dar-se, se serão alterados os conceitos de raridade e autoria? São essas as questões que selecionei para comentar com vocês, essa era a contribuição<sup>4</sup>, se o for, que podia fazer para esta mesa de debates. Obrigado. ●

4. Neste momento, fevereiro de 2019, já está pronto o livro do qual a palestra aqui transcrita, pronunciada na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, foi um embrião. Sob o título *eCultura, A Utopia Final (Inteligência artificial e Humanidades)*, será publicado em abril de 2019 pela Editora Iluminuras. (TC)

---

## **SOBRE O AUTOR**

Escritor, professor emérito da USP, é pesquisador junto ao IEA-USP. Foi diretor do MAC-USP, curador-coordenador do MASP e diretor do IDART. Publicou, entre outros, *Dicionário Crítico de Política Cultural* e *A Cultura e Seu Contrário*. Próximo livro neste campo: *eCultura, a Utopia Final (Inteligência artificial e Humanidades)*, junho de 2019. Autor de romances, entre eles *História Natural da Ditadura*.

# ESTUDOS BBM

# **FESTA E TRABALHO**

## **A ENCENAÇÃO TUPINAMBÁ NA ENTRADA EM ROUEN DE HENRIQUE II EM 1550**

---

*João Marcos Cardoso*

A história é bem conhecida: nos dois primeiros dias do mês de outubro de 1550, rei e rainha da França, Henrique II e Catarina de Médici, são recebidos por uma grande cerimônia pública em Rouen, principal cidade da Normandia, no norte da França. Os dois contemplaram um espetáculo suntuoso, para o qual toda a cidade foi mobilizada. Foram construídos arcos triunfais, grandes pavilhões e carros cênicos. Representantes de diversas classes profissionais passaram em cortejo, finalmente trajados de seda, cetim, veludo, fios de ouro e prata. Grandiosas encenações foram cuidadosamente preparadas. O momento singular da cerimônia, que a destaca de outras do gênero ocorridas antes e depois, foi a presença de cinquenta índios levados de terras brasileiras a Rouen. Às margens do rio Sena, esses índios, e mais duzentos e cinquenta marinheiros normandos, encenaram a festa dos primórdios da exploração colonial europeia na América.

### **A CELEBRAÇÃO E SEUS ATOS**

Celebrações que marcavam a visita de um monarca a uma cidade eram tradicionais na França desde a Idade Média e deitavam raízes

na Antiguidade romana. A entrada de Henrique II em Rouen foi uma das mais expressivas de seu tempo e contou com laboriosa preparação e execução. Carpinteiros, pintores, escultores, poetas e outros tantos artesãos e artistas tomaram parte nos preparativos da entrada, que foi financiada pelos ricos burgueses da cidade, voluntária ou compulsoriamente, sob risco de punição caso se recusassem a colaborar<sup>1</sup>.

No século XVI, as entradas, como era nomeada esse tipo de cerimônia, revestiam-se de dois significados principais: “como produtos de uma visão particular de reinado, elas estão inseridas nas realidades políticas de seu tempo, por um lado refletindo os feitos de príncipes e por outro lado explicitando as esperanças e expectativas do povo”<sup>2</sup>.

A celebração teve início na manhã do dia primeiro de outubro de 1550, após ter sido adiada em razão da forte chuva que caía na cidade. Na programação, a cerimônia que marcava a entrada do rei aconteceria nesse dia e a que marcava a entrada da rainha, no dia seguinte. Grande séquito acompanhava os monarcas, com destaque para os embaixadores do Papa, da Espanha, Alemanha, Veneza, Inglaterra e Portugal.

De uma galeria construída fora dos muros da cidade, o rei viu cinquenta arqueiros abrirem o cortejo. Eles foram seguidos por membros do clero, medidores de grãos, vendedores de peixe, coletores de impostos, juristas, militares etc. “Estava ali uma viva taxonomia das pessoas da cidade, uma corrente humana cuja extremidade estava selada por uma demonstração de força”<sup>3</sup>: juizes vestidos de escarlate, arqueiros portando o emblema do rei, um grupo de gladiadores romanos e um regimento de cinquenta cavaleiros da Normandia.

Aparecem em seguida os dois primeiros carros triunfais, o carro da Glória e o carro da Religião, que cumprindo uma função alegórica, “ilustra[m], como nos explica o relato, o esforço dos reis da França em manter a unidade e aumentar o patrimônio da fé católica, contra seus adversários”<sup>4</sup>. Após a passagem dos carros, seis grupos militares carregam miniaturas de cidades conquistadas, troféus, armas e estandartes, que simbolizam os feitos militares do rei. Aparecem ainda, acompanhados de doze homens vestidos de turbantes, seis elefantes cenográficos – uns portando miniaturas de castelos e navios, outros vasos em que chamas queimavam substâncias odoríferas. Um grupo de cativos

1. Cf. Margaret McGowan, “Form and Themes in Henri II’s Entry into Rouen”, *Renaissance Drama*, p. 206.
2. Margaret McGowan, *op. cit.*, p. 199 (tradução minha).
3. Michael Wintroub, “L’Ordre du Rituel et l’Ordre des Choses: L’Entrée Royale d’Henri II à Rouen (1550)”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, p. 480 (tradução minha).
4. Sérgio de Carvalho, *Sala Preta*, p. 204.

antecede a passagem do último carro triunfal, o da Fortuna, que tem como destaque uma espécie de duplo do rei Henrique II, o qual, empunhando o cetro e a palma da paz, recebe a coroa da deusa Fortuna.

Chega o momento de o rei fazer sua caminhada triunfal rumo à entrada da cidade. Aproximando-se das margens do rio Sena, Henrique II observa fascinado uma aldeia brasileira – cenário minuciosamente construído segundo o modelo “natural”: autênticos índios tupinambás e figurantes europeus fantasiados de indígenas, vegetação organizada para se aproximar da tropical, papagaios, saguis e outros animais tropicais, cabanas imitando as habitações indígenas, enfim, um conjunto coeso de elementos típicos da natureza e cultura do Novo Mundo. Nesse cenário, os tupinambás, secundados pelos figurantes normandos, fazem o papel de si mesmos: caçam com o arco e flecha, balançam na rede, comercializam pau-brasil com marinheiros normandos e combatem seus inimigos tabajaras. O rei avança para a ponte, rumo à entrada da cidade, e se depara com um grande rochedo, onde Orfeu tange sua harpa e atrás dele as nove musas também tocam seus instrumentos. Em outra parte do rochedo, Hércules corta as cabeças da Hidra. Já sobre a ponte, o rei é abordado por criaturas marinhas. Netuno lhe oferece seu tridente e logo tem início um espetáculo aquático, que inclui uma enorme baleia lançando dezenas de peixes pela boca. Ainda sobre as águas do rio Sena, desenrola-se a encenação de uma batalha marítima, entre a embarcação portuguesa, que se desfaz em chamas.

Quatro conselheiros recebem Henrique II na entrada da cidade com um pátio em veludo vermelho, sobre o qual está gravado o emblema real: *donec totum impleat orbem* [até que ele preencha todo o globo]. No lado oposto ao da catedral, o rei contempla um grande quadro representando Heitor, herói dos troianos, de quem os franceses seriam descendentes. Mais adiante, a cerimônia encaminha-se para o fim: em um dos arcos construídos para a entrada, revela-se, após várias aparições de figuras mitológicas, a representação de Henrique II sobre uma base onde estava inscrita a palavra “fé”. A última cena da entrada mostra um ambiente paradisíaco, onde situa-se seu pai, o rei Francisco I, acompanhado da representação de Boa Memória, que enaltece o estímulo que o antigo rei deu às letras, artes e ciências. Cartazes transmitem o elogio de Francisco I e Henrique II como promotores das letras e reforçam os benefícios de um rei justo, amante da arte e da ciência.

Assim a entrada triunfal de Henrique II em Rouen terminava em um tom que elevava o pensamento dos homens acima das considerações temporais sobre guerra e paz, reinado forte e bom governo, ainda que esses elementos fossem o ponto de partida para essa cena e meditação finais. Depois disso,

parecia natural que o rei se encaminhasse para a catedral, com o intuito de agradecer a Deus pela honra e poder com as quais foi agraciado e pela devoção e demonstração de obediência de seus súditos<sup>5</sup>.

## O EVENTO TORNA-SE LIVRO

Pouco mais de um ano depois da celebração da entrada do rei e da rainha em Rouen, aparece em livro o relato da cerimônia: *Cest la Deduction du Sumptueux Ordre, Plaisantz Spectacles et Magnifiques Theatres Dresses, et Exhibes par les Citoiens de Rouen Ville Metropolitaine du Pays de Normandie [...]*<sup>6</sup> (Figura 1). A obra, que será aqui referida apenas como *Dedução*, é de autoria anônima e foi publicada em Rouen em dezembro de 1551. O texto é uma descrição minuciosa dos personagens, cenários e espetáculos da entrada, pontuados por comentários eruditos do cronista. O volume é também fartamente ilustrado, são 29 xilografuras, algumas delas em páginas duplas.

Cerca de um século depois da invenção da prensa de tipos móveis, era uma decorrência natural transformar em relato impresso as celebrações de uma entrada real. Pela publicação, estabilizava-se e propagava-se os sentidos produzidos pelo evento. É razoável supor que fez parte dos preparativos da entrada em Rouen o projeto do livro e a designação de cidadãos para sua elaboração: cronistas tomavam notas precisas do que viam e artistas esboçavam os magníficos aspectos da cerimônia e de seus personagens. Mas à medida em que notas e esboços tomavam a forma de textos e gravuras de um livro, a diferença entre a celebração e seu relato começava a se delinear. Como nota Joël Blanchard a respeito dessa relação:

O evento e o livro não mantêm uma relação de equivalência. Isso é verdadeiro em particular para o livro ilustrado. O livro, em sua ordem própria, recompõe, ou “recria” o evento. Ele impõe um sentido da leitura, define uma ordem que às vezes se distancia do que pode ter sido o evento tal como ele efetivamente se desenvolveu. É preciso levar em consideração os laços de complementaridade que se tecem entre o evento e o impresso e que contribuem para aflorar a imaginação do leitor distante<sup>7</sup>.

5. Margaret McGowan, *op. cit.*, p. 231 (tradução minha).

6. *C'est la Deduction du Sumptueux Ordre Plaisantz Spectacles et Magnifiques Theatres Dresses: et Exhibes par les Citoiens de Rouen Ville Metropolitaine du Pays de Normandie, a la Sacree Maiesté du Treschristian Roy de France*, disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7715>>. Além dessa obra, há outros materiais impressos que abordaram os acontecimentos de outubro de 1550. Outro documento importante é um manuscrito, conservado na Biblioteca Municipal de Rouen, que relata a entrada em setecentos versos e dez miniaturas. Mais detalhes sobre outras fontes da entrada, ver: José Alexandrino Souza Filho, *A “Festa Brasileira” ou o Teatro do “Bom Selvagem”: Um Estudo Sobre o Papel do Índio Brasileiro na Entrada de Henrique II em Rouen em 1550*, disponível em: <<http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/viewFile/44/30>>.

7. Joël Blanchard, “Le Spectacle du Rite: Les Entrées Royales”, *Revue Historique*, p. 479 (tradução minha).

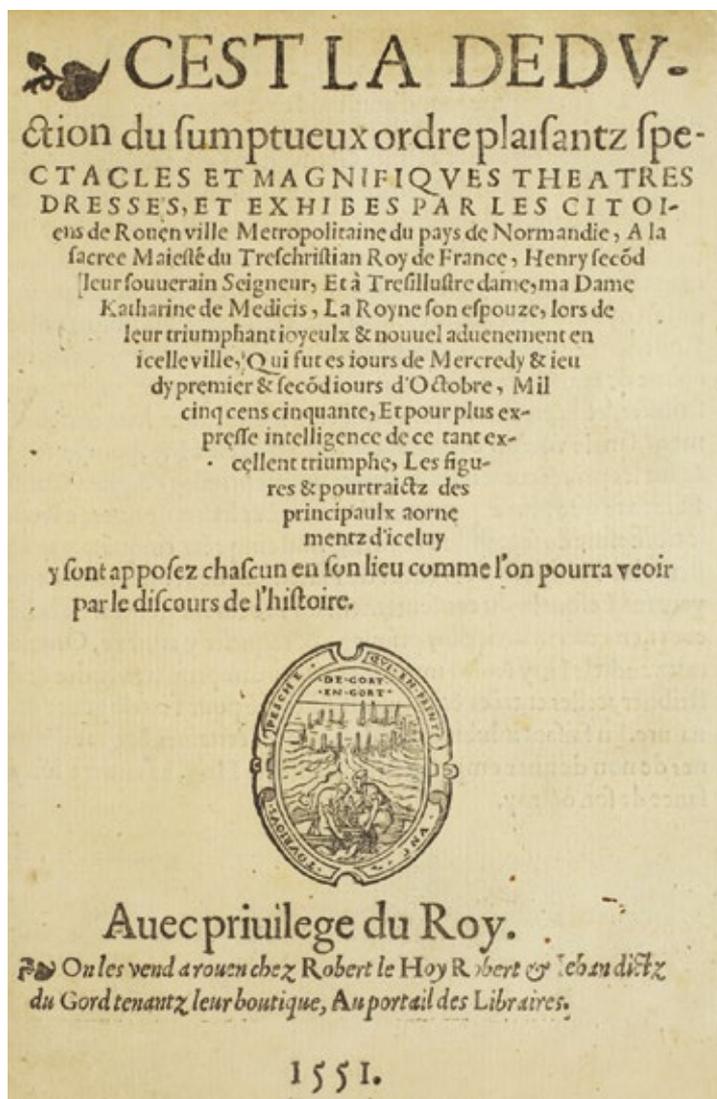


Figura 1. Folha de rosto de  
C'Est la Deduction du Sumptueux  
Ordre Plaisantz...

Tomando essa inevitável postura de “leitor distante”, gostaria de me deter na passagem da *Dedução* que diz respeito à participação dos ameríndios na entrada. A encenação à beira do Sena tem posição de destaque na cerimônia e deixou forte impressão em Henrique II. Como expressão das “expectativas do povo” de Rouen, ou mais restritamente, dos interesses dos ricos burgueses da cidade, a cena parece explorar os interesses comerciais dos normandos na costa brasileira:

É um fato bem conhecido que, desde os princípios do século XVI, os súditos do rei da França, provenientes majoritariamente da Normandia, começaram a frequentar a costa brasileira, onde eles instalaram numerosos pontos de comércio. A cidade de Rouen destacava-se no comércio muito rentável de pau-brasil, tinturas, papagaios e macacos. [...] Esse comércio, [prossigue Beatriz Perrone-Moisés], essencial para a economia normanda, que se estende até Marselha e além, só era possível porque os normandos já haviam estabelecido, havia algumas décadas, uma sólida rede de alianças com aqueles que se conhece sob o etnônimo “tupinambá”<sup>8</sup>.

Enquadrada nesse contexto, passemos à descrição da cena, tal como aparece na *Dedução*, aqui reproduzida integralmente em tradução minha<sup>9</sup>:

Ao longo da dita calçada, que se estende desde a frente das citadas muralhas, até a beira do rio Sena, localiza-se uma praça, ou prado não edificado, de duzentos passos de comprimento e trinta e cinco de largura, a qual é em sua maior parte naturalmente plantada e sombreada, na ordem, por salgueiros de altura média e além disso foi o vazio artificialmente preenchido por várias outras árvores e arbustos como giesta, zimbro, buxo e seus semelhantes, plantados em conjuntos espessos. O tronco das árvores estava pintado e guarnecido no topo por galhos e flores de buxo e freixo, que se aproximavam, bem perto do natural, às folhas do pau-brasil. Entre elas havia outras árvores frutíferas carregadas de frutos de diversas cores e espécies imitando o natural. Em cada canto da praça, nas proximidades de

8. Beatriz Perrone-Moisés, “L’Alliance Normando-Tupi au XVIe Siècle: la Célébration de Rouen”, *Journal de la Société des Américanistes*, pp. 47-48 (tradução minha).

9. Publicada em 1850, a obra de Ferdinand Denis, *Une Fête Brésilienne Célébrée à Rouen en 1550*, que comentaremos mais adiante neste artigo, transcreve integralmente essa passagem da *Dedução*. Há duas traduções em português do livro de Denis e, por conseguinte, do trecho da publicação quinhentista: uma de 1944, com tradução de Plínio Ayrosa: *Uma Festa Brasileira, Com os Poemas Brasileiros do Pe. Cristóvão Valente*, Rio de Janeiro e a outra de 2007, traduzida por Júnia Guimarães Botelho: *Uma Festa Brasileira Celebrada em Rouen em 1550*. Proponho aqui uma terceira tradução da passagem, na qual tentei encontrar soluções mais satisfatórias para algumas passagens particularmente obscuras do texto.

uma quadratura, foram construídos abrigos ou casas de troncos inteiros de árvores, sem aplinar nem preparar segundo a arte da carpintaria. Esses abrigos ou casas eram cobertas de junco e folhagens, fortificadas ao redor com paliçadas, em vez de baluarte ou fortificação, na forma e maneira das cabanas e habitações dos Brasileiros. Entre os galhos das árvores voejavam e gorjeavam à sua maneira grande número de papagaios, [esteliers] e [moysons] de alegres e diferentes cores. Trepavam nas árvores diversos macacos, marmotas e saguis, que os navios dos burgueses de Rouen tinham recentemente trazido da terra do Brasil. Ao longo da praça, moviam-se daqui para lá cerca de trezentos homens, completamente nus, bronzeados e eriçados, sem de nenhum modo cobrir a parte atribuída pela natureza. Eles estavam enfeitados e equipados ao modo dos selvagens da América, de onde se traz o pau-brasil, e dentre eles havia bem uns cinquenta selvagens autênticos, há pouco trazidos do país, e portavam, além de outros enfeites, para decorar sua face, bochecha, lábios e orelhas furadas e entremeadas, pedras longas, com extensão de um dedo, polidas e arredondadas da cor de esmalte branco e verde esmeralda. O restante da companhia, tendo frequentado o país, falava tão bem a língua e exprimia tão naturalmente a língua e modos de fazer dos selvagens, que era como se eles fossem nativos do mesmo país. Uns se divertiam atirando flechas nos pássaros, e impeliam tão corretamente as setas, feitas de bambu, junco e caniço que na arte sagitária superavam Meriones, o grego, e Pândaro, o troiano. Outros corriam atrás dos macacos, rápidos como os trogloditas atrás de aves selvagens. Alguns balançavam em suas redes sutilmente trançadas com fio de algodão, atadas dos dois lados na ponta de alguma árvore, ou então repousavam à sombra de algum arvoredor escondido. Outros cortavam madeira, que era levada por alguns deles a um forte construído para esse fim à margem do rio, da mesma maneira como os marinheiros deste país estão acostumados a fazer quando traficam com os brasileiros. Essas madeiras, os selvagens trocam e permutam, com os referidos marinheiros, por machados, foices e cunhas de ferro, segundo seu uso e modo de fazer. Assim feitas troca e o comércio, a madeira era transportada por botes e canoas até um grande navio de dois mastros atado em suas âncoras. A madeira era fortemente amarrada, presa e coberta com as armas de França, entremeadas na frente e atrás por cruces brancas. A artilharia disposta por luzes e vigias, tanto na popa quanto na proa...<sup>10</sup> As bandeiras e estandartes de seda estavam ornadas de alto a baixo de âncoras e crescentes prateados ondulando

10. Em sua transcrição do trecho, Denis faz, nesse ponto, uma supressão, sem mencioná-la, de um trecho da *Dedução* particularmente obscuro. Acompanho a opção de Denis e não ofereço tradução das duas linhas do texto que foram suprimidas. É certo que essas linhas tratam da paramentação do navio, mas a tarefa de encontrar termos em português minimamente equivalentes aos originais mostrou-se impraticável.

alegremente no ar. Os marinheiros estavam vestidos de casacos e calças de cetim, metade em branco e preto, metade em branco e verde. Nesse entre-tempo, chega uma tropa de selvagens que se chama em sua língua Tabajaras, que seguindo seus costumes, estavam agachados e dispostos em volta de seu Rei, por eles chamado Morbicha<sup>11</sup>. Com grande atenção e silêncio ouviram as reprimendas e arenga de Morbicha, feitas por movimentos de braço e gesto apaixonado, em língua brasileira. Isto feito, sem réplica, com pronta obediência foram violentamente assaltar uma outra tropa de selvagens que se chamava em sua língua Tupinambás. E assim combateram com tal furor e potência, com tiros de arco, golpes de maças e de outros bastões de guerra que estavam acostumados a usar, que os Tupinambás derrotaram e expulsaram os Tabajaras. E não contentes com isso, todos de uma vez correram para pôr fogo e queimar em chamas vivas a cabana e fortificações dos Tabajaras, seus adversários. De fato, a dita ciomáquia foi executada tão próxima da verdade, tanto em razão dos selvagens nativos que estavam misturados entre eles, como pelos marinheiros que em muitas viagens tinham traficado e por muito tempo residido domesticamente com os selvagens. Ela parecia assim ser verdadeira, não simulada, e prova disso é que várias pessoas deste reino de França, em número suficiente, tendo longamente visitado o país do Brasil e dos Canibais, atestaram de boa fé ser o efeito da figuração precedente o certo simulacro da verdade<sup>12</sup>.

O trecho é uma síntese da nota dominante de todo o texto, a mímica descritiva: cores, tamanhos, formatos e quantidades são extensamente empregados pelo cronista, recurso utilizado provavelmente para transmitir ao leitor a impressão de fidelidade de seu relato aos fatos ocorridos. No mesmo tom, o autor não se cansa de lembrar que tudo o que está sendo encenado está perfeitamente de acordo com o modelo natural, quando não é de fato natural – exemplo máximo disso na celebração é a presença de cinquenta ameríndios. Em resumo, o que se narra é fiel ao ocorrido e o ocorrido é uma simulação fiel da realidade.

O trecho se desenvolve em quatro movimentos. No primeiro, é apresentado o cenário, caprichosamente preparado para parecer uma aldeia indígena em meio à floresta tropical. As árvores europeias foram maquiadas para assemelhar-se ao pau-brasil e às árvores frutíferas tropicais, os animais são próprios da fauna brasileira, as habitações feitas ao modo dos índios. No segundo movimento aparecem os personagens, os cinquenta índios estão fantasiados de si mesmos e os duzentos

11. Trata-se provavelmente de uma deformação da palavra morubixaba, que significa líder de uma tribo, cacique.

12. *C'rst la Deduction du Sumptueux Ordre Plaisantz* [...], fol. Kiii(v) e Kiv(f).

e cinquenta marinheiros normandos adotaram não só a indumentária dos selvagens, mas também seus usos e costumes. O efeito é de uma comunidade harmônica em que o europeu adota os códigos culturais dos indígenas. A harmonia permanece no movimento seguinte, mas com os sinais invertidos. Os atores se ocupam com plácidas atividades cotidianas: caçam passarinhos, balançam na rede... e cortam pau-brasil para traficá-lo com navios franceses. No texto, a passagem da vida tranquila na aldeia à extração e o comércio da madeira é sutil, quer passar despercebida para escamotear o tráfico na harmonia da cena anterior. Que aliás não teria se alterado, pois cortar e negociar madeira reforça a simbiose do índio com o europeu, com a diferença, decisiva, de que agora é o índio que adere à prática cultural do europeu.

Enfim o último movimento: estavam os índios descuidados caçando pássaros e derrubando árvores quando sobrevém o ataque de uma tribo inimiga. Após confabulação liderada pelo chefe, a tropa tabajara toma de assalto a aldeia tupinambá, que reage. A luta é renhida e travada com as armas habituais, arcos, flechas e tacapes. Os tupinambás vencem a batalha, expulsam os inimigos e vingam-se deles. A passagem para o último movimento é abrupta – “nesse entretempo, chega uma tropa de selvagens” – e deixa claro que a harmonia foi quebrada. A paz do início da cena realça o clímax dramático de seu desenlace. E nem é preciso recorrer a elementos fora do trecho para afirmar de que lado se deve estar, afinal os tabajaras só aparecem para perturbar a paz e harmonia dos tupinambás. Henrique II seguiu caminho sob forte impressão do que acabara de ver e certamente aliviado pela vitória tupinambá.

A encenação tupinambá logo é complementada por um outro espetáculo cheio de fogos de artifícios: uma tradicional naumaquia, uma batalha aquática que tem início quando os navios franceses que comerciam com os índios são atacados por uma caravela portuguesa. Esse segundo combate, do qual também participam os índios, culmina igualmente em fogo: a nau portuguesa é incendiada pela artilharia francesa, sendo que o realismo pirotécnico da cena não recusa a participação de tritões e figuras mitológicas do mar. Lembremos que o próprio embaixador de Portugal estava presente à festa, em meio aos corpos diplomáticos de várias nações, e assistiu a essa imagem da disputa ainda não declarada entre portugueses e franceses em relação ao litoral brasileiro<sup>13</sup>.

13. Sérgio de Carvalho, *op. cit.*, p. 219

Projetada como encenação, é possível avaliar melhor o alcance da união entre o exotismo dos selvagens e da paisagem tropical de um lado, e a expressão dos interesses comerciais normandos na costa brasileira de outro. Está tudo harmonicamente integrado no pequeno pedaço de Brasil à beira do Sena e o inimigo que ameaçar a harmonia será prontamente combatido. A operação ideológica é flagrante, a indumentária indígena e o cenário tropical são uma atraente cobertura para o único interesse em jogo, o dos franceses.

De fato, vista com atenção, o avanço da descrição da cena na *Dedução* aponta para um elemento de sua composição que é, paradoxalmente, uma peça fora do lugar e sua pedra angular. O desenvolvimento mais tradicional da descrição seria feito em três movimentos: apresentação do espaço, dos personagens e da ação principal. Na leitura que proponho, há um quarto movimento, que é na verdade uma expansão do segundo, o de apresentação dos personagens. Expansão insólita, em que se esfumaça a nota “etnográfica”, no mesmo passo em que intervêm os forasteiros franceses, como se eles fossem tão naturais ao espaço quanto os índios. Essa aparição não parece ter contribuição alguma para o desenvolvimento da passagem, pois já não se justifica como apresentação dos personagens e não é ainda a ação que os movimentos anteriores preparam.

Inútil, aparentemente, à descrição como um todo, deve sua presença na cena a dois motivos: o primeiro é incluir no conjunto os marinheiros normandos – e, conseqüentemente, os interesses dos comerciantes de Rouen. O segundo é incluir os marinheiros na harmonia reinante, que após a chegada dos franceses ganhou outro aspecto, pois agora a concórdia deve-se à naturalização do trabalho indígena para o tráfico do pau-brasil. Tão natural quanto caçar passarinhos e balançar na rede é cortar, carregar e trocar madeira por bugigangas europeias. A festa entre franceses e tupinambás é possível porque esses últimos “aceitaram” a exploração colonial como seu destino. O que parece deslocado talvez seja a própria razão de ser de toda a encenação.

A História, contudo, não tardaria a revelar o engodo da cooptação do trabalho indígena, em nenhum sentido benéfico a eles, pelos interesses das nações europeias. Indolência e insubordinação ao trabalho logo passarão a ser marcas da caracterização do índio brasileiro, o que justificará a força bruta – escravidão ou extermínio.

### **A FIGURA DOS BRASILEIROS**

Antes do aparecimento da *Dedução*, já haviam sido produzidas na França, mais especificamente na Normandia, imagens de índios brasileiros ocupados com atividades relacionadas ao tráfico de pau-brasil.

Em *O Brasil dos Viajantes*, Ana Maria Belluvo destaca duas obras, ainda preservadas, produzidas por volta de 1530. A primeira é um baixo-relevo esculpido em mármore, intitulado *Frise des Sauvages* (Friso dos Selvagens), presente na Igreja de Saint-Jacques, na cidade de Dieppe. A segunda é também um baixo-relevo, esculpido em carvalho, e atualmente faz parte do acervo dos Musées Départementaux de la Seine-Maritime. Seu título é *L'Isle du Brésil: l'Embarquement du Bois Rouge/ Coupe et Transport du Bois Rouge* (A Ilha do Brasil: O Embarque e do Pau-Brasil/ Corte e Transporte do Pau-Brasil). As duas obras seriam as primeiras imagens representando índios brasileiros. Em ambas eles aparecem trabalhando no corte, transporte e carregamento de madeira<sup>14</sup>.

A gravura do livro que ilustra a cena, intitulada *Figure des Brisiliens* (*Figura dos Brasileiros*) [Figura 2], traz outros elementos para expressar a relação harmoniosa de índios e europeus. Sua configuração é própria das xilogravuras da época, que dispõem ações sucessivas em um único plano. Esse procedimento torna a gravura bastante dependente do texto que ela ilustra, pois na sua ausência o encadeamento das cenas representadas torna-se tarefa praticamente impossível. De fato, como é possível, sem recorrer ao texto, articular as cenas de lazer, trabalho e confronto bélico presentes na imagem? Essa falta de articulação manifesta é, contudo, um dos elementos que, na ausência do texto, torna a ilustração mais instigante.

Na imagem estão distribuídos três tipos de ações: o primeiro é o da vida cotidiana, com destaque para relações de teor erótico. Há quatro casais na gravura, o primeiro está numa rede, o segundo entre uma árvore, o terceiro recostado em um tronco e o último tem as mãos dadas e contempla um pássaro pousado na mão da mulher. Se, por um lado, a figura do casal na rede tem clara conotação erótica, o casal de mãos dadas evoca uma pureza edênica. Na linha média em que se distribuem os casais entremeiam-se uma roda de dança, um índio trepando numa árvore e um provável caçador com seu arco. Esse núcleo de ação concentra-se num eixo que se estende horizontalmente no centro da imagem. Nele estão as diferenças mais palpáveis entre a ilustração e o texto, que não menciona a cena da dança nem tampouco imagens erotizadas. Em relação ao texto, há uma ampliação de traços “etnográficos” da encenação<sup>15</sup>, que favorece a construção do cenário idílico da gravura.

Na parte esquerda da imagem, um eixo vertical organiza o segundo tipo de ação, o trabalho. Índios carregam toras de madeira em direção

14. Ana Maria de Moraes Belluzzo, *O Brasil dos Viajantes*, vol. 1, pp. 26-27, 32-33.

15. Beatriz Perrone-Moisés analisa os equívocos etnográficos do texto e gravura da Dedução. Cf. *op. cit.*, pp. 50-53.

a botes atracados na beira do rio. Literal e figuradamente, esse núcleo é o que está mais à margem do restante da gravura, nada aí se comunica com seu entorno, a ação dos índios aponta para fora da cena – para os botes que em breve farão meia-volta. Fica reforçada na imagem a hipótese de que as ações que evocam o tráfico de madeira são um fio solto na trama encenada, que só se justifica por razões ideológicas, como expressão dos interesses comerciais normandos.

O último tipo de ação é o conflito e está disposto nos dois cantos superiores da imagem, onde habitações indígenas estão em chamas, e na sua base, em posição central, onde inimigos se opõem em combate. Próximo do texto, as cenas ilustram o combate entre as tribos indígenas e a vingança posterior que os vitoriosos tupinambás infligem sob os derrotados, ateando fogo em suas habitações.



Figura 2. “Figure des Brisiliens”,  
gravura do livro *C’Est la Deduction*



CAPVT IIII.

*De modo obsidendi, & obsessos oppugnandi.*



Figura 3. Gravura de um livro de compilação de relatos de viagem à América, por Theodor de Bry.

Da justaposição de trabalho e o conflito depreende-se uma relação causal, na medida em que o início da exploração mercantil na América aflora rivalidades: entre gente da terra e invasores, entre nações europeias, entre nações indígenas. Esse emaranhado de rivalidades produzirá alianças, como a já referida entre franceses e tupinambás. Mas tanto no texto quanto na gravura não há conflitos entre índios e europeus. Rivalidades entre tupinambás e tabajaras, e entre franceses e portugueses correm paralelas, ao leitor cabe fazer as intersecções.

Uma imagem que apresenta muitas semelhanças com a *Figura de Brasileiros* está em uma das compilações de relatos de viagem à América editada por Theodor de Bry no final do século XVI<sup>16</sup> [Figura 3]. Trabalho e confronto bélico estão também justapostos, embora aí seja explícita a oposição de europeus e indígenas. O elemento etnográfico marca presença também, mas as cenas idílicas cedem espaço para os rituais antropofágicos, cuja barbárie, aliás, corrobora o conflito e dá coesão indiscutível aos núcleos de ação da gravura. A comparação é útil para explicitar a opção de cronista e gravador da *Dedução* por apagar as referências à oposição entre índios e europeus e a atos bárbaros dos índios. Dietrich Briesemeister resume essa escolha do gravador:

Os índios não são descritos como monstruosos (está ausente qualquer comprovação de antropofagia), mas aparecem como úteis fornecedores de matéria-prima, e são, no cálculo pragmático dos corsários e bons burgueses de Rouen, estrategicamente importantes, como instrumentos dos embates políticos entre franceses e portugueses<sup>17</sup>.

O texto da *Dedução* cita apenas, sem detalhar, o Brasil como terra dos canibais, e na gravura cenas antropofágicas estão totalmente ausentes. A ausência chama a atenção, pois o tópico é um dos mais explorados nos primeiros textos e iconografias sobre o Novo Mundo, talvez o principal elemento de caracterização dos primeiros habitantes da costa brasileira. Poucos anos depois, em 1557, o relato de Hans Staden trará a antropofagia impressa no título e na gravura da capa de seu livro. Na França, em 1558, o missionário francês André Thevet publicará as *Singularidades da França Antártica* com farto material sobre o ritual antropofágico. Assim, em que pese a recorrente afirmação, no texto, da proximidade da encenação com

16. Theodor de Bry, *Americae Tertia Pars Memorabil e Provinci Brasili Historiam [...]*. [Francofvrti ad Moenvm: Impressum apvd I. Wechelvm, Impensis T. de Bry] Venales Reperi Utur in Officina T. de Bry, 1592.

17. Dietrich Briesemeister, "Figure des Brisiliens. A Iconografia Política da Celebração da Entrada Solene do Rei Henrique II da França e Catarina de Médicis em Rouen (1550)", *História: Questões & Debates*, p. 23.

o modelo natural, os promotores do espetáculo em Rouen excluíram um elemento consolidado de caracterização indígena. Excluído o canibalismo, está livre de obstáculo a relação igualitária entre índios e franceses:

O estabelecimento de aproximações espaciais e parentescos humanos anula distâncias e diferenças. A arte é esse lugar simbólico em que se desenham as paisagens desejadas. A imaginação do Renascimento clássico francês contempla um novo concerto geográfico, de acordo com suas aspirações de conquista<sup>18</sup>.

As aspirações da conquista a que alude Ana Maria Belluzzo em seu comentário sobre a *Figura dos Brasileiros* tendem mais, no caso da *Dedução*, para construção de um índio aliado no combate e no comércio. A figura do índio como servil colaborador na extração de pau-brasil reaparece em uma inusitada publicação francesa de 1567, uma coletânea de vestimentas de várias partes do mundo, compiladas por François Descerpsz. No livro, há um casal de índios brasileiros. Sob a imagem do índio, o quarteto diz, em tradução livre, o seguinte:

O homem do lugar onde cresce o pau-brasil  
É tal como aqui, ao olho ele aparece,  
Seu natural exercício se aplica  
Cortar pau-brasil, para traficá-lo<sup>19</sup> (Figura 4).

Aqui novamente a aliança de franceses com os índios brasileiros apresenta seu perfeito termo de mediação, o “natural exercício” dos índios, que é justamente a demanda dos franceses no Novo Mundo. A união sem arestas entre franceses e tupinambás promovida pela *Dedução* foi elaborada não apenas pela aliança militar, à qual se opõe simetricamente a aliança entre portugueses e outras tribos indígenas, mas também pela incorporação do trabalho indígena na extração da madeira aos atos de sua vida cotidiana. Essa incorporação, diferentemente da aliança militar, que de fato ocorreu, é um dispositivo, tão sutil quanto significativo, construído seja pela encenação seja pela reelaboração que a *Dedução* faz do teatro indígena. Habilmente escamoteada no idílio tropical, ela naturaliza, talvez mais do que qualquer ou-

18. Ana Maria de Moraes Belluzzo, *O Brasil dos Viajantes*, p. 29.

19. “L’homme du Lieu Auquel le Bresil Croist./ Est tel qu’icy, à l’Oeil il Apparoist./ Leur Naturel Exerce s’Applique/ Coupper Bresil Pour en Faire Trafique” (François Descerpsz, *Recueil de la Diversité des Habits, qui Sont de Present en Usage, Tant es Pays d’Europe. Asie. Afrique & Isles Sauvages, Le Tout Fait Apres le Naturel*, 1567).



Figura 4. Le Bresilien, gravura de uma coletânea de vestimentas de várias partes do mundo organizada por François Descerps.

tro elemento, a presença e os interesses comerciais franceses no Brasil, infiltrando a “materialidade móvel do mundo das trocas no idealismo do conjunto”<sup>20</sup>.

É notável que a estratégia narrativa de incorporar o trabalho indígena para o tráfico aos atos de sua vida cotidiana tenha apresentado um êxito de longo prazo. Para além da função imediata de apresentar ao rei os interesses dos cidadãos de Rouen, a incorporação aliou o trabalho à festa, naturalizando assim os interesses comerciais franceses nas primeiras décadas de contato com o Novo Mundo. A partir de meados do século XIX os eventos da entrada serão recontados e analisados em várias publicações, nas quais o ponto dominante, praticamente exclusivo, será a dimensão grandiosa e pitoresca da cerimônia. Essas publicações são exemplos significativos de como a estratégia narrativa da encenação e de seu documento principal influenciaram a recepção crítica do evento.

### **TUDO VIRA FESTA**

Em 1850, trezentos anos após a entrada de Henrique II e Catarina de Médici em Rouen, Ferdinand Denis publica *Une Fête Brésilienne Célébrée à Rouen en 1550*. A essa altura, Denis já havia publicado na França diversos estudos históricos e literários sobre o Brasil, o que o consolidou como uma das principais influências da primeira geração de intelectuais do Brasil independente.

*Une Fête Brésilienne* baseia-se fundamentalmente no relato da *De-ducção*, cujo trecho sobre a encenação tupinambá ele cita na íntegra. A primeira parte do livro é um ensaio sobre a entrada, no qual Denis associa um tanto livremente fatos, lendas e obras do século XVI: cenas da presença francesa no Brasil no primeiro século de conquista, o ensaio de Montaigne sobre os canibais brasileiros, a história de Caramuru e Paraguaçu, tudo se junta, sem relações causais explícitas, para dar mais cor à pitoresca encenação realizada por índios brasileiros e marinheiros normandos nas margens do Sena. Mais volumoso que o ensaio são suas notas, nas quais Denis discorre sobre documentos e personagens históricos quinhentistas, textos literários brasileiros, aspectos linguísticos e especulações variadas sobre a vida dos tupinambás. A obra traz ainda um texto de André Thevet sobre a teogonia dos antigos habitantes do Brasil e um poema em tupi usado para a catequização, escrito pelo padre Cristóvão Valente.

Com *Une Fête Brésilienne*, Denis deu novo foco ao evento realizado três séculos antes. Sua obra passará, então, a ser passagem quase obrigatória

20. Sérgio de Carvalho, *op. cit.*, p. 222.

para quem quiser saber ou tratar da entrada de 1550 em Rouen<sup>21</sup>. O livro, antes de mais nada, focaliza uma cena em particular da *Dedução*, que ele chamará de “festa brasileira”, denominação que passará a ser um termo comum para fazer referência ao evento. No ensaio, a cena dos índios é o apogeu da entrada e todo o restante, os personagens presentes, suas vestimentas, o aparato cênico é invocado apenas como dados circunstanciais, necessários à compreensão da grandiosidade da festa. Embora esplendoroso, o espetáculo não parece carregar nenhum significado mais complexo e destina-se apenas a “variar a real entrada”, destacando-a, pela novidade, das outras entradas com a qual ela rivaliza. Além de sua grandiosidade e originalidade, a cena destaca-se por sua verossimilhança, no que Denis segue de perto a *Dedução*:

A vida guerreira dos índios, suas alternativas de alegria e terror, os incidentes que apresentavam o tráfico do pau-brasil, os estratagemas empregados na caça, as danças que sucediam ao trabalho, tudo devia ser *ingenuamente descrito ao natural*<sup>22</sup>.

O realismo ingênuo, que Denis não só cita da obra quinhentista como o toma para avaliar a importância da obra, repele, de fato, qualquer dimensão simbólica que pudesse extravasar os limites da celebração. Para fazer jus à festa, de que é o ponto culminante, segundo Denis, qualquer alusão simbólica presente na cena dos índios deve limitar-se à exaltação da realeza e de seus súditos. Repete-se, desse modo, a incorporação, feita com total naturalidade, das atividades do tráfico entre as da vida cotidiana dos índios. Trezentos anos exatos depois da celebração da entrada, Denis reencena em seu livro esse pequeno trecho da cerimônia sem apresentar nenhuma novidade em sua apreciação.

Em 1878, o historiador francês Paul Gaffarel publica *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*, na qual dedica algumas páginas à entrada de Henrique II e Catarina de Médici em Rouen. Gaffarel toma o trabalho de Denis como sua referência principal, de quem empresta o tom: “Os tabajaras de Rouen não eram numerosos o bastante para ‘ingenuamente descrever ao natural’ suas guerras e suas danças, os diversos incidentes que envolvia o tráfico de pau-brasil e suas caças”<sup>23</sup>. Entre

21. Antes do livro de Denis, André Pottier publicou em 1835, na *Revue de Rouen*, o artigo “Entrée de Henri II à Rouen”. Em 1868 apareceu *L'Entrée de Henri II Roi de France à Rouen au Mois d'Octobre 1550*, que resgata o manuscrito e suas miniaturas (ver nota 6), reproduzidas em água-forte pelo gravador Louis de Merval. Em 1885 a sociedade de bibliófilos de Rouen publicou o fac-símile da *Dedução*, com o título de *Entrée à Rouen du Roi Henri II et de la Reine Catherine de Medicis en 1550*.

22. Ferdinand Denis, *Une Fête Brésilienne Célébrée à Rouen en 1550*, p. 8.

23. Paul Gaffarel, *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*, p. 132.

danças e caças, o tráfico de madeira apenas compõe as ações características de uma cena pitoresca. É tão evidente para o autor a festividade gratuita do evento que ele é capaz de projetar a satisfação dos índios atores em exibir-se aos ilustres cidadãos de Rouen:

Encantados por encontrar-se no meio de uma paisagem que os fazia lembrar do país natal e por viver algumas horas no meio de suas florestas, orgulhosos por atrair sobre eles a atenção dos soberanos e dos maiores senhores de um poderoso reino, esses brasileiros se prestaram calorosamente ao desejo dos magistrados de Rouen<sup>24</sup>.

Para Gaffarel, a festa em Rouen é apenas o mais pitoresco dentre outros tantos vestígios das relações frequentes entre França e Brasil na primeira metade do século XVI, o que leva Henrique II a promover o estabelecimento de uma colônia permanente no Brasil, que será implantada em 1555 por Nicolas de Villegagnon. Ele não faz, contudo, nenhuma alusão ao possível nexos causal entre os interesses comerciais dos cidadãos de Rouen que organizaram a entrada – muitos deles envolvidos com o tráfico de pau-brasil – e a decisão, tomada não muito tempo depois pelo mesmo rei que assistiu ao teatro dos índios, de trocar uma colônia no Brasil.

Atravessando Atlântico e o século XIX, encontramos no Brasil do século XX outro significativo exemplo de adesão ao realismo ingênuo de *Une Fête Brésilienne*. Em 1937, Afonso Arinos de Melo e Franco publica *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, livro que se propõe, como diz seu subtítulo, a explorar as origens brasileiras da teoria da bondade natural. Ora, o que é a festa brasileira em Rouen senão um vívido retrato encenado por “representantes do verdadeiro estado natural de inocência e de bondade”<sup>25</sup>.

Também tomando a obra de Denis como referência principal, a descrição do episódio feita pelo intelectual brasileiro expressa a mesma naturalidade com a associação de vida cotidiana indígena e as atividades ligadas ao tráfico de madeira:

E nessa indumentária paradisíaca, entregavam-se os selvagens a todos os misteres e afazeres normais da sua vida natural. Uns atiravam setas contra os bichos; outros se balançavam preguiçosamente, aos pares, nas redes adredres suspensas aos troncos, ainda alguns carregavam toros de madeira

24. *Idem*, p. 132 (tradução minha).

25. Afonso Arinos de Melo e Franco, *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa as Origens Brasileiras da Theoria da Bondade Natural*, p. 76.

e entregavam-nos a marinheiros, contra pequenos objetos, taes como machados ou foices<sup>26</sup>.

Simple indício, para as finalidades de seu estudo sobre os laços entre o modo de vida dos índios brasileiros e o conceito de bom selvagem, Afonso Arinos concluirá que a cena dos índios em Rouen fazia parte de “um programa feito para divertir e ensinar aos soberanos e a toda sua corte”<sup>27</sup>.

Como principal documento da entrada de Henrique II e Catarina de Médici em Rouen, a *Dedução* conseguiu exprimir com rara felicidade toda a pompa e circunstância da cerimônia que ela relata. O ponto de vista de seu cronista não poderia ser senão o de exaltação de todos os detalhes que a compuseram. O acompanhamento da elaboração da descrição da cena dos índios feita pela *Dedução* e, em seguida, de seus efeitos na recirculação, a partir do século XIX, dos acontecimentos que ela conta, trouxe um indício do que parece ser um jogo de sobreposições.

Em primeiro lugar, aqueles que idealizaram e dirigiram o teatro dos tupinambás se esforçaram por construir a cena o mais próximo possível do modelo “natural”. A *Dedução*, por sua vez, se propôs ser um decalque, descritivo e figurativo, da encenação, da qual se tornará a referência mais importante. Partindo dela, muitos recontaram a história do teatro dos índios, mas as versões foram, como vimos, sempre uma espécie de paráfrase das páginas da obra quinhentista. Acumulam-se então decalques de decalques, numa espécie de *mise en abîme* que só reforça o conteúdo da obra de partida. E como a encenação constrói uma astuciosa assimilação do trabalho indígena voltado para o tráfico de madeira à sua vida cotidiana, esse reforço, ao exaltar a festa da aliança entre índios e franceses, sub-repticiamente naturaliza uma situação de exploração. A encenação, portanto, longe de ter sido um “simulacro da verdade” – fórmula que encerra a descrição do teatro na *Dedução* – forjou uma versão sedutora dos acontecimentos, a tal ponto que foi transmitida por muitos e por muito tempo sem maiores problematizações. ●

26. *Idem*, p. 78.

27. *Idem*, p. 80.

---

## **SOBRE O AUTOR**

João Cardoso é curador da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM). Em 2016, organizou na biblioteca a exposição “O Mundo ao Redor”, sobre relatos e iconografia de viagens de volta ao mundo. Atualmente coordena o projeto “Atlas Multimídia dos Viajantes no Brasil”, que produzirá uma plataforma *online* de divulgação de textos e imagens produzidos por viajantes brasileiros e estrangeiros que percorreram o país ([viajantes.bbm.usp.br](http://viajantes.bbm.usp.br)).

# PRÁTICAS COLECIONISTAS E POLÍTICAS CULTURAIS: REFLEXÕES SOBRE ALGUNS DOCUMENTOS RELIGIOSOS SALVAGUARDADOS NA BBM

*Silveli Maria de Toledo Russo*

## **INTRODUÇÃO**

Serão enaltecidas, neste breve texto, as possibilidades de pesquisa sobre colecionadores, bibliófilos, artistas, escritores, objetos de arte e livros, e respectivos contextos socioeconômicos e culturais que primaram pela formação dos espaços institucionalizados de museus e bibliotecas no Brasil, e que possibilitam a sua salvaguarda e exposição ao público. Além disso, também serão exaltadas as perspectivas de análise sobre a dinâmica da trajetória de práticas colecionistas no Brasil.

A ideia de que a visita aos espaços institucionalizados de museus e bibliotecas é em si uma forma de produção cultural e estímulo de saberes parte do avanço no entendimento dos fundos documentais ali salvaguardados. Isso além da observância do grau de responsabilidade e ações que cabe aos envolvidos, tanto no resguardo de todo o patrimônio material presente quanto nas políticas educacionais de acesso público ao seu estudo e pesquisa.

Nesta perspectiva, avista-se a importância do estudo integrado, a partir do diálogo que se assume como campo de descobertas plurais, entre as três categorias de fundos documentais passíveis de serem sal-

vaguardadas: textual, iconográfica e tridimensional. Tais descobertas, afortunadamente, têm vindo reforçar as várias indagações sobre os interesses, crenças e ideologias dos detentores de coleções e de seus acervos – sobretudo aqueles de cunho religioso (litúrgico e de devoção) – oriundos da sociedade colonial.

Acredita-se, portanto, que a interlocução dos diversos fundos documentais é passível de assegurar ao estudo integrado uma consistente base de conhecimentos. Pierre Bourdieu, em *Méditations Pascaliennes*<sup>1</sup>, ajuda-nos a elevar os valores da observação sociológica e do processo mental de percepção, memória e juízo, que orientam a estreita ligação das representações simbólicas no processo pelo qual os objetos tridimensionais e os documentos escritos se tornam colecionáveis e ensinam a formação de um acervo.

Ocorre lembrar do evento ocorrido na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo, BBM, no mês de novembro de 2018, sob o título: “Bibliofilia: Circuitos e Memórias” e direcionado ao debate acerca das práticas colecionistas e da memória dos livros. Na ocasião, Marisa Midore Deaecto bem lembrou que “ao trilhar os (des) caminhos do colecionismo, buscamos reforçar nossos laços com os livros e com as instituições e as pessoas que os preservam”<sup>2</sup>.

Pautados na citação de Deaecto, recorda-se, ao sabor do que interessa a este texto, as vicissitudes do patrimônio bibliográfico (tardo-setecentistas e oitocentistas) salvaguardado na BBM: livros; iconografias (estampas e álbuns ilustrados); manuscritos históricos e literários (originais e provas tipográficas); obras de literatura e relatos de viagens; livros da Impressão Régia no Brasil<sup>3</sup>, que foram concedidos ao respeitável casal de bibliófilos/colecionadores, Guita Kauffmann (1916-2006) e José Ephim Mindlin (1914-2010), pelo também respeitável bibliófilo Rubens Borba de Moraes (1899-1986), visto que todos alcançam um lastro bastante significativo ao corroborar a história das práticas religiosas e devocionais, e vão além!

Seguindo as conceituações de um dos mais expressivos agentes de leilões da centúria passada, o francês Maurice Rheims (1910-2003),

1. Pierre Bourdieu, *Méditations Pascaliennes*, p. 163.

2. Marisa Midore Deaecto, disponível em <https://www.bbm.usp.br/node/404> (2019.03.24; 16h).

3. Rubens Borba de Moraes, em parceria com Ana Maria de Almeida Camargo, organizou a obra *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*, com vistas a apresentar a lista de documentos “Leis”, “Alvarás”, “Decretos”, “Cartas Régias”, entre outros, veiculados nos referidos livros. As publicações da Impressão Régia do Rio de Janeiro, entre 1808 e 1822, tiveram em vista ressaltar as medidas tomadas pela Coroa portuguesa, estabelecida no Rio de Janeiro, e promover a integração política das diferentes regiões surgidas do processo de colonização da América; corroborar a efetivação do projeto de criação de um novo império português na América; e legitimar o projeto político e a relação existente entre cultura e poder no reformismo ilustrado português.

em seu livro, intitulado: *La Vie Étrange des Objets: Histoire de la Curiosité*<sup>4</sup>, permite-se dizer que existe aqui um sentido que supera o propósito de construir uma memória histórica e poder informacional; existem indícios que possibilitam observar na alma do colecionador um vínculo afetivo com os objetos que detém, fato esse que, por certo, contribuiu para o fortalecimento e sistematizações da dinâmica de aquisições.

A incontornável competência de Maurice Rheims é evocada também por José Perdigão, em sua obra *Calouste Gulbenkian. Colecionador*, especificamente no trecho em que a obra apresenta os doze critérios utilizados por Rheims no estabelecimento de valores passíveis de regulamentar a aquisição de um objeto de arte (diga-se também: de um livro) por parte do colecionador, são estes: “a harmonia, a personalidade, o estilo da época, o caráter, a qualidade de execução, o tema, o encanto do motivo, a antiguidade, a linguagem, a originalidade, a estranheza, a raridade”<sup>5</sup>.

Toma-se a liberdade de dizer que a relação de José Mindlin, assim como a de Rubens Borba de Moraes, com as obras de suas coleções, é passível de se enquadrar na expressão “afinidades eletivas”<sup>6</sup>, pois deixa notar um sentimento que mescla afetividade e erudição, situando-os à margem do universo dos bibliófilos (acumuladores), ao desconsiderarem o valor comercial da coleção (vista *a priori* como investimento), privilegiando o seu valor histórico e, reitera-se, o vínculo afetivo que se estabelece, haja visto, como exemplo, certos trechos das cartas de Rubens Borba de Moraes ao livreiro português, António Tavares de Carvalho, que seguem:

S. Paulo 27/7/63

Prezado amigo,

Foi uma grande e agradável surpresa os livros que me mandou por avião. Não sei como lhe agradecer essa atenção e desculpar-me da despesa extra que lhe dei.

Passei estes dias lendo, fichando e remexendo nesses livros. Encontrei muita coisa interessante e digna de nota. Esta semana vou levar ao encadernador os *Breves Pontíficos* para fazer a metamorfose! Vamos ver como fica.

4. Maurice Rheims, *La Vie Étrange des Objets: Histoire de la Curiosité*, 1959.

5. José Perdigão, *Calouste Gulbenkian. Colecionador*, p. 23.

6. Por Jean Séguy: “A ‘afinidade eletiva’, segundo Weber, exprime uma dupla ‘possibilidade’ social: de um lado, aquela que tem a ver com a relação constante estabelecida entre uma forma de ideologia (aqui, a religiosa) e os interesses de uma classe econômica ou de status; de outro, a ‘possibilidade’, não menos significativa, que existe para que a flexibilidade das estruturas e da ação social impeça que essa relação seja necessária”. (Jean Séguy, *Christianisme et Sociétés*, p. 251).

A encadernação que me mandou é de fato muito bonita e tenho grandes esperanças que com a mudança de pele meu exemplar fique esplêndido.

Verificando nas minhas notas os livros que lhe encomendei verifiquei que só me falta receber:

*Sermoens da Im. Conceição* de Caetano Lopes Pereira

[...]

Estarei brevemente com o Mindlin para devolver-lhe uns livros que me emprestou, falaremos de si com amizade e cativos pelas suas gentilezas.

Abraços do

Rubens Borba de Moraes<sup>7</sup>

Em outra carta, lê-se igualmente o notório interesse que houve por parte do bibliófilo à componente física das obras e de seus artistas produtores: a arte da encadernação, entre outros, bem como a atenção direcionada às obras raras:

S. Paulo 15 set. 63

Prezado amigo,

Recebi ontem o pacote contendo o manuscrito com o poema de Teresa Margarida da Silva Orta e o volume da Imprensa Régia com as “vésperas” de S. Sebastião que pertenceu à Infanta Isabel Maria. Muito obrigado.

[...]

A obra da Imprensa Régia é também uma preciosidade tanto mais que minha coleção é bastante boa, seja dito sem vaidade, e estou sempre pensando em fazer uma Bibliografia da Imprensa Régia, pois a única que existe, os *Anais da Imprensa Nacional* de Vale Cabral, é raríssima e incompleta.

[...]

Muito atentiosamente do amigo

R B de Moraes<sup>8</sup>

Afora tais percursos conceituais e documentais, esta trajetória de fontes metodológicas de análise inclui outras relevantes informações que podem ser recolhidas a partir do testemunho oral. A bibliotecária Maria Cristina Carvalho Antunes (1950-2019), que exerceu a função de gestora da coleção do bibliófilo José Mindlin, no decurso de trinta anos, e a de curadora da BBM (2013-2019), desde a sua inauguração, no ano de

7. Plínio Martins Filho (org.), *Cartas de Rubens Borba de Moraes ao Livreiro Português António Tavares de Carvalho*, pp. 126-129.

8. *Idem*, pp. 142-144.

2013<sup>9</sup>, sempre enfatizou em suas falas a importância do caráter público da biblioteca, seguindo assim os desígnios de José Mindlin<sup>10</sup>.

Sobre Rubens Borba de Moraes, Antunes enfatizou, do mesmo modo, a preocupação deste bibliófilo em promover o conhecimento; tal afirmativa também se vê escrita no livro da curadora, intitulado *Rubens Borba de Moraes: Anotações de um Bibliófilo*, especificamente no seguinte trecho: “Rubens se dedicou especialmente a colecionar os autores brasileiros do período colonial. [...] A importância da sua produção pode ser avaliada não só por sua qualidade, como pela preocupação de propagar a cultura brasileira”<sup>11</sup>.

Diante desse cenário promissor, julgo por bem finalizar esta introdução na expectativa de dar início à leitura de alguns conjuntos de representações discursivas, textuais e iconográficas, produzidos por memorialistas brasileiros e estrangeiros estabelecidos no Brasil; à leitura dos discursos eclesiais que, alinhados a sentimentos religiosos, outrora reconhecidamente capazes de exercer influência e prestígio, unem-se hoje a valores sociais e à necessidade de compartilhá-los em reflexões com os públicos.

Reitera-se que tais iniciativas, de expor ao público o patrimônio adquirido, corroboram, e muito, a reconstituição de saberes, possibilitando reviver memórias e valores (religiosos), e estabelecer vínculos identitários. Enquanto musealizados, os testemunhos documentais atuam como interlocutores dinâmicos de diálogos sempre reabertos: ora sobre a essência do ato de produção que lhes deu origem, ora sobre as fontes manuscritas – de cunho eclesiástico – que direcionaram suas recomendações e conceitos, e vigilância ao fazer artístico, no âmbito do serviço litúrgico e da espiritualidade católica.

## **FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS NOTÁVEIS NO ACERVO DA BBM**

### **1 OS MANUSCRITOS DAS IRMANDADES: UM IMPORTANTE CONTRIBUTO PARA ESTE ESTUDO**

Congratula-se os vinte capítulos, com capitulares, do manuscrito sob o título “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos incorporada na sua Igreja, que elles edificarão, ornarão, e paramentarão, na Villa de San Jozé comarca do Rio das Mortes

9. Reitera-se que a nova sede da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin foi criada em janeiro de 2005 e inaugurada como órgão da Pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, em março de 2013.

10. Como partícipe do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB) da USP, a BBM alinha-se ao sistema de administração das bibliotecas da USP e aos objetivos da Universidade.

11. Cristina Antunes, *Rubens Borba de Moraes: Anotações de um Bibliófilo*, p. 13.

bispado de Marianna capitania de Minas Geraiz estado do Brazil instituido no anno de 1796”<sup>12</sup> em que vislumbra já no fólho de rosto a minuciosa iconografia de Nossa Senhora [Figura 1], cuja produção, data de 1796, foi realizada a pedido dessa irmandade sediada na mesma igreja, como o próprio título do documento revela.

Trata-se de um livro notável que consta entre os manuscritos de excelência do acervo da BBM-USP; excelência essa justificada pela notória qualidade artística da obra que a estampa dos vinte fólhos oferece à contemplação dos leitores [Figura 2]. Ainda se sabe pouco sobre tal manuscrito brasileiro oitocentista, a não ser algumas informações adquiridas por meio de uma carta com timbre do Ministério da Educação e Cultura endereçada a José Mindlin [Figura 3], no ano de 1986, em que se faz menção ao artífice mineiro de nome Manoel Victor de Jesus (1760-1828)<sup>13</sup>, e atribui a ele a autoria das representações artísticas e do trabalho caligráfico de excelência estilística, ali inserido.

Como atesta Olinto Rodrigues dos Santos Filho, historiador e servidor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan, Minas Gerais, e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, o artífice Manoel Victor de Jesus ofereceu grandes realizações artísticas para a cultura material da Vila de São José, atual Tiradentes, sendo o responsável por inúmeras obras não só na antiga Vila como também em seus arredores<sup>14</sup>. Segundo informações veiculadas pelo Vitae/Iphan, especificamente no livro que trata do “Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados”, lê-se o seguinte:

A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos foi instituída no dia 14 de dezembro de 1756. [...]. As pinturas do forro, retábulo, arco-cruzeiro são de autoria do artista Manoel Victor de Jesus e, parecem ter sido concluídas em 1821. São também de sua autoria, a pintura de um azulejo na capela-mor, credências, sacras e uma bandeira da Irmandade. [...]. O interior possui apenas o rico altar-mor, de gosto rococó, policromado e dourado por Manoel Victor de Jesus, com decoração em rocalhas, flores e

12. BBM – Biblioteca Brasileira Mindlin, Localização: M1j 350, Código de barras: 45000008528.

13. Segundo a Historiadora de Arte, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira: “Manoel Victor de Jesus – o alferes Manoel Victor de Jesus nasceu em 1760 e faleceu em 1828, em São José del-Rei, hoje Tiradentes. Suas obras com datação mais antiga são as pinturas da sacristia e do consistório da matriz de Santo Antônio, executadas em 1782. Posteriormente, pintou na mesma igreja a caixa do órgão e o teto do consistório dos Passos. Em princípios do século XIX, executou seus trabalhos mais importantes: as decorações pictóricas das igrejas de Nossa Senhora das Mercês de Tiradentes e de Nossa Senhora da Penha do arraial do Bichinho, hoje Vitoriano Veloso. As tonalidades fortes de azuis e tons terrosos são características de seu estilo. Sua especificidade iconográfica são os coros angélicos e os temas marianos”. Myriam A. R. de Oliveira, *Barroco e Rococó nas Igrejas de São João del-Rei e Tiradentes*, p. 133.

14. Olinto R. dos Santos Filho, *Manoel Victor de Jesus, Pintor Mineiro do Ciclo Rococó*, pp. 231-242.

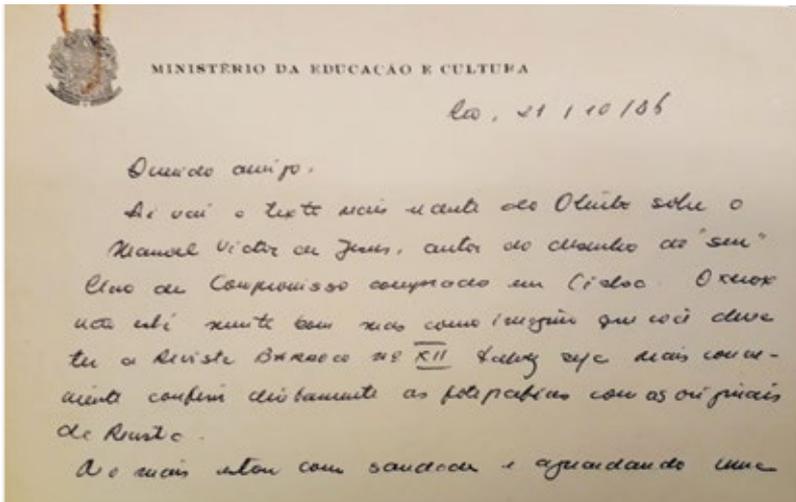


Figura 1. Frontispício do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos ... incorporada na sua Igreja, que elles edificarão, ornarão, e paramentarão, na Villa de San Jozé comarca do Rio das Mortes bispado de Marianna capitania de Minas Geraiz estado do Brazil instituido no anno de 1796... Minas Gerais. Editor: [S.n.], 1796, 20 p.: il. Fonte: Acervo de Manuscritos da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin PRCEU/USP.

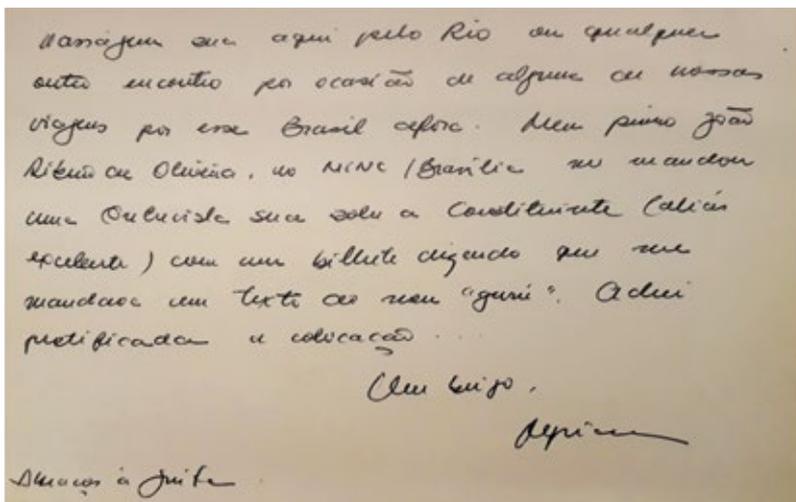


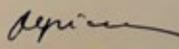
Figura 2. Fólio de rosto do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos ... incorporada na sua Igreja, que elles edificarão, ornarão, e paramentarão, na Villa de San Jozé comarca do Rio das Mortes bispado de Marianna capitania de Minas Geraiz estado do Brazil instituido no anno de 1796... Minas Gerais. Editor: [S.n.], 1796, 20 p.: il. Fonte: Acervo de Manuscritos da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - PRCEU/USP.

Figura 3 a/b. Frente e verso de carta com timbre do Ministério da Educação e Cultura endereçada a José Mindlin, no ano de 1986. Fonte: Acervo de Manuscritos da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin- PRCEU/USP.




 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
 Rio, 21/10/86  
 Querido amigo,  
 Lá vai o texto sobre a anti-oliva sobre o  
 Manuel Victor de Jesus, autor do chamado do "sem"  
 Clue do Compromisso comprado em Lisboa. O texto  
 está ali junto com não como ninguém que não deve  
 ter a revista BARRACO Nº XII talvez seja mais conve-  
 niente conferir diretamente as fotografias com as originais  
 de Ruy de.  
 Ao não estar com saudades e aguardando uma



Managem seu aqui pelo Rio em qualquer  
 outra ocasião por ocasião de alguma de nossas  
 viagens por esse Brasil além. Meu primo João  
 Ribeiro de Oliveira, do NINE/Brasil me mandou  
 uma Olivista sua sobre a Constituinte (aliás  
 excelente) com um bilhete dizendo que me  
 mandasse um texto do meu "guri". Achei  
 justificada a colocação.  
 Um beijo,  
  
 Atenciosamente à filha

marmoreados de cores fortes, pouca talha em aplique, com coroamento em arco pleno e tarja. [...]. As belas pinturas de Manoel Victor de Jesus, ao gosto rococó, cobrem os forros da nave e capela-mor. Nesta encontra-se pintura em caixotões representando cenas da Ladainha da Virgem e na nave achase representada Nossa Senhora das Mercês, com os braços abertos sobre o Manto da Misericórdia; cercada por nuvens e anjos, e muro-parapeito com figuras diversas de santos e anjos<sup>15</sup>.

Essa perspectiva de estudo integrado, assumido como campo de descoberta acerca de informações apresentadas nas fontes primárias, vem aqui reforçar os saberes da pesquisadora interessada, acerca da história do culto, das vicissitudes de posse, da iconografia utilizada. Reitera-se que o acervo da BBM possui exemplos de manuscritos do século XVIII, em número apreciável e em qualidade diversificada de espécimes.

As afinidades de processo e de estilo dos fólhos dos manuscritos oitocentistas, como o do *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos ...* apontam explicitamente para as pinturas de Jesus, ao sabor “rococoizante”, que revestem o forro da nave em que se vê representada Nossa Senhora das Mercês, com os braços abertos sobre o Manto da Misericórdia e ladeada por nuvens e anjos; aí é possível encontrar evidências de paralelos em modelos e estilemas de pose, percebido nos fólhos do *Compromisso ...*, que atinge apuros de sensibilidade e fidelidade na definição dos traços.

A Irmandade das Mercês era uma confraria muito poderosa que no Brasil Colônia se reservou aos afrodescendentes nascidos no Brasil, tornando-se uma importante agremiação no século XIX, sobretudo no Estado de Minas Gerais, onde chegou a alcançar a aprovação e o afeto da população de fiéis em geral. Relevante citar que nos anos finais do século XIX, o bem-aventurado Dom Antônio de Sá e Benevides (1836-1896), 1º Bispo de Mariana, com vistas a observar a efetivação, no dia a dia, de manifestações religiosas mais abrangentes, conseguiu a elevação da Irmandade das Mérces à Arquiconfraria, título que abraça até hoje e marca a sua presença na cidade de Tiradentes.

No caso do *Compromisso...* em pauta, escolher o pintor Manoel Victor de Jesus foi por certo a indicação mais coerente, tratando-se de artífice crioulo e da casa, e sempre ativo para as encomendas. As observações que agora se coloca transcende, assim, o mero destaque do processo artístico, pois vêm também elevar o campo para a percepção do que foram a iconografia mariana e a arte caligráfica inseridas nos

15. Vitae/Iphan, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1223> (2019.04.02; 11h).

manuscritos da Igreja Católica Apostólica Romana ao longo da empresa colonizadora administrada pelo encontro dos poderes civil e religioso, por meio do regime do Padroado: “Padroado Régio”<sup>16</sup>.

O Padroado se revelou uma modalidade alinhada aos cânones da iluminação católica recomendada pelo “Concílio de Trento” (1545 e 1563)<sup>17</sup>. Nesse sentido, são destacados também os dois concílios predecessores: o “Concílio de Constança” (1414-1418) e o “Quinto Concílio de Latrão” (1512-1517) que desde logo constituíram um momento de relevantes direcionamentos voltados ao regulamento, sobretudo das manifestações populares.

De acordo com o texto conciliar, a comunicação que o homem estabelece com Deus através de seus Santos se apoia nos suportes materiais e sensíveis que são as suas representações iconográficas, como forma de intermediar a relação do visível com o invisível, em vista de reforçar a fé católica e estimular a devoção. Deste modo, as imagens e seus motivos iconográficos passam a obedecer a “normas estéticas, éticas, ideológicas e políticas que presidem a sua produção, a partir do momento em que o Concílio de Trento elevou seu papel como um importante instrumento de afirmação e promoção do catolicismo.”<sup>18</sup>

Além dos Compromissos, o acervo da BBM possui outros exemplos de manuscritos religiosos do século XVIII, que atestando serem fontes privilegiadas na eleição dos bibliófilos, como se pode aferir também na obra do Presbítero Secular, Joaquim Pereira Jorge Guaraciaba, intitulada:

Oração funebre recitada por ocasião das exequias que fez celebrar a Sociedade Portuguesa de Beneficencia de Campos dos Goytacazes, provincia do Rio de Janeiro, na capella da veneravel Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da mesma cidade, em suffragio ás almas de sua magestade fidelissima do Senhor D. Pedro V Rei de Portugal e dos Algarves e de seu augusto irmão o senhor D. Fernando no dia 17 de Janeiro de 1862.

16. Seguindo as palavras de Dalila Zanon, observa-se que “o padroado régio (ou secular), concedido pela primeira bula em 1455 e que não irá se alterar até o século XVIII, era o direito de apresentação ao papa pelo rei de um bispo para as dioceses que ele criava nos novos territórios. Frente à apresentação o papa somente confirmava o candidato”. Neste trecho, a autora reitera que “o padroado dos benefícios, também chamado benefícios infra episcopais, benefícios menores ou benefícios eclesiásticos, refere-se às funções dos bispos dentro de uma diocese. O bispo possui a jurisdição temporal e espiritual dentro de uma diocese, como o dever de recolher os dízimos, nomear sacerdotes para as paróquias, bem como nomear clérigos para o Cabido diocesano e mais cargos da diocese”. (Dalila Zanon, *A Ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)*, p. 25).

17. O Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563, foi promulgado num momento em que a Igreja Católica procurava reafirmar seus princípios dogmáticos diante da Reforma Protestante em expansão na Europa: “estabelecer a doutrina sã, ortodoxa, [...] manter os bons costumes, emendar os maus, com exortações, e admoestações [...] e estabelecer o mais que o lugar, tempo, e ocasião permitir para o proveito dos fiéis, segundo julgar a prudência dos que visitam”. (*Idem*, p. 5).

18. Silveli Maria de Toledo Russo, *Espaço Doméstico, Devoção e Arte*, p. 203.

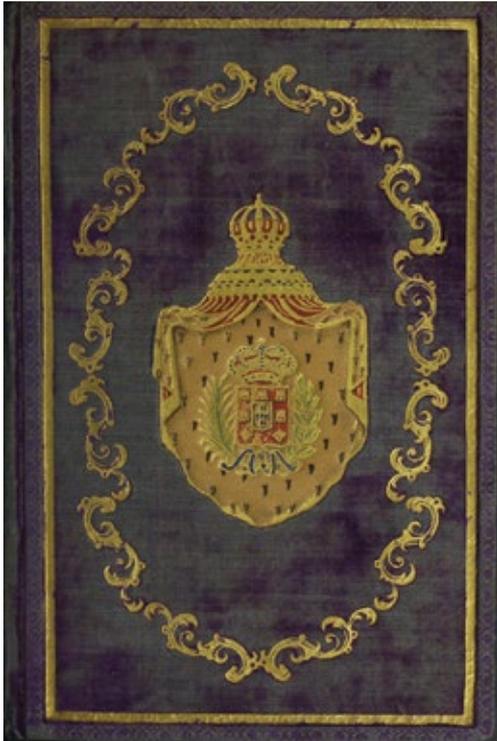
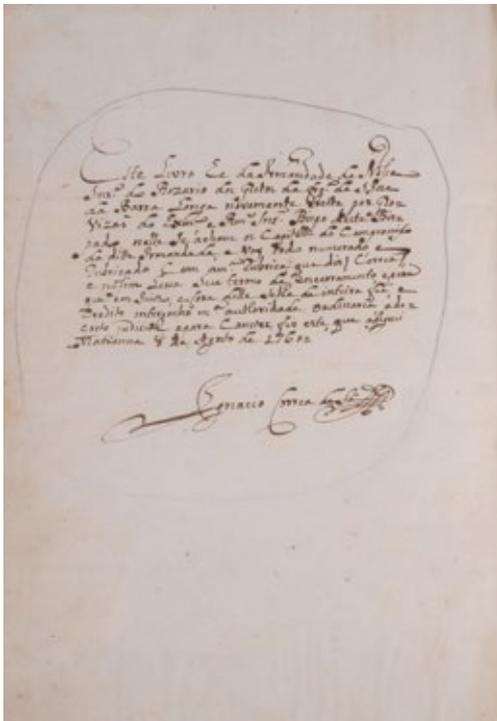
**A****B****C**

Figura 4. Joaquim Pereira Jorge Guaraciaba, Capa (a); ex-libris de Rubens Borba de Moraes, (b); e página de rosto (c) de “Oração fúnebre (...)”, 1862, encadernação em veludo roxo, com armas reais portuguesas gravadas a ouro e pintadas à mão no primeiro espelho e decoração oval no segundo espelho, 22,0 x 15,0 cm, Rio de Janeiro, Editor Tipografia do Comercio. Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - PRCEU/USP. São Paulo. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br>. Acesso em: 10 jul. 2019.

Sobre a encadernação desta obra, vê-se a utilização do veludo roxo e bordadura em formato oval à capa do livro e o carimbo de D. Domingos António Maria Pedro de Sousa Holstein (1818-1864), II Duque de Palmela, na folha de rosto (Figura 4 a/b/c).

## 2 VIAJANTES ESTRANGEIROS NA HISTORIOGRAFIA DA ARTE RELIGIOSA BRASILEIRA.

Ao percorrer o âmbito das interpretações discursivas e imagéticas da igreja, recolhe-se alguns registros de práticas da religiosidade do oitocentos, como as gravuras/litografias (1839) de Thierry Frères, realizadas a partir de desenhos que o pintor francês Jean Baptiste Debret (1768-1848) havia produzido ao longo de sua permanência no Brasil (1816 a 1831); o registro a seguir [Figura 5], intitulado: *Les Premières Occupations du Matin. Quêteurs. Voeu d'une Messe Demandée Comme Aumône*<sup>19</sup>, ilustra bem uma particularidade no tocante ao caráter funcional que o oratório por vezes adquiriu, ao extrapolar os espaços dos templos e das moradias e circunscrever-se no espaço urbano, com seu uso baseado no propósito de arrecadar fundos para a construção de templos destinados às irmandades.

A literatura de viagem apresenta uma produção bastante ampla, tanto na perspectiva geográfica como na temática, em que se identifica, como visto, os objetos religiosos e suas formas de distribuição e uso. Já a respeito dos espaços das moradias, bastante ilustrativo é o testemunho de Jean Baptiste Debret sobre a residência de um proprietário de estância: “é uma vasta casa de vários andares, em cujo rés-do chão existe sempre um altar servido por um capelão que vem aos sábados à noite e passa a manhã de domingo com a numerosa família do estancieiro” (Figura 6). Também, pode-se notar pelas informações arroladas em diversos inventários da Capitania de São Paulo, entre os itens “objetos privados de devoção”, as despesas realizadas com os elementos de culto inseridos no quarto do oratório, a exemplo das imagens religiosas.

Para corroborar tais interpretações, julga-se importante reconhecer a acepção da palavra “imagem” no presente contexto; lê-se no *Diccionario Technico e Historico*, de 1875, composto por Francisco de Assis Rodrigues, que “Imagines se chamam as figuras do culto

19. Tradução de título: [Primeiras ocupações da manhã. Coletores. Voto de uma missa paga com esmolas]

Paris: Firmin Didot Frères, 1839, 1 grav.: litografia pb.; dimensões da grav.: 33,5 x 25,6 cm em f. 54,0 x 35,5 cm; dimensões da imagem: 3861 X 2569 pixels; 300 dpi (resolução); BBM/4716

20. Jean Baptiste Debret, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil...*, p. 60.

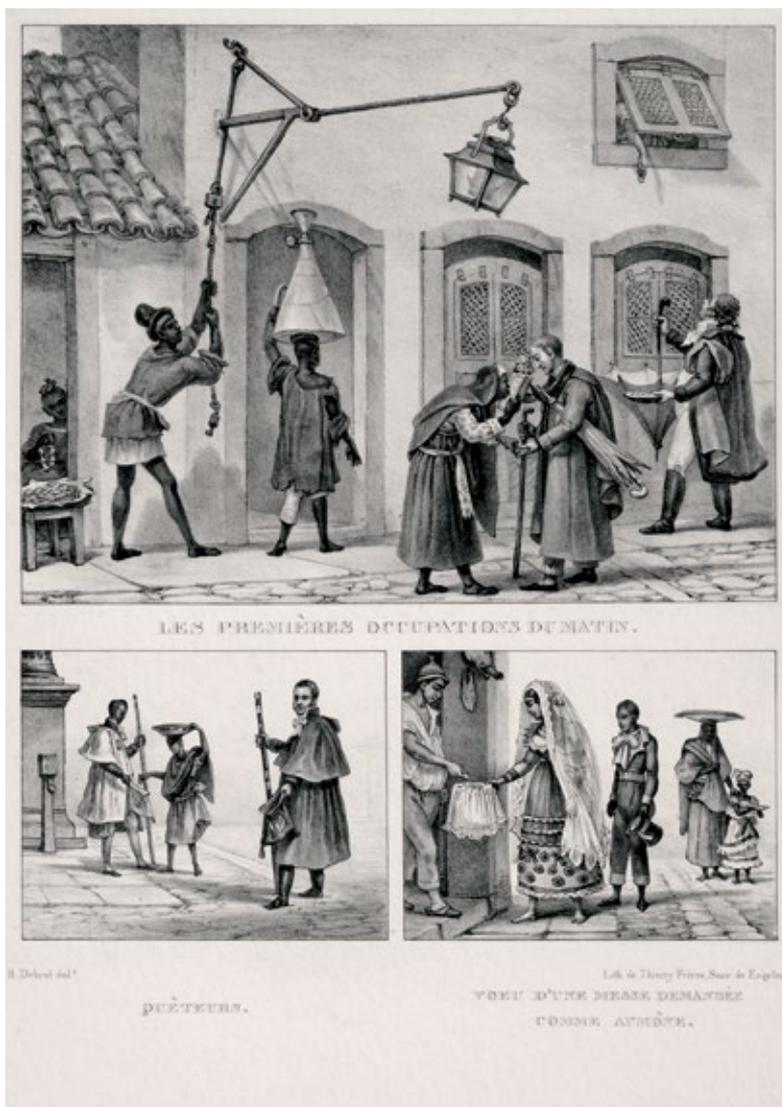
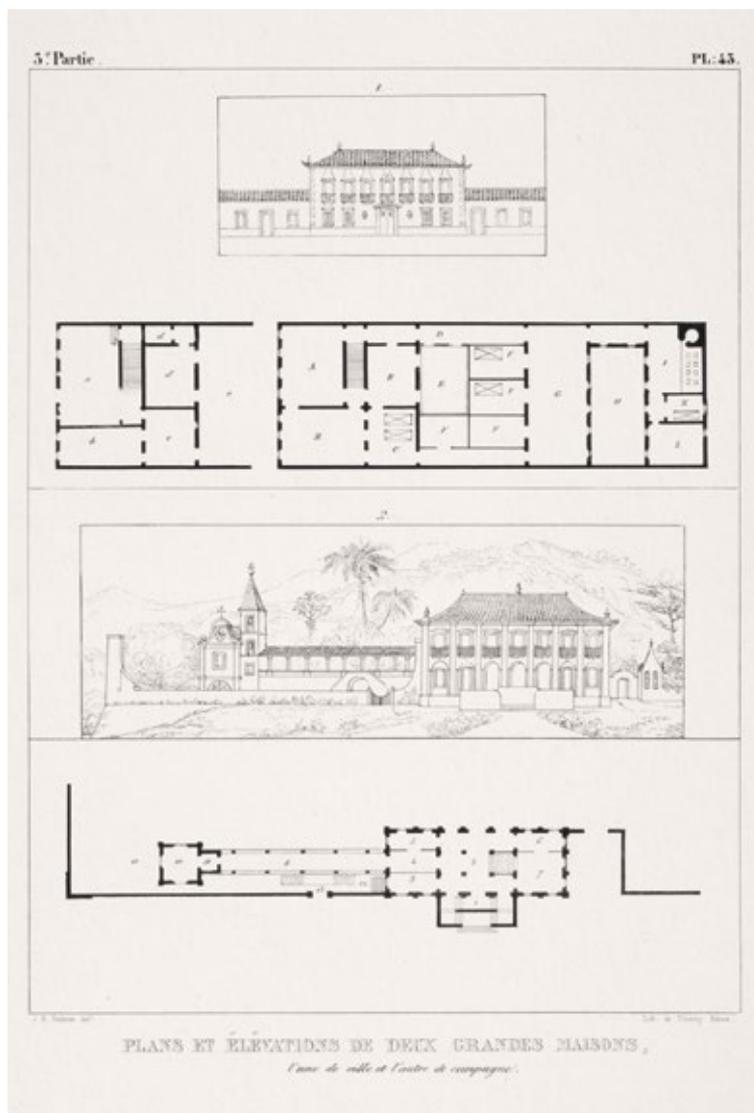


Figura 5. Debret, Jean Baptiste, 1768–1848. Les Premières Occupations du Matin. Quêteurs. Voeu d'une Messe Demandée Comme Aumône. Paris: Firmin Didot Frères, 1839, 1 grav.: litografia pb.; dimensões da grav.: 33,5 x 25,6 cm em f. 54,0 x 35,5 cm; dimensões da imagem: 3861 X 2569 pixels; 300 dpi (resolução). Fonte: Acervo Digital de Manuscritos da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – PRCEU/USP.

Figura 6. Jean Baptiste Debret, 1768-1848. Plans et Élévations de Deux Grandes Maisons : l'Une de Ville et l'Autre de Campagne. Paris: Firmin Didot Frères, 1839, 1 grav.: litografia pb.; dimensões da grav.: 33,8 x 22,9 cm em f. 54,0 x 35,5 cm; dimensões da imagem: 2592 x 3872 pixels; 300 dpi (resolução) Fonte: Acervo Digital de Manuscritos da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin -PRCEU/USP.



catholico [...] em vulto ou mesmo em pintura ou estampa”<sup>21</sup>, e resgata-se o pensamento de Pierre Bourdieu, citado no início deste texto, sobre o valor da observação sociológica e do processo mental de percepção, memória e juízo que orientam a estreita ligação das imagens às experiências e ao entendimento do processo por meio do qual os objetos tornam-se colecionáveis e ensejam a formação de uma coleção.

### 3 A IMPORTANTE PRESENÇA DAS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS.

Prossegue-se, portanto, com o conjunto de reflexões sobre as fontes primárias salvaguardadas na BBM, e aproveito para elevar a capacidade de representação das imagens no contexto histórico em estudo, que adquire uma dinâmica bastante especial, proveniente do notável respeito da devoção às várias invocações da Virgem Maria, dos santos e anjos da corte divina, e a toda uma diversidade de símbolos religiosos. A devoção mariana, com vasto significado no medievo, gerou resultados notabilíssimos nos trabalhos artísticos dos séculos posteriores, sobretudo acerca dos dogmas de Imaculada Conceição de Maria<sup>22</sup>.

A Imaculada Conceição, idealização de pureza feminina, é a mais relevante das idealizações de Maria. A esse respeito, lembra-se que o período de maior atuação da monarquia espanhola a favor da Imaculada Conceição coincidiu com a fase de domínio sobre Portugal e as Américas (1580-1640). Daí infere-se justificar a decisão da monarquia portuguesa em consolidar um culto nacionalista dirigido à Nossa Senhora da Conceição em Portugal, no ensejo da restauração de seu poder. Foi assim, segundo Maria Beatriz Mello e Souza, por meio

21. Francisco de Assis Rodrigues, *Diccionario Technico e Histórico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875, p. 222.

22. Considera-se interessante descrever os concílios em favor dos dogmas da Imaculada, por Mario Vicino, *Imago Mariae*, pp. 53-54: “1. Concílio de Éfeso. - O primeiro grande Concílio geral de Éfeso, concílio ocorrido em Éfeso, na Ásia Menor, a mando do imperador Teodósio II (c. 408-450), em 431, referencia Maria Imaculada como isenta de toda mancha de pecado, tal interpreta o antigo Sofronio c. 560-638; Patriarca de Jerusalém c. 634-638), citado por um dos grandes luminares patrísticos, São Jerônimo (c. 331-419/420): *ideo immaculata quia in nullo corrupta*. S. Hieron, *Serm. de Assumpt*. 2. Concílio de Toledo. - O quarto Concílio de Toledo, celebrado em 634, aprova com louvor o missal reformado pelo Santo Isidoro Arcebispo de Sevilla (c. 560-636); neste, o ofício da Imaculada Conceição está escrito que a Virgem foi preservada do pecado original por um privilégio justamente devido à sua dignidade de Mãe de Deus. 3. Outro Concílio de Toledo. - O décimo primeiro, celebrado em 675, aprova a doutrina de Santo Idelfonso (c. 606-667) e professa, como o tal, que Maria foi imune do pecado original. 4. Concílio de Constantinopla. - O terceiro Concílio de Constantinopla - o sexto Concílio ecumênico, realizado nos anos 680-681 recebe a carta da profissão de fé de Sofronio com aplausos, e portanto invoca Maria livre do contágio do pecado: *Mariam fuisse liberam ab omni contagione peccati*. 5. Concílio de Niceia - O segundo Concílio ecumênico de Niceia - o sétimo Concílio ecumênico, ocorrido em 787, ratificado pelo papa Adriano I (c. 700-795), refere-se à Santa Virgem como *immacolata, irreprehensibile, e più pura di tutta la natura e sensibile e intellettuale, più pura cio è degli Angeli del cielo che non peccarono mai né di colpa attuale, né originale*. conforme nos mostra Mario Vicino, em *Imago Mariae*. 6. - Concílio de Ossovera - Se celebrou no ano de 1222 na Inglaterra, em que foi ordenada a festa da Conceição de maria, que já se celebrava n Oriente. 7. Concílio di Basilea ... e 8. Concílio di Trento”.

de uma promessa, que D. João IV proclama a Imaculada Conceição padroeira de Portugal e de suas colônias, a partir de 1646.<sup>23</sup>

Foi por meio do culto mariano, especialmente imaculista, que D. João IV “quis provar a legitimidade de seu poder, ligando a dinastia de Bragança, que ele iniciava, como primeiro monarca português que deu origem a um culto nacionalista de Maria”, diga-se afixando-a tanto como símbolo da restauração monárquica quanto como “símbolo para aqueles que buscavam justificar a conquista portuguesa no Brasil”. A Imaculada Conceição de estirpe branca, como imagem idealizada pelos portugueses, chegou assim ao Brasil<sup>24</sup>.

A divulgação da Imaculada Conceição e a afirmação de seu dogma, passou, com muita ênfase, a figurar como símbolo do ideal de pureza, influenciando a devoção imaculista na religiosidade portuguesa e, conseqüentemente, nas Américas. O tipo iconográfico da Imaculada Conceição, assim como se pode reconhecê-la na colonização da América portuguesa, alcança seu formato baseado na descrição escatológica da mulher do Apocalipse e da Virgem das Litanias. Maria Beatriz Mello e Souza adverte que:

O tipo de maior importância neste caso é a “Virgem das Litanias” ou Virgem da Ladainha que surgiu por volta de 1500. Aqui Maria é representada jovem, mãos postas em oração, cabelos longos e o corpo como que “flutuando” num espaço não definido. Ela está cercada de atributos mencionados no antigo testamento – sobretudo no Cântico dos Cânticos – simbolizando – sua pureza. [...] É ainda comum encontrarmos uma inscrição com as palavras do Cântico 4, 7 [Toda tu és formosa, amiga minha e em ti não há mácula].<sup>25</sup>”

A “Puríssima” se encontra comumente na pose de oração sobre o crescente de lua, pisando na serpente, vestida de sol, coroada de doze estrelas e cercada com alguns dos símbolos do Cântico dos Cânticos. Na imagem a seguir [Figura 7], do pintor e desenhista francês François-Auguste François Biard (1799-1882), a Imaculada aparece com os traços mais característicos do vocabulário imaculista, ou seja, a coroa, o crescente de lua envolvido por uma serpente e as mãos postas em oração<sup>26</sup>. Percebe-se que a atitude física das mãos não está a indicar

23. Maria Beatriz Mello e Souza, “A Imaculada Conceição, Símbolo do Chiaroscuro no Barroco Brasileiro”, *Revista Barroco*, p. 347.

24. *Idem*, *ibidem*.

25. *Idem*, pp. 344-346.

26. François-Auguste Biard, *Un Tableau de L'église de la Parahyba du Nord*. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3240>.



Figura 7. *Auguste François Biard*,  
Un Tableau de l'Église de la Parahyba  
du Nord. Paris, *Librairie de L. Hachette et*  
*C.*, 1862, 1 grav. pb.; gravura em madeira,  
dimensões da grav.: 10,5 x 9,5 cm em f.  
24,0 x 15,0 cm; dimensões da imagem:  
1216 x 1354 pixels; 300 dpi (resolução).  
Fonte: Acervo Digital de Manuscritos da  
Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin  
-PRCEU/USP.

oração, no sentido de rogo, mas uma oferta ablativa e que comunica um sentimento de gratidão.

Em continuidade à leitura teológica dos referidos dados iconográficos, é possível dizer que o “elemento primitivo da vitória de Deus sobre a serpente”, segundo a narração dos Gênesis 3, 9-15 se faz presente. Segundo Carlos Azevedo, “A serpente, pela astúcia e insinuação perigosa, representa o mal concreto, que está presente no interior do mundo criado, um mal que tem na pessoa humana o lugar de combate”. A lua, como ornamento astral, é apocalíptica. “O Apocalipse é um livro destinado a consolidar a fé dos crentes e a reavivar a sua esperança”<sup>27</sup>.

Há, assim, nas poucas intervenções aqui expostas o reflexo artístico que as diretrizes da Igreja anunciam e outrossim a metodologia que se busca para ser capaz de ver melhor e à grande distância, lançando olhos de lince, o comparatismo estilístico e a avaliação crítica dos processos sociais de encomenda e produção, bem como de circulação, transferência e recepção das manifestações artísticas e práticas culturais entre Europa (Portugal) e América (Brasil), e a sempre necessária contextualização histórica com vistas a sustentar a pesquisa multidisciplinar no que respeita à história dos objetos religiosos como disciplina.

A clareza intelectual a respeito do tema é possível de ser alcançada pelas possibilidades de estudo sobre as diretrizes da Igreja ao fazer artístico dessa produção, à iconologia e ao diálogo com a antropologia da arte; disciplinas passíveis de se relacionarem às expressões do historiador de arte Aby Warburg (1866-1929) e às ideias operativas das *Nachleben*<sup>28</sup>, ou memórias transmigradas dos códigos imagéticos, cuja análise parece ter fortalecido a tradição mais recente dos estudos iconológicos.

E assim, na certeza de que o patrimônio artístico e bibliográfico, *lato sensu*, é a mais-valia das políticas culturais, faz-se necessário que os acervos que o salvaguarda valorizem as diferentes interações “cognitivas, experienciais e sociais com os públicos”, e seguindo a definição utilizada no “Código de Ética” do Conselho Internacional de Museus (Icom) continuar a atuar como “instituições permanentes, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam,

27. Carlos A. Moreira Azevedo, *Estudos de Iconografia Cristã*, pp. 66-67.

28. Aby Warburg, *The Renewal of Pagan Antiquity: Contributions to the Cultural History of the European Renaissance*, 1999

comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes”<sup>29</sup>, como polos aglutinadores, que são, de fragmentos históricos heterogêneos do passado.

#### À GUIA DE CONCLUSÃO

Com a aproximação de uma análise da prática do colecionismo e da bibliofilia, na perspectiva das iniciativas de estabelecimento de instituições abertas ao público no Brasil, e suas interfaces, diversos aspectos foram questionados. Entretanto, conforma-se por agora em apresentar as sintéticas reflexões aqui empreendidas, na expectativa de que outros estudos desta pesquisadora possam complementá-las, e certamente aperfeiçoá-las.

Expôs-se alguns documentos com o intuito de fortalecer os desafios colocados para a abordagem das formas materiais do passado, atualmente salvaguardadas. Intuito esse que ofereceu à análise muitos informes e também desafios, justificado pela complexa teia de motivações que corroboram o senso de identidade e pertencimento a partir de discursos e significados culturais do passado para o entendimento no presente, seja para contestar, seja para manter as ideias recebidas.

Note-se, por fim, que as obras concernentes ao acervo fundador da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, doado pelo bibliófilo José Mindlin, possuem o *ex-libris* *Je ne fay rien sans Gayeté*: “Não faço nada sem alegria”. Nesta perspectiva, julga-se por bem bisar a ideia de que o ato de colecionar não se limita ao registro dos objetos e de seus elementos constitutivos, nem a uma consciência estética subordinada à pura *aisthesis*<sup>30</sup>; a busca concentra-se na fluidez dos significados implícitos, subjacentes à tangibilidade visível dos objetos e de sua materialidade.

Isso é o que se verificou neste trecho do escrito de Laujane Smith:

Identidade não é simplesmente produzida ou representada por lugares ou datas patrimoniais mas, na verdade, é ativada e continuamente recriada e negociada enquanto pessoas, comunidades e instituições reinterpretem, relembram, esquecem e reavaliam o significado do passado em relação às necessidades sociais, culturais e políticas do presente<sup>31</sup>.

29. Maria Isabel Roque, in *a.muse.arte*, (2019/03/27; 22h)

30. Jacques Rancière, *Aisthesis. Scènes du Régime Esthétique de L'art*.

31. Laurajane Smith, “Theorizing Museum and Heritage Visiting”, p. 460.

Fala-se de um processo que para além de perscrutar os significados do passado deve perquirir inclusive o conjunto de experiências vividas, emocionais ou afetivas, e memórias daqueles que os interpretam. ●

---

#### **SOBRE A AUTORA**

Silveli Maria de Toledo Russo é graduada em Artes Plásticas pela Unesp (1986); graduada em Arquitetura e Urbanismo e especialista em *Design* de Ambientes pela BELAS-ARTES de São Paulo (1993 e 2002); doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP (2010), com estágio pós-doutoral pelo Programa Nacional de Pós-doutorado, PNPd-Capes/ FAU-USP (2016). Pesquisadora residente na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo; investigadora colaboradora no Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; membro do comitê científico da *Revista Arte y Patrimonio*, Universidad de Córdoba, Espanha; autora de livro, capítulos de livro e artigos científicos; docente nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista e das Faculdades Metropolitanas Unidas/Laureate.

# A PRIMEIRA EDIÇÃO BRASILEIRA DO “PRIMEIRO POETA BRASILEIRO”: A PUBLICAÇÃO DE 1873 DA *PROSOPOPEIA*, ALGUMAS ROTAS DE LEITURA E NOVOS CAMINHOS DA CRÍTICA AO POEMA<sup>1</sup>

.....  
*Ana Paula Gomes do Nascimento*

## I. A CARTA DO ACHAMENTO DA *PROSOPOPEIA*

A edição de 1873 da *Prosopopeia* de Bento Teixeira (c. 1561-1600), que contou com a autorização do Governo Imperial, é a primeira publicação do poema feita no Brasil. Foi realizada graças aos esforços enviados por Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1846-1938), que assina o texto introdutório da edição como bibliotecário da Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro – ele era, na verdade, diretor da instituição desde 1870. Conta Ramiz Galvão que após muitas tentativas infrutíferas de localizar um exemplar do poema, tanto em Portugal quanto no Brasil, o “Barão de Porto-Seguro teve a boa estrela de achá-lo na Biblioteca Pública de Lisboa”. Diz ainda que foi em 18 de julho de 1872 que tal “feliz descobrimento” ocorreu, feito que foi a ele comunicado pelo barão por carta.

1. Artigo elaborado a partir da pesquisa realizada no acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP, no contexto do Edital de Pesquisa nos Acervos da USP (2017). O projeto contemplado no edital intitulou-se “Uma Prosopopeia e Quatro Séculos de Leituras Transatlânticas: Rotas da Crítica e Novos Rumos”.

A esse descobrimento se seguiu o de um exemplar do poema no Rio de Janeiro, pois, como um “santelmo de viagem”, a carta de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) relatando a novidade iluminou a busca de Ramiz Galvão. Por essa razão, o achamento do exemplar deveria, segundo Ramiz Galvão, ser computado às demais glórias de Varnhagen, constituindo mais um motivo para que as “letras pátrias” agradecessem a “esse distinto brasileiro” por “seu assinalado serviço” em prol destas.

Devidamente inserida na pauta da sessão de 8 de novembro de 1872 do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), a notícia foi dada aos demais membros da instituição na presença de ninguém menos do que Dom Pedro II. De fato, ao verificar as Atas<sup>2</sup> das sessões do IHGB durante todo o ano de 1872 encontra-se a informação de que muitas das sessões, pelo menos daquele ano, foram “honrada[s] com a augusta presença de S. M. o Imperador”.

A 13<sup>a</sup>. sessão de 1872 foi presidida pelo Visconde do Bom Retiro<sup>3</sup> e nela se registrou o recebimento de diversas publicações, discursos e também de “vários jornais e periódicos enviados pelas respectivas redações”, o que demonstra o reconhecimento do papel do IHGB como órgão centralizador das notícias e das publicações sobre a nação. Logo após a seção da ata intitulada Ordem do Dia consta o apontamento de que Ramiz Galvão encontrou um exemplar da *Prosopopeia* de 1601 e a observação de que, apresentado

[...] ao Instituto o referido exemplar, que se acha em um dos volumes da preciosa coleção Barbosa Machado, o Sr. Dr. Ramiz Galvão fez algumas considerações sobre a importância deste raríssimo opúsculo, e comprometeu-se a oferecer à sociedade uma cópia exata e fiel do poema, acompanhando-a de algum trabalho analítico para que o mesmo Instituto, se assim julgar conveniente, lhe dê inserção em sua *Revista Trimensal*<sup>4</sup>.

Como se vê, a intenção inicial, modesta, de Ramiz Galvão era de inserir uma “cópia exata e fiel do poema, acompanhando-a de algum trabalho analítico” na *Revista Trimensal do IHGB*, mas acabou logrando realizar uma edição autônoma. Ao que tudo indica, a intervenção de Ramiz Galvão foi o ponto alto da reunião daquela noite, pois após esse comunicado registra-se apenas que o “mesmo Sr. Dr. Ramiz Galvão continuou com a leitura da *História da Imperial Fazenda Santa Cruz*,

2. *Revista Trimensal do IHGB*, 1872.

3. Luiz Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886). Há uma litografia feita por Sebastien Auguste Sisson (1824-1898) em 1861. Disponível no site da BBM-USP.

4. *Revista Trimensal do IHGB*, 1872, p. 591.

escrita pelo Sr. Dr. José de Saldanha da Gama” e que, terminada esta, “o Sr. presidente, obtendo vênias de S. M. o Imperador, levantou a sessão”<sup>5</sup>.

Desse modo, apenas um curto período de tempo se passou entre a carta de Varnhagen para Ramiz Galvão, o achamento do exemplar na Biblioteca Nacional e a primeira publicação brasileira da *Prosopopeia*, que ocorreu na cidade do “Rio de Janeiro, aos 23 de Janeiro de 1873”. Isso ressalta que a autorização de publicação solicitada junto ao Governo Imperial de fato foi “prontamente concedida” e as condições para sua elaboração pela Typographia do Imperial Instituto Artístico foram rapidamente colocadas à disposição de Ramiz Galvão.

A edição contou com a colaboração de um dos fundadores do mencionado Instituto, o senhor H. Fleiuss (1823-1882), “que se encarregou do trabalho artístico” do poema “com um zelo digno de todo encômio”. Fundado em 1860 pelos irmãos Henrich e Karl Fleiuss, juntamente com Karl Linde, o Instituto Artístico passou a se chamar, no ano de 1863, Imperial Instituto Artístico, “em decorrência do título honorífico concedido pelo Imperador Pedro II”<sup>6</sup>. Trata-se, portanto, de mais uma instituição que contava, se não com o mecenato, pelo menos com o apoio de Pedro II, tal como o próprio IHGB.

A contribuição de Fleiuss foi fundamental, pois Ramiz Galvão informa que o objetivo do cuidado com a apresentação gráfica<sup>7</sup> era o de “reproduzir com a maior fidelidade possível o exemplar de 1601” como “modernamente se pratica com obras d’este gênero em Alemanha, França, Inglaterra e outros países”. Por essa mesma razão optou-se por não corrigir os erros ou atualizar a grafia do original daquele que Ramiz Galvão avaliou como o “curioso poemeto de Bento Teixeira”.

## DUAS VEZES DIOGO BARBOSA MACHADO

De acordo com o informe de Ramiz Galvão, a *Prosopopeia* encontrada no Rio de Janeiro estava entre os volumes pertencentes inicialmente à Biblioteca Nacional da Corte, o precioso acervo que a família real portuguesa despachara como parte de sua bagagem, quando da fuga de Napoleão em novembro de 1807. Esquecida, porém, no porto de Lisboa, a biblioteca só seria efetivamente embarcada para o Brasil a partir de 1810.

5. *Idem, ibidem*.

6. Cf. Fleiuss, *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23124/fleiuss>>.

7. Cf. Ramiz Galvão (org.), *Prosopopeia*, 1873, p. iv: “afora alguma diferença de tipo, nos demais, – no que respeita a gravuras, paginação, ortografia, etc. é perfeita a identidade entre o exemplar de 1601 e os que ora saem a lume”.



Frontispício da edição de 1873:

“A IORGE DALBVQVERQVE...” (trabalho realizado por H. Fleiuss). Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000009157&bbm/4060#page/8/mode/2up>>. Acesso em: 22 jan. 2018.)

De maneira mais precisa, Ramiz Galvão informa que o poema fazia parte da coleção Barbosa Machado, sabiamente avaliada pelo bibliotecário como “um dos inestimáveis tesouros deste estabelecimento”. O acadêmico Diogo Barbosa Machado (1682-1772) – Ramiz Galvão o identifica como um bibliófilo – doou seu acervo para a Real Biblioteca de D. José I no ano de 1770. D. José I foi o monarca que se empenhou arduamente em reconstruir a Real Biblioteca logo após o terremoto, o qual acometeu Lisboa em 1755 e danificou ou destruiu boa parte do acervo.

Depois do retorno de D. João VI para Portugal em 1821 e da subsequente Independência do Brasil em 1822, o Império brasileiro teve de pagar uma indenização significativa para manter o acervo no país<sup>8</sup>. Foi assim que o acervo de Barbosa Machado ficou na cidade do Rio de Janeiro e nele se conservou um dos raríssimos exemplares da *Prosopopeia* de Bento Teixeira.

Muito antes desses acontecimentos, porém, foi graças a um verbete de Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, que a memória do poeta Bento Teixeira não se perdeu de todo na voragem do tempo. A mais famosa obra do Abade de Sever é, sem dúvida, esse repertório bibliográfico (com quatro volumes, publicados entre 1741 e 1759), que foi dedicado a D. João V (1706-1750), que fundou a Academia Real da História Portuguesa em 1720. Barbosa Machado informa com grande orgulho, no registro da *Biblioteca Lusitana* dedicado a seu próprio nome, que figurou entre os “cinquenta primeiros Acadêmicos de que se formou esta eruditíssima Sociedade” e toda a pompa da edição de sua obra indica sua plena inserção no projeto joanino.

No importante verbete que menciona a *Prosopopeia*, por sua vez, Barbosa Machado registrou para as gerações futuras a existência de certo Bento Teixeira Pinto, “natural de Pernambuco igualmente perito na Poética que na História”<sup>9</sup>. Além de fazer esse grande elogio – é visível o apreço do abade por ambas as artes em seus escritos –, Barbosa Machado também atribuiu a esse “pernambucano” as seguintes obras:

*Prosopopeya Dirigida a Jorge de Albuquerque Coelho Capitão, e Governador de Pernambuco Noua Lusitania*. Lisboa por Antonio Alvares 1601. 4. São outavas juntamente com a *Relaçã do Naufragio que Fez o Mesmo Jorge Coelho Vindo de Pernambuco em a Nào Santo Antonio em o Anno de 1565*<sup>10</sup>.

*Dialogo das Grandezas do Brasil em que Saõ Interlocutores Brandonio, e Alvia-no*. M. s. Consta de 106 Folhas. Trata de muitas curiosidades pertencentes à Corografia, e historia natural daquellas Capitaniãs. Conserva-se na Livraria do Conde de Vimieiro.

8. Toda essa trajetória é narrada por Lília Moritz Schwarcz em *A História de uma Biblioteca: A Real Biblioteca e a Sina Comum e Apartada de Brasil e Portugal*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/projetos/200anos/realBiblioteca.html>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

9. Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, tomo 1, p. 512.

10. Na entrada sobre a *Prosopopeia*, Barbosa Machado não deixa claro se considera que “Bento Teixeira Pinto seria autor também da *Relaçã do Naufrágio*”, como Bernardo Gomes de Brito (1688-1759) afirmou no segundo volume da sua *História Trágico-Marítima* (1736). Do mesmo modo, Barbosa Machado informa que a *Relaçã* saiu “2ª vez impressa” dentre as páginas 1 a 59 do segundo volume da *História*, mas a formulação é ambígua, sendo possível inferir que a *Prosopopeia* também teria sido novamente impressa em 1736.

Essa abonação pareceu indicar que estávamos diante de um dos primeiros – senão do primeiro – brasileiros a ganhar imprensa no reino e essa foi a conclusão a que os letrados do século XIX chegaram. Rubens Borba de Moraes<sup>11</sup> informou, em seu artigo “Muitas Perguntas e Poucas Respostas sobre o Autor da *Prosopopeia*”, que em “princípios do século XIX” Ferdinand Denis (1798-1890) descobriu Bento Teixeira “e avisou o público que ele parecia ser o primeiro poeta brasileiro em ordem cronológica”. Desse modo, Moraes indica que é a partir da aprovação de Denis que o autor se estabeleceu como tal e percebe que Joaquim Norberto (1820-1891), “em 1841, já não titubeia em proclamá-lo o primeiro poeta brasileiro”.

Os autores do século XVIII na colônia brasileira, porém, pareciam desconhecer a *Prosopopeia*, pois em 1705 – muito antes, é verdade, do verbete da *Biblioteca Lusitana* – Manoel Botelho de Oliveira (1636-1711) afirmou ser “o primeiro filho do Brasil, que [fez] pública a suavidade do metro”. Assim também, agora bem mais tarde do que o famigerado verbete, José de Santa Rita Durão (c. 1722-1784) afirmou, nas *Reflexões Prévias e Argumento ao Caramuru* (1781), que acreditava que os “sucessos do Brasil não mereciam menos um Poema, que os da Índia” e que “o amor da Pátria” incitou-o “a escrever este [épico]”.

Botelho de Oliveira, portanto, parecia desconhecer a existência do poeta Bento Teixeira, assim como Santa Rita Durão não tinha notícia de que a *Prosopopeia* havia desenvolvido, já em 1601, um assunto “brasileiro” por meio de um poema de estrutura épica.

Assim, mesmo que a fama de Bento Teixeira aparentemente tenha ficado restrita à menção na *Biblioteca Lusitana* durante boa parte do século XVIII, no século XIX sua fortuna será bastante diferente, desde o pronunciamento de Ferdinand Denis. O auge dessa consagração, portanto, será em 1873, quando Ramiz Galvão fala da *Prosopopeia* de Bento Teixeira como “um dos primeiros documentos de nossa história literária” e “mui provavelmente, que o saibamos, o primeiro trabalho poético publicado em Portugal por filho d’este nosso caro Brasil”<sup>12</sup>.

11. Rubens Borba de Moraes, “Muitas Perguntas e Poucas Respostas sobre o Autor da *Prosopopeia*”, pp. 78-88.

12. Ramiz Galvão (org.), *Prosopopeia*, p. V.

## BENTO TEIXEIRA, FILHO DESTE NOSSO CARO BRASIL

Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.

MACHADO DE ASSIS, “Notícia da Atual Literatura Brasileira: Instinto de Nacionalidade”, 24 de março de 1873.

Não se deve deixar de observar, porém, que “ser filho do Brasil” claramente tem significados muito diferentes antes e depois de 1822. No período de consolidação do Brasil independente de Portugal, Bento Teixeira será alvo do interesse de intelectuais como Varnhagen e Ramiz Galvão exatamente porque se acreditava que ele fosse “natural de Pernambuco no século XVI” e, ao mesmo tempo, “brasileiro” num sentido que só surgirá no século XIX. Acima de tudo, sua poesia será lida como possuidora de elementos *nativistas* e *nacionalistas*, tais como a descrição da paisagem brasílica e a etimologia de palavras indígenas.

Até esse momento ninguém questionava a abonação de Barbosa Machado quanto ao local de nascimento do poeta, situação que será alterada em 1929, quando Rodolfo Garcia edita a *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil – Denúncias de Pernambuco* e encontra denúncias contra um Bento Teixeira, cristão-novo, natural do Porto. Em 1952, com a localização na Torre do Tombo do processo de Inquisição de número 5206 por José Antônio Gonsalves de Melo, mais notícias sobre Bento Teixeira, acusado de crime judaizante, foram levantadas. Desde então, parece não haver mais dúvidas sobre o local de nascimento de Bento Teixeira – sim, eu me refiro à cidade do Porto – o que derrubou o *status* deste como “o primeiro poeta brasileiro a ganhar imprensa em Portugal”. Por outro lado, a ideia de que nosso poeta fosse, na verdade, um cristão-novo deu origem, no século XX, a leituras que identificam mensagens criptojudais na *Prosopopeia*. Essas leituras são realizadas com base no trabalho da professora Anita Novinsky, do Departamento de História da FFLCH-USP, que se ocupou de questões sobre a (in)tolerância no período colonial brasileiro e que organizou um importante congresso sobre a Inquisição em 1987, dentre outros estudos nessa temática.

Olhando outra vez para o século XIX, porém, Antônio Soares Amora (1917-1999) soube identificar muito certamente por que razão um exemplar da *Prosopopeia* foi tão avidamente procurado pela geração do IHGB:

Chegado o século XIX, e iniciado no Brasil o movimento de emancipação cultural e literária, e conseqüentemente um movimento crítico e historiográfico empenhado em formar, no jovem país, a consciência de um patrimônio literário em gênese desde o século XVI – natural foi que do poemeto interessadamente se ocupassem nossos primeiros críticos e historiadores: a *Prosopopeia*, canto de louvor dos Coelhos e Albuquerque, fundadores, conquistadores e construtores da Capitania de Pernambuco, uma das mais importantes donatárias [sic] do século XVI, *poderia bem ser, no plano estético, pensou-se então, a primeira afirmação da literatura de um Brasil em gênese*<sup>13</sup>.

Do mesmo modo, João Adolfo Hansen<sup>14</sup> observa que os intelectuais do IHGB (fundado em 1838) tinham grande interesse pelo período colonial brasileiro, algo que pode ser demonstrado facilmente por meio de um levantamento dos assuntos colocados em pauta nas sessões e nas publicações do Instituto. Apesar disso, Hansen evidencia que a apropriação desse material ocorrerá em função do objetivo de consolidar o Brasil como um Estado-Nação, o que certamente tem implicações para o modo de construir não apenas uma “história da literatura brasileira”, mas também uma “História do Brasil”.

#### **A PROSOPOPEIA SEM O RELATO (1873) E O RELATO SEM A PROSOPOPEIA (1736)**

A folha de rosto da *Prosopopeia* de 1873 traz a informação de que esta se trata de uma “[r]eprodução fiel da edição de 1601 *segundo exemplar existente na Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro*” (grifo nosso). Esse dado aparece aqui destacado porque explica a razão de o poema de Bento Teixeira ter sido “desgarrado” do relato do *Naufrágio que Passou Jorge Dalbuquerque, Capitão e Governador de Paranambuco*.

De fato, a *Prosopopeia* que saiu em Lisboa em 1601 está apenas à relação do *Naufrágio que Passou Jorge Dalbuquerque, Capitão e Governador de Paranambuco*, nessa edição se encontra a informação de que o que correrá impressa é uma segunda edição do relato, com nova tiragem de mil exemplares. Encontra-se, ainda, a observação de que a *Prosopopeia* que vai anexa ao relato teria sido esquecida na primeira edição.

Saber que a *Prosopopeia* era inicialmente um apenso a um relato de naufrágio é algo relevante para o crítico que se propõe a estudar essa obra. Com efeito, o poema parece compartilhar do mesmo “fundamento

13. Antônio Soares Amora, “A Prosopopeia, de Bento Teixeira, à Luz da Moderna Camonologia”, pp. 402-403 (grifo nosso).

14. Referência a aulas do curso de pós-graduação ministradas pelo professor e doutor João Adolfo Hansen no DLV (FFLCH-USP) durante o segundo semestre de 2016.

histórico” do relato, pois episódios que são narrados neste reaparecem elaborados com elevação épica na *Prosopopeia*.

Apesar disso, José Galante de Sousa (1913-1986) observou que o exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro continha “somente a *Prosopopeia*”<sup>15</sup>. Rubens Borba de Moraes (1899-1986), bibliófilo, bibliotecário e bibliógrafo, que foi diretor da BN-RJ entre os anos de 1945 a 1947 e que, portanto, conhecia bem a coleção Barbosa Machado, informa que o referido abade não só viu a edição de 1601 da *Prosopopeia* como “possuía um exemplar” desta e com ele fez “o que costumava fazer com muitos de seus livros: dividiu-o em duas partes”. Moraes segue explicando que com o *Naufrágio* “não sabemos o que fez”, mas que a *Prosopopeia* “mandou ele encadernar juntamente com outros folhetos e poesias arrancadas de outros livros”, de modo a formar “o volume que está hoje” na BN-RJ<sup>16</sup>.

Isso indica que, pelo menos para Ramiz Galvão, era de fato fiel, pois tinha em mãos uma obra que circulou de maneira independente do relato. Por outro lado, Varnhagen teve acesso, na Biblioteca Pública de Lisboa, à edição “completa” de 1601 – sabemos disso, pois foi com base nessa edição que ele corrigiu informações dadas por Barbosa Machado e por Bernardo Gomes de Brito (1688-1759). No apêndice de 1872 ao *Florilégio da Poesia Brasileira*, por exemplo, Varnhagen informa que “o dito poema [acha-se] anexo à 2ª. edição da relação da viagem da nau Santo-Antônio, em 1565” e que tal “relação não [foi] escrita pelo mesmo Bento Teixeira, que não vinha a bordo, e seria então criança”<sup>17</sup>.

É dessa forma que Ramiz Galvão vem a afirmar em 1873 “que é este o único trabalho pertencente ao nosso conterrâneo Bento Teixeira de quantos lhe foram atribuídos pelo douto abade de Santo Adrião de Sever”, sendo “esta pelo menos a [sua] humilde opinião, depois do que tão sabiamente ponderou o senhor Barão de Porto Seguro em sua carta de 8 de outubro de 1872”. Em outras palavras, Ramiz Galvão recebeu durante o ano de 1872 vários informes da pesquisa de Varnhagen sobre o impresso de 1601. Borba de Moraes<sup>18</sup> menciona, ainda, que Varnhagen “escreveu ao Ministro do Exterior” e “revelou o verdadeiro autor do *Naufrágio*” como sendo o piloto Afonso Luís, numa carta que chegou a ser publicada “no *Diário Oficial do Império* de 6 de novembro de 1873”. Isso comprova, entre outras coisas, o grau de relevância conferido ao “caso Bento Teixeira”.

15. José Galante de Sousa, *Em Torno do Poeta Bento Teixeira*, p. 87.

16. Rubens Borba de Moraes, “Muitas Perguntas e Poucas Respostas sobre o Autor da *Prosopopeia*”, p. 88.

17. Francisco Adolfo de Varnhagen, *Florilégio da Poesia Brasileira*, p. 7.

18. Rubens Borba de Moraes, “Muitas Perguntas e Poucas Respostas sobre o Autor da *Prosopopeia*”, p. 86.



Frontispício da edição de 1601:  
“NAVFRAGIO, QVE...” (elaborado na  
tipografia de Antônio Álvares). Fonte:  
Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível  
em: <[http://purl.pt/22627/4/res-392-p\\_PDF/res-392-p\\_PDF\\_24-C-R0150/res-392-p\\_0000\\_capa-capa\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/22627/4/res-392-p_PDF/res-392-p_PDF_24-C-R0150/res-392-p_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Nesse sentido, quando a *Prosopopeia* é publicada em 1873 no Rio de Janeiro sem o relato, o efeito que se alcança é o de que estamos diante de uma obra de “assunto totalmente brasileiro”, que nada tem a ver com uma narrativa que louva a empresa portuguesa da navegação e a construção do império marítimo português. Varnhagen certamente poderia ter feito uma observação sobre a condição original da *Prosopopeia* como – mero? – *apenso* a um relato de naufrágio, mas não o fez.

Da mesma forma, quando Bernardo Gomes de Brito descartou a *Prosopopeia* ao reelaborar o que ele renomeou como relato do *Naufrágio que Passou Jorge de Albuquerque Coelho Vindo do Brasil para Este Reino no Ano de 1565, Escrito por Bento Teixeira, que se Achou no Dito Naufrágio* (na sua *História Trágico-Marítima*, 1736, II vol.), o efeito foi

exatamente o oposto. Aparentemente, um pequeno poema de assunto brasileiro pouco poderia contribuir para a intenção de Gomes de Brito de engrandecer a memória das aventuras marítimas de Portugal.

#### A PALAVRA DO BARÃO VS. A PALAVRA DO ABADE

Muitos bibliógrafos, brasileiros e portugueses, tais como Jorge César de Figanière, em 1850, e Inocêncio da Silva, a partir de 1858, ainda utilizam em grande medida a *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado como referência. Apesar de já perceberem nela algumas “imprecisões”, esses autores acabam se apresentando como continuadores do abade, sem investigar exaustivamente as informações que ele traz. Francisco Adolfo de Varnhagen, por sua vez, terá atitude diferente ao confrontar a mesma obra.

Com base nas indicações do abade, Varnhagen não faz ciência de gabinete, mas parte em diferentes missões à procura de documentos que comprovem as afirmações deste. Enquanto não localiza um documento ou uma evidência histórica, Varnhagen não faz nenhuma afirmação ou, às vezes, corrige afirmações anteriores se essas se revelam infundadas. Tendo o então barão – Varnhagen será elevado a visconde em 1874 – percorrido muitos arquivos e devassado diversas bibliotecas, a próxima geração o utilizará como fonte, da mesma forma como até então se utilizava a obra de Barbosa Machado.

Assim, no Brasil do século XIX, Francisco Adolfo de Varnhagen “destrona” Diogo Barbosa Machado como referência, bem como os métodos da Academia Real da História Portuguesa (1720) vão ser substituídos pelos de outro tempo e de outra instituição,<sup>19</sup> o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1838).

#### A EDIÇÃO DE 1873 NO ACERVO DA BBM

A Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM-USP possui um exemplar da edição de 1873 da *Prosopopeia* com a assinatura de Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Trata-se de um impresso que foi oferecido por ele à Biblioteca Pública de Lisboa, onde, conforme vimos, começou o trajeto que culminou na publicação do poema no contexto do Império brasileiro.

José Mindlin (1914-2010) afirmou certa vez que “se nenhuma biblioteca se dispersasse, novos colecionadores teriam uma vida difícil”<sup>20</sup>.

19. Para a discussão sobre o método filológico, próprio do século XIX, empregado por Varnhagen, consulte-se João Adolfo Hansen & Marcello Moreira, *Para que Todos Entendas: Poesia Atribuída a Gregório de Matos e Guerra*.

20. José Mindlin, “Rubens Borba de Moraes: Um Intelectual Incomum”, p. 111.



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/view/?4500009157&bbm/4060#page/8/mode/2up>>.  
Acesso em: 22 jan. 2018.

Tal declaração foi feita numa entrevista, publicada em data próxima ao centenário do nascimento de outro grande colecionador particular, o já mencionado Rubens Borba de Moraes. Assim, mais uma vez, na dispersão de um acervo originalmente português, um exemplar do poema de Bento Teixeira retornou ao Brasil, agora em novo momento e com novas camadas de história e de significações. De todo modo, fechou-se pelo menos esse ciclo em torno da *Prosopopeia*.

Esse retorno do exemplar ao país demonstra, principalmente, o que Antônio Soares Amora havia percebido em 1957, quando formulou a opinião de que a *Prosopopeia* se tornou uma “questão brasileira” e Bento Teixeira “um verdadeiro ‘caso’, que merece estudo pelo que documenta da evolução do espírito e dos métodos da crítica e da política literária brasileira, de novecentos, em face da antiga Mãe-Pátria”<sup>21</sup>. De fato, a crítica portuguesa quase não faz menções a esse poeta, ao passo que, por razões óbvias, a história da literatura brasileira não pôde ser escrita sem ele.

Apesar da relevância de Bento Teixeira para a poesia e para a história brasileiras de finais do século XVI, sua condição de “poeta do período colonial” será lida e relida em função dos diferentes momentos da “política literária” brasileira, nos termos de Soares Amora. Acima de tudo, é possível perceber, tendo observado os bastidores que levaram à edição de 1873 da *Prosopopeia*, que tal “política literária” foi construída durante o império de Pedro II, em função de seu projeto de nação para o Brasil.

## II. ROTAS DA CRÍTICA DESDE A EDIÇÃO DE 1873 OU O INSTINTO DE NACIONALIDADE DA CRÍTICA DO SÉCULO XIX

A sorte dos livros depende da capacidade do leitor.

TERENCIANO MAURO citado por Rubens Borba de Moraes.

Em 1850, quando publicou o seu *Florilégio da Poesia Brasileira*, Varnhagen não incluiu Bento Teixeira no rol dos poetas coloniais, pois, possivelmente, desconfiava da abonação do abade. Em 1872, porém, publicou um apêndice a essa obra, no qual afirma que os “[...] versos que damos de Bento Teixeira Pinto, o mais antigo dos poetas *brasileiros*, são copiados do único exemplar, que talvez exista, da sua *Prosopopeia*, edição de 1601, o qual se guarda na Bibliotheca Pública de Lisboa”<sup>22</sup>.

21. Antônio Soares Amora, “A *Prosopopeia*, de Bento Teixeira, à Luz da Moderna Camonologia”, p. 3.

22. Francisco Adolfo de Varnhagen, *Florilégio da Poesia Brasileira, Contendo, um Novo Suplemento, com Produções de Vinte e Quatro Poetas Ainda Não Contemplados*. 1872, p. 7 (grifo nosso).

Para constar no *Florilégio* Varnhagen escolhe, de acordo com o seu critério de “brasileidade”, apenas a “Descrição do Recife de Pernambuco” dentre as 94 estâncias que formam a *Prosopopeia*. No prefácio da edição de 1850 do *Florilégio* ele já expressava os seus critérios de escolha:

Como o entusiasmo que temos pela América, onde vimos a luz, e a fé no desenvolvimento futuro de sua poesia, era um dos nossos estímulos, julgamos dever dar *sempre preferência a esta ou àquela composição mais limada, porém semigrega, outra embora mais tosca, mas brasileira, ao menos no assunto*. Esta decisão nos facilitou a empresa, e cremos que esta coleção adquirirá com isso mais interesse para o leitor europeu, ao passo que deve lisonjear o americano, *vendo que já vai para dois séculos no Brasil havia quem julgava que se podia fazer poesia sem ser só com coisas de Grécia e Roma*<sup>23</sup>.

Varnhagen vê na descrição do Recife de Pernambuco uma prova de que a poesia de Bento Teixeira já prescindia de “Grécia e Roma”, assim como a poesia dos românticos do XIX, além de identificar a *Prosopopeia* como “brasileira, ao menos no assunto”. Trata-se de um tipo de leitura que será muito comum, do século XIX em diante, ao abordar obras publicadas entre os séculos XVI a XVIII.

O que Varnhagen parece não perceber, porém, é que por mais que o assunto do poema de Bento Teixeira seja brasileiro, suas técnicas de representá-lo são todas “de Grécia e Roma”, muito provavelmente aprendidas nos colégios jesuítas. De fato, essa afirmação de Varnhagen se mostra incorreta quando se observa que as nossas letras surgem intimamente ligadas com as portuguesas – atreladas, por sua vez, à memória do costume retórico-poético greco-latino –, já que os poetas do período colonial operam o que Ivan Teixeira percebe como um “processo de inclusão do Brasil no código civilizado da Europa”<sup>24</sup>. Nesse sentido, até mesmo a paisagem brasileira presente nessa poesia aparece “não como expressão de sentimento nativista [...], mas como adequação da paisagem local a tópicos e processos da poesia europeia do período”<sup>25</sup>.

Ramiz Galvão, por sua vez, julga que ainda “que lhe poderíamos apontar alguns versos de inspiração feliz, cumpre reconhecer que não é grande o merecimento poético da *Prosopopeia*”. No entanto,

23. *Idem*, 1850, pp. III-IV (grifo nosso).

24. Ivan Teixeira, *Raízes*, p. 31.

25. *Idem*, p. 36.

pondera que “seu valor histórico e bibliográfico não tem contestação possível”<sup>26</sup>, inaugurando outra vertente de enunciados críticos que valorizará o poema apenas como “documento histórico”.

O editor de 1601, Antônio Ribeiro, havia feito uma avaliação semelhante da *Prosopopeia*, ao julgá-la como texto de “ânimo mais afeiçoado que poético”. Adma Muhana<sup>27</sup> observa que o “julgamento daquele que organizou” a primeira edição da *Prosopopeia* “parece ressoar em todos os demais críticos” e que “esse primeiro juízo crítico, que [...] desclassificará [Bento Teixeira] nos séculos ulteriores como poeta, para classificá-lo, cristão-novo penitente, como pouco menos que um bajulador de autoridades” é o que prevalecerá.

Outro trecho bastante “batido” na rota de leitura do poema consiste na afirmação de que a *Prosopopeia* de Bento Teixeira não passaria de uma espécie de imitação inferior de *Os Lusíadas* de Luís de Camões (1572). Antônio Soares Amora, em 1957, já havia se rebelado contra essa percepção e os críticos do século XXI defenderão a mesma opinião.

#### NOVOS RUMOS DA CRÍTICA EM TORNO DA *PROSOPOPEIA*

Compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. Não menos que eles, os convida a natureza americana, cuja magnificência e esplendor naturalmente desafia a poetas e prosadores.

MACHADO DE ASSIS, “Notícia da Atual Literatura Brasileira: Instinto de Nacionalidade”, 24 de março de 1873.

Ivan Teixeira, em “Raízes”<sup>28</sup>, texto introdutório ao *Roteiro da Poesia Brasileira*, indica que a “*Prosopopeia* será camonianiana, não apenas na imitação calculada do estilo épico de Camões, genericamente concebido [...]”, mas que existe verdadeira “relação de dependência sintagmática” entre a *Prosopopeia* e “um episódio específico de *Os Lusíadas*”. Comparando ambos os poemas, Teixeira chega à seguinte hipótese com relação à *Prosopopeia*: “Bento Teixeira teria escrito *Prosopopeia* como variação

26. Ramiz Galvão, “Ao Leitor”, em Bento Teixeira, *Prosopopeia*, p. v.

27. Adma Fadul Muhana, “A *Prosopopeia* de Bento Teixeira: Epopeia de Derrotas”, p. 14.

28. Ivan Teixeira, *Raízes*, p. 20.

imaginosa do Concílio dos Deuses Marinhos de *Os Lusíadas*, que ocupa as estrofes 7-30 do canto vi do poema”<sup>29</sup>.

De fato, entre as estrofes 27-35 desse canto, Baco faz um discurso inflamado contra os portugueses em meio ao Concílio dos Deuses Marinhos. Sua fala gera ira nos corações dos deuses, que ordenam que Éolo “solte as fúrias dos ventos repugnantes, / [para] Que não haja no mar mais navegantes”. Apenas Proteu parecia não estar no mesmo estado de ânimo dos demais membros da “divina companhia”, mas quando tenta dizer algo dissonante acaba sendo impedido de falar por Tétis (estrofe 36).

Assim, de acordo com Ivan Teixeira, é

[...] possível supor, portanto, que Bento Teixeira pretendeu compor em seu poema o canto que Proteu deixou de proferir no episódio de Camões, pois aí, querendo falar, o deus multiforme cala-se, dissimulando o receio de tomar, contra todos, o partido dos portugueses na assembleia marítima, tal como se observa na estrofe 36 do canto vi de *Os Lusíadas*.

Bem quisera primeiro ali Proteu  
Dizer, neste negócio, o que sentia:  
E, segundo o que a todos pareceu,  
Era alguma profunda profecia.  
Porém tanto o tumulto se moveu,  
Súbito, na divina companhia,  
Que Tétis, indignada, lhe bradou:  
“Netuno sabe bem o que mandou”.

Se, na ficção camonianiana, Proteu calou a “profunda profecia” em favor dos portugueses, tirará desforra na *Prosopopeia*, pois aqui solta a voz em contínuo e aberto elogio ao suposto valor lusitano, encarnado em gente aclimatada ou nascida no Brasil<sup>30</sup>.

Desse modo, Bento Teixeira teria feito da *Prosopopeia* de Proteu uma oportunidade para dar voz ao deus que foi calado por Tétis em *Os Lusíadas*.

Por outro lado, Adma Muhana observa que “para a construção da sua epopeia, Teixeira se vale do mesmo recurso que Camões para contar o passado histórico, mas de modo verossímil” e, segundo a

29. *Idem, ibidem*.

30. *Idem*, p. 21.

autora, “tal recurso é torná-lo futuro”<sup>31</sup>. Devido a esse dispositivo, em *Os Lusíadas* há a estratégia de essa parte da narrativa ocorrer por meio do relato de Tétis, e na *Prosopopeia* também encontramos uma profecia *post factum*, só que feita por Proteu.

Assim, no poema camoniano, Tétis interrompeu Proteu em nome de Netuno, enquanto que na *Prosopopeia* ela apenas é mencionada e não chega a ter uma fala sequer. Isso deixa ainda mais evidente a escolha de Bento Teixeira de deixar Proteu falar quase que exclusivamente em seu poema – uma espécie de “desforra” do que lhe acontece no poema camoniano.

Muhana, portanto, observa a funcionalidade de um narrador do substrato mitológico e Teixeira identifica o porquê da escolha de Proteu, ambos tendo como base a comparação da *Prosopopeia* com *Os Lusíadas*. A diferença do posicionamento de ambos os críticos em relação à tradição em torno da *Prosopopeia* reside no fato de que ambos percebem a relação entre essa e *Os Lusíadas* como um exemplo de *emulação* e não de uma cópia, ademais falha e servil.

Dessa forma, é possível validar a hipótese de Ivan Teixeira à luz do próprio conceito de *prosopopeia*. Vejamos: Marcello Moreira, em texto intitulado “Louvor e História em *Prosopopeia*”, alerta para o fato de que o “poema estrutura-se a partir do uso da *prosopopeia* e do *dialogismo*”<sup>32</sup>. *Dialogismo* é um termo de origem grega que pode ser traduzido como *sermocinação*, advindo do latim. Em algumas retóricas, *dialogismo/sermocinação* é pensado como sinônimo de *prosopopeia/personificação*.

A Retórica a Herênio<sup>33</sup>, manual romano do século I a.C., por sua vez, tem itens separados para ambos, pois, de acordo com o livro, na *sermocinação/sermocinatio/diálogoi* “atribui-se a uma pessoa fala que se expõe conforme sua dignidade”<sup>34</sup>. Já a *personificação/conformatio/prosopopeia* “consiste em configurar uma pessoa ausente como se estivesse presente, também em fazer falar uma coisa muda ou informe atribuindo-lhe ou forma e discurso ou uma ação adequadas a sua dignidade”<sup>35</sup>.

O que se percebe aqui é que, por ser de definição mais ampla, o termo *prosopopeia* se sobrepôs ao termo *sermocinação*, e, em algum momento, passou-se a confundir essas duas tarefas – que a princípio não são totalmente iguais – sob o mesmo nome de *prosopopeia/personificação*.

31. Adma Fadul Muhana, *op. cit.*, “A *Prosopopeia* de Bento Teixeira: Epopeia de Derrotas”, p. 17.

32. Marcello Moreira, “Louvor e História em *Prosopopeia*”, em Ivan Teixeira (org.), *Épicos*, p. 100. Coleção Multiclássicos.

33. Anônimo, *Retórica a Herênio*, p. 303.

34. “Dignidade” aparece aqui no sentido retórico de *decoro* ou *conveniência*, tradução do grego *prepon*.

35. Anônimo, *Retórica a Herênio*, p. 307.

Do mesmo modo, outra fonte antiga, os *Exercícios Preliminares*, ou *Progymnasmata*, de Hermógenes (século II) trazem definições mais esclarecedoras para o termo:

*Etopeia (êthopoia) é a imitação do caráter de uma pessoa que hipoteticamente fala; por exemplo, quais palavras Andrômaca deve dizer a Heitor. É chamada de personificação (prosôpopoia) quando personificamos uma coisa, [...] como no discurso de Aristides em que “O mar” fala aos Atenenses. A diferença é clara: na etopeia imaginamos palavras para uma pessoa real, na prosopopeia nós imaginamos uma pessoa não-existente. Chama-se de feitura de imagem (eidolopoia) quando atribuímos palavras para os mortos [...]”<sup>36</sup>.*

Em primeiro lugar, Hermógenes define *prosopopeia* como uma espécie de *etopeia*. Em seguida, diferencia ambas pela conceituação de *etopeia* como *uma imitação de caráter de uma pessoa real por meio de sua fala e de prosopopeia como uma fala de pessoa não existente/não real*. Uma terceira diferenciação, porém, especifica a existência de *fala atribuída a mortos*, que Hermógenes nomeia como *idolopeia*.

Nesse sentido, além do deslizamento de conceitos entre *prosopopeia*, *dialogismo* e *sermocinação*, com o passar do tempo, pode-se observar que o termo *sermocinação* foi, também, sendo substituído por *etopeia*, pois o característico da *sermocinação* é atribuir discurso ou ação *de acordo com a dignidade* do falante ou do agente. Essa ênfase na dignidade/*decoro/prepon* é o que levou a *sermocinação* a ser chamada de *etopeia*, que é, na conceituação mais ampla de Hermógenes, “*imitação do caráter de uma pessoa que hipoteticamente fala*” (grifo nosso).

Apenas para utilizar um exemplo do século XIX e demonstrar como há a permanência de certos conceitos, citemos os *Elementos de Rhetorica Nacional* de Junqueira Freire, que escreve no ano de 1852:

A prosopopeia é de dois modos. [...]

O primeiro modo recebe o nome de *dialógica* quando as personagens fantásticas falam consigo mesmas, ou com outras reais, ou fictícias.

O segundo modo recebe o nome de *idolópica* quando imagina-se falar um Deus, principalmente mitológico, ou pagão: quando mesmo evocam-se do túmulo os manes dos finados<sup>37</sup> (grifo nosso).

36. *Progymnasmata*, p. 84 (tradução e grifo nosso).

37. Luís José Junqueira Freire, *Elementos de Rethórica Nacional*, pp. 93-94.

A nomenclatura de Junqueira Freire não difere muito da de Hermógenes quando nomeia de *prosopopeia idolópica* o ato de imaginar a fala de um morto e também se aproxima da *Retórica a Herênio* quando define a figura como aquela que “introduz ficticiamente a falar pessoas presentes, ausentes, ou ainda não existentes”<sup>38</sup>.

Como se pode observar, trata-se de algumas noções da retórica que permaneceram em circulação no século XIX, mas que não foram acionadas pelos críticos desde Varnhagen. Curiosamente, Ramiz Galvão foi professor, no hoje chamado Colégio Pedro II, da cadeira de grego (1869) e da de retórica, poética e literatura nacional (1870), mas também não utilizou os conceitos da disciplina de retórica para ler a *Prosopopeia*.

De maneira geral, do século XX em diante a figura da *prosopopeia* passou a ser entendida meramente como personificação, deixando de lado todos aqueles conceitos mais antigos, os quais auxiliam no entendimento da técnica de Bento Teixeira em seu poema. Perdeu-se, também, a memória de que a *prosopopeia* pode ser um tipo de *exercício* ou *progymnasma* retórico.

Craig A. Gibson, ao comentar os *exercícios/progymnasmata* do professor Libânio (314 – c. 393 d.C.), relembra que o exercício da *prosopopeia* é aquele que “pede ao estudante que produza uma imitação de alguém ou algo falando em uma situação particular”<sup>39</sup>. Assim, lendo a *Prosopopeia* a partir de uma abordagem retórico-poética, o poema de curta extensão de Bento Teixeira pode ser pensado como a realização de uma fala do deus Proteu – a que ele foi impedido de proferir no poema de Camões, segundo a hipótese de Ivan Teixeira.

Desse modo, a origem da *inventio* desse poema de Bento Teixeira poderia ter sido a seguinte: “quais palavras Proteu teria dito, em *Os Lusíadas*, se não tivesse sido interrompido por Tétis?”. ●

38. *Idem*, p. 93.

39. *Libanius's Progymnasmata*, p. 355.

---

## **SOBRE A AUTORA**

Ana Paula Gomes do Nascimento é doutoranda em Literatura Portuguesa na FFLCH-USP, é também mestre em Teoria e História Literária pelo IEL- Unicamp (2012). Pesquisa a poesia luso-brasileira produzida entre os séculos XVI e XVIII, exercitando uma abordagem retórico-poética. Tem interesse no estudo das relações entre poética, retórica e ética, mas também no da história do livro. Pesquisou as técnicas de *retrato do caráter* nas *Cartas Chilenas*, atribuídas a Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), e atualmente investiga questões em torno do gênero da obra *Prosopopeia* (1601), de Bento Teixeira (c. 1561-1600).

# MEMÓRIA

## **CRISTINA ANTUNES: EXTRAORDINÁRIA LEITORA E GUARDIÃ DOS LIVROS<sup>1</sup>**

---

*Débora Dias*

Com uma chave imaginária, ela percorre os labirintos da memória e oferece acesso privilegiado a múltiplas leituras que guarda da Biblioteca em diacronia: sua lógica interna, suas rotinas, o invisível que a constitui num todo. Logo, aparecem as encruzilhadas, a permanente tensão entre um saber profundo daquilo que foi a grande coleção na casa da rua Princesa Isabel, em São Paulo, viva na lembrança como experiência irrepetível, e a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (USP), monumento presente, que se lança para um futuro em afirmação<sup>2</sup>.

Após mais de trinta anos cuidando dos livros do casal Mindlin e, desde 2013, como funcionária concursada da USP, Cristina Antunes

1. Texto baseado em entrevistas e conversas informais com Cristina Antunes, curadora da BBM, numa breve convivência nos meses de junho e agosto de 2017. No mesmo ano, Cristina leu e aprovou este texto para publicação. Em 26 de março de 2019, ela faleceu aos 68 anos de idade, a quem se presta saudosa homenagem.
2. Nesse sentido, remete-se à reflexão desenvolvida por Marisa Midori, na sua caracterização da BBM-USP, articulações e desafios, passados, presentes e futuros (Marisa Midori Deacto, "Uma Brasileira para o Leitor do Século XXI", *Livro – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, pp. 375-390).

condensa e miscigena a reflexão adquirida nas leituras e no convívio com pesquisadores e colecionadores com a experiência de quem sempre esteve próxima do manuscrito, do impresso e das bibliotecas. Ela se afasta das normatizações correntes, construindo um saber singular de bibliotecária que diz nunca ter sido de formação; mas que é fruto da leitora que sempre foi e do que aprendeu a ser: colecionadora (de cordéis), paleógrafa, tradutora, especialista em bibliotecas, organizadora de livros, escritora e investigadora. Atualmente, se considera também uma guardiã da Brasileira, cuja ligação transcende qualquer definição do que seja “especialista em pesquisa”, seu cargo institucional: “Eu me considero [guardiã] porque tenho que pastorear”, responde de pronto.

Em duas longas conversas na suntuosa sala de referência da BBM, em meio a outras fracionadas pelos espaços do prédio, Cristina contou de si e de alguns dos outros que importaram ao seu caminho: o amigo Fernando de Azevedo e suas prosas pelo jardim; a mestra dos livros raros, Rosemarie Horch, e a sua biblioteca de braille; a professora Ieda Dias Lima, que lhe ensinou paleografia; a amiga Marlyse Mayer, de quem herdou a coleção de cordéis; Antônio Dimas, eleito “xodó” na alegria de uma convivência frequente; e, especialmente, o casal Mindlin, com um templo que era habitado e gerido pelo feminino.

Trata-se aqui de um testemunho: a trajetória de uma leitora, desde os primeiros anos de sua formação no Recife, passando por sua chegada a uma São Paulo menos letrada do que a jovem de dezoito anos esperava. Cristina transformou-se na conservadora de uma biblioteca particular emblemática e que continha uma das mais importantes coleções Brasileira e de literatura de viajantes do país.

Se, à primeira vista, a especialista aparece austera, despertando respeito e algum temor particularmente entre os mais jovens da BBM-USP, não demora a revelar no diálogo a generosidade das palavras e um sorriso terno, ampliado quando fala daquilo que gosta e que lhe importa. Entre o que quis evocar, algumas vezes em tom confidente, contou episódios que a marcaram nas diferentes fases de uma rotina de que ainda sente a ausência todos os dias: as conversas com quem vivia e trabalhava na casa-biblioteca, os encontros com os muitos visitantes, as leituras e aprendizados contínuos. “Morro de saudades do convívio fraterno, a casa era deliciosa, o ambiente afetoso”, descreve. E diz ter sido de forma natural, o que não deixou de ser intenso, ter-se feito ledora, emprestando seus olhos e compartilhando sua voz a Mindlin, seu empregador e amigo que foi aos poucos perdendo a visão. “Ele chamava de injustiça da vida”<sup>3</sup>.

3. Primeira entrevista realizada no dia 11.7.2017, na sala de referência da BBM-USP.



.....  
*Cristina Antunes passou mais de  
trinta anos cuidando de livros ao lado  
de José Mindlin.*

Com a mudança da Brasileira para a USP, mesmo que tenha acompanhado de perto todo o processo e procurado ativamente manter a ordem definida por seu construtor, Cristina logo soube que estava a surgir uma “outra coisa”. Daí as frequentes sensações de estranheza resultantes da comparação entre o antigo habitat dos livros. Ou, como explica, “o que era natural para mim, aqui deixou de ser”. Numa adaptação ainda em curso, não poupa críticas a uma certa burocracia das instituições, e diz sentir falta da outra metade da biblioteca, que não se enquadrava nos critérios de doação, incluindo as coleções camoniana, lusíada, alguns incunábulo e raridades dos inícios da Imprensa no Ocidente<sup>4</sup>.

Mas, naquilo que descobre, que lê, que traduz, que participa das edições ou que compartilha com amigos ou com os netos, encontra grande fonte de alegria. E, felizmente, para ela, não raro o mundo dos livros se mistura com o mundo fora dos livros: “e é tão bom quando acontece”<sup>5</sup>.

#### **A LEITORA CULTIVADA NUMA CIDADE DE LIVROS**

A infância na cidade do Recife é recordada como em uma terra povoada de livros. Em casa, não faltaram, embora diga que nenhum dos quatro irmãos gostasse tanto deles quanto ela. O seu marco zero foi o presente que recebeu aos sete anos: a obra completa de Monteiro Lobato. “E a primeira coisa que li foi a *História do Mundo para as Crianças*<sup>6</sup>. Fiquei absolutamente fascinada com esse volume, que era grosso. Tenho até hoje guardado comigo”. A mãe era licenciada em Economia, trabalhava o dia inteiro, mas “lia muito”. Após a precoce morte do pai, a menina ficou marcada pela figura do avô, diretor das atividades da Companhia de Pesca Norte do Brasil (Copesbra) em Cabedelo (PB) e que mantinha uma biblioteca em casa, em João Pessoa. Foi lá que encontrou, no alto da estante, o exemplar de *Rua do Siriry*<sup>7</sup>, leitura que intuía ser interdita. “Era uma rua de prostituição na cidade. A história era bem cabeluda. Mas eu li esse livro, acho que saquei que eu não era para ler e li escondido”. Décadas depois, a experiência se cristalizou no encontro com a história, agora transformada em

4. O processo de constituição da BBM-USP é relatado pelo neto de Mindlin e um dos arquitetos do projeto. (Rodrigo Mindlin Loeb, “Um Sonho Quase Impossível”, *Revista do Livro da Biblioteca Nacional*, n. 55, ano 19).
5. Segunda entrevista realizada no dia 24.7.2017, na sala de referência da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 1. piso. Todas as aspas de Cristina serão referentes a esta entrevista, salvo quando indicado.
6. As *Obras Completas de Monteiro Lobato* foram publicadas a partir de 1950 pela Editora Brasiliense (São Paulo). A primeira edição de *História do Mundo Para as Crianças* é de 1933.
7. Romance de Amando Fontes, *Rua do Siriry* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1934).

item colecionável como uma primeira edição da casa José Olympio. “Qual não foi a minha surpresa quando eu achei um exemplar desse livro aqui na Biblioteca [Mindlin]”<sup>8</sup>.

Do espaço familiar ao convívio público, aos nove anos, deu-se o encontro de Cristina com a “fabulosa biblioteca” do colégio das Beneditinas alemãs e, no ano seguinte, com a da Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos, ambas em Recife. Nesse circuito, afirma não ter tido dificuldades para ter o que ler: “Ou eu tinha na escola, ou em casa, ou a mamãe podia comprar”. E quando a mãe a inscreveu no Clube do Livro, ampliou ainda mais seu repertório de autores, que chegavam mensalmente pelos Correios. Foi assim que conheceu a literatura de Lima Barreto, entre muitos outros. “Eu gostava de ler o que caísse na mão”.

Foi esse o tempo em que se iniciou no colecionismo, reunindo cordéis com capas em xilogravura, cujo valor para ela está nos temas, mas também na artesanaria das edições. A enchente de 1968, no Recife, levou sua primeira coleção, desfeita pela água. Mudou para São Paulo e recomeçou a reunião dos folhetos, tarefa que virou prazer para uma vida.

### **O ENCONTRO COM O LIVRO RARO E A BIBLIOTECA DE CAPAS BRANCAS**

E como em um romance, entre tantos lidos, foi um amor de juventude que alterou os rumos da prosa. Cristina largou a ideia de cursar Arquitetura, deixou a família em Recife e chegou à capital paulista em 1969. Não encontrou os livros de imediato, mas um descompasso nas ideias feitas de outros sobre o lugar de onde vinha.

Inicialmente fiquei muito chocada. Porque eu estava acostumada a um colégio de gente que lia muito, meus amigos eram envolvidos em projetos de literatura, de arte. Então, quando eu cheguei aqui, achei todos muito ignorantes. Porque saí de um universo muito focado nessas coisas. Quando alguém me perguntava se Recife era na Bahia, ficava chocada – que sem noção de geografia. Mas, depois, entrei na faculdade, com uma biblioteca muito grande na PUC, comecei a comprar mais livros e logo também eu fiz concurso aqui na USP e vim trabalhar no IEB – Instituto de Estudos Brasileiros.

O namoro acabou antes dela concluir o curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica (PUC), mas já começava a sua epopeia com o livro raro. Um tema levou a outro e, já na “belíssima biblioteca”

8. O episódio é também lembrado em Cristina Antunes, *Memórias de uma Guardadora de Livros*, p. 23.

do IEB, ela chegou aos livros de Mário de Andrade, então em processo de catalogação. “Mas, o que mais me fascinou, nos anos em que trabalhei lá, foi o meu convívio com a dona Rose Horch<sup>9</sup>, que era especialista em obras raras. Foi com ela que aprendi tudo de obra rara”, destaca. Cristina relembra com carinho as muitas conversas que tinham, a sua curiosidade de iniciante e as lições cotidianas: “Praticamente me adotou como pupila”.

No estreitamento da amizade, passou a frequentar a casa da mes- tra e conheceu as bibliotecas da família, isto é, a da professora, “mais ligada em Bibliografia” e com muitos títulos em alemão, a do marido, com “alguns interesses em Brasileira”, e ainda uma outra, que muito a impressionou. “Havia um corredor bem grande na casa, que era muito bonita, onde tinha umas estantes escuras, cheinhas de livros de capa branca. Tudo em braille”. Tratava-se da coleção da filha, Ulla, que desde pequena era cega e “lia muito”. Após Rosemarie falecer, Cristina foi chamada para colaborar com a família sobre destino da biblioteca. Por fim, todo conjunto foi vendido a um livreiro de São Paulo.

Nos passeios de sua memória, os amigos e as bibliotecas andam de braços dados por jardins. Uma das caminhadas que mais gosta de contar foi a convivência com o educador Fernando de Azevedo<sup>10</sup>, que doou seu arquivo ao IEB em 1970. Depois disso, os livros foram o mote para conhecer a sua casa. “E eu fui. Fiquei conversando, conversando... eu estava no primeiro ano de faculdade. Aí ele me perguntou: você não quer voltar semana que vem?”. Apesar de poder privar da sua “biblioteca ótima”, diz que foram as conversas que tornaram as visitas semanais por mais de um ano, para estranhamento até de alguns dos seus professores da PUC quando um dia a encontraram por lá:

Sabe quando parece que você está vendo a pessoa certa no lugar errado? Aí o professor Fernando de Azevedo me apresentou: é a Cristina, minha amiga, que passeia comigo pelo jardim e a gente fica conversando. Eles [o grupo de professores da Pedagogia da PUC] ficaram surpresíssimos. E era isso que eu fazia: ia, pegava no braço dele... a casa era no Pacaembu, tinha um jardim bem grande, a gente ficava andando pelo jardim e ele ficava me contando histórias, contando casos, contando coisas.

9. Rosemarie Erika Horch (1930-2008), filha de imigrantes alemães, nasceu no Rio de Janeiro e formou-se em Serviço Social e Biblioteconomia. Pesquisadora Instituto de Estudos Brasileiros da USP (1962), tornou-se especialista em obras raras. Autora de obras sobre bibliografia, cartografia e iconografia.

10. Fernando de Azevedo (1894-1974), educador, sociólogo, administrador, escritor e jornalista, foi relator do projeto de decreto-lei que instituiu a Universidade de São Paulo (1934), onde ocupou cargos docentes e administrativos até 1960. cf. *Guia do IEB* [[www.ieb.usp.br/fernando-de-azevedo](http://www.ieb.usp.br/fernando-de-azevedo)]

A mais marcante, por assustadora, envolvia a morte do educador Anísio Teixeira (em 14 de março de 1971). Para Azevedo, não havia dúvidas se tratar do assassinato de seu amigo, simulacro de acidente pelos agentes da repressão motivado pelos posicionamentos progressistas de Teixeira nos temas da Educação. “Fiquei aquela semana sem dormir, só sonhava com isso, caindo no poço do elevador, caindo no poço do elevador...”

### **DO BIBLIÓFILO AO INVESTIDOR DO LIVRO: BIBLIOTECAS PARA TODOS OS GOSTOS E USOS**

Entre saltos no tempo, Cristina contabiliza que conheceu mais bibliotecas públicas que privadas. Enviada por Mindlin, percorreu toda Costa Leste e Oeste dos Estados Unidos, incluindo frequentes idas à influente Library of Congress (Washington). “Ele dizia: faz parte da sua formação você saber o que eles têm, o que eles dispõem, o que você pode ver, o que não pode ver”, explicou. Por conta própria, ela esteve em muitas outras, incluindo as de Évora, Guimarães, a suntuosa Joana e a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em Portugal, ou a deslumbrante Biblioteca Nacional da Áustria, em Viena.

Quanto às particulares, para Cristina, formam-se com personalidades tão próprias quanto os interesses dos seus organizadores. Como aquela de um banqueiro de São Paulo, que chegou a conhecer quando ainda instalada em um cofre, nos subterrâneos da sede da empresa, na Avenida Paulista. Mais do que tesouro inacessível ao olhar profano, o *livro-mercadoria* era levado às últimas consequências, investimento seguro a ser capitalizado também nos círculos sociais. “Não tenho certeza se ele gostava de ler... ele investia e isso dá prestígio, pelo menos nos meios culturais. Ter uma biblioteca dava um *status* que ele não teria sem ela”.

Ela considera esses casos pontuais, embora a reunião de livros valiosos foi e não deixou de ser símbolo de poder ou mesmo demonstrativo de ascensão: “fica bem bonito ter uma biblioteca”. E para alguns mais bibliômanos, não faz tanta diferença a combinação das obras. Na caricatura dessa atitude, há até quem busque tão somente a encadernação, comprada a metro e exibida nos salões como peça de decoração vazia de sentido. Se esses casos são conhecidos do meio (alguns até sem disfarçar, como fez publicamente o empresário Humberto Saad<sup>11</sup>),

11. No Arquivo Guita Mindlin, há o recorte de reportagem com encadernadores e o depoimento de Humberto Saade sobre sua biblioteca com encadernações de couro e madeira, feita a metro, instalada na sala da presidência da sua empresa (Márcia Vieira, “Cultura de Fachada”, pp. 10-11).

Cristina duvidava. Até o dia em que foi testemunha, em uma livraria do Jardim Paulista, do pedido inusitado da jovem senhora em busca de “um metro e meio de livro encadernado em verde”. O livreiro se comprometeu a cuidar da encadernação, bastaria somente selecionar os títulos. A resposta dela foi um “tanto faz”, para arrepio bibliófilo.

No entanto, em regra, Cristina testemunhou o livro comprado e reunido por paixão e desejo de saber. “A identificação com o objeto pode ser tão intensa que ele se torna uma extensão da vida real e imaginária do colecionador”, definiu<sup>12</sup>. Há coleções que participam ativamente da produção de conhecimento em um campo, exemplo da Brasileira de Rubens Borba de Moraes, fruto de uma vida de pesquisa e reflexão interdisciplinar entre áreas como a bibliografia, biblioteconomia, os estudos históricos e sociológicos sobre o Brasil. Além do grande amor pelo livro, numa relação íntima com a sua materialidade.

Cristina conheceu a biblioteca de Rubens Borba já na cidade de Bragança Paulista, sua última residência antes de ser deixada para José Mindlin. Já o conhecia de fama, quando o viu pela primeira vez no IEB. “O Dr. Rubens tinha um ar, meio... ele tinha um ar de nobreza”. Aproximaram-se quando ela trabalhava na biblioteca Mindlin, eles frequentando mais a casa de Rubens que o contrário. “Gostava demais dele, era muito elegante, sem ser pernóstico, sem ser pomposo. Era da fina flor. Como o Antonio Candido, era uma unanimidade”, caracteriza-o, acrescentando que “desde que você gostasse de ler, gostasse de livro, estava tudo certo”.

O colecionador é descrito como um investigador ativo, que até o fim da vida gostava de conversar sobre os seus projetos de pesquisa e edição. A *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, que fez em parceria com Ana Maria Camargo, é recordada por Cristina nestes termos: “Gostava de saber o que tinha já descoberto, o que tinha a descobrir, que informação a mais ele podia colocar no livro... e foi a última obra dele”. E daquilo que reuniu na própria biblioteca, revelou-lhe o desejo de fazer uma bibliografia dos sermões publicados no Brasil, com acento no período colonial. Não teve tempo. Hoje, a coleção de sermões integra a BBM e está disponível aos pesquisadores.

#### **APURANDO O GOSTO PELA LEITURA NA CASA-BIBLIOTECA**

Ser uma grande leitora foi também a porta de entrada para o que Cristina considerou a sua experiência profissional decisiva: os mais de trinta anos de trabalho na Biblioteca de José Mindlin. Apesar de não

12. Cristina Antunes, “Livros: Imaginário, Colecionismo e Raridade”, pp. 227-230.

ser bibliotecária de formação, ela tinha o requisito principal exigido, lia por prazer. “Quando você começa a se tornar um leitor você vai apurando o seu gosto e selecionando as coisas que você vai ler. Então, era isso que ele acreditava. Quando eu fui para a entrevista na casa dele, o que me fez ficar foi o fato de eu gostar de ler”.

Desde o início, em 1980, a lógica da biblioteca não lhe parecia difícil. A sala da casa guardava as primeiras aquisições do bibliófilo, por mérito de antiguidade na coleção, e as obras raras não eram apartadas das edições modernas. Em um pavilhão, no mesmo edifício, localizavam-se os núcleos de Literatura Brasileira, Literatura Estrangeira e o de História do Livro. Como subnúcleo da parte brasileira, havia a coleção de viagens em formação. Cerca de cinco anos depois, ela participou na reorganização do acervo após a construção do segundo prédio: todo o século XIX passou a habitar o térreo. Já os títulos do século XX e XXI se agruparam no segundo andar, reunindo obras de Literatura Brasileira e de História. O famoso jardim dos Mindlin unia as construções e, com mais espaço, o pavilhão mais antigo passou a ser exclusivo para os viajantes, obras de referência, títulos de Arte, a parte de Música, além de Sociologia e Folclore. Para ela, “como os critérios dele eram os mais lógicos possíveis e não tinha nada a ver com a rigidez bibliotecária, foi muito simples”. Assim também para a catalogação, “tudo que tinha que fazer era sugar o máximo possível de informações que estava naquele livro e fazer uma ficha”.

Nessa nova arquitetura, a sala principal da casa continuava reunindo maior diversidade de temas entre as primeiras aquisições, mas com critérios: na primeira estante, ficavam obras de Literatura Portuguesa, depois um pedaço da estante com obras de História do Livro, seguidos por uma estante inteira de Literatura Brasileira, com os primeiros modernistas adquiridos. Seriam esses os preferidos da coleção? “Acho que ele era afeiçoado a todos os livros. Cada livro tinha uma justificativa para ele, razão de ser, motivo pelo qual procurou”, discorda Cristina.

Se não era a ordem dos livros, nem a forma de catalogação própria, sua maior dificuldade de início foi aprender a lidar com o ritmo das informações que recebia quando José chegava à biblioteca. “Minha surpresa maior, meu choque, foi exatamente isso. Ficava ansiosa para assimilar todas as coisas que ele vinha falando. Com o tempo, fui percebendo que eu podia assimilar o que ele me passava, não podia ficar enlouquecida”. Ouvir as histórias sobre os livros se transformou em um prazer, conhecia gradualmente o caráter dos exemplares, seus caminhos até ali, seus conteúdos. “Acho que esse pedaço da biblioteca foi o que logo me encantou”. Nessa rotina, Mindlin poderia retirar aleatoriamente um título, ou buscar precisamente certo volume, e começar a explanação.

Aí falava para mim: olha, essa é a primeira edição do Petrarca, olha os tipos, olha a tipografia dela, essa foi feita assim... Em seguida, dez anos depois surgiu esta, que era o Poliphilo, e era brutal a diferença. Então, esse aqui é do [Aldus] Manutius, esse aqui não é. Aí ele começava a falar das tipografias, das obras...

Para a sua rotina de catalogação, mergulhava nos frontispícios, analisava as marcas d'água, apontava *ex-libris* e marcas de leitura, contabilizava ilustrações, descrevia os tipos de encadernações, a presença de nervuras, de douração, captava a individualidade de cada exemplar. Tinha como tarefa ainda receber os pesquisadores que solicitavam acesso, visitas autorizadas depois dela reunir informações sobre quem pedia para frequentar a casa. O seu lazer não raro prolongava-se na biblioteca, quando participava dos convívios sociais em torno dos livros, por vezes aos fins de semana. “O Mindlin tinha por hábito receber pessoas. E tinha o dom de juntar o torto com o direito e dar certo”, recordou. Entre os seus episódios favoritos, o encontro com o escritor português José Saramago, a surpresa de receber o peruano Mario Vargas Llosa ou a correspondência, que perdurou por anos, com o poeta mato-grossense João de Barros.

O tempo foi passando e Cristina vivendo a biblioteca crescer exponencialmente. Chegou um momento em que Mindlin comprou uma casa, próximo à sua, somente para abrigar os periódicos. Para essas aquisições, os principais pontos em volumes de compra estavam em Portugal e Inglaterra. Já os leilões não eram tão apreciados, salvo por necessidade extrema, como fez para a compra da edição de *O Guarany*<sup>13</sup>. Ela só recorda de ter ido em representação sua a dois leilões, ambos no Brasil.

O gosto de Mindlin estava mesmo em ir à loja do antiquário em busca de preciosidades. Entre os mais frequentados, em São Paulo destaca a livraria de Pedro Corrêa do Lago, especializada em livros esgotados e raros, e o antiquário de Aristóteles Alencar, O Belo Artístico. “Mas ele gostava mais do Stefan e do Walter, da [livraria] Cosmos, do Rio”, acrescenta. Em cada viagem, o tempo para os antiquários era obrigatório. “Ele tinha como se fosse uma varinha mágica, de apontar e ser um livro interessante. Por isso dizia: a gente procura o livro e o livro procura a gente”. Com a sua fama do bibliófilo, que se foi ampliando, Mindlin quase deixou de precisar sair de casa: “Vinha *e-mail*, telegrama, telefonema oferecendo uma obra. Todo mundo o conhecia e já procurava direto”. Ele escolhia peça a peça. E, somente nas vezes

13. Caso relatado pelo próprio em José Mindlin, *Uma Vida Entre Livros: Reencontros Com o Tempo*, pp. 26-28.

em que comprou bibliotecas inteiras, como a do bibliófilo João Marinho de Azevedo, do poeta Erthos Albino de Souza, ou mesmo a coleção de manuscritos da Livraria José Olympio, impressos e documentos chegavam em caixas e mais caixas, a serem triados e ordenados por Cristina e quem estivesse à disposição no período.

### **DONA GUITA E AS MULHERES DA BIBLIOTECA**

Para Cristina, as fases que viveu na biblioteca se dividem em função da equipe. Quando ela chegou, partilhava o trabalho com a amiga Alice Fontes, que conhecia desde seus tempos de IEB. Um ano depois, iniciou um período de duas décadas como a única cuidadora dos livros. A higienização sistemática dos exemplares era diariamente feita pela faxineira Marivalda, que “começava do primeiro e ia até o último e então recomeçava o ciclo”. E se, no começo, “Marivalda tinha certo receio de passar vexame lendo”, Cristina conta que resolveu lhe emprestar “coisas de fácil leitura, que ela pudesse sentir prazer com a leitura”. E assim, “desandou a ler” e até resolveu retornar aos estudos formais, o que desistiu pela matemática. “Não lia clássicos, nem obras de grande dificuldade. Mas ela gostava de ler”, lembra Cristina.

A biblioteca era frequentada por outras, aprendizes de conservação orientadas por Guita Mindlin, que faziam periodicamente a nutrição do couro das encadernações. “Eram meninas novas, filhas de gente que [dona Guita] conhecia, como a neta da costureira. E ela aproveitava e ensinava”.

Com o aumento avassalador das coleções nos seus últimos dez anos, a curadora passou a compartilhar o trabalho com uma pequena equipe. Primeiro, chegou Rosana Gonçalves, que ficou dedicada aos periódicos. Depois, foi contratada Elisa Nazarian, para o cuidado e organização dos arquivos que se incorporaram ao acervo<sup>14</sup>. Nessa descrição, destaca-se a forte presença e ação de um grupo de mulheres em manter, cuidar, habitar os espaços e, é claro, ler, nessa biblioteca. Aliás, os livros tinham uma dona; eles também eram de Guita.

Sobre o correr dos dias, Cristina considera que era “facilímo” conviver com Dona Guita, que descreve como uma grande leitora, conhecedora de várias línguas e uma apaixonada pelos livros. É a figura bonita, de olhos bem azuis, carinhosa, apesar do que a sua franqueza aberta poderia sugerir a quem não a conhecia tão bem.

14. Atualmente fazem parte da Brasileira, os Arquivos de Francisco de Assis Barbosa, Rubens Borba de Moraes, Zila da Costa Mamede, João Etienne Filho, Erthos Albino de Souza, Vicente do Rego Monteiro, Cunha de Leiradella, Istvan Jancsó, além dos de Guita e José Mindlin.

Algumas pessoas tinham uma certa restrição, não sei se ela passava uma aparência de ser mais fria, de ser mais dura, mas era uma pessoa adorável. Muita gente não percebia isso. Mas era muito fácil gostar da Dona Guita porque ela era muito franca, muito direta.

Conhecedora profunda das necessidades de cada exemplar, Guita transformou seu arrebatamento em ofício dela e de mais gente. Cristina acompanhou boa parte desse percurso:

Por causa dessa paixão, ela fez muitos cursos fora do Brasil para aprender a cuidar do livro. A preocupação era mantê-los em bom estado, queria conservar o melhor possível. Pesquisou muito, estudou encadernação, viajou pelo mundo e conheceu vários moinhos de produção de papel.

A fundação da Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (ABER), com Thereza Brandão Teixeira e outros, foi um desenlace dessa aventura, além de participar ativamente na formação de muitos outros restauradores e contribuir mesmo para a formação de um campo técnico e universitário no Brasil.

Na casa, era frequente chamar Cristina ao laboratório de conservação e restauro e apresentar edições, contar sobre o tipo de costura que iria fazer, por vezes mostrar como iria desmontar um exemplar, para melhor o recompor. “Esses detalhes eu via mais com ela, no laboratório”. Mas não deixava de ser presença frequente na Biblioteca, quer para ensinar e coordenar a higienização dos livros, a nutrição do couro, quer para percorrer as estantes e conferir se algum estaria precisando de reparo, quer simplesmente para conversar. Ao longo da conversa, Cristina repete mais vezes: “Eu gostava muito da Dona Guita”.

Na aquisição dos livros, José era quem buscava ativamente por edições valiosas. Guita levava aquilo que despertava sua curiosidade leitora, em geral edições modernas. O livro raro reservava como presente ao marido em datas especiais. “Ela sabia fazer isso. Ela só não competia com ele. Era uma mulher muito esperta”.

### **OS OLHOS E A VOZ PARA QUEM LÊ NO ESCURO**

Embora hajam cinco portas de amor ao livro e a bibliofilia não prescindida do instinto tátil<sup>15</sup>, a visão aparece como a mais cara função aos grandes leitores. Quando, gradativamente, a vista foi-se reduzindo

15. Referência a Jackson Holbrook, “O Tato (Uma das Cinco Portas de Amor ao Livro)”. Texto extraído da obra *The Anatomy of Bibliomania*.

e a capacidade de leitura de José Mindlin se perdendo, considerou ter sido abatido por uma grande “injustiça do destino”. Uma perfuração na mácula fez com que precisasse de lupa, depois da ampliação por computador, até que não conseguiu mais. Cristina recorda que muito naturalmente um dia ele lhe perguntou: “Você quer ler para mim? E eu, claro. Sentei e comecei a ler”. Tornou-se um hábito e ela a sua ledora<sup>16</sup>.

A leitura não seria mais privada, nem individual, mas compartilhada. Cristina sugeria algumas obras. Outros, ela lia ou relia a pedido de José. Foi o caso de Proust, o autor estrangeiro favorito do bibliófilo, que ambos revisitaram juntos. Aí então ela percebeu que tinha gostado mais de ler o autor em voz alta. “Descobri uma sonoridade na fluência dos parágrafos longos que eu não tinha percebido”. E ele falou: “Realmente, faz toda diferença”. Na lista das escolhas de José estavam ainda Virginia Woolf, José Saramago, Jorge Luís Borges. Após a esposa falecer, pediu para ler *O Legado de Eszter*, de Sándor Márai. Para Cristina, a principal diferença era ler títulos que não seriam necessariamente aqueles que ela escolheria para si. “Às vezes acontecia, por exemplo, de ele começar a cochilar no meio... e eu perguntava: o senhor tem certeza que quer ler Virginia Woolf? Ele falava: esse ensaio não”. Das indicações de Cristina, lembra de terem lido juntos o romance *Equador* (Miguel Sousa Tavares), passado na Ilha de São Tomé e Príncipe. Outros leitores foram acionados, como Rosana e Marvio, contratado especialmente para a tarefa, além de familiares e daqueles que passavam pela Biblioteca e se ofereciam “simplesmente porque sabiam que ele estava precisando de alguém que lesse...”.

Se gosta da própria voz? Ela responde: “Tem sotaque. Mas, eu não ficava preocupada com o meu timbre, ficava preocupada com a sonoridade da obra”. Muito antes desse período, Cristina diz que leu em voz alta somente para si, por deleite, somente uma única obra, *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa. “É completamente diferente você ler em silêncio e em voz alta. Ele tem música!”

Essa “injustiça do destino” tornou-se um temor para a própria Cristina, que muitas vezes se lembrava da desdita do amigo, para quem, se ler “era a coisa que ele mais amava, devia ser muito difícil, muito difícil”. Se a felicidade é “ter livros e poder ler livros”, compreende-se a força que colocou neste desejo: “Que Deus conserve meus olhos...”

16. Cristina e José Mindlin concederam juntos entrevista sobre a experiência na investigação de doutorado que deu origem ao livro de Denise Schittine, *Ler e Escrever no Escuro: A Literatura Através da Cegueira*.

## LER POR TODAS AS RAZÕES

Durante as entrevistas, navegando como em pêndulo entre passado e presente, a comparação com a sua vida de antes e o estranhamento que afirma ter com o trabalho na nova casa parece inevitável. “A primeira coisa que me lembro quando pego qualquer livro na estante é onde ele ficava na casa. Isso é automático. E aí sinto falta. É como se tivesse tirado ele do lugar onde ele deveria estar e colocado em um lugar novo”. Na sua missão de “pastoreio” da BBM-USP, Cristina preocupa-se em manter a ordem definida por Mindlin e defendeu desde o princípio “que a memória dele está diretamente ligada aos livros. A maneira como os livros estão na estante, a maneira como ele organizou a biblioteca tem que ser respeitada”.

Não foram poucos os conflitos frente ao que para ela seriam descaracterizações da biblioteca. Mas, no somatório, sabe com dificuldades que sempre será uma outra lógica, já por não serem mais quatro prédios e sim três andares, e pela mistura do que estava na sala da casa, por antiguidade de aquisição, com os temas que habitavam os antigos pavilhões.

O que era natural para mim, aqui deixou de ser. Não tinha esse tipo de dilema, esse tipo de conflito. Era, porque era, e estava assim e ia ser para sempre. Você não pensa que vai um dia sair de lá e mudar para cá. Por mais bonito que seja o prédio, por mais suntuoso que seja, não é a casa dele. E aí sempre tenho a sensação de que os livros estavam melhor onde eles estavam. Por mais que aqui tenha controle de umidade, controle de temperatura, controle de iluminação. Eu tenho essa dificuldade ainda de enxergar que é aqui que eles estão e é aqui que eles vão ficar.

Os livros são seu refúgio, sem prescindir do convívio com os amigos, os dois netos leitores e o casal de filhos. Para além da BBM, Cristina também mantém outras atividades que consegue interligar com a sua pulsão pela leitura. “Hoje em dia eu leio por todas as razões”, especialmente para o trabalho com as traduções (do inglês e do espanhol) e muito por prazer. E essa é também uma aspiração de futuro. De momento, aguarda com expectativa a publicação de sua pesquisa para a *Marginália de Rubens Borba de Moraes*<sup>17</sup>. Mas sonha com a sua aposentadoria, para, finalmente, poder dedicar-se à organização do

17. O livro foi publicado com o título *Rubens Borba de Moraes. Anotações de um Bibliófilo*, São Paulo, Publicações BBM, 2017.

seu acervo de cordéis, trabalhar com tradução de livros e ler mais livremente, por prazer. Aspiração cultivada com ares de necessidade vital: “Eu leio para respirar”. ●

---

#### **SOBRE A AUTORA**

Débora Dias é doutora em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra, investigadora do grupo “Leitura e Formas de Escrita” do CHAM - Centro de Humanidades (NOVA FCSH - UAC) e membro do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS XX - UC). Foi contemplada pelo Programa institucional de pesquisa nos acervos da USP, Biblioteca Guita e José Mindlin.

# **PUBLICAÇÕES BBM**

# BIBLIOTECAS DE MARIA BONOMI

---

*Gustavo Piqueira*

Um espaço construído para armazenar um único tipo de artefato deveria ser algo simples e sem muito charme. Sua dimensão variaria em função da quantidade de objetos ali depositados, sua organização atenderia a um ou outro critério de classificação e pronto. Um espaço construído para armazenar um único tipo de artefato deveria ser algo simples e sem muito charme, não fosse esse artefato aquele que, alheio às revoluções tecnológicas que de tempos em tempos anunciam seu fim, segue perpassando os séculos a ostentar o status de símbolo máximo do homem enquanto ser cultural. Desse modo, os tais depósitos cumprem suas tarefas utilitárias e, oficialmente, até as exibem como funções primordiais. Na verdade, porém, muitas vezes as relegam a um segundo plano e mal conseguem disfarçar que uma biblioteca se projeta para muito além da função manifesta pela qual foi erguida.

Não à toa, enquanto alguns de seus acervos tiveram origem em coleções cujo fim se restringia aos livros em si, o mesmo não se pode dizer dos edifícios construídos para abrigá-los. Assim, os textos escritos por Marisa Midori, breves descrições de vinte e três bibliotecas



As Bibliotecas de Maria  
Bonomi. Marisa Midori Deaecto.  
São Paulo, Publicações BBM, 2017.  
ISBN 978-85-6258-725-2, 25 x 20 cm

cronologicamente dispostas em *As Bibliotecas de Maria Bonomi*<sup>1</sup>, não relatam apenas a evolução das tecnologias de preservação dos livros, nem se restringem à transformação do espaço de uma biblioteca como reflexo de mudanças nos hábitos de leitura ou na direção dos ventos arquitetônicos: via de regra as histórias narradas falam mais de quem promoveu sua construção do que dos edifícios propriamente ditos. Afinal, como todo palácio que se preze, as bibliotecas materializam as imagens que seus patronos desejam imortalizar de si mesmos. Ainda sobre isso, a autora pontua na introdução da obra:

Na ausência de uma imagem que tenha fixado o modelo daquele antigo templo dos livros que o homem destruiu, mas que não se apagou da memória das civilizações, toda biblioteca se converteria, por extensão, em uma releitura do museu alexandrino.

Essa ausência de tangibilidade da referência de onde partiram — e partem — todas as bibliotecas, no entanto, nunca se configurou como um problema. Pelo contrário: revivia-se o mito da Biblioteca de Alexandria, mas revestido de um semblante próprio, apropriando-se de sua dimensão simbólica e moldando-a livremente para que ela pudesse narrar outras histórias.

Nada contra. É para isso, aliás, que seguimos escrevendo e imprimindo livros: para contarmos outras histórias. Cada tempo, cada homem, deve grafar as suas. É, aliás, o que faz Maria Bonomi neste livro. Vinte e três vezes, para ser mais exato.

Pois, ainda que se constituam num conjunto de inegável coesão, cada uma das xilogravuras opta por iluminar atributos específicos de seu respectivo modelo. Mais do que descrever visualmente edifício a edifício, Maria Bonomi pinça particularidades formais únicas de cada espaço e as utiliza como ponto de partida para a execução de suas xilogravuras. Assim, a Biblioteca Ambrosiana e a Joanina surgem em vistas centrais na altura do espectador, mas, enquanto a primeira abre o plano para incorporar a eloquência de seu teto, a última se concentra no contraste entre a teatralidade do barroco joanino da portada e a rígida ortogonalidade das prateleiras de livros. A biblioteca do British Museum aparece num recorte que realça sua ossada curvilínea, a Seattle Central Library exhibe a fachada assimétrica desenhada por Rem Koolhaas e assim por diante. A variedade e a riqueza da série, portanto, extrapola — e muito — qualquer intenção didática.

1. Publicações BBM, 2017, 64 páginas.



Mas as histórias contadas neste *As Bibliotecas de Maria Bonomi* não terminam aí: a materialidade do livro também narra a sua. Cada uma das bibliotecas surge em página dupla. Texto à esquerda, imagem à direita. Contudo, se as palavras se apresentam sem nenhum empecilho, do outro lado o leitor se depara com reproduções fotográficas de superfícies de madeira rabiscadas com aparente desleixo, acompanhadas por anotações assistemáticas que nomeiam a respectiva biblioteca — muitas vezes de modo abreviado, como se uma anotação rápida para uso pessoal. É o que de fato são. Basta virarmos a não usual dobra de página para descobriremos que se tratam de reproduções — frente e verso — das matrizes de madeira entalhadas por Maria Bonomi. Assim, o virar da página, ato essencial da leitura, se torna uma lúdica experiência que brinca de repetir o movimento da grande gravurista ao descolar a folha de papel de sua matriz para, com isso, examinar o resultado impresso pelo relevo entintado. Para além do jogo, o recurso também traz à tona não só o processo de criação das gravuras, mas a própria estrutura do livro e, com isso, encerra a ampla jornada que sai das matrizes de impressão em madeira — origem dos primeiros livros impressos no Ocidente, os *xylographica* pré-Gutenberg, até alcançar as nuvens de hoje. E, após tantas voltas, tantas narrativas paralelas que parecem se desenvolver livremente, não é de se estranhar que os percursos de *As Bibliotecas de Maria Bonomi* sejam arrematados, no último nome da lista, pela Biblioteca de Jorge Luis Borges. ●

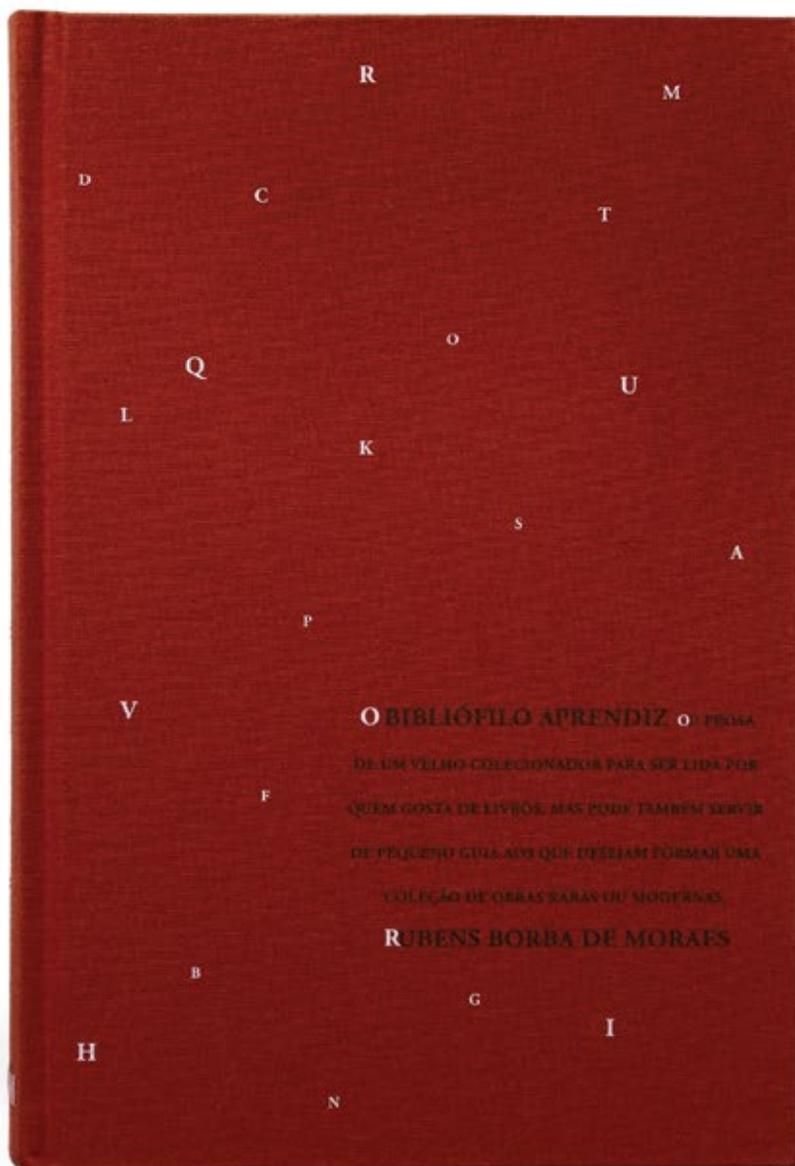
## SIMPLICIDADE ALEGRE DE UM BIBLIÓFILO

---

*Claudio Giordano*

Para a grande maioria dos leitores brasileiros, Rubens Borba de Moraes é desconhecido, em que pese haver formado e legado à posteridade a notabilíssima Coleção Brasileira e haver composto a melhor bibliografia sobre essa matéria; sem mencionar outros trabalhos de igual natureza e importância e sua competente ação na área de biblioteconomia. Não bastasse isso, não alcançou ainda maior público leitor apesar deste delicioso *O Bibliófilo Aprendiz* (agora em sua quinta edição pela BBM – Biblioteca Brasileira Mindlin), que sozinho deveria ter-lhe popularizado o nome. Diz ele no “Prefácio” que o escreveu “para passar o tempo, para prostrar sobre um assunto por que me apaixonei”. E recomenda “não perca tempo em ler esta prosa fiada de um velho bibliófilo”, “quem não gosta de conversar sobre livros raros, quem não dá a menor importância a uma primeira edição, quem não pretende colecionar”.

Se não exatamente o contrário, recomendo encarecidamente que além dos aficionados ao livro, não percam a oportunidade de percorrer essas páginas sobretudo aqueles para os quais o livro não passa de objeto de leitura esporádica. Pois, o que se tem nele não é a apoloogia do livro feita por um colecionador obcecado, querendo provar



O Bibliófilo Aprendiz, de Rubens Borba de Moraes, publicado em 2018 pelo selo editorial Publicações BBM.

que escolheu o melhor lazer do mundo e buscando por isso aliciar novos colecionadores e futuros bibliófilos. Nem pensar! Em linguagem despojada, bem humorada, discorre o autor sobre a arte de colecionar como uma opção, entre muitas, de lazer divertido e apaixonante. Esconde a erudição, até porque – afirma – “em matéria de livros, tudo quanto sei só serve para mostrar o quanto ignoro”.

Lembra de saída que a bibliofilia, além de lazer, diletantismo, é obra de benemerência, o que não impede a frequente reação das esposas contra ela. Não se espere, porém, dele, “simples bibliófilo, conselhos de ordem familiar. Talvez o fato de muitos dos maiores colecionadores morrerem solteiros não seja sem significação”. Caso dele, aliás.

Para colecionar, impõe-se praticar a arte da compra e Borba discorre sobre o relacionamento com o livreiro, oportunidades, aspectos e estado dos livros, encadernações. A pretexto de pechinchas, lembra aos mais antigos a livraria do Gazeau, na Praça da Sé, em cujo “porão estavam os livros que ele [Gazeau] comprara há muito tempo” e onde “os amadores encontravam as edições esgotadas, as curiosidades e as raridades das quais Gazeau nem se lembrava da existência”. (Saudade! Na década de 1970, tive a ventura de encontrar no Gazeau – nem foi no porão – e comprar efetivamente por pechincha, os dezesseis volumes de uma edição pirata da tradução inglesa de *As Mil e Uma Noites*, de Richard F. Burton.)

Borba de Moraes não era regateador, sendo poucas as pechinchas entre os milhares de livros que adquiriu na vida. Com gosto conta como achou e comprou na França uma delas, o seu *Brasil Pitoresco* de Charles Ribeyrolles (Rio de Janeiro, 1859). Depois de longas e laboriosas negociações, foi afinal ao encontro de Monsieur Bernard, que se apressou em dizer “que tinha sido obrigado a tomar um táxi para transportar esse trambolho. Ficou mais contente quando lhe disse que eu pagaria o táxi. Para o exame do exemplar, convidei-o a ir a um outro *bistrot*, onde havia um vinho d’Arbois famoso. Examinei o Ribeyrolles. Era um exemplar perfeito, com todas as margens, como novo, numa encadernação ‘três-quartos’ de marroquim vermelho da época. Nunca tinha visto um exemplar tão bonito. Paguei contente o preço combinado, paguei o táxi, paguei a comissão de Monsieur Bernard, paguei o vinho. Teria pago uma segunda garrafa, se o vinho d’Arbois não fosse tão traçoeiro... Não me lembro, assim de momento, de ter feito muitas outras descobertas de livros raros por preço barato”. E acrescenta: “Nunca me arrependi de ter comprado um livro por um preço alto. Só me arrependo do que não comprei”.

Encadernações. “É um assunto delicado – diz ele – o de encadernação. Conselhos, neste caso, são como para mulher quando quer casar.

Não adiantam. Só a experiência própria serve. Todo bibliófilo faz tolices, em matéria de encadernação. Esteja, pois, preparado a pagar o seu tributo e aprender à sua própria custa.”

Alguns exemplares têm “verdadeira personalidade”, escreve, ou então adquirem um “*jeitão* comum. Assim como os cachorros velhos se parecem com os donos, os livros de um colecionador têm um ar de família”. Referindo-se àqueles que fazem troca de *ex-libris* nos livros, diz: “Não é crime, não, mas não deixa de ser divertido essa maneira de se enganar a si próprio. Há também mulheres elegantes e ricas que usam joias falsas”.

Depois de relacionar detalhadamente os cuidados a serem tomados no que tange à lavagem de livros no processo de restauro, conclui: “Banho não é recomendado para livros e gravuras, mas para os bibliófilos”.

E continua destilando seu bom-humor a cada passo: “Não resta dúvida de que o pires com cal era um meio excelente para lutar contra a umidade, numa época em que o homem, para lutar contra o calor, só tinha o leque... Felizmente hoje existem uns aparelhos chamados condicionadores de ar”.

“É sempre mais garantido o próprio dono limpar, ele mesmo, sua biblioteca. É um divertimento, é uma ocasião que ele tem de folhear um livro que não pega há muito tempo, de verificar que um volume está precisando de um pequeno conserto... Livros exigem bom trato e carinho, como as mulheres”.

“Não vale a pena desanimar os bibliófilos inexperientes logo de início; já terão de sofrer bastante no correr da vida”.

Por ter aventado a hipótese de o paraíso terrestre estar situado no Brasil, o Padre Simão de Vasconcellos teve apreendida a sua obra *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, depois de impressa. Comenta Borba: “O Padre Vasconcellos passou apertado, mas também, quem mandou ele dizer que isso que estamos vendo por aqui é o paraíso terrestre?”

Conceitua o autor o que para ele é Coleção Brasileira: “Todos os livros sobre o Brasil impressos desde o século XVI até fins do século XIX, e os livros de autores brasileiros impressos no estrangeiro até 1808”; e Coleção Brasiliense: “Livros impressos no Brasil, de 1808 até nossos dias”. Embora dizendo que “as misturas em coleções, seja lá do que for, não são geralmente de bom gosto” e que “mistura só tem bom gosto em coquetel”, sua posição nada radical o leva a acrescentar: “Mas se um bibliófilo quiser colecionar a torto e a direito Brasileira e Brasiliense, e formar um verdadeiro coquetel de livros, meu Deus, deixem-no juntar seus livrinhos em paz!”

Já lá para o fim, ao registrar a constante publicação, entre nós, desde as primeiras décadas do século XIX, de romances populares – *O Amor Ofendido e Vingado*, *O Castigo da Prostituição*, *As Duas Desafortunadas* – e romances de cavalaria – *História Verdadeira da Princesa Magalona* –, relembra Borba: “Até há poucos anos eram editados no Rio constantemente. Havia até a superstição entre editores de que a casa que não editasse um deles não iria adiante. Monteiro Lobato contou-me uma vez que muita gente atribuía sua falência a não ter editado a *Princesa Magalona* ou a *Donzela Teodora* ou *Os Doze Pares de França*”.

Para Lobato, tem ele ainda palavras de grande respeito: “Monteiro Lobato não encontrou tipografia capaz de produzir livros nas quantidades que necessitava. Teve de montar uma oficina, meter-se num negócio estranho e nocivo à sua atividade de editor. Foi à falência. Mas esse grande pioneiro, um dos maiores homens que o Brasil teve e que, se não fosse paulista, seria tão celebrado quanto Rui Barbosa, abriu o caminho”.

Antes disso, tecendo considerações sobre a produção da Imprensa Régia, escreve Borba: “Tenho até a impressão de que os poetas da Imprensa Régia mereceriam um estudo literário em conjunto. Talvez então o nosso Antônio José Vaz, que desconfio ser o primeiro poeta paulista a aparecer em letra de fôrma, passasse a ser citado na literatura brasileira”. Todavia, logo se corrige em nota de rodapé: “Depois de escrever essas linhas espontaneamente, fiquei desconfiado e fui ler um *Cântico* do vate paulista, impresso em 1810, a primeira obra que publicou. Confesso que perdi a esperança. O meu palpite foi puro bairrismo. Antônio José Vaz é paulista de trezentos anos, mas um péssimo poeta, não tem a menor chance de ser citado numa história da literatura”.

Não dê a ligeireza das citações, pinçadas à releitura de *O Bibliófilo Aprendiz* e aqui reproduzidas, a falsa impressão de que Rubens Borba de Moraes seja epidérmico nos assuntos abordados. Ele é da maior consistência, rigor, precisão e de imensa carga informativa ao longo de suas 264 páginas da brochura; mas, mesmo nos capítulos mais carregados do que chamaríamos de detalhes técnicos ou de minúcias bibliográficas, a leitura flui sem despertar cansaço nem aborrecimento.

Termino com a despedida de Borba de Moraes ao cabo de seu livro: “Falta ainda muita coisa que eu gostaria de lhe dizer. Mas, prosa sobre livros não tem fim. Você já deve estar cansado. Quer fechar o livro e ir cuidar da vida. Se cuidar da vida é, para você, ganhar mais dinheiro, digo-lhe que não vale a pena. Ganhar muito dinheiro dá enfarte... Não vive verdadeiramente quem não gosta de dar uma prosa com um amigo ou ler um livro com vagar... Quando nos encontrarmos de novo, espero que seja você quem me conte coisas sobre livros...” ●

# RESUMOS E REFERÊNCIAS

## DESCAMINHOS DO COLECIONISMO *p.19*

---

**RESUMO** O autor faz um percurso das pequenas aventuras para adquirir seus livros e de sua condição de aprendiz de bibliófilo, além de abordar alguns aspectos relacionados à bibliofilia – uns históricos e outros atuais – sendo que estes incomodam todos os amigos do livro.

BIBLIOFILIA • BIBLIÓFILOS •  
LIVROS RAROS • JOSÉ MINDLIN.

### **MISADVENTURES OF THE ART OF COLLECTING**

**ABSTRACT** The author reflects over his path to acquire his books and his condition as a learner of the bibliophile trade. He also addresses a few aspects related to bibliophilia – some historical and others from the present time – which troubled all the friends of the book.

BIBLIOPHILIA • BIBLIOPHILE •  
RARE BOOKS • JOSÉ MINDLIN.

## EM BUSCA DE BIBLIÓFILOS ESQUECIDOS p.35

---

**RESUMO** As cartas que Rubens Borba de Moraes enviou para o livreiro português Antonio Tavares de Carvalho, entre 1961 e 1985, documentam transações comerciais e a forma como o entendimento entre os dois propiciou ao bibliófilo o enriquecimento de sua coleção. As cartas revelam nomes de bibliófilos sobre os quais ainda não se conseguiram dados biográficos mais completos, como é o caso de Jerônimo Ferreira das Neves, Jacques Renout e William Gropp. Informações sobre esses bibliófilos e sobre o livreiro Antonio Tavares de Carvalho foram coligidas em algumas fontes.

RUBENS BORBA DE MORAES •  
ANTONIO TAVARES DE CARVALHO •  
JACQUES RENOUT • WILLIAM GROPP  
• JERÔNIMO FERREIRA DAS NEVES •  
BIBLIOFILIA BRASILEIRA.

### SEEKING HOST BIBLIOPHILES

**ABSTRACT** Letters from Rubens Borba de Moraes to the Portuguese bookseller Antonio Tavares de Carvalho, from 1961 to 1985, document commercial transactions and how their mutual understanding helped the bibliophile to enrich his collection. Names of book collectors are mentioned in the letters about whom information is very scarce, v. g., Jerônimo Ferreira das Neves, Jacques Renout and William Gropp. Information about them and the bookseller Antônio Tavares de Carvalho were collected in a few sources.

RUBENS BORBA DE MORAES •  
ANTONIO TAVARES DE CARVALHO •  
JACQUES RENOUT • WILLIAM GROPP  
• JERÔNIMO FERREIRA DAS NEVES •  
BRAZILIAN BIBLIOPHILIA.

---

### REFERÊNCIAS

- ACADEMIA Real das Sciencias. *Boletim da Segunda Classe*, vol. 1 (1898-1902). Lisboa, 1903, p. 39.
- ARCHIVO *Historico Portuguez*, vol. 1, n. 8, ago, 1903, pp. 250-251.
- BODIN, Thierry. “La Bibliophilie en France en 1976”. *Librarium*, a. 20, n. 3, 1977, p. 176.
- D’ANUNCIACÃO, Pedro. “Em Paz: Tarcísio Trindade”. *SOL*. Lisboa, 25 março 2011, p. 21.
- GRANDE *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa, Ed. Enciclopédia, s.d.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. São Paulo, Ateliê Editorial; Imprensa Oficial do Estado; Arquivo do Estado, 2001.
- CURTIS, Mary Jo. “John Carter Brown Library Acquires Rare 18th Century Book on Brazil”. *Brown University News*, Providence, 25 Nov. 2002. Disponível em: [http://www.brown.edu/Administration/News\\_Bureau/2002-03/02-039.html](http://www.brown.edu/Administration/News_Bureau/2002-03/02-039.html).
- DICIONARIO Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, vol. 15 (oitavo do suplemento), p. 289.
- KAISER, Leo M. “The Earliest Verse of the New World”. *Renaissance Quarterly*, vol. 25, n. 4, p. 433 n., 1972.
- MALHANO, Hamilton. Botelho. *Acervo Jeronymo Ferreira das Neves; Inventário de Fontes Bibliográficas*. Ms. Biblioteca da Escola Nacional de Belas-Artes, p.52
- MALTA, Marize. “Extraordinária Desconhecida: A Coleção de Eugênia e Jerônimo Ferreira das Neves”. In: MALTA, Marize et al. (org.). *Histórias da Arte em Coleções: Modos de Ver e Exibir em Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro, Rio Books, 2016.
- MANUEL II, Rei de Portugal. *Livros Antigos Portuguezes 1489-1600 da Bibliotheca de Sua Majestade Fidelissima Descriptos por S.M. El-rei D. Manuel em Tres Volumes*. London: Maggs Bros, 1929-1935.

- MARTINS FILHO, Plínio (org.). *Cartas de Rubens Borba de Moraes ao Livreiro Português António Tavares de Carvalho*. São Paulo, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2018.
- MELO, Filipa. “Alfarrabistas – em 1993, Era Assim”. *Coração Duplo* [blog], 16 out. 2010. Disponível em: <https://coracaoduplo.blogspot.com/2010/10/alfarrabistas-em-1993-era-assisim.html>
- MINDLIN, José. *Uma Vida Entre Livros: Reencontros com o Tempo*. São Paulo, Edusp; Companhia das Letras, 1997.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia Brasileira do Período Colonial*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
- . *Testemunha Ocular – Recordações*. Brasília, Briquet de Lemos / Livros, 2011.
- MOURA, Paulo. “Os Sacerdotes do Livro: Histórias de Livreiros-alfarrabistas”. Revista *Pública*, suplemento do jornal Público, 11 de abril de 2004. Disponível em: [www.publico.pt/2004/04/11/jornal/os-sacerdotes-do-livro-186786](http://www.publico.pt/2004/04/11/jornal/os-sacerdotes-do-livro-186786). Acesso em: 1.11.2018.
- NAUDÉ, Gabriel. *Conselhos para Formar uma Biblioteca*. Brasília, Briquet de Lemos / Livros, 2016. Disponível em <https://archive.org/details/NaudCompleto>
- NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: Revisão Histórica*. 2. ed. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1978.
- PERAGALLO, Prospero. *Cristoforo Colombo e la sua Famiglia, Revista Generale degli Errori del sig. E. Harrisse; studi storico-critici*. Lisboa, Typographia Portuense, 1888.
- PEREIRA, Sonia Gomes. “Coleção Jerônimo Ferreira das Neves: Uma Coleção Portuguesa no Museu D. João VI do Rio de Janeiro”. *Actas do III Seminário Internacional Luso-Brasileiro*. Porto, Cepese/Universidade do Porto, 2009.
- PIERRE Berès, Disparition d’un Bibliophile. *SLAM Newsletter* 32 (October 2008). Disponível em: <https://slam-livre.fr/fr/node/67789>. Acesso em 1/11/2018. Também em: <https://ilab.org/articles/pierre-beres-disparition-dun-bibliophile>.
- POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. *Enciclopedia Einaudi, volume 1: Memória-história*. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, s.d.
- RAMER, Richard C., *Catalogue Eleven; Fiftieth Anniversary*. New York, 2019, p. 9.
- REIFSCHEIDER, Oto Dias Becker. *A Bibliofilia no Brasil*. Brasília, Universidade de Brasília, 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação).
- SOARES, Clara Moura; NETO, Maria João. “O Gosto pelo Coleccionismo de Vitral Antigo em Portugal e no Brasil, no século XIX – A Coleção Ferreira das Neves”. *ART IS ON*, n. 5, pp. 236-249, 2017.
- TENNERONI, A. “Il Testo Volgare dell’Itinerarium di Alessandro Geraldini d’Amelia”. *Bollettino della Società Umbra di Storia Patria*, vol. 1, 1895, pp. 154-158.

## O AMÁVEL SENHOR DOS LIVROS *p.57*

---

**RESUMO** O artigo se trata de um relato pessoal da autora quanto à sua relação com José Mindlin, industrial que formou grande coleção de livros raros. Elisa Nazarian conta como conheceu o bibliófilo, passando a trabalhar em sua biblioteca, e como este a ajudou em sua carreira de escritora.

RELATO • BIBLIOTECA • LIVROS • JOSÉ MINDLIN.

### **THE KIND MR. BOOK**

**ABSTRACT** This article is a personal account of the author regarding her relationship with José Mindlin, an industrialist who formed a large collection of rare books. Elisa Nazarian tells how she met the bibliophile, then started to work in his library, and how he helped her in her writing career.

REPORT • LIBRARY • BOOKS • JOSÉ MINDLIN.

## BIBLIOFILIA E SUA RECÍPROCA p.65

---

**RESUMO** Evocando a memória de grandes bibliófilos, tais como José Mindlin, Rubens Borba de Moraes e Mário de Andrade, o texto trata da bibliofilia e de algumas das trajetórias guiadas por ela. É abordada a relação entre um livro e seu dono por meio de uma breve investigação das condições desse relacionamento, explicitando também as consequências da bibliofilia para além do bibliófilo, que ao exercer seu amor pelo livro e pela leitura, os compartilha com a sociedade.

BIBLIÓFILOS • BIBLIOFILIA •  
BIBLIOTECAS • JOSÉ MINDLIN •  
RUBENS BORBA DE MORAES • MÁRIO  
DE ANDRADE • LIVROS RAROS.

### BIBLIOPHILIA AND ITS MUTUALS

**ABSTRACT** Evoking the memory of great bibliophiles, such as José Mindlin, Rubens Borba de Moraes and Mário de Andrade, the essay explores the theme of bibliophilia and the trajectories guided by it. The author discusses the relation between the book and its owner by a brief investigation of their connections' conditions, and explaining the consequences of bibliophilia that go beyond the bibliophile, who, in exercising his love of books and the reading, shares them with society.

BIBLIOPHILES • BIBLIOPHILIA  
• LIBRARIES • JOSÉ MINDLIN •  
RUBENS BORBA DE MORAES •  
MÁRIO DE ANDRADE • RARE BOOKS.

---

### REFERÊNCIAS

- MORAES, Rubens Borba de. "Humor e Política na Herança da Semana, Depoimento a Antônio Gonçalves Filho". *Folha de S. Paulo*, 17 fev. 1982.
- ANDRADE, Mário de. "1933 – Resposta ao Inquérito Sobre Mim pra Macaulay". In: LOPES, Telê Porto Ancona (org.). *Entrevistas e Depoimentos*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1983, p. 39.
- BATISTA, Maria Rossetti (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Mário de Andrade, n. 30. Brasília, IPHAN, 2002, p. 22.
- ANDRADE, Mário de. "Cartas de Trabalho". In: FROTA, Lélia Coelho (org.). Brasília, SPHAN; Pró-Memória, 1981, p. 64.
- \_\_\_\_\_. *Me Esqueci Completamente de Mim, Sou Um Departamento de Cultura*. PENTEADO, Flávio Rodrigo & CALIL, Carlos Augusto (orgs.), p. 124.
- CENDRARS, Blaise. *Tout autour d'aujourd'hui*, IX: *Bowlinguer*, Denöel, 2003, pp. 362 ss.
- PRADO, Paulo. "Uma Carta de Anchieta". In: Carlos Augusto Calil (org.), *Paulística etc.*, pp. 262-69.
- MILLET, Sérgio. "Cendrars e Paulo Prado". *O Estado de S. Paulo*, 5 dez. 1954, In: EULALIO, Alexandre; CALIL, Carlos Augusto. *A Aventura Brasileira de Blaise Cendrars*, São Paulo, Perspectiva, 1978, pp. 452-453.
- COORDENADORIA do Sistema Municipal de Bibliotecas. *Bibliotecas Públicas, Ações, Processos e Perspectivas*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 2012, pp. 48-49.
- CANDIDO, Antonio. "O Pranto dos Livros". *Piauí*, n. 145, Rio de Janeiro, out. 2018, pp. 50-51, texto escrito em 17 jan. 1997.

## O MANUSCRITO SEISCENTISTA DAS SAUDADES DE LÍDIA E ARMIDO ATRIBUÍDAS A BERNARDO VIEIRA RAVASCO p.72

**RESUMO** No acervo da *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin*, encontra-se um manuscrito seiscentista das *Saudades de Lídia e Armido*, poema composto de 158 oitavas e atribuído a Bernardo Vieira Ravasco (c. 1617-1697), irmão do Padre Antônio Vieira. Neste artigo, busca-se evidenciar a importância desse manuscrito para a historiografia das letras luso-brasileiras do século XVII.

BERNARDO VIEIRA RAVASCO

• MANUSCRITO • POESIA  
SEISCENTISTA • LETRAS  
LUSO-BRASILEIRAS.

### THE SEVENTEETH-CENTURY MANUSCRIPT OF SAUDADES DE LÍDIA E ARMIDO, POEM ATTRIBUTED TO BERNARDO VIEIRA RAVASCO

**ABSTRACT** In the collection of the *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin*, there is a 17th century manuscript of *Saudades de Lídia e Armido*, poem composed of 158 octaves and attributed to Bernardo Vieira Ravasco (c.1617-1697), Father Antonio Vieira's brother. In this paper, we try to highlight the importance of this manuscript for the historiography of 17th century Luso-Brazilian letters.

BERNARDO VIEIRA RAVASCO •  
MANUSCRIPT • 17TH CENTURY  
POETRY • LUSO-BRAZILIAN LETTERS

### REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A Escrita no Brasil Colônia: Um Guia para Leitura de Documentos Manuscritos*. Recife, Editora da UFPE; Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1994.
- A Fenix Renascida ou Obras Poeticas dos Melhores Engenhos Portuguezes*. Segunda vez impresso e acrescentado por Mathias Pereira da Sylva. 5 tomos. Lisboa: Offic. dos Herd. de Antonio Pedrozo Galram, 1746.
- AGUIAR A SILVA, Vítor Manuel de. *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*. Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1971.
- CAMÕES, Luís de. *Obra Completa*. Organização, introdução, comentários e anotações de Antônio Salgado Júnior. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2005.
- CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de Agudeza em Portugal: Estudo Retórico da Poesia Lírica e Satírica Escrita em Portugal no Século XVII*. São Paulo, Humanitas, Edusp, Fapesp, 2007.
- COUTINHO, Afrânio & SOUSA, José Galante de (dir.). *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. vol. 2. Brasília, Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) – Ministério da Educação e do Desporto, 1995.
- Eccos Que o Clarim da Fama Dá: Postilhaõ de Apollo*. 2 tomos. Por Joseph Maregelo de Osan. Lisboa: Na Offic. de Francisco Borges de Souza, 1761-1762.
- GOMES, João Carlos Teixeira. *Gregório de Matos, o Boca de Brasa – Um Estudo de Plágio e Criação Intertextual*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- GÓNGORA, Luis de. *Soledades*. Edición de John Beverley. Madrid, Cátedra, 2007.
- HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*. 2. ed. rev. São Paulo, Ateliê Editorial; Campinas, Editora da Unicamp, 2004.
- HESÍODO. *Teogonia*. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo, Iluminuras, 2006.
- LACHAT, Marcelo. *Saudades de Lídia e Armido, Poema Atribuído a Bernardo Vieira Ravasco: Estudo e Edição*. São Paulo, Alameda, 2018.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Tomo I. Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741.

- MATOS, Gregório de. *Crônica do Viver Baiano Seiscentista: Obra Poética Completa; Códice James Amado*. 2 vols. 4. ed. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Poemas Atribuídos: Códice Asensio-Cunha*. 5 vols. Edição e estudo de João Adolfo Hansen e Marcello Moreira. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.
- MONTES, José Ares. *Góngora y La Poesía Portuguesa del Siglo XVII*. Madrid, Gredos, 1956.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia Brasileira do Período Colonial: Catálogo Comentado das Obras dos Autores Nascidos no Brasil e Publicadas Antes de 1808*. São Paulo, IEB-USP, 1969.
- MOREIRA, Marcello. *Crítica Textualis in Caelum Revocata? Uma Proposta de Edição e Estudo da Tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo, Edusp, 2011.
- PUNTONI, Pedro. “Bernardo Vieira Ravasco, Secretário do Estado do Brasil: Poder e Elites na Bahia do século XVII”. *O Estado do Brasil: Poder e Política na Bahia Colonial 1548-1700*. São Paulo, Alameda, 2013, pp. 199-241.
- Saudades / De Lidia & Armido / Compostas por Bernardo Vieira & Ravasco*. São Paulo, RBBM (0710), 10 fls.
- Saudades / de / Lidia, e Armido / Expostas na figura de Ella ficar saudosa / e magoada em terra, por Elle se ausentar / embarcando em huma Armada &ª / Compostas / Por Bernardo Vieira Ravasco / Irmão do grde. Pe. Ant.º Vieira / da extincta Companhia de Jesus*. In: *Miscelanea Poetica / que comprehende / o que na seguinte página se declára*. Tomo = 5º. Junto tudo neste volume, distribuído, e escrito / Por Antonio Correya Vianna / Lisboa = 1784 =. Lisboa: Biblioteca da Ajuda, ms. 49-III-65, pp. 173-256.

## **A CONQUISTA DE A CINZA DAS HORAS, DE MANUEL BANDEIRA** p.82

---

**RESUMO** Por conta da tiragem reduzida nos anos de publicação, Manuel Bandeira é um dos autores com as primeiras edições mais difíceis de serem encontradas e colecionadas. Esse texto é um relato pessoal da conquista, após algumas tentativas frustradas, de um dos raríssimos exemplares em primeira edição de *A Cinza das Horas* (1917).

BIBLIOPHILIA • MANUEL BANDEIRA •  
*A CINZA DAS HORAS* • LETRAS  
PRIMEIRAS EDIÇÕES.

### **THE CONQUEST OF A CINZA DAS HORAS (THE GRAY OF THE HOURS), BY MANUEL BANDEIRA**

**ABSTRACT** Because of the reduced circulation in the years his books were published, Manuel Bandeira is one of the authors with the hardest first editions to be found and collected. This text is a personal narrative of the conquest, after some unsuccessful attempts, of one of the very rare copies of 1917's *A Cinza das Horas*.

BIBLIOPHILIA • MANUEL BANDEIRA  
• *A CINZA DAS HORAS* •  
FIRST EDITIONS

## O BIBLIOTECÁRIO NA CONSERVAÇÃO DE LIVROS RAROS p.88

---

**RESUMO** Relato, em primeira pessoa, da trajetória de quase trinta anos de um bibliotecário da rede pública de bibliotecas da cidade de São Paulo. Descreve os trabalhos na Seção de Obras Raras da Biblioteca Mário de Andrade, desde a sua reorganização até os projetos desenvolvidos de conservação e digitalização do acervo. Atuando como Curador de Obras Raras, o autor organizou exposições, publicou artigos e bibliografias e participou de cursos e estágios nas áreas de biblioteconomia e conservação de livros antigos, tanto no Brasil como nos Estados Unidos.

**BIBLIOTECONOMIA DE OBRAS RARAS**  
• CONSERVAÇÃO DE LIVROS •  
**BIBLIOTECAS PÚBLICAS.**

### **THE LIBRARIAN AT THE RARE BOOK CONSERVATION**

**ABSTRACT** First-person account of the trajectory of a librarian in the public library network of the São Paulo municipality for almost thirty years. Describes the works in the Rare Books Section of the Mário de Andrade Library, from its reorganization to the conservation and digitization projects of the collection. Acting as the Curator of Rare Books, the author organized exhibitions, wrote articles and bibliographies and participated in courses and internships in the areas of librarianship and conservation of old books, both in Brazil and in the United States.

**RARE BOOKS LIBRARIANSHIP**  
• CONSERVATION OF BOOKS •  
**PUBLIC LIBRARY.**

---

### **REFERÊNCIAS**

- BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE. “Projeto Memória Oral”. Rizio Bruno Sant’Ana, entrevistado por Daisy Perelmutter. 1 DVD, 200 min., 11 mar. de 2009. Transcrição de 70 p. em PDF. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/memoria\\_oral/index.php?p=8781](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/memoria_oral/index.php?p=8781)>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “Obra Rara: Critérios Para Definição”. Trabalho apresentado na mesa redonda “Obra Rara: Critérios Para Definição, Política de Preservação e Mercado”. São Paulo, 8 de outubro de 1992.
- COSTA, Walmira e SANT’ANA, Rizio Bruno. *Sala de Obras Raras: Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus*. Belo Horizonte, Futuremedia, 2000. CD-ROM.
- KAYO, Roberta Kazumi. *Livros Raros: Discussão dos Critérios que Definem os Livros Como Raros e da Importância de sua Descrição Detalhada*. São Paulo, ECA-USP, 2007. (TCC em Biblioteconomia)
- RABELO, Maria Clara. “As Obras Raras das Bibliotecas Brasileiras”. *ComCiência*. Campinas, n. 127, 10 abr. 2011. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=65&id=826>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- SANT’ANA, Rizio Bruno e COSTA, Iraci del Nero. “A Escravidão Brasileira nos Artigos de Revistas (1976-1985)”. *Estudos Econômicos*, vol.19, n.1, pp.131-194, jan./abr. 1989.
- SANT’ANA, Rizio Bruno. “Bibliografia”. In: ANDRADE, Mário. *Dicionário Musical Brasileiro*. Organizado por ALVARENGA, Oneida e TONI, Flávia. São Paulo, IEB-USP, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Bibliografia Geral e Comentada”. In: TIRAPELLI, Percival. *São Paulo, Artes e Etnias*. Imprensa Oficial, Unesp, 2007.

- \_\_\_\_\_. “Como Definir Obras Raras: Critérios da Biblioteca Mário de Andrade”. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, vol. 54, jan.dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. *Conhecer Biblioteca: Serviço e Informação*. Direção Ana Dip. São Paulo, Senac/Franmi, 1993. 1 vídeo, 53 min.
- \_\_\_\_\_. “Edições Estrangeiras de Jorge Amado na BMA”. *Revista da BMA*, vol. 66, pp. 113-119, 2010.
- “História da Encadernação”. *Revista da BMA*, vol. 66, pp. 188-197, 2010.
- \_\_\_\_\_. “História do Papel”. *Revista da BMA*, vol. 65, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Identificação de Obras Raras”. *Boletim da Aber*, vol. 10, n. 1, abril. 1998.
- \_\_\_\_\_. “Informações Sobre os Diversos Formatos do Livro”. *Revista da BMA*, vol. 63, pp. 172-173, 2007.
- \_\_\_\_\_. “O Livro Raro”. *Revista da BMA*, vol. 64, pp. 170-173, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Quinhentos Anos de História do Brasil: Bibliografia Comentada”. *Revista da BMA*, vol. 58, pp. 217-238, 2000.
- \_\_\_\_\_. “The Rare Books of the Biblioteca Mário de Andrade, the Public Library of São Paulo”. *Bulletin du Bibliophile*. Paris, n. 1, pp. 97-112, 1º. sem. 2013.
- \_\_\_\_\_. “Viagens às Raridades”. Palestra apresentada no VII Simpósio de Bibliotecas e Desenvolvimento Cultural ocorrido durante a 13ª. Bienal Internacional do Livro. São Paulo, 21 ago. 1994.

## PATRIMÔNIO CULTURAL:

PRESERVAÇÃO, SALVAGUARDA E CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS p.108

---

**RESUMO** Este artigo versa sobre experiências no campo da preservação, salvaguarda e procedimentos de conservação de bens culturais. Apresenta orientações, caminhos e atitudes relativas às questões desta natureza, importantes e vitais nesta era de tantas incertezas.

ACERVO • PRESERVAÇÃO • CONSERVAÇÃO • SEGURANÇA • PREVENÇÃO DE RISCOS • SINISTROS.

**CULTURAL HERITAGE**  
PRESERVATION, SAFEGUARDING AND  
CONSERVATION OF CULTURAL ASSETS

**ABSTRACT** This article is about the work experience in the field of preservation and conservation of cultural property, provides guidance and ways to procedures and attitudes relating to such matters, important and vital in this age of so much uncertainty.

COLLECTION • PRESERVATION • CONSERVATION • SAFETY • PREVENTION OF RISKS • ACCIDENTS.

---

## REFERÊNCIAS

- BÁEZ, Fernando. *História Universal da Destruição de Livros: Das Tábuas Sumérias à Guerra do Iraque*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2006.
- BECK, Ingrid et al. *Manual de Preservação de Documentos*. 2.ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1991.
- BOITO, Camillo. *Os Restauradores*. 2.ed. Cotia (SP), Ateliê Editorial, 2003.
- BOMENY, Helena. “Três Decretos e um Ministério: A Propósito da Educação no Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia (SP), Ateliê Editorial, 2004.
- CALLOL, Milagros Vaillant; CARBÓ, María Teresa Doménech & RODRIGO Nieves Valentín. *Una Mirada Hacia la Conservación Preventiva del Patrimonio Cultural*. Valencia, Editorial UPV, 2003.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3.ed. São Paulo, Estação Liberdade/Unesp, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Recomendações para o Resgate de Acervos Arquivísticos Documentais Danificados por Água*. CTPD/CONARQ/Arquivo Nacional. Disponível em: <[http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Recomendacoes\\_resgate\\_acervos\\_completa.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_resgate_acervos_completa.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, vol. 1.
- OGDEN, Sherelyn (ed.). *Administração de Emergências*. 2.ed. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/images/virtuemart/product/Administra%C3%A7%C3%A3o%20de%20emerg%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura É Patrimônio: Um Guia*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugene Emmanuel. *Restauração*. Cotia (SP), Ateliê Editorial, 2000.
- SPINELLI JÚNIOR, Jayme. *A Conservação de Acervos Bibliográficos & Documentais*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 1997. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/documento-tecnico/conservacao-acervos-bibliograficos-documentais/aconservacaoacervosbibliograficosedocumentais.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.
- \_\_\_\_\_, & PEDERSOLI JÚNIOR, José Luiz. *Plano de Gerenciamento de Riscos: Salvaguarda & Emergência*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg\\_plano\\_risco\\_por/drg\\_plano\\_risco\\_por.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

## CONSERVAR OU DESCONSERVAR:

“BICHO TEM EM QUALQUER LUGAR, ATÉ NA MINHA CASA” p.120

---

**RESUMO** Os registros feitos desde longínquas eras têm tido sua conservabilidade sujeita a riscos intrínsecos aos materiais e técnicas empregados em sua feitura e a fatores extrínsecos, de ordem ambiental, política, cultural, econômica e tecnológica. Além de seu uso contribuir para acelerar os processos de desorganização, de decaimento, de desordem, próprios de tudo que existe. Se conservar é ato de intervenção humana, o seu contrário (desconservar) ocorre naturalmente, pelo simples passar do tempo, embora a ação e a inação do homem costumem contribuir para isso. A manutenção deficiente dos lugares de abrigo dos documentos é um dos fatores que contribuem para sua mais rápida desconservação. Em levantamento feito de fevereiro de 1880 a março de 2017, foram identificados 77 incêndios e 21 alagamentos em bibliotecas e arquivos, com graus variados de perdas. Práticas de conservação exigem mecanismos de cooperação, intercâmbio e definição de responsabilidades em âmbito local, regional e nacional. Da lavagem do papel à digitalização de textos, passando pela microfilmagem, o histórico das técnicas de conservação mostra que seu emprego nem sempre adotou as cautelas necessárias, às vezes contribuindo para a perda ou mutilação dos documentos. A desconservação pode ser consequência ainda da repressão de ideias, de furtos e roubos e da ocultação/destruição de documentos em casos de ilícitos, o que atinge principalmente os arquivos. A conservação, tanto em seus aspectos técnicos quanto culturais, políticos e

### TO CONSERVE OR NOT TO CONSERVE

**ABSTRACT** Since earliest times human records have had their conservability subject to the risks intrinsic to the materials and techniques employed in their making, and to the extrinsic factors of environment, politics, culture, economy and technology. Furthermore, the very use of these records contribute to accelerate the disorganization, decay and disorder processes that are characteristic of all that exists. If conservation is an act of human intervention, its contrary (non-conservation) takes place spontaneously as time goes by. However, human action and inaction are usually part of this process. The poor maintenance of places where documents are kept is one of the factors that contribute to their rapid non-conservation. A survey in newspapers published from February 1880 to March 2017 identified 77 fires and 21 cases of flooding in libraries and archives which caused varying losses. Conservation practices require mechanisms of local, regional and national cooperation, exchange and definition of responsibilities. From washing paper to digitizing texts, passing by microfilming, the history of conservation/preservation techniques reveals that they have not always been carried out with the necessary precautions, sometimes leading to the loss or mutilation of documents. Non-conservation can also be caused by ideological repression, thefts and the occultation/destruction of documents to cover up misdemeanor and other crimes especially in archives. Conservation both in its technical

econômicos, deve fazer parte de uma política de Estado para preservação do patrimônio cultural nacional.

BIBLIOTECA • DOCUMENTOS •  
CONSERVAÇÃO • DESTRUIÇÃO.

and cultural, political and economic aspects should be part of a State policy for the preservation of the national heritage.

LIBRARY • DOCUMENTS •  
CONSERVATION • DESTRUCTION.

---

## REFERÊNCIAS

- ADAMS, Randolph G. “Librarians as Enemies of Books”. *Library Quarterly*, vol. 7, pp. 317-331, July 1937.
- AREIAS, Laura & NOGUEIRA, Lucila. *Monografia do Gabinete Português de Leitura: Comemoração do Sesquicentário 1850-2000*. Recife, Gabinete Português de Leitura, s.d. (na p. 101 informa 1937 como o ano do incêndio; o certo é 1938).
- AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*. 3. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1958, t. 3, pp. 28-29.
- AZEVEDO, Moreira de. *Pequeno Panorama ou Descrição dos Principais Edifícios da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typographia-Paula Brito, 1862, vol. 3.
- BÁEZ, Fernando. *História Universal da Destruição dos Livros: Das Tábuas Sumérias à Guerra do Iraque*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2006.
- BAKER, Kenneth. *On the Burning of Books*. London, Unicorn, 2016.
- BALZAC, Honoré de. *Ilusões Perdidas*. Trad. Ernesto Pelanda. São Paulo, Globo, 1990, pp. 113, 114, 115 (A Comédia Humana, vol. 7).
- BETTENCOURT, Angela Maria Monteiro & PINTO, Monica Rizzo Soares. “A Hemeroteca Digital Brasileira”. In: *Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*, 25. Florianópolis, 2013, p. 10. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1321/1322>>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- BIBLIOTECA Nacional. *Concurso Anexo da Biblioteca Nacional: Termo de Referência*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária, Instituto de Arquitetos do Brasil do Rio de Janeiro, 2014, pp. 45, 48 e 50. Disponível em: <[http://concursoanexobn.iabrij.org.br/documentos/Anexo\\_I\\_Termo\\_de\\_Referencia.pdf](http://concursoanexobn.iabrij.org.br/documentos/Anexo_I_Termo_de_Referencia.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2017.
- BLADES, William. *The Enemies of Books*. London, Elliot Stock, 1888. A primeira edição é de 1879. Disponível em: <<https://ia601408.us.archive.org/0/items/enemiesbooks01bladgoog/enemiesbooks01bladgoog.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- BORGES, Valdeci Rezende. “Em Busca do Mundo Exterior: Sociabilidade no Rio de Machado de Assis”. *Estudos Históricos*, 2001, n. 28.
- BORTOLETTO, Maria Élide; MACHADO, Rejane Ramos & COUTINHO, Eliane. “Contaminação Fúngica do Acervo da Biblioteca de Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz: Ações Desenvolvidas para sua Solução”. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, vol. 7, n. 14, pp. 9-18, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2002v7n14p9/5223>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- BRAGA, Genesino. *Nascença e Vivência da Biblioteca do Amazonas*. Belém, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.
- BRIET, Suzanne. *O Que É a Documentação?* Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 2016.
- BROOKS, Philip. “Notes on Rare Books”. *The New York Times*, Jan. 22, 1933, Section Book Review, p. 19.
- CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. *A Trajetória Histórica da Conservação-Restauração de Acervos em Papel no Brasil*. Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. Dissertação de mestrado. Disponível em: <[http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Aloisio\\_A\\_N\\_de\\_Castro1.pdf](http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Aloisio_A_N_de_Castro1.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2017. [Edição impressa com o mesmo título publicada em 2012 pela Editora UFJF].

- CLOONAN, Michèle Valerie (ed.). *Preserving our Heritage: Perspective from Antiquity to the Digital Age*. Chicago, Neal-Schuman, 2015.
- CONGRESSO NACIONAL. “Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Biblioteca Nacional”. *Diário do Congresso Nacional*, seção 1, suplemento ao nº 32, 8 abr. 1967. Reproduzido em FONSECA, Edson Nery da. *Ser ou Não Ser Bibliotecário e Outros Manifestos Contra a Rotina*. Brasília, ABDF, 1988, pp. 141-260.
- COUTINHO, José Lino dos Santos. [Sessão da Câmara dos Deputados de 29 de agosto de 1831]. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1831, p. 75.
- DEACTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: Instituições e Práticas de Leitura na São Paulo Oitocentista*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 2011.
- FARIA, Diego de. *Os Inimigos dos Nossos Livros*. Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, n.s., n. 4, 1919. Disponível em: <<https://archive.org/details/osinimigosdosnos00fari>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- FERREIRA, Costa. [Sessão da Câmara dos Deputados de 1º de setembro de 1831]. In: *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1831.
- FERREIRA, Costa. [Sessão da Câmara dos Deputados de 18 de julho de 1832]. In: *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1832, p. 83.
- FRIEIRO, Eduardo. *Os Livros Nossos Amigos*. 3. ed. São Paulo, O Pensamento, 1957.
- GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio*. 5. ed. Rio de Janeiro, Lacerda Editores, 2000.
- GREENHALGH, Raphael Diego. *Segurança contra Roubo e Furto de Livros Raros: Uma Perspectiva sob a Ótica da Economia do Crime e da Teoria da Dissuasão*. Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2014. Tese de doutorado. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/premios/226121.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- “IN MEMORIAM [Dolores Iglesias]”. *Revista Brasileira de Geociências*, vol. 14, n. 1, p. 2, 1984.
- LAURENT, Charlotte. *7 Lieux Parisiens Emblématiques Menacés par la Crue de la Seine*. 7x7 3 juin 2016. Disponível em: <<https://www.7x7.press/7-lieux-parisiens-emblématiques-menacés-par-la-crue-de-la-seine>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- MATTOS, Lorete. *Prevenção e Resposta a Desastres com Fogo e Água em Bibliotecas*. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 18. Belo Horizonte, 16 a 21 de novembro de 2014. Diapositivos. Disponível em: <[https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/2014/12/PDF\\_Minicurso\\_13\\_compressed-2.pdf](https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/2014/12/PDF_Minicurso_13_compressed-2.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2017.
- MCKITTERICK, David. *Old Books, New Technologies: The Representation, Conservation and Transformation of Books Since 1700*. Cambridge, Cambridge University Press, 2013.
- MELO, José Alexandre Teixeira de. “Relatório Apresentado ao Cidadão Dr. Antonio Gonçalves Ferreira Ministro da Justiça e Negócios Interiores em 15 de fevereiro de 1896”. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. 18, 1896. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1897.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. 2. ed. Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Relatório do Diretor da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde (março de 1945)”. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, vol. 2, n. 1, pp. 203-231, jan.-jun. 1974.
- NABUCO, Joaquim (monsieur). *Em Defesa do Livro: A Conservação das Nossas Bibliotecas e Arquivos*. 2. ed. Rio de Janeiro, Antunes, 1959.
- NAUDÉ, Gabriel. *Conselhos para Formar uma Biblioteca*. Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 2016.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Missão do Bibliotecário*. Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 2006.
- PLUMBE, Wilfred John. “Preservation of Library Materials in Tropical Countries”. *Library Trends*, vol. 8, n. 2, pp. 291-306, 1959.
- POLASTRON, Lucien X. *Livros em Chamas: A História da Destruição Sem Fim das Bibliotecas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2012.
- PRAJAPATI, Chhedi Lal. *Conservation of Documents: Problems and Solutions, Policy and Perspectives*. New Delhi, Mittal Publications, 2005.
- RAVEN, James (ed.). *Lost Libraries: The Destruction of Great Book Collections Since Antiquity*. Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2004.

- REIFSCHEIDER, Oto Dias Becker. *A Bibliofilia no Brasil*. Brasília, Universidade de Brasília, 2011. Tese. Faculdade de Ciência da Informação. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10744/1/2011\\_OtoDiasBeckerReifschneider.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10744/1/2011_OtoDiasBeckerReifschneider.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2017.
- RELATÓRIO. In: *Annaes da Biblioteca Nacional*, vol. 19, 1897.
- REVELLI, Carlo. “Conservare Come e Che Cosa”. *Biblioteche Oggi*, vol. 22, n. 2, pp. 83-89, mar. 2004.
- REYNOLDS, Leighton Durham & WILSON, Nigel Guy. *Scribes and Scholars: A Guide to the Transmission of Greek and Latin Literature*. 3. ed. Oxford, Oxford University Press, 1991.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: Do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. COSTA, Angela Marques da & AZEVEDO, Paulo Cesar de. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: Do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O Livro dos Livros da Real Biblioteca*. Rio de Janeiro/São Paulo, Biblioteca Nacional/Fundação Odebrecht, 2003.
- SEABROOK, John. “The Invisible Library”. *New Yorker*, vol. 91, n. 36, pp. 62-72, nov. 16, 2015. Disponível em: <<http://www.newyorker.com/magazine/2015/11/16/the-invisible-library>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. “As Bibliotecas dos Jesuítas a Partir da Obra de Serafim Leite”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol. 13, n. 2, pp. 219-237, maio/ago. 2008.
- SOARES, Francisco Sérgio Mota; CARMO, Laura Berenice Trindade; AZIZ, Carmem Lúcia Cabral & COELHO, Sizaltina dos Santos. *A Biblioteca Pública da Bahia: Dois Séculos de História*. Salvador, Fundação Pedro Calmon, 2011, pp. 80-81, 88-92.
- SOUSA, José Marcelino de. *Mensagem Apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia*. Bahia, Oficinas do “Diário da Bahia”, 1905, p. 2.
- SPINELLI, Jayme & PEDERSOLI JUNIOR, José Luiz. *Biblioteca Nacional: Plano de Gerenciamento de Riscos: Salvaguarda & Emergência*. Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg\\_plano\\_risco\\_por/drg\\_plano\\_risco\\_por.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2017.
- TAMANO, Luana Tieko Omena & ARAUJO, Daniel de Magalhães. “Abandono, Esquecimento e Ressurgimento da Primeira Biblioteca de Medicina do Brasil”. *Ciência e Cultura* [online], vol. 66, n. 2, pp. 56-59, 2014. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v66n2/v66n2a21.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- UCHOA, Julio. “Cousas e Fatos do Amazonas: Incêndio da Biblioteca Pública”. *Jornal do Comércio*, Manaus, 22 ago. 1954.
- VEIGA, Edison & BURGARELLI, Rodrigo. “Incêndio Danifica Acervo do Arquivo do Estado”. *O Estado de São Paulo*, 11 mar. 2012. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,incendio-danifica-acervo-do-arquivo-do-estado-imp-,846794>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- VOLPINI, Elton Eugenio. “A Biblioteca Central da Universidade de Brasília e o Planejamento de seu Novo Edifício”. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, vol. 1, n. 1, pp. 43-50, jan./jun. 1973.
- ZENKER, Ana Luiza. “Mina d’Água sob a Biblioteca Central da UnB”. *Blog dos estudantes da Faculdade de Comunicação da UnB*. 4 mar. 2006. Disponível em: <<http://cacom.blogspot.com.br/2006/03/mina-dgua-sob-biblioteca-central-da.html>>. Acesso em: 31 out. 2017.
- WEISS, Harry B. & CARRUTHERS, Ralph H. *Insect Enemies of Books*. New York, New York Public Library, 1945. Inclui bibliografia com 493 referências. Reimpresso do *Bulletin of the New York Public Library*, Sept./Dec. 1936. Disponível em: <<https://archive.org/stream/insectenemiesofb00weis#page/n0/mode/2up>>. Acesso em: 31 out. 2017.

## A PRESENÇA DA DISCIPLINA:

PRESERVAÇÃO EM CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA E ARQUIVOLOGIA p.152

---

**RESUMO** Por meio de pesquisas da área, o texto aborda aspectos que envolvem o ensino da disciplina Preservação em cursos de Biblioteconomia no Estado de São Paulo, assim como o compara ao de Arquivologia no Brasil, no que diz respeito ao oferecimento da disciplina. Brevemente, atualiza a situação da regulamentação da profissão de conservador-restaurador no início de 2019 e, igualmente, traz informações sobre a presença de assuntos que envolvem a preservação de acervos no suporte papel em periódicos científicos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

PRESERVAÇÃO – ENSINO – SÃO PAULO • PRESERVAÇÃO EM PAPEL – CURRÍCULOS – BRASIL • PRESERVAÇÃO – REGULAMENTAÇÃO PROFSSIONAL • PRESERVAÇÃO – PRODUÇÃO CIENTÍFICA • PRESERVAÇÃO – CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.

### THE STUDY OF PRESERVATION IN LIBRARY AND INFORMATION SCIENCES COURSES

**ABSTRACT** Specific articles and Master's thesis on Preservation were used to address some aspects that involve the teaching of the discipline Preservation in Library and Information Sciences, undergraduate courses in the State of São Paulo. It also compares the offer of the discipline with that in the Archives course in Brazil. Briefly, it updates information on the regulation status of the Conservator profession in early 2019. It also mentions the presence of preservation issues in Library and Information Science scholarly journals.

PRESERVATION – TEACHING – SÃO PAULO • PAPER PRESERVATION – BRAZIL • PRESERVATION – LEGAL ASPECTS • PRESERVATION – LITERATURE • PRESERVATION – LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE.

---

### REFERÊNCIAS

- BECK, Ingrid. *O Ensino da Preservação Documental nos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: Perspectivas para Formar um Novo Profissional*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2006, p. 109.
- BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. *Legislação Básica*, [s. d.]. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/institucional/legislacao/>>. Acesso em 12 maio 2019.
- BRASIL. Decreto nº. 123, de 3 de fevereiro de 1842. Dá ao Museu Nacional uma Organização Accommodada á Melhor Classificação e Conservação dos Objectos. Império do Brasil (D.O.U. 03.2.1842), Rio de Janeiro. *Diário das Leis*, [s. d.]. Disponível em <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/202108-du-ao-museu-nacional-uma-organisaauo-accommodada-u-melhor-classificauuo-e-conservauuo-dos-objectos.html>>. Acesso em 29 abr. 2019.
- BRASIL. Lei nº. 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o Exercício da Profissão de Bibliotecário e Determina Outras Providências. *Diário Oficial* [da] República Federativa do Brasil, Brasília, vol. 136, n. 120, Seção I, 26 jun. 1998, pp. 1-2.

- CALDEIRA, Cleide Cristina. *Conservação Preventiva em Bibliotecas Públicas da Cidade de São Paulo: Estudo em Campo*. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 191 f.
- CARVALHO, Rodrigo de Aquino. *Formação e Atuação Profissional do Egresso da Faculdade de Biblioteconomia da PUC-Campinas de 1995 a 2005*. Campinas, 2006. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/10425/>>. Acesso em 01 maio 2019.
- CASTRO, Aloisio Nunes de. *Regulamentação da Profissão de Restaurador: Um Veto e Muitas Dúvidas*. ABER, s. d. Disponível em: <<http://www.aber.org.br/noticia/regulamenta%C3%A7%C3%A3o-da-profiss%C3%A3o-de-restaurador-um-veto-e-muitas-d%C3%Aavidas>>. Acesso em 12 maio 2019.
- ENCONTRO de Diretores e Encontro de Docentes de Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul. Belo Horizonte, UFMG, 2016. 755 f.
- FERNANDES, Iandra Marcela Honorato; SILVA, Marcia Regina. *Preservação e Conservação Documental: Formação e Atuação do Bibliotecário*. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 18, 2014, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: SNBU, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/ZQQbpf>>. Acesso em: 08 maio 2019.
- FUNARO, Vânia et al. *Estudo do Currículo das Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação de São Paulo*, 2008. Disponível em: <<http://www.cinform2008.ici.ufba.br/layout/padrao/azul/cinform/Documentos/Comunica%C3%A7%C3%B5es/ESTUDO%20DO%20CURR%C3%8DCULO%20DAS%20ESCOLAS%20DE%20BIBLIOTECONOMIA%20E%20CI%C3%8ANCIA%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20S%C3%83O%20PAULO.pdf>>. Acesso em 29 abr. 2019.
- GOMES, Neide Aparecida. *O Ensino de Conservação, Preservação e Restauração de Acervos Documentais no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Brasília, 2000, p. 98. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5480>>. Acesso em 05 maio 2019.
- MUELLER, Susana Machado Pinheiro. “Avaliação do Estado da Arte em Biblioteconomia e Ciência da Informação”. *Ci. Inf.*, Brasília, vol. 17, n. 1, p. 71-81, jan/jun 1988.
- PANDO, Daniel Abraão. *Formação e Demanda Profissional em Tratamento Temático da Informação no Brasil: uma Análise Comparativa de Conteúdos Programáticos Universitários e de Concursos Públicos em Biblioteconomia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Unesp, Departamento de Ciência da Informação, Marília, 2005, p.195.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação*. Brasília, Ibict, 2018, p. 384.
- SANTOS, Jussara Pereira. “Reflexões Sobre Currículo e Legislação na Área de Biblioteconomia”. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, vol. 3, n. 6, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/17/62>>. Acesso em 01 maio 2019.

## **A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DE SÃO PAULO E A RENOVAÇÃO DA BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE** *p.166*

---

**RESUMO** O autor reflete sobre o sistema municipal de bibliotecas trazendo à tona a discussão sobre o trabalho realizado por bibliotecários, principalmente da prefeitura de São Paulo, entre 2005 e 2012, que foi um processo muito intenso de revigoração das bibliotecas públicas da cidade. Relata sua trajetória no período que acompanhou os esforços dos bibliotecários e quando auxiliou nos seus trabalhos.

**BIBLIOTECÁRIOS • BIBLIOTECAS PÚBLICAS.**

### **THE IMPLEMENTATION OF SÃO PAULO'S MUNICIPAL LIBRARY SYSTEM AND THE RENEWAL OF MÁRIO DE ANDRADE LIBRARY**

**ABSTRACT** The author reflects on the municipal library system, bringing up the discussion about the work carried out by librarians, mainly from the city of São Paulo, between 2005 and 2012 – a very intense process of reinvigorating the city's public libraries. He describes his career at the period, in which he accompanied the efforts of the librarians and assisted in their work.

**LIBRARIANS • PUBLIC LIBRARIES.**

## A CULTURA EM PROCESSO DE MUDANÇAS EXTREMAS p.184

---

**RESUMO** O artigo aborda as culturas computacionais, essas que já estão à nossa volta, em diversos âmbitos sociais, desde multinacionais a *best-sellers*. Como essas culturas já estão bem implantadas entre nós, o autor defende que a sociedade deve estar atento a elas, já que o que já está instalado entre nós diz muito sobre o que vem pela frente. Desse modo, o artigo mantém com o leitor um diálogo prospectivo. Não se volta para trás, não é retrospectiva. O papel prospectivo é o papel que cabe à ciência.

CULTURA • COMPUTACIONAL • AUTOMAÇÃO • SOCIEDADE.

### **CULTURE IN THE PROCESS OF EXTREME CHANGE**

**ABSTRACT** The article addresses the computational cultures, which are already around us, in multiple social spheres, from multinationals to *bestsellers*. As these cultures are already well established among us, the author argues that society should be aware of them, since what is already consolidated demonstrates a lot about what lies ahead. Thus, the article maintains with the reader a prospective dialogue. It does not turn back and it is not retrospective. The prospective role is the role of science.

CULTURE • COMPUTACIONAL • AUTOMATION • SOCIETY.

## FESTA E TRABALHO

A ENCENAÇÃO TUPINAMBÁ NA ENTRADA EM ROUEN DE HENRIQUE II EM 1550 p.196

---

**RESUMO** O artigo analisa as representações da presença de cinquenta nativos brasileiros na entrada de Henrique II em Rouen, França, em 1550. A fonte principal das representações é o livro *C'est la Deduction du Sumptueux Ordre Plaisantz (...)*, impresso em 1551, onde o teatro encenado pelos índios tupinambás é representado através de texto e iconografias. O objetivo da análise é revelar como os termos resplandecentes usados para descrever a aliança entre os índios tupinambás e os normandos escondem a intenção de explorar a mão de obra dos nativos brasileiros pelos conquistadores franceses.

BRASIL COLONIAL • TUPINAMBÁS • TRABALHO INDÍGENA • FRANCESES NO BRASIL.

### **FEAST AND WORK – THE TUPINAMBÁ THEATER AT THE HENRY II ENTRY INTO ROUEN IN 1550.**

**ABSTRACT** The article analyses the representations of the presence of fifty Brazilian natives in the Henry II entry into Rouen, France, in 1550. The main source of these representations is the book *C'est la deduction du sumptueux ordre plaisantz (...)*, printed in 1551, where there are both a textual and an iconographic representation of the theater played by the Tupinamba indians. The aim of the analysis is to reveal how the glowing terms used to depict the alliance between the Tupinamba indians and the Normans hide the intention to explore the Brazilian natives workforce by the French conquerors.

COLONIAL BRAZIL • TUPINAMBA • INDIGENOUS WORK • FRENCH IN BRAZIL.

---

## REFERÊNCIAS

- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo/Salvador, Metalivros/Fundação Emílio Odebrecht, 1999, vol. 1.
- BLANCHARD, Joël. “Le Spectacle du Rite: Les Entrées Royales”. *Revue Historique*, vol. 305, n. 3, pp. 475-519. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/40957251> >.
- BRIESEMEISTER, Dietrich. “Figure des Brisiliens. A Iconografia Política da Celebração da Entrada Solene do Rei Henrique II da França e Catarina de Médici em Rouen (1550)”. *História: Questões & Debates*, ano 17, n. 32, jan./jun. 2000.
- BRY, Theodor de. “Cenas de Antropofagia no Brasil”. In: *Americae Tertia Pars Memorabil e Provinci Brasili Historiam* [...]. 1592. Butil sobre papel. Gravura. 33 x 24,5 cm.
- CARVALHO, Sérgio de. “A Teatralidade Fora de Lugar: A Cena Tupinambá no Triunfo de Rouen”. *Sala Preta*, vol. 17, n. 2. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2017.
- C'EST la Deduction du Sumptueux Ordre Plaisantz Spectacles et Magnifiques Theatres Dresses: et Exhibes par les Citoyens de Rouen Ville Metropolitaine du Pays de Normandie, a la Sacree Maiesté du Treschristian Roy de France*. Rouen, Robert le Hoy, Jean du Gord, 1551. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7715>>.
- DENIS, Ferdinand Jean; VALENTE, Christovão. *Une Fête Brésilienne Célébrée à Rouen en 1550: Suivie d'un Fragment du XVIe Siècle Roulant Sur la Théogonie des Anciens Peuples du Brésil, et des Poésies en Langue Tupique de Christovam Valente*. Paris, J. Techener, 1850. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7610>>.

- DESCERPEZ, François. *Recueil de la Diversité des Habits, Qui Sont de Present en Usage, Tant es Pays d'Europe. Asie. Afrique & Isles Sauvages, Le Tout Fait Apres le Naturel*. Paris, Imprimerie de Richard Breton, 1567. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7654>>.
- GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*. Paris, Maisonneuve et cie, 1878. 512 p. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7020>>.
- MCGOWAN, Margaret. "Form and Themes in Henri II's Entry into Rouen". *Renaissance Drama*. Chicago, University of Chicago Press, 1968, vol. 1.
- MELO E FRANCO, Afonso Arinos de. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa. As Origens Brasileiras da Theoria da Bondade Natural*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2004, 3. ed.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. "L'Alliance Normando-Tupi au XVI<sup>e</sup> Siècle: La Célébration de Rouen". *Journal de la Société des Américanistes*, vol. 94, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/jsa/8773>>.
- WINTROUB, Michael. "L'Ordre du Rituel et l'Ordre des Choses: l'Entrée Royale d'Henri II à Rouen (1550)". *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, vol. 56, n. 2. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-Annales-2001-2-page-479.htm>>.

# PRÁTICA COLECIONISTAS E POLÍTICAS CULTURAIS: REFLEXÕES SOBRE ALGUNS DOCUMENTOS RELIGIOSOS SALVAGUARDADOS NA BBM p.216

---

**RESUMO** Os estudos e debates sobre as políticas de gestão do patrimônio cultural nacional têm recebido uma crescente atenção no campo das ciências sociais e humanas, em especial no âmbito disciplinar da bibliotecologia e da museologia, percebidos em diversos eventos e publicações acadêmicas. Neste sentido, este artigo tem em vista contextualizar as potencialidades de aprendizagem e educação que os consultantes de instituições patrimoniais podem alcançar a partir de suas investigações artísticas e/ou científicas, numa dinâmica suscetível de ir além da aquisição de conhecimento e reconstituição de saberes, como a de reviver memórias e valores e estabelecer vínculos identitários, e por conseguinte corroborar o sentido de pertencimento social e cultural.

BRASIL • PATRIMÔNIO CULTURAL NACIONAL • FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS • FONTES ICONOGRÁFICAS • SÉCULO XIX.

## **COLLECTIONIST PRACTICES AND CULTURAL POLICIES: REFLECTIONS ON SOME RELIGIOUS DOCUMENTS SAVED AT BBM**

**ABSTRACT** In recent years, studies and debates on national cultural heritage management policies have received increasing attention in the field of social and human sciences, especially in the disciplinary field of librarianship and museology, perceived in various events and academic publications. In this sense, at first, this article aims to contextualize the potential of learning and education that the consultants of heritage institutions can achieve from their artistic and / or scientific investigations, in a dynamic that can go beyond the acquisition of knowledge and reconstitution of knowledge, such as reliving memories and values and establishing identity bonds, and therefore corroborate the sense of social and cultural belonging.

BRAZIL • NATIONAL CULTURAL HERITAGE • MANUSCRIPT AND PRINTED SOURCES • ICONOGRAPHIC FONTS • XIX CENTURY.

---

## **REFERÊNCIAS**

### **LIVROS**

- ANTUNES, Cristina. *Memórias de Uma Guardadora de Livros*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2004.
- . *Rubens Borba de Moraes: Anotações de um Bibliófilo*. São Paulo, Publicações BBM, 2017, p. 13.
- AZEVEDO, Carlos. *Estudos de Iconografia Cristã*. Vila Nova de Gaia, Fundação Manuel Leão, 2016 (Arte & artistas; 5).
- BOURDIEU, Pierre. *Méditations Pascaliennes*. Paris, Seuil, 1997.
- CABRAL, Alfredo do Valle. *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1821*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1881.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo, Edusp; Kosmos, 1993.
- CHAHON, Sérgio. *Os Convidados para a Ceia do Senhor: as Missas e a Vivência Leiga do Catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro e Arredores (1750-1820)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

- DEBRET, Jean Baptiste, 1768-1848, *Voyage pittoresque et historique au Brésil [...] ou, Séjour d'un Artiste Français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'Avenement et de l'Abdication de S. M. D. Pedro 1er, fondateur de l'Empire brésilien. Dédié à l'Académie des Beaux-Arts de l'Institut de France*. Tome Deuxieme. Paris, Firmin Didot Frères, 1834.
- FORSTER, Kurt (coord.). *Aby Warburg. The Renewal of Pagan Antiquity*. London, The Getty Institute, 1999.
- MELLO E SOUZA, Maria Beatriz. "A Imaculada Conceição, Símbolo do Chiaroscuro no Barroco Brasileiro". In: *Revista Barroco*. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto; Prefeitura Municipal de Ouro Preto, n. 15, 1990/1992.
- MORAES, Rubens Borba. *Cartas de Rubens Borba de Moraes ao Livreiro Português António Tavares de Carvalho*. São Paulo, Publicações BBM, 2018.
- \_\_\_\_\_. *O Bibliófilo Aprendiz / Rubens Borba de Moraes*. 5. ed. São Paulo, Publicações BBM, 2018.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Barroco e Rococó nas Igrejas de São João del-Rei e Tiradentes*. Brasília, DF, Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- PERDIGÃO, José. Calouste Gulbenkian. Colecionador. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.
- RANCIERE Jacques. *Aisthesis. Scènes du Regime Esthétique de L'art*. Paris, Éditions Galilée, 2011.
- RHEIMS, Maurice. *La Vie Étrange des Objets: Histoire de la Curiosité*. Paris, Plon, 1959.
- RODRIGUES, Francisco de Assis. *Diccionario Technico e Histórico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.
- RUSO, Silveli Maria de Toledo. *Espaço Doméstico, Devoção e Arte*. São Paulo, Alameda Editorial/Fapesp, 2014.
- SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. *Manoel Victor de Jesus, Pintor Mineiro do Ciclo Rococó*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1982-1983.
- SÉGUY, Jean. *Christianisme et Société*. Introduction à la sociologie de Ernst Troeltsch. Paris, Cerf, 1980.
- SMITH, Laurajane. "Theorizing Museum and Heritage Visiting". *The International Handbooks of Museum Studies: Museum Theory*. Chichester, Wiley-Blackwell, 2015, pp. 459-484.
- VICINO, Mario. *Imago Mariae*. Castrovillari (CS), Editrice Aurora, 2016.
- VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Propostas e Aceitas em o Synodo Diocesano, que o Dito Senhor Celebrou em 12 de junho do anno de 1707*. São Paulo, Typographia, 2 de dezembro, 1853.
- WARBURG, Aby. *The Renewal of Pagan Antiquity: Contributions to the Cultural History of the European Renaissance*, 1999.
- ZANON, Dalila. *A Ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)*. 1999. 185 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

## SUPORTES ELETRÔNICOS

- BIARD, Auguste François. *Un Tableau de L'église de la Parahyba du Nord*. Paris, 1862. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3240>.
- DAECTO, Marisa Midore, *Bibliofilia: Circuitos e Memórias*.  
In <https://www.bbm.usp.br/node/404> (2019.03.24; 16h).
- ROQUE, Maria Isabel. "Em Torno da Definição de Museu". In *a.muse.arte*, 2019/03/27, <https://amusearte.hypotheses.org/3671>. (2019.03.28; 10h). Versão portuguesa.  
In <http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>
- VITAE/IPHAN. *Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados*. Livro de Belas Artes. Inscrição: 475 (27.1.1964). Processo: 0066-T-38.  
In <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1223> (2019.04.02; 11h).

## A PRIMEIRA EDIÇÃO BRASILEIRA DO “PRIMEIRO POETA BRASILEIRO”:

A PUBLICAÇÃO DE 1873 DA *PROSOPOPEIA*, ALGUMAS ROTAS DE LEITURAS  
E NOVOS CAMINHOS DA CRÍTICA AO POEMA p.236

---

**RESUMO** O estudo da edição de 1873 do poema *Prosopopeia* (1601), de autoria de Bento Teixeira (c. 1561-1600), é o ponto de partida de reflexões sobre diferentes momentos da “política literária” brasileira nos termos de Antônio Soares Amora. Assim, a materialidade do impresso fornece relevantes pistas sobre o estabelecimento da leitura do autor como o “primeiro poeta brasileiro” a ganhar imprensa no Reino. Ao mesmo tempo, surge um juízo crítico segundo o qual o principal mérito do poema é histórico ou bibliográfico, mas não poético. Feitas essas reflexões, foram indicados alguns exemplos dos novos rumos das leituras do poema neste início de século XXI. Trata-se de leituras tributárias de uma abordagem retórico-poética e que se concentram na emulação de Bento Teixeira em relação a Luís de Camões (1524-1580).  
SEGUNDO REINADO • PROSOPOPEIA  
• “POLÍTICA LITERÁRIA” BRASILEIRA.

**THE FIRST BRAZILIAN EDITION  
OF THE “FIRST BRAZILIAN POET”:  
THE 1879 PUBLICATION OF  
*PROSOPOPEIA*, SOME READING  
PATHWAYS AND NEW PATHS  
FOR POETRY CRITIQUE**

**ABSTRACT** A study of the 1873 edition of the poem *Prosopopeia* (1601), authored by Bento Teixeira (c. 1561-1600), is the starting point for our reflections on different moments of the Brazilian “literary politics” in the terms of Antônio Soares Amora. Accordingly, the materiality of print provides relevant indications of the establishment of the author as the “first Brazilian poet” to get printed in the Empire. At the same time, a critical opinion emerged according to which the main merit of the poem is historical or bibliographical, but not poetic. Based on these considerations, we will suggest some examples of new ways to read this poem at the beginning of the 21st century. They originate from a rhetorical-poetic approach and they focus on Bento Teixeira’s emulation of Luís de Camões (1524-1580).

SECOND EMPIRE • PROSOPOPEIA •  
BRAZILIAN “LITERARY POLITICS”.

---

## REFERÊNCIAS

### EDIÇÕES CONSULTADAS

- TEIXEIRA, Bento. “Prosopopeia”. *Naufrágio que Passou Jorge Dalbuquerque Coelho, Capitão e Governador de Paranambuco*. Lisboa, por Antônio Álvares, 1601. Disponível em: <[http://purl.pt/22627/4/res-392-p\\_PDF/res-392-p\\_PDF\\_24-C-R0150/res-392-p\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/22627/4/res-392-p_PDF/res-392-p_PDF_24-C-R0150/res-392-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf)>. Acesso em: 22 de jan. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Prosopopeia*. Org. por Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1873. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000009157&bbm/4060#page/1/mode/2up>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. “Prosopopeia”. *Épicos*. Org. por Ivan Teixeira. Introd. João A. Hansen. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2008 (Coleção Multiclássicos).

#### RECEPÇÃO CRÍTICA DA PROSOPOPEIA

- AMORA, Antônio Soares. “A *Prosopopeia*, de Bento Teixeira, à Luz da Moderna Camonologia”. In: *Miscelânea de Estudos em Honra do Professor Hernâni Cidade*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1957, pp. 402-409.
- BRITO, Bernardo Gomes de. *História Trágico-Marítima*. Tomo segundo. Lisboa, Officina da Congregação do Oratório, 1736. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01484400>>. Acesso em: 14 jun. 2017.
- MORAES, Rubens Borba de. “Muitas Perguntas e Poucas Respostas sobre o Autor da *Prosopopeia*”. Comentário, ano V, vol. 5, 1º. trimestre, n. 1(17), pp. 78-88. 1964.
- MOREIRA, Marcello. “Louvor e História em *Prosopopeia*”. *Épicos*. Org. por Ivan Teixeira. Introd. João A. Hansen. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2008 (Multiclássicos).
- MUHANA, Adma Fadul. “A *Prosopopeia* de Bento Teixeira: Epopeia de Derrotas”. In: *Anais do XIX Encontro Brasileiro de Professores de Literatura Portuguesa*. Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://www.cep.ufpr.br/arquivos/ABRAPLIP.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2018.
- REVISTA TRIMENSAL do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Tomo XXXV, parte segunda. Rio de Janeiro, Garnier, 1872.
- SOUSA, José Galante de. *Em Torno do Poeta Bento Teixeira*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.
- TEIXEIRA, Ivan. *Raízes*. Seleção e prefácio de Ivan Teixeira. São Paulo, Global, 2008, pp. 7-38 (Roteiro da Poesia Brasileira).
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da Poesia Brasileira, ou Collecção das Mais Notáveis Composições dos Poetas Brasileiros Falecidos, Contendo as Biographias de Muitos Delles, Tudo Precedido de um Ensaio Histórico sobre as Lettras no Brazil*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1850, 3 vols.
- \_\_\_\_\_. *Florilégio da Poesia Brasileira, Contendo, um Novo Suplemento, com Produções de Vinte e Quatro Poetas Ainda Não Contemplados*. Viena, Typographia do filho de Carlos Gerold, 1872.

#### DEMAIS OBRAS CONSULTADAS

- ANÔNIMO. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo, Hedra, 2005.
- FLEIUSS. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo, Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa23124/fleiuSS>>. Acesso em: 22 jan. 2018. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.
- FREIRE, Luís José Junqueira. *Elementos de Rhetorica Nacional*. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1869.
- GIBSON, Craig A. (ed.). *Libanius's Progymnasmata: Model Exercises in Greek Prose Composition and Rhetoric*. Translated with an introduction and notes by Craig A. Gibson. Atlanta, Society of Biblical Literature, 2008.
- HANSEN, João Adolfo & MOREIRA, Marcello. *Para que Todos Entendais: Poesia Atribuída a Gregório de Matos e Guerra: Letrados, Manuscritura, Retórica, Autoria, Obra e Público na Bahia dos Séculos XVII e XVIII*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana Histórica, Crítica, e Cronológica. Na Qual se Compreende a Notícia dos Autores Portuguezes...* New Jersey, Greg Press, 1965 [1741], 4 vols.
- MINDLIN, José. “Rubens Borba de Moraes: Um Intelectual Incomum”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 79, n. 192, pp. 108-111, maio-ago. 1998.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro/São Paulo, Livros Técnicos e Científicos/Secretaria de Cultura, 1979.
- KENNEDY, George Alexander (ed.). *Progymnasmata: Greek Textbooks of Prose Composition and Rhetoric*. Leiden, Brill, 2003 (Writings from the Greco-roman world, vol. 10).

## CRISTINA ANTUNES:

EXTRAORDINÁRIA LEITORA E GUARDIÃ DOS LIVROS p.256

---

**RESUMO** Da casa da rua Princesa Isabel ao monumental prédio da USP, Cristina Antunes (1951-2019) revela-se protagonista que acompanhou a formação e a travessia de uma Biblioteca composta de muitas coleções, em diferentes temporalidades. Neste texto, é convidada a rememorar episódios de sua formação e trajetória, em que condensa e miscigena a reflexão adquirida nas leituras e no convívio com pesquisadores e colecionadores com a experiência de quem sempre esteve próxima do manuscrito, do impresso e das bibliotecas. A conversa, baseada em duas entrevistas principais, é também uma homenagem a colecionadora de cordéis, paleógrafa, tradutora, especialista em bibliotecas, organizadora de livros, escritora, investigadora e, acima de tudo, leitora.

CRISTINA ANTUNES • BIBLIOTECA BRASILIANA • LIVROS RAROS • CONSERVAÇÃO.

**CRISTINA ANTUNES**  
EXTRAORDINARY READER  
AND GUARDIAN OF BOOKS

**ABSTRACT** From a house at Princesa Isabel Street to the impressive building at USP, Cristina Antunes (1951-2019) is a protagonist who follows the formation and development of a library which is constituted by many collections, from different periods of time. In this text, she is invited to remember its trajectory, in which condenses and mixes the reflection over the act of reading and the interaction of researchers and collectors with the experience of someone who have always been close to the manuscript, printed version and the libraries. A talk, based on two interviews, is also a tribute to the “cordéis” collector, paleographer, translator, library specialist, book organizer, writer, researcher and above everything, reader.

CRISTINA ANTUNES • BRASILIANA  
• RARE BOOKS • CONSERVATION.

---

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Cristina. *Memórias de Uma Guardadora de Livros*. Entrevista a Cleber Teixeira e Dorothee de Bruchard. Coleção Memória do Livro, vol. 3. São Paulo/Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado/ Escritório do Livro, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Livros: Imaginário, Colecionismo e Raridade”. *Livro – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 3. São Paulo, Ateliê Editorial, 2013.
- DEAECTO, Marisa Midori. “Uma Brasileira para o Leitor do Século XXI”. *Livro – Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, n. 6. São Paulo, Ateliê Editorial, 2016.
- FONTES, Amando. *Rua do Siriry* (romance). Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.
- HOLBROOK, Jackson. “O Tato (Uma das Cinco Portas de Amor ao Livro)”. Texto extraído da obra *The Anatomy of Bibliomania* (London, Faber and Faber, 1950). Tradução de Cláudio Giordiano. Coleção Plaquetas da Oficina n. 5. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- LOEB, Rodrigo Mindlin. “Um Sonho Quase Impossível”. *Revista do Livro da Biblioteca Nacional*, n. 55, ano 19, Rio de Janeiro, 2015.
- MINDLIN, José. *Uma Vida Entre Livros: Reencontros Com o Tempo*. São Paulo, Edusp/Companhia das Letras, 1997.
- VIEIRA, Márcia. “Cultura de Fachada”. Domingo. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, n. 746, p. 10-11, s.d. Cota: GKM 1.1152.7.

## SIMPLICIDADE ALEGRE DE UM BIBLIÓFILO p.276

---

**RESUMO** Este artigo traz uma apresentação do livro *O Bibliófilo Aprendiz*, por ocasião do lançamento de sua quinta edição brasileira. O livro foi escrito por Rubens Borba de Moraes, bibliófilo que decidiu compartilhar as particularidades de sua forma de lazer, o colecionismo de livros.

BIBLIOFILIA • COLECCIONISMO •  
RUBENS BORBA DE MORAES  
• LIVROS.

### **AMUSING CHAT OF A FINE BIBLIOPHILE**

**ABSTRACT** This article presents a review of the book *O Bibliófilo Aprendiz* (*The Bibliophile Apprentice, in a free translation*), on the occasion of the release of its fifth Brazilian edition. The book was written by Rubens Borba de Moraes, a bibliophile who decided to share the particularities of his form of leisure, book collecting.

BIBLIOPHILIA • COLLECTING •  
RUBENS BORBA DE MORAES  
• BOOKS.

## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

### SOBRE A POLÍTICA DE PUBLICAÇÃO

A *Revista BBM* tem como objetivo principal a divulgação de textos que sejam resultado de pesquisas, exposições e seminários desenvolvidos no âmbito da BBM e que tenham relação com seu acervo.

Os artigos serão submetidos à avaliação de especialistas e do Conselho Editorial.

### SOBRE AS ESPECIFICAÇÕES FORMAIS DOS ARTIGOS

- Os textos submetidos deverão trazer resumo (máximo 10 linhas), palavras-chave (até 6) e as respectivas versões em inglês (Abstract e Keywords).
- Os dados biobibliográficos do autor devem apresentar no máximo 10 linhas.
- O texto deve ter no máximo 30 laudas (lauda de 2100 caracteres), estar na fonte Times New Roman, corpo 12 e espaçamento 1,5. Todas as páginas deverão estar numeradas sequencialmente.

### CITAÇÕES

- As citações com menos de 5 linhas entrarão no corpo do texto principal, destacados por aspas duplas.
- Citações com mais de 5 linhas deverão ser separadas do texto por uma linha antes e uma depois. Deverão estar em corpo menor, sem aspas e sem recuo.
- Deverá vir mencionada em nota de rodapé a referência da citação realizada.

### NOTAS DE RODAPÉ

- As referências bibliográficas mencionadas nos textos deverão ficar em notas de rodapé e não no sistema autor-data (MARTINS, 2000), contendo a seguinte ordem e padronização: **Nome Completo do(s) Autor(es), Nome da Obra, p. x.**  
**Observação: Colocar a referência completa caso a obra não seja apresentada nas referências bibliográficas finais.**
- Serão aceitas notas explicativas breves.

### REPETIÇÃO DE NOTAS

- Quando a nota seguinte for exatamente igual à anterior, utilizar *Idem, ibidem*. Exemplo:
  1. **Adrian C. Mayer, *Caste and Kinship in Central India*, p. 35.**
  2. ***Idem, ibidem.***
- Para mesmo autor e obra, porém com páginas diferentes, utilizar *idem* e indicar a página. Exemplo:
  1. **Adrian C. Mayer, *Caste and Kinship in Central India*, p. 35.**
  2. ***Idem*, p. 50.**
- Se a mesma obra for citada, mas não vier imediatamente depois da outra citação, o nome do autor deverá ser repetido, com o acréscimo de *op. cit.*, seguido do número da página. Exemplo:  
**Adrian C. Mayer, *op. cit.*, p. 54.**  
**Observação: usar *op. cit.* apenas quando, no artigo, for citada apenas uma obra daquele autor.**

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- As referências bibliográficas completas deverão ser anexadas no final do texto. Apresentando, quando for(em) citado(s), o capítulo ou artigo e seu respectivo autor antes do nome da obra, na ordem e padronização apresentadas no exemplo seguinte:

**HOLANDA, Sérgio Buarque.**  
**“Caminhos do Sertão”. *Monções*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.**

**Observação: colocar o sobrenome do autor em versal versaleta, exemplo: DRUMMOND)**

- Apenas as obras citadas ao longo do texto devem constar das referências bibliográficas finais.

**Observação: Evitar referências a sites nas notas e/ou referências bibliográficas. Preferir documentos, livros, revistas ou jornais que tenham sido publicados fisicamente.**

#### TÍTULOS DE OBRAS

- Títulos de livros, periódicos, jornais, revistas, discos, filmes, quadros e esculturas devem vir em itálico e em caixa-alta e caixa-baixa (*Grande Sertão: Veredas*).
- Nomes de capítulos, de poemas, de músicas e títulos de artigos devem vir entre aspas e em caixa-alta e caixa-baixa (“A Ideia Fixa”).
- Palavras estrangeiras devem ser destacadas em itálico. Exceto quando se tratar de nome de cidade, estado, país ou região, e de nomes pessoais ou de instituições.

#### SIGLAS

- Se tiverem quatro ou mais letras e forem legíveis, deverão ficar em caixa-alta e caixa-baixa. Exemplo: Sesi, Edusp, Unesp etc.
- Caso tenham menos de quatro letras ou sejam ilegíveis, deverão ficar em versaleta. Exemplo: ONU, USP, UFRJ etc.

#### ICONOGRAFIA

- As imagens, tabelas, figuras, gráficos, fotos etc., contidas no texto, deverão ser enviadas separadamente e em alta resolução (com no mínimo 300 dpi de resolução) com suas respectivas legendas, indicando autoria(s) e fonte(s).



**REVISTA BBM n. 2**

**EDITOR**

Plinio Martins Filho

**EDITORES ASSISTENTES**

Claudia Alejandra Sarmiento Moreno, Isabella  
Silva Teixeira, Millena Santana Machado,  
Manoel Davi Carneiro e Pedro Tajiki Salles

**PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE**

Gustavo Piqueira e Samia Jacintho / Casa Rex

**PREPARAÇÃO DE TEXTO E REVISÃO**

Claudia Alejandra Sarmiento Moreno, Isabella  
Silva Teixeira, Millena Santana Machado,  
Manoel Davi Carneiro e Pedro Tajiki Salles

**IMPRESSÃO**

Lis Gráfica

